

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL
EM PATRIMÔNIO CULTURAL**

Sandra Schinwelski Maldaner

**DOCUMENTO SONORO COMO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO
DOCUMENTAL: UM AMBIENTE DE DESCRIÇÃO, DIFUSÃO E
ACESSO PARA O MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA**

Santa Maria, RS
2016

Sandra Schinwelski Maldaner

**DOCUMENTO SONORO COMO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO DOCUMENTAL:
UM AMBIENTE DE DESCRIÇÃO, DIFUSÃO E ACESSO PARA O MUSEU
ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**

Orientador: Prof. Dr. Daniel Flores

**Santa Maria, RS
2016**

M244d Maldaner, Sandra Schinwelski

Documento sonoro como patrimônio arquivístico documental: um ambiente de descrição, difusão e acesso para o Museu Antropológico Diretor Pestana / Sandra Schinwelski Maldaner. – Santa Maria, 2016.

458 p.: il.; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria. Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural.

Orientação: Dr. Daniel Flores.

1. Patrimônio cultural. 2. Diplomática contemporânea. 3. Preservação digital. 4. Documento sonoro. 5. Arquivologia. I. Flores, Daniel. II. Título. III. Título: Um ambiente de descrição, difusão e acesso para o Museu Antropológico Diretor Pestana.

CDU: 930.25(086.7)

Sandra Schinwelski Maldaner

**DOCUMENTO SONORO COMO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO DOCUMENTAL:
UM AMBIENTE DE DESCRIÇÃO, DIFUSÃO E ACESSO PARA O MUSEU
ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**

Aprovado em 25 de maio de 2016:

Daniel Flores, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Gilberto Fladimar Rodrigues Viana, Dr. (UFSM)

Rafael Port da Rocha, Dr. (UFRGS)

Santa Maria, RS
2016.



À minha família, meu marido Neimar e meu filho Matheus.

AGRADECIMENTOS

Ao elaborar este trabalho, gostaria de registrar meus agradecimentos as pessoas que contribuíram para a concretização de mais uma etapa em minha vida.

Agradeço primeiramente a Deus por mais esta oportunidade e conquista.

À Universidade Federal de Santa Maria, pelo ensino e qualidade de formação, pela oportunidade de realizar o Mestrado em Patrimônio Cultural e ampliar os conhecimentos.

À Coordenação do Mestrado, Prof.^a Denise e a secretária Jô, pela disponibilidade e atenção.

À todos os professores do curso pelo aprendizado, ensinamentos, e disponibilidade.

Ao Professor Daniel Flores, orientador e amigo, pela dedicação, paciência, compreensão, apoio, motivação e contribuição de forma efetiva e verdadeira na construção deste estudo, pelas inúmeras dúvidas esclarecidas e orientações durante todas as etapas desse curso e acima de tudo por acreditar nesse projeto.

À minha família.

Ao meu esposo Neimar, pela paciência e compreensão durante os estudos e minhas ausências, sempre do meu lado me apoiando, apoio fundamental na concretização dessa etapa.

Ao meu filho amado Matheus, inspiração e motivação de meus dias, que me acompanha nessa jornada desde o início do curso, presente em todos os momentos.

Ao meu amigo Sérgio, que sempre me auxiliou em minhas dúvidas, ouvindo, opinando e ajudando nas horas mais difíceis da pesquisa.

À minha amiga Jaque, por dividir comigo minhas angústias, me orientar, ouvir e contribuir significativamente nessa pesquisa.

Ao meu amigo Jorge, pelo apoio desde antes do ingresso neste curso.

Aos colegas, Marci, Daia, Pedro e Grazi, o brilho do quinteto fantástico sob orientação do Prof. Daniel Flores, pelas risadas e momentos de dúvidas, inquietações e desesperos: sempre nos apoiando uns aos outros.

À todos colegas da turma de mestrado, pelas trocas de conhecimento e aprendizado, e por amizades que ali se criaram.

Ao Museu Antropológico Diretor Pestana, nas pessoas de Stela, Jaqueline, Guilherme, Fabrício, Bela, Amanda, Miriam, Sandra B., Mariane, Liliane e Maria Lúcia.

À Coordenadoria de Informática da Unijuí, especialmente Dionei e Robson, pelo apoio na instalação, dúvidas, problemas e construção dessa pesquisa dentro do Museu e da FIDENE.

Enfim, a todos, que contribuíram de uma forma ou outra para a concretização dessa etapa, muito obrigada!

“... apesar de a sua reprodutibilidade tornar a informação digital teoricamente invulnerável ao tempo, os suportes dos quais se serve estão longe de ser eternos.”
(LOPES, CARDOSO & MOREIRA, 2002).

RESUMO

DOCUMENTO SONORO COMO PATRIMONIO ARQUIVÍSTICO DOCUMENTAL: UM AMBIENTE DE DESCRIÇÃO, DIFUSÃO E ACESSO PARA O MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA

AUTORA: Sandra Schinwelski Maldaner

ORIENTADOR: Daniel Flores

O Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), mantida da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (FIDENE), instituição privada de caráter técnico-educativo-cultural, passa a compor o ambiente de desenvolvimento deste estudo no que tange ao acervo sonoro composto de fitas cassete. Este arquivo reúne a documentação histórica da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – FIDENE da instalação da FAFI, em 1956, à constituição da FIDENE em 1969, ao reconhecimento da UNIJUI em 1985, à regionalização desta, em 1993, mantida até aos dias atuais. A construção histórica desta instituição, assim como a acervo de áudio custodiado e preservado, justificam a realização dessa pesquisa, ao passo que estes documentos sonoros necessitam de cuidados e manuseio especiais, atrelados a expectativa de vida útil da fita magnética diretamente ligada ao suporte e a obsolescência tecnológica. Esta pesquisa tem como objetivo principal investigar à luz dos referenciais atuais da identificação tipológica e a consequente inserção dos documentos sonoros no Plano de Classificação, a metodologia e a definição de uma sistemática de arranjo e de preservação para os acervos sonoros gerados a partir da digitalização de fitas cassetes do Museu Antropológico Diretor Pestana – MADP pertencentes ao Arquivo FIDENE. A necessidade de discutir sobre a inserção dos documentos sonoros em programas de gestão arquivística parte do pressuposto de que todo documento é uma unidade de registro de informações independente do suporte, e o documento sonoro é integrado por registros sonoros resultantes das atividades de instituições públicas, privadas, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades e independente da natureza do suporte. A motivação para este estudo vem ao encontro da Resolução nº 41 do Conarq - dispõem sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos visando a sua preservação e acesso. Para cumprir tal objetivo, foi realizado o diagnóstico do acervo sonoro, a fim de verificar a organização e arranjo desses documentos. O referencial teórico desta pesquisa foi embasado nos temas Patrimônio cultural, documento sonoro arquivístico – fita cassete, arquivologia, descrição e normalização, difusão e acesso, preservação digital e estratégias de preservação, repositórios arquivísticos digitais confiáveis e diplomática contemporânea. O alicerce desta pesquisa se constituiu na identificação dos fundos e a utilização dos conceitos de identificação tipológica para definição das espécies e elaboração do quadro de arranjo documental que culminaram na elaboração dos instrumentos de pesquisa Guia, Inventário e Catálogo em um ambiente eletrônico, via ICA-AtoM. Trata-se de uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa, realizada por meio de pesquisa documental e observação direta, e quanto aos procedimentos técnicos constituiu-se em um estudo de caso. Esta pesquisa permitiu elaborar um quadro de arranjo e estabelecer uma sistemática de arranjo para os documentos sonoros do Arquivo FIDENE e elaborar como produto de mestrado os instrumentos de pesquisa guia, inventário e catálogo para acesso e difusão e disponibilização *online* na plataforma ICA-AtoM dos documentos sonoros.

Palavras-chave: Patrimônio documental. Diplomática contemporânea. Preservação digital. Documento sonoro. Arquivologia.

ABSTRACT

SOUND AS DOCUMENT ARCHIVAL DOCUMENTARY HERITAGE: AN ENVIRONMENT OF DESCRIPTION, DISSEMINATION AND ACCESS TO MUSEUM DIRECTOR ANTHROPOLOGICAL PESTANA

AUTHOR: SANDRA SCHINWELSKI MALDANER
SUPERVISOR: DANIEL FLORES

The Anthropological Director Pestana Museum (MADP), maintained Integration Foundation, Development and the Northwest Education (FIDENE), a private institution of technical and educational-cultural character, becomes part of the development environment of this study with respect to the collection sound made cassette tapes. This file gathers historical documentation Integration Foundation, Development and Education of the Rio Grande do Sul state Northwest - FIDENE installation of FAFI in 1956, the establishment of FIDENE in 1969 and the recognition of UNIJUI in 1985, the regionalization of this in 1993, continued until the present day. The historical building of this institution, as well as custody audio collection and preserved, justify the conduct of this research, while these sound documents require special care and handling, linked to life expectancy of magnetic tape directly attached to the support and technological obsolescence. This research aims to investigate the light of current references of typological identification and the consequent integration of sound documents in the Classification Plan, the methodology and the definition of an arrangement of systematic and preservation for the sound collections generated from scanning cassettes of the Anthropological Museum Director Pestana - MADP belonging to FIDENE File. The need to discuss the inclusion of sound documents in archival management programs part of the whole document assumption is a registration unit independent support information, and the sound file is integrated by sound recordings resulting from public institutions activities, private, person or family in the performance of their activities and regardless of the nature of the support. The motivation for this study is in line with Resolution No. 41 of Conarq - provide for the inclusion of audiovisual, iconographic, sound and musical documents in archival document management programs for their preservation and access. To accomplish this goal, the diagnosis of the sound collection was performed in order to verify the organization and arrangement of these documents. The theoretical framework of this research was based on the themes cultural heritage, archival sound document - cassette, archival description and standardization, dissemination and access, digital preservation and conservation strategies, reliable digital archival repositories and contemporary diplomatic. The foundation of this research consisted in the identification of funds and the use of typological identification of concepts to define the species and preparation of documentary arrangement framework that culminated in the development of research tools Guide, Inventory and catalog in an electronic environment via ICA AtoM. It is an applied research, qualitative approach, conducted through desk research and direct observation, and on the technical procedures consisted in a case study. This research allowed to work out an arrangement framework and establish an arrangement systematically for sound documents FIDENE file and prepare to master product research instruments guide, inventory and catalog to access and dissemination and available online at ICA-AtoM platform documents sound.

Keywords: Documentary heritage. Contemporary diplomatic. Digital preservation. Sound document. Archivology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fita cassete C-60, TDK, 60 minutos de áudio.....	33
Figura 2 - Diferentes estratégias de preservação.....	57
Figura 3 – Cadeia de custódia dos documentos arquivísticos analógicos	70
Figura 4 - Cadeia de custódia dos documentos arquivísticos digitais	71
Figura 5 - Organograma FIDENE.....	81
Figura 6 - Organograma Unijuí.....	82
Figura 7 - Organograma do Museu	89
Figura 8 - Relatório final de execução – divulgação KEMA MADP	102
Figura 9 - Preparo das fitas cassete para o novo acondicionamento.....	103
Figura 10 - Acondicionamento das fitas cassetes	104
Figura 11 - Acondicionamento das fitas cassetes	104
Figura 12 - Índice numérico das fitas cassetes	105
Figura 13 - Método de classificação funcional de documentos utilizado	109
Figura 14 - Fluxograma dos pacotes SIP/AIP/DIP	142
Figura 15 – Entidades e fluxo de documentos modelo OAIS	143
Figura 16 - Equipamentos de digitalização utilizados.....	152
Figura 17 - Tocador de fitas cassete National.....	153
Figura 18 - Faixa de áudio.....	154
Figura 19 - Planilha de ocorrências.....	155
Figura 20 - Tela de início do Audacity	156
Figura 21 - Geração de metadados de arranjo do áudio.....	157
Figura 22 - Derivada de acesso em mp3 sendo gerada no Audacity	158
Figura 23 - Manual online do Audacity.....	159
Figura 24 - Cadeia de custódia dos documentos arquivísticos digitais	167
Figura 25 - Unidades de disco rígido do MADP	174
Figura 26 - Organização dos arquivos de segurança no G	175
Figura 27 - Permissões do usuário.....	176
Figura 28 - Tela de permissões do usuário	177
Figura 29 - Restrição de acesso à pasta Recolhimento de arquivos permanentes – MADP	178
Figura 30 - Plataforma de acesso (terceiro ambiente)	180
Figura 31 - Tela do ICA-AtoM com os grupos de utilizadores cadastrados.....	203
Figura 32 - Tela inicial do ICA-AtoM do MADP personalizada	204
Figura 33 - Tela do ICA-AtoM com a descrição da Instituição Arquivística	205
Figura 34 - Tela do ICA – AtoM com o registro de autoridade	206
Figura 35 - Tela do ICA-AtoM com as áreas de descrição.....	208
Figura 36 - Tela do ICA-AtoM com o resultado do Fundo descrito.....	209
Figura 37 - Tela do ICA-AtoM com o estado de publicação	210
Figura 38 - Tela do ICA-AtoM com os níveis de série e subsérie do fundo.....	211
Figura 39 - Tela do ICA-AtoM com a descrição do item documental	212
Figura 40 - Tela do ICA-AtoM com a descrição do item documental e objeto digital	213
Figura 41 - Tela do ICA-AtoM de importação de objetos digitais	214
Figura 42 - Tela do ICA-AtoM indisponível para acesso	216
Figura 43 - Tela do ICA-AtoM com erro na geração do instrumento de pesquisa...	218

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Códigos de classificação do Arquivo Fotográfico	97
Quadro 2 - Código de classificação do Arquivo FIDENE Fotográfico.....	98
Quadro 3 - Cronologia histórica.....	115
Quadro 4 -Quadro descritivo do Fundo Documental	119
Quadro 5 - Quadro de arranjo documental.....	125
Quadro 6 - Formatos de arquivo Archivemática	145
Quadro 7 - Quadro de versões estáveis do AtoM	184

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIP	Archival Information Package
CCD	Código de Classificação Decimal
CDU	Classificação Decimal Universal
CeCA	Centro de Ciências Agrárias
CND	Comitê de Normas de Descrição
CODEARQ	Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos.
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CTDAIS	Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros
CTDE	Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos
CTNDA	Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística
DBTA	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística
DD	Divisão de Documentação
DIP	Dissemination Information Package
DIS	Divisão de Imagem e Som
DM	Divisão de Museologia
DUBLIN CORE	Dublin Core Metadada Element
EAC	Encoded Archival Context
EAD	Encoded Archival Description
EFA	Centro de Educação Básica Francisco de Assis
FACACEI	Faculdade de Ciências Administrativas, Contábeis e Econômicas de Ijuí
FAFI	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí
FIDENE	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado
FPR	Format Policy Registry

GED/A	Gestão Eletrônica de Documentos Arquivísticos
HTML	Hypertext Markup Language
ICA	International Council on Archives
ICA-ATOM	Conselho Internacional de Arquivos - Acesso à Memória
ICOMOS	International Council of Monuments and Sites
IES	Instituições de Educação Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INTERPARES	International Research on Authentic Records in Electronic System
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRDOC	Instituto Regional de Documentação
ISAAR(CPF)	Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística Para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias
ISAD(G)	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
ISO	International Organization for Standardization
LAI	Lei de Acesso à Informação
MADP	Museu Antropológico Diretor Pestana
METS	Metadata Encoding and Transmission Standard
MINC	Ministério da Cultura
MODS	Metadata Object Description Schema
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
OAIS	Open Archival Information System
PDF - A	Portable Document Format Archive
RDC-ARQS	Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis
SAAI	Sistema Aberto para Arquivamento de Informação
SETREM	Sociedade Educacional de Três de Maio
SIGA	Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos

SIP	Submission Information Package
TRAC	Trustworthy Repository Audit & Certification: Criteria and Checklist
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
VRA	Vice-Reitoria de Administração
VRG	Vice-Reitoria de Graduação
VRPGPE	Vice-Reitoria de Pós-Graduação Pesquisa e Extensão
XML	Extensible Markup Language

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 TEMA E DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	18
1.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	19
1.3 OBJETIVOS.....	21
1.3.1 Objetivo geral	21
1.3.2 Objetivos específicos	21
1.4 JUSTIFICATIVA.....	21
1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA.....	23
2 PATRIMÔNIO CULTURAL	26
2.1 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL.....	30
2.1.1 Documento sonoro arquivístico: fita cassete	32
2.2 A ARQUIVOLOGIA	38
2.2.1 Funções arquivísticas: descrição, difusão e acesso	43
2.2.2 Normas para descrição arquivística	48
3 PRESERVAÇÃO DIGITAL	52
3.1 ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL.....	55
3.1.1 Preservação da tecnologia/Conservação de hardware e software	58
3.1.2 Refrescamento	58
3.1.3 Emulação	59
3.1.4 Migração/conversão	60
3.1.5 Encapsulamento	61
3.1.6 Reprografia	62
3.1.7 Tecnologias livres ou abertas com XML, HTML, PDF/A	63
4 REPOSITÓRIOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS CONFIÁVEIS	65
5 DIPLOMÁTICA: BREVE HISTÓRICO	73
5.1 DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA.....	75
6 CONTEXTO DE ESTUDO	79
6.1 FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO - FIDENE.....	79
6.2 CRONOLOGIA HISTÓRICA DO MADP	83
6.3 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO MADP	86
7 METODOLOGIA	91
7.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	91
7.2 ETAPAS DA PESQUISA	91
7.3 COLETA DE DADOS.....	93
7.4 PLANIFICAÇÃO DA PESQUISA	94
8 ELABORAÇÃO DO QUADRO DE ARRANJO DOCUMENTAL	96
8.1 DIAGNÓSTICO DO ACERVO	96
8.1.1 A Divisão de Imagem e Som – DIS	96
8.1.2 A Divisão de Documentação - DD	106
8.1.2.1 <i>O Arquivo FIDENE: classificação dos documentos</i>	108
8.2 SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO QUADRO DE ARRANJO DO ACERVO SONORO.....	110
8.2.1 Quadro de arranjo para os documentos sonoros do Fundo Arquivo FIDENE	114
9 DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS SONOROS: RECOMENDAÇÕES DE FORMATOS, ARMAZENAMENTO, DIFUSÃO E ACESSO	138

9.1	FORMATOS DOS ARQUIVOS DOS REPRESENTANTES DIGITAIS	144
9.1.1	Matrizes e derivadas de acesso	149
9.1.2	O processo de digitalização das fitas cassete	150
9.1.2.1	<i>Escolha do software</i>	158
	10 REPOSITÓRIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL CONFIÁVEL OU PLATAFORMA DE ACESSO ONLINE	161
10.1	REPOSITÓRIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL CONFIÁVEL	161
10.2	A PLATAFORMA DE ACESSO ICA-ATOM (ATOM)	167
10.2.1	Estratégia de preservação adotada	170
	11 O USO DO ICA-ATOM COMO UM AMBIENTE DE DESCRIÇÃO, DIFUSÃO E ACESSO PARA DOCUMENTOS SONOROS	180
11.1	REQUISITOS DE INSTALAÇÃO DO SOFTWARE ATOM	184
11.2	DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: NORMALIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA	185
11.3	ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA PARA O MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA: GUIA, INVENTÁRIO E CATÁLOGO ...	190
11.3.1	O guia	192
11.3.2	O inventário	196
11.3.3	O catálogo	198
11.4	A APLICAÇÃO DO ICA-ATOM NA DESCRIÇÃO, DIFUSÃO E ACESSO DE DOCUMENTOS SONOROS	199
11.4.1	Descrição da Instituição Arquivística	204
11.4.2	Registro de autoridade	206
11.4.3	Descrição do Fundo Arquivo Fidene	207
11.4.4	Descrição do nível série e subsérie	210
11.4.5	Descrição dos níveis inferiores à série e subsérie e inserção do objeto digital	211
11.4.6	Geração e exportação dos relatórios no ICA-AtoM	217
11.5	DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO ATRAVÉS DO ICA-ATOM	219
	12 CONCLUSÃO	221
	REFERENCIAS	224
	APÊNDICES	234
	ANEXOS	455

1 INTRODUÇÃO

Na conjuntura atual, as ações da sociedade estão cada vez mais voltadas para a preservação do Patrimônio Cultural e documental dos povos, isso se faz destacar devido a problemática advinda dos suportes e da obsolescência tecnológica.

Partindo do pressuposto de que o objeto de estudo da Arquivologia é o documento, e sabendo-se que o documento é a informação fixada em suporte e de forma indivisível, atualmente uma parcela significativa da produção intelectual, das atividades das empresas, instituições comerciais, de ensino, enfim, na sociedade contemporânea, é realizada com o auxílio de ferramentas digitais. A sociedade está cada vez mais preocupada com a herança digital. Desde a invenção da escrita que há uma manifestação de preocupação com a preservação de documentos resultantes do processo intelectual do ser humano. Essas atitudes permitem às gerações futuras conhecer a história e cultura dos povos, de modo que os centros de documentação assumem esse papel de forma determinante, tendo como responsabilidade direta a preservação e o acesso à longo prazo.

Diante deste contexto, o Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), mantida da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (FIDENE), localizada em Ijuí, Rio Grande do Sul, instituição privada de caráter técnico-educativo-cultural, passa a compor o ambiente de desenvolvimento deste estudo.

Seu acervo inicial foi constituído pela doação de diversos materiais museológicos e documentais, coletados, na região, pelo Dr. Martin Fischer, um dos fundadores do Museu e enriquecido pelas doações da comunidade Ijuicense. Atualmente situa-se em prédio próprio, com uma área de 1.641m², organizado em exposição de longa duração, exposição temporária, auditório, sala de pesquisa, reserva técnica de artefatos museais, laboratório fotográfico, área administrativa, Divisão de Museologia - DM, Divisão de Documentação - DD e Divisão de Imagem e Som - DIS.

O acervo do Museu Antropológico Diretor Pestana é constituído de documentação de natureza pública e privada relacionada ao município de Ijuí e da região noroeste do Rio Grande do Sul. Em seu conjunto documental encontra-se registrada e preservada abrangente e volumosa documentação, classificada nos

seguintes arquivos: Ijuí, Regional, Sindicalismo, Cooperativismo, Kaingang, Guarani e Xetá, e o da FIDENE, totalizando 1.169,69 metros lineares de documentos. Diante da abrangência do seu acervo e de suas atividades, é possível compreender porque o Museu se tornou uma das principais instituições a tratar da memória e da preservação do Patrimônio documental na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, estando sob guarda parcela significativa de acervos representativos do desenvolvimento regional.

Entre os arquivos e coleções preservados pelo Museu, o Arquivo FIDENE, passa a ser o objeto deste estudo, especialmente o acervo sonoro composto de fitas cassete. Este arquivo reúne a documentação histórica da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – FIDENE da instalação da FAFI, em 1957, à constituição da FIDENE em 1969, ao reconhecimento da UNIJUI em 1985, à regionalização desta, em 1993, mantida até aos dias atuais.

A motivação e inquietação para este estudo vem ao encontro da Resolução nº 41 do Conarq, a qual dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos visando a sua preservação e acesso, dos referenciais sobre tipologia documental, da diplomática contemporânea e das estratégias de preservação digital. Para tanto, sendo a espécie documental “a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (CAMARGO & BELLOTTO, 1996), a sua forma, e o tipo documental, entendido como a “configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou” (BELLOTTO, 2002, p.19), também estariam nesses conceitos representados os documentos sonoros? Como seria definido o tipo documental de um documento sonoro de uma Cerimônia de assinatura de convênio? Esse tipo documental está sendo representado nos Planos de Classificação de Documentos e Quadros de Arranjo?

1.1 TEMA E DELIMITAÇÃO DO TEMA

Dentre os vários tipos e gêneros documentais que o Museu preserva, as fitas cassete foram escolhidas para a elaboração dessa pesquisa.

A pesquisa evidencia a necessidade de discutir políticas preservação digital, a definição de estratégias, o planejamento para o armazenamento dos objetos digitais, e o acesso a longo prazo. Dessa forma, as tecnologias da informação associadas à estratégia de preservação digital, corroboram com a preservação dos objetos analógicos e digitais, permitindo o acesso. Ao mesmo tempo em que a instituição custodiadora do acervo, também assume a sua responsabilidade de adotar medidas preventivas e corretivas, de modo a diminuir a ação do tempo sobre os documentos e suportes.

Nesse contexto, em que o Museu é responsável pelo recolhimento dos documentos de valor histórico de guarda permanente, é abordado o patrimônio arquivístico documental e estratégias de preservação digital, como tema central dessa pesquisa.

A delimitação do tema foi definida a partir de uma necessidade institucional do Museu diante do acesso aos documentos sonoros em fitas cassete, fragilizados pela ação do tempo e da emergência de realizar intervenções nessa tipologia a fim de minimizar os efeitos da degradação sobre esses suportes. Verificou-se que os documentos sonoros são pertencentes ao período delimitado entre 1960 até meados de 2000, os quais totalizam 990 fitas cassete pertencentes ao Fundo documental FIDENE.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

A produção documental no âmbito da FIDENE em função de suas atividades de atuação resulta em volume documental acumulado e expressivo de documentos, dos mais variados gêneros, como fruto do cumprimento de seus direitos e deveres, servindo de suporte para a tomada de decisões político-administrativas, constituindo o arquivo,

conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte (DBTA, 2005, p. 26).

A problemática advinda do suporte magnético e da obsolescência tecnológica, diferentemente dos suportes tradicionais, como o papel, exigem necessidades especiais de manuseio, guarda, tratamento e preservação a longo prazo, devido a degradação natural do suporte, bem como da dependência tecnológica. Neste

sentido entende-se que a falta de definição e aplicação de estratégias como parte das políticas de preservação digital, colocam em risco a preservação do patrimônio arquivístico documental e o acesso à informação. Segundo o e-Arq Brasil o documento arquivístico digital apresenta

uma série de especificidades que podem comprometer sua autenticidade, uma vez que é suscetível à degradação física dos seus suportes, à obsolescência tecnológica de *hardware*, *software* e de formatos, e a intervenções não autorizadas, que podem ocasionar adulteração e destruição. Somente com procedimentos de gestão arquivística é possível assegurar a autenticidade dos documentos arquivísticos digitais (CONARQ, 2011, p. 18).

Considerando esse legado de documentos arquivísticos digitais sendo produzidos, torna-se necessário então pensar em como garantir o acesso, pois as informações registradas e preservadas podem ser perdidas, estão vulneráveis devido a obsolescência dos suportes e equipamentos bem como da ação do tempo. O que fazer para garantir o acesso à informação e a preservação dos documentos?

O problema apresenta aspectos que precisam ser conhecidos e compreendidos para que possa ser respondido. Tais aspectos se referem ao diagnóstico e a política de arranjo do acervo sonoro de fitas cassetes, critérios a serem utilizados durante o processo de digitalização e a salvaguarda dos objetos digitais com vistas ao acesso a longo prazo.

Quanto ao diagnóstico e a política de arranjo, tem se com ponto de partida o estudo inicial sobre as peculiaridades desse acervo, a pesquisa em torno das recomendações da literatura arquivística acerca do arranjo documental e da atual organização desse acervo.

Para os critérios acerca do processo de digitalização a ser realizado como uma estratégia de preservação digital, como a captura, ou seja, a conversão das informações contidas nas fitas cassetes para formatos digitais de acesso de longo prazo, a descrição e disponibilização desses, requer-se a definição mediante pesquisa de recomendações de formatos, preservação e acesso.

Consecutivamente, em relação ao repositório arquivístico digital, faz-se necessário compreender aspectos relacionados as características dos softwares e dos sistemas informatizados que venham melhor responder ao problema apresentado e que garantam a gestão arquivística dos documentos.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Investigar à luz dos referenciais atuais da identificação tipológica e a consequente inserção dos documentos sonoros no Plano de Classificação, a metodologia e a definição de uma sistemática de arranjo e de preservação para os acervos sonoros gerados a partir da digitalização de fitas cassete do MADP pertencentes ao Arquivo FIDENE, com vistas a construção de um instrumento de pesquisa, produto do mestrado.

1.3.2 Objetivos específicos

- diagnosticar o acervo sonoro que compõe o Fundo documental FIDENE e elaborar o arranjo documental com base nos referenciais da identificação tipológica e o registro nos Planos de Classificação de Documentos;
- identificar e analisar as recomendações de formatos para a digitalização de documentos sonoros e armazenamento dos objetos digitais em um repositório arquivístico digital confiável ou em uma plataforma de acesso e difusão arquivística, normalizada e descrita;
- avaliar e implementar a adoção institucional de um repositório arquivístico digital ou plataforma de acesso, difusão e descrição arquivística como forma de viabilizar o acesso de forma online ao acervo sonoro à comunidade e pesquisadores;
- elaborar como produto do mestrado profissional, um instrumento de pesquisa em um sistema informatizado, estandardizado e online para disponibilização à pesquisa.

1.4 JUSTIFICATIVA

A formação como Bacharel em Arquivologia – Arquivista – pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, associada a qualificação dos estudos através da especialização em Gestão de Pessoas pela Sociedade Educacional Três de Maio - SETREM, e a especialização em Gestão em Arquivos pela UFSM, concomitante a

responsabilidade técnica pela gestão do Arquivo FIDENE da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado – FIDENE como técnica responsável, constituem motivações pessoais para o desenvolvimento deste estudo.

Partindo do pressuposto que a função intrínseca do arquivo permanente é segundo Paes (2002, p. 121) “reunir, conservar, arranjar, descrever e facilitar a consulta” dos documentos sob a sua custódia, garantindo que sejam acessíveis para fins administrativos, históricos e de pesquisas, e pensando que sem diretrizes e estratégias, a obsolescência das tecnologias, a deterioração das mídias e a falta de políticas de preservação, podem transformar esta sociedade em uma era da Sociedade da Informação sem memória, constitui elementos de relevância para a realização dessa pesquisa.

O acervo sonoro do Arquivo FIDENE preservado no arquivo histórico do Museu, é considerado patrimônio documental e registro de muitas de suas atividades desenvolvidas ao longo dos seus cinquenta e dois anos de existências. Arquivo este de uma instituição de ensino superior, percebido como base de informação administrativa institucional e considerado como fonte de pesquisas, para o qual se justifica a importância da aplicação de estratégias de preservação, objetivando a preservação da memória institucional, do patrimônio documental e o acesso à informação.

Ademais, acervos de áudio necessitam de cuidados e manuseio especiais para que a informação registrada seja preservada. Preservar de forma definitiva ou permanente, significa adotar medidas corretivas, significa a adoção de estratégias que possibilitem o acesso. Naturalmente a fita magnética é menos estável que um documento em papel, a perda da informação pode ocorrer por consequência da degradação química, enquanto o acesso à informação, pode ser perdido pela obsolescência do formato ou pela inexistência de um gravador apropriado e em funcionamento. Atrelado a isso, a expectativa de vida útil de uma fita magnética, está intimamente ligada ao suporte, ao armazenamento, temperatura e umidade estáveis, agentes diretamente relacionados ao acesso e preservação. Além do mais essa intervenção acarretará na possibilidade de amplo acesso e disseminação dos documentos arquivísticos sonoros, permitindo o intercâmbio de informações por meio da rede mundial de computadores (www), a promoção da difusão, preservação e segurança dos documentos arquivísticos não digitais.

Recomenda-se segundo o Conarq (2010, p. 6) a “digitalização de conjuntos documentais integrais, como fundos/coleções ou séries. No entanto, é possível digitalizar itens documentais isolados, devido frequência de uso, estado de conservação, ou alto valor intrínseco com necessidade de incremento de sua segurança, sem entretanto descontextualizá-los do conjunto a que pertencem” (CONARQ, 2010, p. 6).

Essa pesquisa discute o arranjo e a definição de fundos documentais, denominação das tipologias e espécies dos documentos sonoros em fita cassete, avaliação de uso de repositório arquivístico digital, definição de formatos de arquivos gerados a partir da digitalização das fitas cassete a longo prazo e para o acesso, e elaboração da descrição, difusão e acesso para o Fundo Documental FIDENE do Museu Antropológico Diretor Pestana através da plataforma de descrição arquivística, ICA-AtoM. São apresentadas as atividades de digitalização dos documentos sonoros, que envolvem desde o arranjo documental, a definição da tipologia documental, digitalização, estratégias de preservação adotadas e a elaboração do produto final: guia, inventário e o catálogo

Cabe ressaltar que na literatura publicada sobre o software ICA-AtoM, tem se visto a utilização da terminologia ICA-AtoM e AtoM. Percebe-se no site institucional a utilização das duas nomenclaturas, tanto para as primeiras versões de desenvolvimento do software em 2012, até a versão mais atual em desenvolvimento, 2.3.0, ainda não disponível, denominada como AtoM. Nas publicações sobre o software e também pela própria desenvolvedora, ambas as denominações são aceitas. Nesta pesquisa será utilizada a denominação ICA-AtoM.

Esta pesquisa visa subsidiar o arquivista em boas práticas quanto a aplicação de estratégias de preservação digital de documentos sonoros e acredita-se fornecer subsídios para a elaboração da descrição arquivística com o uso do ICA-AtoM, primando pelo acesso e difusão fazendo uso da tecnologia da informação como ferramenta de auxílio ao arquivista.

1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA

Esta pesquisa está estruturada em capítulos, sendo o primeiro a Introdução, onde são apresentados os objetivos, os problemas e as justificativas do tema proposto. Nos capítulos 2, 3, 4 e 5 desenvolveu-se a fundamentação teórica basilar

para a temática pesquisada. Abordando-se estudos publicados por grupos de pesquisa e teóricos de referência global que tratam sobre as temáticas: patrimônio arquivístico documental, documento arquivístico, preservação digital, diplomática contemporânea e repositórios arquivísticos digitais confiáveis, acesso, difusão e preservação.

O capítulo 6, Metodologia, aborda as estratégias de pesquisa adotadas para atingir os objetivos propostos, organizado de modo a destacar a classificação da pesquisa, etapas de realização, a forma de coleta de dados e a planificação da pesquisa.

O capítulo 7, Contexto de estudo, busca identificar a instituição pesquisada, a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado, trazendo uma Cronologia histórica do MADP e a sua estrutura e funcionamento.

O capítulo 8, Elaboração do quadro de arranjo documental, refere-se a análise quanto ao atingimento do primeiro objetivo específico da pesquisa, a realização do diagnóstico do acervo e instituição e a proposição do quadro de arranjo documental seguindo a metodologia da Tipologia Documental e da Diplomática Contemporânea.

O capítulo 9, Digitalização de documentos sonoros: recomendações de formatos, armazenamento, difusão e acesso, identifica e analisa as recomendações de formatos para a digitalização de documentos sonoros e a adoção para armazenamento dos objetos digitais em um repositório arquivístico digital confiável ou em uma plataforma de acesso e difusão arquivística, normalizada e descrita;

O capítulo 10, Repositório arquivístico digital e plataforma de acesso online, busca avaliar e implementar a adoção institucional de um repositório arquivístico digital ou plataforma de acesso, difusão e descrição arquivística como forma de viabilizar o acesso de forma online ao acervo sonoro à comunidade e pesquisadores.

O capítulo 11, O uso do ICA-AtoM como um ambiente de descrição, difusão e acesso para documentos sonoros, objetiva elaborar como produto do mestrado profissional, um instrumento de pesquisa em um sistema informatizado, estandardizado e online para disponibilização à pesquisa.

O capítulo 12, Conclusão, são apresentadas as conclusões da pesquisa e o atingimento dos objetivos. A seguir constam as referências, apêndices e anexos do trabalho.

Neste capítulo, foi realizada a introdução à pesquisa, apresentação e delimitação do tema, caracterização do problema, objetivos geral e específicos, justificativa e estrutura da pesquisa. No próximo capítulo serão abordados os temas Patrimônio Cultural e documental, documento arquivístico sonoro – fita cassete e Arquivologia.

2 PATRIMÔNIO CULTURAL

Neste capítulo são abordados os conceitos de Patrimônio Cultural, Patrimônio documental, documento arquivístico sonoro – fita cassete, Arquivologia, Descrição, difusão e acesso, e Normas para descrição arquivística.

Ao falar de Patrimônio, automaticamente o pensamento é remetido à imagem de edificações e monumentos, limitando a amplitude desse conhecimento, pois o mesmo se refere a bens materiais e imateriais, e torna-se necessário discutir e conceituar a palavra Patrimônio, a qual pode assumir diversos sentidos. O conceito de Patrimônio, está profundamente ligado aos conceitos apontados pelas Cartas Patrimoniais de Atenas (1931), de Veneza (1964) e de Machu Picchu(1977).

A origem da palavra Patrimônio vem do latim *patrimoniu*, em que *pater* significa pai, e remete à herança familiar do pai considerado o chefe da família na antiguidade, o patriarca, que em geral no Império Romano, era quem detinha o poder sobre os pertences familiares. Esse conceito era muito associado aos bens e posses deixados pelo chefe da família como herança de ordem material ou imaterial. Enquanto que *monium* indica uma condição, estado ou função. Assim *patrimonium* significa os bens herdados de ordem material e imaterial, como costumes, sabedorias, posses físicas, cultura, adquiridas de geração em geração.

Inicialmente sua definição remetia à herança familiar, diretamente relacionada aos bens materiais, advinda do direito de propriedade privado, em que a transmissão de bens acontecia no seio da elite romana, transparecendo a ideia de que o Patrimônio era patriarcal, individual e privativo, de exclusividade da nobreza.

Segundo Choay (2001, p.11) a palavra Patrimônio está ligada às estruturas familiares, “bem de herança que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos” (CHOAY, 2001, p. 11), intensamente associada às questões econômicas e jurídicas.

Para Funari e Pinsky (2002, p. 16), com o passar do tempo esse conceito passa para os bens protegidos por lei e pela atuação dos órgãos da nação, vindo a constituir o Patrimônio cultural da memória das sociedades. Nota-se uma evolução na concepção de Patrimônio cultural com a disseminação do cristianismo e o predomínio da igreja, em que o conceito de Patrimônio passa a remeter ao simbólico e ao coletivo, a religiosidade, o culto aos santos e a valorização das relíquias. Perpassando a ideia de valorização de lugares, objetos e ritos coletivos.

No final do século XX, no ano de 1985 com a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, organizada pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios – ICOMOS, aponta novos rumos começam para a ampliação do conceito de Patrimônio. Esse evento foi o propulsor e que deu origem a Declaração do México em 1985. Nesse período, ocorre uma ampliação sobre o conceito de Patrimônio, sendo então agregado o valor de Identidade Cultural, Educação e Comunicação. Ampliando assim a discussão e apontando a existência do Patrimônio Cultural Material e Não Material, passando a abarcar novas formas de manifestações culturais. O documento resultante da Conferência afirma que o Patrimônio cultural abrange “as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas” (ICOMOS, 1985, p. 4¹).

Conforme Pavezi (2006, p. 25) “a partir dessa declaração que o Patrimônio cultural é construído ao longo da história da humanidade e se manifesta como um produto dessa história e a sua preservação tem um significado no contexto sócio-cultural em que está inserido”.

Conforme a Declaração do México (1985), apresenta-se a diferenciação entre bens culturais de natureza material e imaterial. Na Declaração, segundo Pavezi (2006, p. 26) “os bens culturais de natureza material são formados pelos conjuntos urbanos que sintetizam a convergência de um conjunto de artes e manifestações culturais distintas”. Enquanto que os bens culturais de natureza imaterial “são aqueles que estão marcados pelas várias celebrações, que incluem rituais e festas de vivência coletiva de várias práticas do cotidiano social como trabalho, a religiosidade e o entretenimento”.

No Brasil a questão do Patrimônio é um conceito trabalhado recentemente, datado de 1937, com a publicação do Decreto-lei nº 25/1937, art. 1º, no qual se estabelece a composição do Patrimônio histórico e artístico nacional, momento em que se marca a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – o IPHAN, vinculado ao Ministério da Cultura – MinC e que atua diretamente ligado ao Patrimônio cultural brasileiro. O Decreto organiza a proteção do Patrimônio histórico e artístico nacional, até então muito voltado a concepção de materiais, especialmente, quanto ao Patrimônio arquitetônico.

¹ ICOMOS. Declaração do México. Rio de Janeiro: IPHAN, 1985.

A partir de então, tem-se como marco referencial de reconhecimento acerca do Patrimônio a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural da UNESCO em 1972, e a conceituação do Patrimônio cultural brasileiro através da Constituição Federal Brasileira de 1988, a qual em seu Art. 216, declara o que constitui o Patrimônio cultural brasileiro, “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Esses bens são formados pelas:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2012, p.124).

Nota-se nesse momento que os documentos são citados na Constituição Federal de 1988, e que estes constituem e formam o Patrimônio cultural brasileiro. A Constituição de 88 em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de Patrimônio cultural, no momento em que passa a reconhecer o Patrimônio cultural de natureza material e imaterial.

O conjunto de bens culturais, para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, é composto segundo a sua natureza e registro nos Livros Tombo (arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas). Para o IPHAN, o Patrimônio cultural categoriza-se em dois tipos: material e imaterial. Enquanto que os bens culturais de natureza imaterial, segundo o IPHAN, dizem respeito “àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas”².

A ampliação do conceito hoje tem a ver com a materialidade - monumentos, prédios, obras de arte, dentre outros - e imaterialidade - a cultura viva das comunidades, o *savoir faire*, expressões culturais, danças, rituais, modos de viver, culinária, dentre outros aspectos comuns à coletividade específica.

Para a UNESCO, o Patrimônio Cultural Imaterial,

² Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: abr. 2015.

são as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural³

Enquanto que, o Patrimônio Cultural Material segundo o IPHAN, é composto por conjunto de bens culturais classificados segundo a sua natureza em bens imóveis, como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Na ramificação do Patrimônio cultural móvel para o IPHAN, e segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), o Patrimônio documental contempla uma diversidade de bases para o registro da informação, caracterizados entre gêneros e espécies documentais, nas quais estão representadas a evolução e o conhecimento da humanidade, englobando os suportes, formatos, gêneros e espécies que constituem os documentos. Caracteriza-se assim o documento com Patrimônio cultural documental.

Os documentos, segundo Hedlund (2014, p.35) “fazem parte dos bens materiais que constituem o Patrimônio cultural brasileiro. Como o próprio nome diz, essa categoria de Patrimônio cultural abrange especificamente os acervos documentais”. Paes (2004, p.29) classifica os documentos em escritos ou textuais, cartográficos, iconográficos, filmográficos, sonoros, microográficos, e informáticos.

O conceito de Patrimônio documental arquivístico, remete inevitavelmente ao conceito de documento, o qual, segundo Bellotto (2004), é qualquer elemento, produto da atividade humana, pelo qual o homem se expressa. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73), define o documento como “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte material ou formato”.

Para o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ (2006), em documento publicado pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos, o documento arquivístico é aquele produzido ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer de suas atividades, qualquer que seja o suporte.

³ Disponível em: < <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/cultural-heritage>>. Acesso em: abr. 2015.

Este estudo que se apresenta nesta pesquisa diz respeito ao Patrimônio documental custodiado pelo Museu Antropológico Diretor Pestana, e que registra em documentos sonoros em suporte de fitas cassete, o Patrimônio documental da instituição.

Nessa perspectiva de preservação do Patrimônio documental, torna-se necessário traçar os conceitos de documento, para que este possa ser discutido dentro da perspectiva de preservação digital. Assim, o documento é a “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (DBTA, 2005, p.73) pelas várias formas como se apresenta nos arquivos, perpassando o suporte papel até os documentos digitais gerados pelas tecnologias atuais.

Deste modo, o documento arquivístico é o “documento produzido (elaborado ou recebido), no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência” (GLOSSÁRIO CTDE, 2010, p.12).

Para tanto nesse universo a “informação registrada, codificada em dígitos binários e acessível por meio de sistema computacional”, consolida-se no documento digital (CONARQ, 2011, p.9). Enquanto que, o documento arquivístico digital “é um documento digital que é tratado e gerenciado como um documento arquivístico, ou seja, incorporado ao sistema de arquivos” (CONARQ, 2011, p.9).

A “informação registrada, codificada em forma analógica ou em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de um equipamento eletrônico” (GLOSSÁRIO CTDE, 2010, p.13) caracteriza o documento eletrônico, quando inserido num sistema de arquivos, o documento arquivístico eletrônico é “reconhecido e tratado como um documento arquivístico” (GLOSSÁRIO CTDE, 2010, p.12).

2.1 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

Os documentos, segundo Hedlund (2014, p.35) “fazem parte dos bens materiais que constituem o Patrimônio cultural brasileiro. Como o próprio nome diz, essa categoria de Patrimônio cultural abrange especificamente os acervos documentais”. Paes (2004, p.29) classifica os documentos em escritos ou textuais, cartográficos, iconográficos, filmográficos, sonoros, microográficos, e informáticos.

O conceito de Patrimônio documental arquivístico, remete inevitavelmente ao conceito de documento, o qual, segundo Bellotto (2004), é qualquer elemento,

produto da atividade humana, pelo qual o homem se expressa. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73), define o documento como “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte material ou formato”.

Para o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ (2006), em documento publicado pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos, o documento arquivístico é aquele produzido ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer de suas atividades, qualquer que seja o suporte.

Conrado (2014, p. 21) define os documentos arquivísticos como

subprodutos da atividade humana e possuem finalidades, inicialmente, administrativas. Após passar pela avaliação, os documentos de guarda permanente são identificados e passam a constituir o patrimônio documental arquivísticos, em virtude do valor secundário que estes documentos arquivísticos adquirem. Este valor secundário está relacionado às informações registradas nos documentos e são imprescindíveis para quem os produziu e para a sociedade, pois possuem valor de prova e são fontes de pesquisas de cunho histórico e social, devendo ser definitivamente preservados (CONRADO, 2014, p.21).

Esses documentos de guarda permanente, compõem o Patrimônio documental arquivístico e constituem o arquivo permanente.

A Unesco, contribui de forma significativa para a preservação do Patrimônio cultural através do Programa Memória do Mundo, do Programa escudos Azul (Blue Shield) e do Comitê de Preservação de Desastres criado pelo Conselho Internacional de Arquivos. Segundo Hedlund (2014, p. 33), os objetivos do Programa Memória do Mundo da Unesco, criado em 1992 são “a) facilitar a preservação do Patrimônio documental mundial mediante as técnicas mais adequadas; b) facilitar o acesso universal ao Patrimônio documental; e c) criar uma maior consciência em todo o mundo da existência e importância do Patrimônio documental”, pois o Patrimônio pertence a todos e deve ser plenamente preservado e protegido.

No Brasil, o Patrimônio documental está sob responsabilidade da esfera pública ou privada, através das ações de um museu, de uma biblioteca ou de um arquivo e as atividades de gestão documental seguem a uma legislação conexas. Seja através da Constituição Federal Brasileira de 1988, onde – “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear a consulta a quantos dela necessitarem”, ou através

da Lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991, que dispõem sobre a política nacional de arquivos públicos ou privados.

Deste modo estabelece-se a relação do Patrimônio documental arquivístico e sua relação com o Patrimônio cultural.

Na perspectiva de Patrimônio cultural e documental, inserem-se os documentos sonoros, os documentos em fitas cassete, naturalmente pertencentes ao gênero sonoro e objeto dessa pesquisa, a seguir minudenciados.

2.1.1 Documento sonoro arquivístico: fita cassete

Em 1900 se deu o início o processo de registro sonoro com o dinamarquês Valdemar Poulsen (18969-1942), com contribuições significativas para o rádio e responsável por desenvolver um gravador magnético de arame em 1899, capaz de realizar gravações em um fio de arame. Não possuía muita praticidade, pois o fio se torcia com facilidade.

Em 1928 o engenheiro alemão Fritz Pfeumer apresentou o gravador Magnetofone de Pfeumer, que substituiu o arame por uma fita de papel revestida com aço em pó.

Em 1932 as empresas alemãs Basf e AEG Telefunken desenvolveram a solução para agravação magnética, criando a fita e a produção do aparelho.

Em 1934 a Basf apresentou a fita magnética com o plástico poliéster para substituir o arame e o papel.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, a fita magnética é “recoberta por uma camada magnética, capaz de armazenar informações sob a forma de sinais eletromagnéticos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.91), lançada oficialmente em 1963, pela empresa holandesa Philips (Royal Philips Electronics - NYSE: PHG, AEX: PHI, também denominada como Koninklijke Philips N.V ou somente como Philips)⁴.

Utilizada para armazenamento de sinais de áudio de forma analógica, Figura 1, com capacidades em torno de 30 (15 minutos por lado), 45, 60, 90 e 120 minutos. O nome da fita já indica a duração da mesma, como C-60 (60 minutos para cada lado).

⁴ Disponível em: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Philips>>. Acesso em: jan. 2016.

Figura 1 - Fita cassete C-60, TDK, 60 minutos de áudio



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fita_cassete

Segundo Amaral (2009, p.14), em 1963 a empresa Philips lança “a fita cassete, compact cassette, áudio-cassete, cassette ou simplesmente fita magnética”, com a possibilidade de se gravar e reproduzir sons.

A fita cassete é

constituída basicamente dois carretéis, com a fita magnética (que pode ser duas faixas de áudio mono ou dois pares de faixa estéreo) e todo o seu mecanismo de movimento alojados em uma caixa plástica de 10cm x 7cm, a cassete veio pra facilitar o manuseio e utilização, permitindo que a fita fosse colocada ou retirada do aparelho reproduzidor em qualquer ponto de gravação sem a necessidade ser rebobinada como as “open reel”, as fitas em rolo. E, por ser pequena, permitia uma enorme economia de espaço em relação às fitas tradicionais (AMARAL, 2009, p. 15).

A explosão ou expansão do som individual se deu nos anos 70, com a criação do walkman pela Sony e dos gravadores de áudio portáteis pela Philips. Sendo até os anos 90 um dos formatos mais populares para música, em conjunto com os discos de vinil.

As fitas cassete foram sendo superadas no final dos anos 1980 com a chegada dos CDs, sendo fortemente desbancadas em 2000 pelos reprodutores de MP3, cartões de memória, DVDs, com uma qualidade de som superior, maior capacidade de armazenamento e duração. A partir dali quase não eram mais produzidas pelos fabricantes, praticamente escassas ou raridades no mercado.

A sobrevivência das fitas cassete é praticamente nula, Van Bogard (2001, p. 20), recomenda a transcrição de arquivos de áudio e vídeo a cada 10 ou 20 anos para uma geração seguinte de sistema de gravação como estratégia de preservação

a ser adotada. O processo de transcrição citado por Van Bogard, é considerado a cópia igual ou diferente de uma fita para outra (2001, p.41).

O autor nesse período fazia inferências quanto a aplicação de estratégias de preservação para esses documentos, no momento que ressalta que a transcrição muitas vezes é confundida com a aeração, processo de cópia de uma fita para outra mais nova e com mesmo formato. Quando a informação, segundo Van Bogard (2001, p. 41) acima citado, é copiada para um formato diferente, esse processo é chamado de reformatação e conversão.

Os registros sonoros para St. Laurent,

são artefatos legíveis por máquinas; são documentos em que a integridade da informação contida está diretamente relacionada ao bem-estar físico do artefato. Uma vez que a maioria dos registros sonoros é feita de plástico, a conservação deve ser tratada como um problema de degradação de plásticos, exigindo uma abordagem diferente daquela da conservação do papel. É importante compreender os processos químicos degenerativos básicos e os princípios da retenção do som pelos diversos meios para assegurar que medidas apropriadas sejam tomadas para reduzir a taxa de degradação” (ST. LAURENT, 2001, p.8).

O documento sonoro é compreendido pelo Glossário da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros - CTDAIS, “como o gênero documental integrado por documentos que contém registros sonoros” (CONARQ, 2014, p.9), no DBTA, documento sonoro é o “registro sonoro, como disco e fita audiomagnética” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.79).

As instituições, para Buarque, que preservam acervos sonoros,

de História Oral têm como constante desafio a manutenção e a preservação de seus documentos, sobretudo aqueles de natureza sonora e audiovisual. O uso de tecnologias digitais está trazendo novas possibilidades para a preservação de longo prazo... Portanto, diante dessa crescente obsolescência dos equipamentos analógicos, é dever das instituições de guarda manter, junto a seu corpo de profissionais, técnicos que detenham conhecimentos não só do universo digital, mas que saibam também operar com desenvoltura os equipamentos analógicos. O desafio não é apenas de manter as máquinas, mas também todo o conhecimento humano que as cercam (BUARQUE, 2008, p.3).

Silva (2008, p.2) em seu artigo A preservação e o acesso de acervos fonográficos – relatos de pesquisa, publicado no Arquivística.net, infere que a preservação se dedica a preservar e recuperar as condições físicas dos documentos, garantindo a estabilidade dos suportes e conseqüentemente a disseminação da informação. Ainda segundo o autor, a preservação a longo prazo

excede a interferência física nos suportes, de maneira que objetiva o acesso continuado à informação, estabelecendo uma relação entre as ações de conservação, restauração e a conservação preventiva. As tecnologias da informação associadas a essa estratégia corroboram com a preservação, permitindo o acesso a informação contida nos objetos analógicos, tão logo digitais.

A preservação desses acervos sonoros é uma perspectiva da memória oral na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, provenientes das ações de uma instituição pioneira no ensino regional e na preservação do Patrimônio cultural. Nesse sentido, a digitalização é vista como uma estratégia de preservação do documento, ao mesmo tempo em que promove acesso as informações ali contidas. A preservação é um dos grandes desafios das instituições custodiadoras de acervos, enquanto provisão de acesso às gerações do futuro.

Para Sant'Anna (2001) apud Arellano (2004, p. 16) “é responsabilidade dos arquivos adotar medidas preventivas e corretivas objetivando minimizar a ação do tempo sobre o suporte físico da informação, assegurando sua disponibilidade”. O autor evidencia as práticas da preservação digital que fazem uso de mecanismos que permitem o armazenamento como os repositórios, os quais poderiam oferecer a perenidade dos seus conteúdos enquanto estratégia. As condições para a preservação digital

seriam, então, a adoção desses métodos e tecnologias que integrariam a preservação física, lógica e intelectual dos objetos digitais. A preservação física está centrada nos conteúdos armazenados em mídia magnética (fitas cassete de áudio e de rolo, fitas VHS e DAT etc.) e discos óticos (CD-ROMs, WORM, discos óticos regraváveis). A preservação lógica procura na tecnologia formatos atualizados para inserção dos dados (correio eletrônico, material de áudio e audiovisual, material em rede etc.), novos *software* e *hardware* que mantenham vigentes seus *bits*, para conservar sua capacidade de leitura (SANT'ANNA apud ARELLANO, 2004, p. 16).

O Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos – CPBA, visa a troca de experiências entre instituições de arquivos e bibliotecas quanto ao gerenciamento de programas de conservação preventiva de acervos, em seu caderno técnico Armazenamento e manuseio de fitas técnicas, aponta como armazenar e cuidar apropriadamente de meios magnéticos de modo a estender o tempo de vida útil desses. Adicionalmente, o autor VAN BOGART (2001), ressalta que para a informação permanecer preservada são necessários ambientes especiais de salvaguarda, bem como a aplicação de estratégias a esses documentos, porque

a tecnologia de gravação se tornará arcaica e obsoleta. Alerta ainda, que o conteúdo das fitas também poderá ser perdido pela obsolescência dos formatos e pela inexistência dos equipamentos adequados para o seu funcionamento, pois tanto a fita magnética como o gravador, não foram idealizados para durar infinitamente. A deterioração da fita é inerente, e estima-se que sua expectativa de vida seja de 10 a 30 anos, isso quando respeitadas as condições climáticas de preservação e armazenamento.

Os documentos sonoros em fita cassete são menos estáveis que o papel, os livros mantem a sua forma estável por muitos anos, enquanto que os meios magnéticos, devido aos vários formatos e as tecnologias de gravação, são mais instáveis, devido à forma como as informações são registradas.

Acervos de áudio necessitam de cuidados e manuseio especiais para que a informação registrada seja preservada. Dez anos significa espaço e ambientes especiais de armazenamento, pois preservar de forma definitiva, permanente, torna necessário a adoção de transposição dessas mídias para novos meios. Esses meios de armazenamento podem ser instáveis e as tecnologias de gravação se tornarão obsoletas com o passar dos tempos.

A fita magnética,

consiste de uma fina camada capaz de registrar um sinal magnético, montada sobre um suporte de filme mais espesso. A camada magnética, ou cobertura superficial consiste de um pigmento magnético suspenso em um aglutinante de polímero. Conforme o próprio nome diz, o aglutinante mantém as partículas magnéticas juntas entre si e presas ao suporte da fita. A estrutura da cobertura superficial de uma fita magnética é similar à estrutura de uma gelatina contendo pedaços de frutas – o pigmento (pedaços de fruta) está suspenso na gelatina e é mantido coeso pela mesma. A cobertura superficial, ou camada magnética é responsável pelo registro e armazenamento dos sinais gravados sobre ela. (VAN BOGARD, 2001, p.10)

Segundo Van Bogard (2001), a guarda e manuseio apropriada às fitas é de extrema importância, assim como o processo de gravação das fitas, que consiste em dois componentes diferentes, a fita magnética e o gravador, projetados para não durar infinitamente. A perda da informação pode ocorrer por consequência da degradação química do suporte, enquanto que o acesso à informação, pode ser perdido pela obsolescência do formato ou pela inexistência de um gravador apropriado e em funcionamento.

O autor faz inferências, no sentido que a fita magnética consiste em uma gravação de sinal magnético sobre uma camada, sobre um suporte de filme. A camada magnética consiste de pigmentos magnéticos suspensos em um aglutinante, esse aglutinante é que mantém as partículas magnéticas juntas entre si e presas ao suporte da fita. Essa camada é responsável pelo registro e armazenamento dos sinais magnéticos gravados sobre ela.

O aglutinante tem a função de proporcionar uma superfície lisa ao transporte do sistema de gravação ou reprodução. Do contrário seria uma camada áspera e dificultaria a reprodução da informação.

O suporte de filme é necessário para sustentar a camada de gravação magnética, fina, frágil e auto sensível.

As partículas magnéticas, o aglutinante e o suporte, são potenciais fatores de falha para a fita magnética. Segundo a *Magnetic-Media Industries Association of Japan* (MIAJ), o tempo de vida útil em condições normais, é definido pelo aglutinante e não pelas partículas magnéticas. O lubrificante tem sua ação alterada com ação do tempo, pois cada vez que uma fita é ouvida, o lubrificante na fita diminui, isso é parte de sua função. Mesmo as fitas não tocadas, arquivadas, o lubrificante é diminuído, pela evaporação e degradação natural desse componente.

A partícula magnética é “responsável por armazenar magneticamente a informação registrada através de alterações na direção do magnetismo de partículas locais. Se houver qualquer alteração nas propriedades magnéticas do pigmento, os sinais registrados podem ser irrecuperavelmente perdidos” (VAN BOGART, 2001, p.13). A diminuição do sinal magnético, com o tempo,” pode resultar na diminuição do sinal de saída e da perda potencial da informação” (VAN BOGART, 2001, p. 13). A desmagnetização de uma fita pode resultar de uma interferência externa, como um detector de metal, por exemplo, pois é muito suscetível a sofrer desmagnetização e perda de sinal.

A deterioração magnética é inerente, contudo as baixas temperaturas de armazenamento podem reduzir esses efeitos, porém os níveis de umidade têm pouco efeito sobre a deterioração dos pigmentos magnéticos.

O “suporte da fita, ou substrato, é o que sustenta a camada magnética para a passagem através do gravador”. As fitas mais antigas, nos anos de 1940 e 1950, tinham como suporte os filmes de acetato, muito utilizados para áudio, também muito utilizados nos filmes antigos de cinema, e muito sujeito à hidrólise. Mais

instável que o filme de poliéster, porém seus aglutinantes são mais estáveis. Podendo ter um tempo de vida limitado pela degradação do suporte e não pela degradação do aglutinante. Ocasionalmente a síndrome do vinagre, em estágios mais avançados, ficará quebradiça e se romperá com facilidade. Segundo Van Bogart (2001), recomenda-se que fitas com base de acetato devem ser armazenadas em ambientes com baixa temperatura e baixa umidade.

Segundo o autor, não são necessários equipamentos caros para gravação e reprodução de fitas analógicas. No entanto, devem ter boas condições de manuseio, para que possam produzir gravações de qualidade e também possam prevenir contra danificação das fitas quando reproduzidas. Deve-se evitar gravadores sujos, devem estar mecanicamente alinhados para não rasgar ou distender a fita. As instruções dos fabricantes são importantes e devem ser consideradas para uma boa manutenção do equipamento, prevenindo assim as gravações.

Segundo a Corporação AMPEX de Meios de Gravação, a degradação prematura da fita é resultado de fatores que afetam o seu tempo de vida e sobre os quais deve-se observar: manuseio e transporte, condições de guarda – temperatura e umidade, número de vezes que é utilizada, componentes físicos da fita e qualidade e disponibilidade futura de tecnologia para reproduzir. Fatores como guarda e manuseio, são altamente relevantes, como: ambientes limpos para armazenamento e uso, evitar sujidades sobre a fita, quedas e manter proteção da luz solar intensa e contato com água, e cuidados em armazenar em pé, pois os rolos devem ser sustentados pelo eixo da bobina, como os livros nas estantes.

2.2 A ARQUIVOLOGIA

Ao tratar do tema Arquivologia, objetiva-se nessa subseção, apresentá-la como ciência, suas funções e a gestão de documentos, permitindo assim a aproximação do objeto de estudo, a fita cassete, este documento arquivístico pertencente do Patrimônio documental.

Conceituar a Arquivologia torna-se ponto essencial, e segundo o DBTA (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 37), esta é a “disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos. Também chamada de arquivística”.

A literatura arquivística contempla as expressões arquivística e arquivologia como um campo do saber relacionado as práticas realizadas nos arquivos, aqui não objetiva-se realizar distinções, e sim conhecê-la como ciência. Para isso faz-se necessário compreender a origem dos arquivos, atribuída ao surgimento da escrita, com o uso das placas de argila na Mesopotâmia, que serviram como registro das mais diversas informações, os primeiros registros da humanidade, assim como as pinturas rupestres e as figuras.

Para Silva (et al, 2002, p.48),

os arquivos não eram concebidos como meros depósitos ou reservas inertes de placas de argila. (...)Para além dos documentos em si, havia uma estrutura organizacional, um critério seletivo de preservação e a disponibilização de um serviço, determinado tanto pelo valor informativo das placas, como pela pertinência e rigor de sua integração sistêmica (SILVA et al., 2002, p.48).

Para Santos (2012, p. 30), para que

uma ciência seja aceita como tal deve cumprir três requisitos fundamentais: ter um objeto de estudo, este objeto deve ser estudado para procurar um conhecimento por causas, estabelecer leis universais ou pesquisar uma verdade e, finalmente, deve ter um método próprio (SANTOS, 2012, p.30).

O arquivo para Souza (2008, p. 106), é sempre um conjunto de documentos, este é o entendimento que se tem, e o documento segundo o DBTA é a “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73), ou seja, constitui-se de informação e suporte. Para o Souza (2008), o arquivo sempre foi visto como fonte de informação para as mais diversas áreas do conhecimento, razão pela qual Duranti (1994, p. 50-51) entende que os “registros documentais são um tipo de conhecimento único: produzido ou recebido durante as atividades pessoais ou institucionais”.

Os documentos,

são os instrumentos e subprodutos e as provas fundamentais para conclusões e inferências sobre aquelas atividades. E a capacidade que eles têm de registrar e preservar as ações e os atos dos seus criadores é dada pela relação visceral que existe entre os documentos e a atividade que deles resultaram (DURANTI, 1994, p. 50-51).

Deste modo para a autora, o documento arquivístico de acordo com as características contextuais, contempla a imparcialidade, a autenticidade, a naturalidade e o inter-relacionamento.

Calderon em sua obra *O arquivo e a informação arquivística: da literatura científica à prática pedagógica*, infere o entendimento de Heredia Herrera (1993), a qual,

entende a arquivística como a ciência que tem por objeto os arquivos e cuja finalidade é fornecer informações aos produtores dos documentos e também aos cidadãos em geral. Utiliza-se de procedimentos e tarefas como recolhimento, conservação, organização e disseminação dos documentos para atingir o fim proposto (CALDERON, 2011, p.60)

A arquivística para Cruz Mundet (2008, p.55, tradução nossa) é uma ciência emergente, visto que possui um objeto, os arquivos com seus fundos documentais e um conjunto de princípios teóricos e práticos, e sua capacidade de tornar a informação recuperável através dos documentos.

Todavia os documentos são considerados primordiais, porém sem sua manutenção e correta preservação, nada haverá para se recuperar. Neste cenário de ciência, a arquivística adquire papel primordial na gestão das massas documentais e sobretudo amplia sua capacidade de gestão administrativa quando faz uso da ciência e técnica para garantir gestão documental.

A gestão de documentos, no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística é o

conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento. Também chamado administração de documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 100).

Surgem pois a necessidade administrativa e legal “sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual; são, via de regra, exemplares únicos e sua gama é variadíssima, como forma e suporte (BELLOTTO, 1992, p.15)”, os documentos de arquivo.

Complementando, a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, em seu Art. 3º, considera a

gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (BRASIL, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm).

Para Moreno (2008, p. 85), as ações de gestão documental ou de documentos objetivam,

entre outros, assegurar uma documentação adequada, garantir a preservação e o acesso aos documentos, permitindo a recuperação das informações de forma ágil e eficaz, proporcionar o cuidado adequado e o armazenamento a baixo custo, reduzir ao essencial a massa documental produzida, otimizar recursos humanos, físicos e materiais (MORENO, 2008, p. 85).

O excesso de informações e de atividades com as quais as pessoas se deparam diariamente, tem seus reflexos diretos nos modos de viver, em que a vida moderna requerer uma constante adaptação do ser humano. Esses são traços marcantes da sociedade do século XXI (CALDERON, 2011, p.78-79). Para Calderon (2011, p. 78-79) o

cenário se caracteriza pelo aumento da produção de documentos em suportes variados usados no registro das informações geradas e, ainda, pela extrema velocidade com que essas são produzidas e veiculadas para além dos limites fronteiriços. Ocorre que, assim como o perfil do usuário é influenciado pelas conjunturas sociais, as formas de registro, os processos de tratamento e organização do documento também sofrem mudanças na medida em que a sociedade evolui. Os arquivos devem garantir que os documentos gerados sejam preservados como testemunho e prova incontestável dos procedimentos administrativos. Nesse sentido, tanto os documentos originados em ambiente eletrônico, como os tradicionais (escritos), devem ser submetidos aos princípios arquivísticos. O documento eletrônico tem algumas peculiaridades que tornam a manutenção da sua fidedignidade e autenticidade uma tarefa mais complexa (INNARELLI, 2007, p. 23). Por exemplo, pode ocorrer a qualquer tempo a separação do suporte e do conteúdo quando se realiza o processo de migração da mídia para prevenir um possível dano ou em razão da “obsolescência tecnológica”. Na opinião de Rodríguez Bravo (2002), o fato de ser possível copiar o documento sem que ocorra perda de qualidade, torna obsoleto o conceito diplomático de autenticidade (CALDERON, 2011, p. 78-79).

Para garantir que os documentos gerados possam ser preservados como testemunho, a Arquivologia para Rousseau & Couture (1998, p.265), “está ligada diretamente as funções de: produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão dos documentos arquivísticos” na gestão documental.

Dito isto, as funções arquivísticas são necessárias à execução das atividades cotidianas de gestão documental. Neste sentido, e de forma conclusiva ao tema Arquivologia, Santos (2008, p. 178) aborda a criação como procedimento relacionado ao rigor, no seu grau mais elevado, na produção de documentos de arquivo. Momento em que devem ser definidas normas, conteúdo, modelo, formato e trâmite, e que o arquivista participa elaborando manuais de produção de documentos.

A avaliação, no qual são definidos os prazos de guarda e destinação dos documentos, resulta na criação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e na elaboração e aplicação da Tabela de Temporalidade Documental, bem como, editais, listas de eliminação (SANTOS, 2008, p. 178-179).

Outra função de merecido destaque, “a aquisição, contempla a entrada de documentos nos arquivos corrente, intermediário e permanente” (SANTOS, 2008, p.179), refere-se ao arquivamento corrente e aos procedimentos de transferência ou recolhimento de acervo. Nos arquivos permanentes, esta função está fortemente voltada a doação, dação, depósito, e empréstimos sob custódia temporária.

Para Santos (2008, p. 179), a conservação/preservação está relacionada a manutenção da integridade física ou lógica dos documentos ao longo do tempo e que por meio do uso de tecnologias se possa realizar o processamento e recuperação da informação posteriormente.

A classificação, está relacionada para Santos (2008, p.180), à criação e utilização de planos de classificação que evidenciem e reflitam as funções, atividades e ações de uma instituição. Para o autor na fase permanente são elaborados os quadros de arranjo dos documentos. Esta função é responsável pela organização intelectual do acervo.

Habitualmente, a descrição é uma função exercida na fase permanente, o que pode ser equivocado, pois esta função perpassa todo o ciclo documental, desde a descrição da tipologia documental até a realização da descrição de um fundo documental, elaboração de um guia ou de catálogo. As quais estão intimamente ligadas a descrição documental (SANTOS, 2008, p. 181).

Segundo o DBTA (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 15) a “possibilidade de consulta a documentos e informações”, é “função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização”, promovendo a acesso aos documentos e sua utilização caracterizam as atividades primordiais de um arquivo: a difusão e o acesso. A partir destas é que se torna possível o contato e conhecimento do que um arquivo preserva e o que o usuário pode utilizar e como valer-se dele.

2.2.1 Funções arquivísticas: descrição, difusão e acesso

A descrição é um “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67).

Segundo Santos (2008, p. 180) a descrição muitas vezes é entendida como uma atividade que ocorre apenas nos arquivos permanentes, na fase permanente, no entanto, esta é uma ação que transcorre por todo o ciclo vital dos documentos, “pois tem seus elementos adequados a cada uma das fases, à unidade a qual se refere (peça, dossiê, série, etc., ou ainda, textual, imagético ou audiovisual) e às necessidades do usuário”. Para Hedlund (2014, p.41) a descrição “se inicia no processo de classificação dos documentos corrente, ao receber informações que carregará enquanto existir, e perpassa todo o ciclo vital do documento”.

A descrição também pode estar relacionada ao desenvolvimento de índices, de vocabulários controlados, a indexação no momento em que se estabelecem pontos de acesso para se recuperar os documentos ou informações.

O objetivo da descrição arquivística

é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados. Processos relacionados à descrição podem começar na ou antes da produção dos documentos e continuam durante sua vida. Esses processos permitem instituir controles intelectuais necessários para tornar confiáveis, autênticas, significativas e acessíveis descrições que serão mantidas ao longo do tempo (CIA, 2000, p. 11).

Conrado (2014, p.30.) ressalta que “descrever é realizar a representação ideológica das informações contidas nos documentos, sendo assim, uma atividade intelectual que se inicia na classificação”. Para a autora, a descrição

realizada nos arquivos permanentes é mais complexa se comparada à realizada na idade corrente, pois as finalidades na utilização dos documentos são diferentes: enquanto os documentos em fase corrente e intermediária são utilizados para fins administrativos, aqueles em fase permanente possuem características de utilização para fins sociais (CONRADO, 2014, p.30).

Neste sentido Santos (2012, p.35), entende que “a elaboração de instrumentos de pesquisa possibilita a identificação, o rastreamento, a localização, a utilização e a consulta a documentos informações neles contida, vitais para o

processo historiográfico”. Ao mesmo passo Bellotto (2004, p.180) ressalta que esses instrumentos, são como “obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitudes, os fundos, as séries documentais e/ou as unidades documentais existentes em um arquivo permanente”.

Para Schellenberg (2006, p. 313), a elaboração destes instrumentos permite que o pesquisador seja independente do profissional responsável pelo arquivo, pois estes fornecem todas as informações necessárias para realizar e facilitar a sua pesquisa e uso.

Bellotto (2006) considera que a descrição é uma tarefa típica dos arquivos permanentes, não cabendo aos arquivos correntes. Para a autora, o correspondente nos arquivos correntes é o estabelecimento dos códigos de classificação que servem de referência para a recuperação da informação. No entanto, para Herredia Herrera (1987) a descrição é necessária tanto nos arquivos administrativos como nos arquivos históricos, ainda que sofra algumas alterações na prática. No mesmo entendimento, Lopes (1997) afirma que a descrição ocorre em todos os momentos do tratamento dos documentos, começando no processo de classificação, continuando na avaliação, e se aprofundando nos instrumentos de busca específicos, nos arquivos permanentes.

Em outra obra, mais recente, Lopes (2000, p.274) ressalta que a “descrição começa no processo de classificação, continua na avaliação e se aprofunda nos instrumentos de busca mais específicos” dentro de uma perspectiva de arquivística integrada, cabendo ao arquivista representar ideologicamente as informações contidas nos documentos. Essas ações, operações são de natureza intelectual e descritiva, segundo Lopes. Portanto, é difícil dizer que a descrição é separada das outras atividades de prática arquivística.

Ainda Lopes (2000, p. 275), remete a níveis descritivos e relacionados à: definição de fundos e suas subdivisões; avaliação do que é permanente, prazos de guarda e eliminação por meio das tabelas de temporalidade de documentos; o desenvolvimento de guias, inventários, repertórios, mapas de localização física, e a criação de formas de difusão do processo descritivo, ou seja, a publicação e disponibilização aos usuários. Evidentemente que a descrição culmina num instrumento de pesquisa,

Até mesmo Schellenberg, segundo Souza (2006, p. 129) fazia distinção entre as operações nos arquivos correntes e permanentes.

Essa diferenciação originou dois termos: classificação e arranjo. Isso era necessário, segundo o autor, porque os usos dados aos documentos nessas duas idades não podem ser considerados os mesmos. Então, o arquivista deveria adotar procedimentos específicos (SOUZA, 2006, p.129).

A descrição arquivística, para Sodré (2010, p.28),

é o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivístico, explicitando o contexto e o conteúdo do acervo. É claramente uma atividade intelectual que demanda competências de interpretação de texto, conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época, além de habilidade com a língua em que estão sendo produzidas as informações descritivas (SODRÉ, 2010, p.28).

Cé (2014, p.63) infere que a

descrição arquivística permite a sistematização do processo de acesso aos documentos através da elaboração de instrumentos de pesquisa - elo entre documento e usuário informacional. Esse procedimento arquivístico também permite o conhecimento do patrimônio documental em termos de estado de conservação, informação dos documentos, utilização dessa informação pelo usuário, por meio da representação das informações contidas nos documentos (CÉ, 2014, p.63).

Os depósitos de documentos, de arquivos, assim denominados por Bellotto (2006, p. 179), “nunca são de acesso livre, seu potencial de informações só chega ao usuário via instrumentos de pesquisa”. O volume de documentos de um arquivo atinge sua função, quando os instrumentos de pesquisa possibilitam o acesso e são difundidos entre os usuários. Portanto, para Bellotto (2006, p. 180) a partir do arranjo as tarefas que se seguem são obrigatoriamente a descrição e a disseminação, somente assim se chega a exploração dos fundos.

Os instrumentos de pesquisa podem ser genéricos e globais, no caso dos guias. Os parciais, são detalhados e específicos e se referem a parcelas do acervo, como inventários, catálogos seletivos e índices. O trabalho interno dos arquivistas gera outros instrumentos, que também orientam e norteiam o arranjo e a descrição de documentos, os quais pode-se citar, conforme Bellotto (2006, p. 180), as listagens de recolhimentos, os esquemas da evolução administrativa, organogramas, quadro gerias de fundos, grupos e séries; tabelas de temporalidade, fichários de controle de vocabulário da indexação, etc. É importante ressaltar que os instrumentos devem obedecer estruturas hierárquicas, no qual o guia é vértice.

A difusão, dentre todas as funções arquivísticas, é a responsável por projetar o arquivo para a comunidade, levando o acervo extramuros, projetando-se cultural ou socialmente. Para Blaya Perez (2008, p.28), a difusão “é a divulgação, o ato de

tornar público, de dar a conhecer o acervo de uma instituição assim como os serviços que esta coloca à disposição de seus usuários”.

A razão de ser de um arquivo, é a comunicação de seus documentos, “é tornar disponível as informações contidas no acervo sob sua guarda” (PAES, 2002, p. 20).

Bellotto (2006) afirma que a difusão pode ocorrer sob três formas: editorial, cultural e educativa.

Para a autora, a difusão editorial é o canal de comunicação com o exterior, consiste em levar para a “comunidade, à administração e ao meio acadêmico informações sobre o conteúdo do acervo documental, das atividades e dos programas do arquivo” (BELLOTTO, 2006, p.229).

De acordo com Bellotto (2006, p. 229), a partir das publicações é possível ao arquivo

atrair novos usuários, e fazê-los compreender o que é e o que representa. Isso porque, além dos instrumentos de pesquisa – inegável forma de possibilitar o acesso direto do pesquisador ao documento primário – um arquivo público pode produzir outros gêneros de publicações que o tornem também centro de vivência e de inter-relações culturais, tanto quanto um laboratório de pesquisa histórica. São os manuais, as edições de textos, as monografias de caráter histórico, os catálogos seletivos, as edições comemorativas (BELLOTTO, 2006, p. 229-230).

Para Blaya Perez, (2008, p. 32) as “publicações são o elo entre a informação documentada e o usuário”, são “canais de comunicação com o mundo exterior” (BLAYA PEREZ, 2008, p.32).

A difusão cultural é responsável por “lançar elementos de dentro para fora, procurando atingir um campo de abrangência cada vez mais amplo, e a que permite o retorno dessa mesma política, acenando com atrativos no recinto do arquivo” (BELLOTTO, 2006, p. 228), ligada às atividades culturais promovidas ou apoiadas pelo arquivo, museu ou centro de documentação. Estas atividades, segundo Bellotto (2006, p. 228) podem consistir em palestras, debates, lançamentos de obras e concursos sobre temas de história geral, simpósios, congressos, jornadas e reuniões, conferências, visitas guiadas, oficinas, exposições, ciclos de projeções, entre outros (BLAYA PEREZ, 2008, p. 32).

A difusão educativa refere-se a “programas educativos desenvolvidos nos arquivos ou com a participação deles” (BLAYA PEREZ, 2008, p.29), podendo se valer de diversos recursos, como visitas guiadas, exposições de documentos,

publicações, métodos audiovisuais, realização de concursos. A difusão educativa promove o desenvolvimento de laços entre os arquivos e a educação, o reconhecimento desse valor é o que evidencia seu potencial de fonte informacional (BELLOTTO, 2006, p. 230).

Neste sentido, Jardim (1999) em seu artigo, “O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação”, afirma que a “satisfação das necessidades dos usuários de arquivos é uma variável fundamental de qualquer serviço de informação. O autor infere que a crescente aplicação e ampliação das tecnologias da informação, a internet por exemplo, amplia as novas possibilidades de usos da informação, de acesso e a manifestação de espaços virtuais.

O usuário de arquivos, segundo Kurtz (1990), para a satisfação de suas necessidades requer rapidez e precisão na busca da informação, configurando novas demandas de atendimento. Com isso, os arquivistas e usuários passam a vivenciar a virtualização das relações, através dos serviços oferecidos pela internet, as novas tecnologias estão sendo utilizadas para auxiliar no atendimento à distância, agilização, reprodução e difusão. Disponibilizando assim a informação para um maior número de pessoas ao mesmo tempo, de forma rápida e a custos reduzidos (BLAYA PEREZ, 2008, p. 29).

A utilização da tecnologia da informação, não se restringe apenas equipamentos de hardware e software, ou comunicação de dados, é uma realidade na sociedade. Percebe-se sua utilização para o trabalho, lazer, aprendizado e difusão social das informações. A rede mundial de computadores (*World Wide Web*, ou *internet*) passou a ser um meio privilegiado de divulgação, e construir e manter *websites* tornou-se imprescindível para as instituições de arquivo. Um exemplo de divulgação na *internet* acontecendo em larga escala, é a publicação dos produtos das descrições arquivísticas e os representantes digitais dos documentos.

Segundo Flores e Hedlund (2014, p.88)⁵,

essa nova geração de instrumentos de pesquisa eletrônicos disponibilizados em sistemas que armazenam informações de forma estruturada e dinâmica, quando bem elaborados possibilitam ao usuário do arquivo usufruir diversas funcionalidades que facilitam e incrementam sua pesquisa, especialmente no que se refere às possibilidades de recuperação da informação (FLORES, HEDLUND, 2014, p. 88).

⁵ Disponível em: < http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/14892/pdf_33>. Acesso em: 05 jan 2016.

O artigo de Ricardo Sodré de Andrade e Rubens R. G. da Silva, intitulado Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico, aborda a chamada nova geração de instrumentos arquivísticos de referência (*next generation finding aids*). Evidencia a uma nova realidade dos arquivos, a da disponibilização dos representantes arquivísticos digitais na *web*, o fenômeno responsável por alterar a experiência que o usuário tinha com os arquivos, e mostra o grau de interatividade e acesso com os documentos e com as instituições. Trazendo reflexos acerca dos instrumentos arquivísticos de referência tradicionais (o guia, inventário, catálogo, catálogo seletivo, índices e edição de fontes, (Bellotto, 2004), hoje tomando outras formas, evoluindo, melhorando. E com a internet, segundo Sodré⁶ (p.8,) “os arquivistas encontraram novas oportunidades para prover acesso remoto aos usuários dos seus serviços”.

A plataforma de acesso ICA-AtoM (AtoM), é o acrônimo para *International Council Archives – Access to Memory*. O objetivo desse projeto, é dotar a comunidade arquivística internacional de um

software de formato aberto que permita descrever os arquivos em conformidade com as normas do ICA (ISAD, ISAAR, ISDIAH, ISDF) e possibilitar a disponibilização online do acervo das instituições arquivísticas. Várias instituições ao redor do mundo já estão colaborando com o projeto, inclusive importantes instituições brasileiras (PAVEZI, 2013, p. 4).

Nesse sentido, o projeto ICA-AtoM trouxe vários benefícios à comunidade arquivística, entre eles pode-se citar, que é uma ferramenta gratuita, baseada em normas internacionais de descrição arquivística, é um software livre com código fonte aberto, permite inserir o representante digital do documento que está sendo descrito e permite o acesso extra muros à comunidade e aos pesquisadores de forma gratuita e online. O ICA-AtoM trouxe ao usuário a difusão e o acesso a um clique do *mouse*, independente do espaço e local, via acesso web.

2.2.2 Normas para descrição arquivística

Segundo HEDLUND (2014, p. 43), as primeiras normas padronizadas foram a *Internacional Standard Bibliographic Description* (ISBD) de 1969 e a *Anglo-American*

⁶ Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico. Disponível em: < http://ricardo.arquivista.net/wp-content/uploads/2008/10/3cna-ricardoandrade_01.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2016.

Cataloguing Rules 2 (AACR2) de 1978. O Conselho Internacional de Arquivos (International Council Archives – ICA) recebeu propostas para criação de normas internacionais de descrição. Depois de alguns trabalhos e estudos, o primeiro resultado consolidado foi a criação da Norma internacional para descrição de documentos arquivísticos ISAD(G) de 1994. E em 1996 é lançada a ISAAR(CPF).

Em 1996 o Brasil foi convidado a indicar um representante para o Comitê de Normas de Descrição (CND) do ICA para revisão e segunda edição da ISAD(G), no qual o Arquivo Nacional foi o representante e que como resultado de sua participação e trabalhos, publicou em 1998 a primeira edição das normas internacionais ISAD(G) e ISAAR(CPF) gratuitas.

No Brasil, a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística - (CTNDA) é criada pela Portaria nº 56, de 10/9/2001, com o objetivo de elaborar normas nacionais de descrição em consonância com as normas internacionais. Em discussões com a comunidade de profissionais, e conseqüentemente aprovadas pelo CONARQ, passa a publicar normas brasileiras. Resultado disso é a NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística, publicada em 2006.

A NOBRADE,

consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava importantes, porém, de foro nacional (CONARQ, 2006, p.9).

Preferencialmente aplicada à descrição de documentos em fase permanente, porém pode ser aplicada nas fases corrente e intermediária.

Esta norma tem por objetivo “estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns, buscando interferir o mínimo possível na forma final em que as descrições são apresentadas” (CONARQ, 2006, p.10). Embora a norma tenha sido pensada para ser utilizada em sistemas de descrição automatizados ou não, suas vantagens são potencializadas nos sistemas automatizados.

Os pressupostos básicos da Norma são o respeito aos fundos e a descrição multinível.

Considera-se a existência de seis principais níveis de descrição, a saber:

acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção¹⁴ (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5). São admitidos como níveis intermediários o acervo da

subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5) (CONARQ, 2006, p.11).

Esta Norma deve ser aplicada “à descrição de qualquer documento, independentemente de seu suporte ou gênero”, “informações específicas para determinados gêneros de documentos podem e devem, sempre que necessário, ser acrescentadas” (CONARQ, 2006, p. 19).

A Nobrade prevê a existência de oito áreas compreendendo 28 elementos de descrição (CONARQ, 2006, p. 18-19):

1) Área de identificação, onde se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição;

2) Área de contextualização, onde se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição;

3) Área de conteúdo e estrutura, onde se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição;

4) Área de condições de acesso e uso, onde se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição;

5) Área de fontes relacionadas, onde se registra informação sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição;

6) Área de notas, onde se registra informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha lugar nas áreas anteriores;

7) Área de controle da descrição, onde se registra informação sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada;

8) Área de pontos de acesso e descrição de assuntos, onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição.

Dentre os 28 elementos de descrição disponíveis, sete são obrigatórios, a saber: código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor (es); condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1).

As normas de descrição contribuem para um intercâmbio de informações entre as instituições, de forma ágil através do uso dos instrumentos de pesquisa, favorecendo os usuários na localização.

Neste capítulo foram abordados temas referentes ao Patrimônio cultural e documental, as funções da Arquivologia e a descrição arquivística e sua normalização. No capítulo a seguir será discutido o tema preservação digital.

3 PRESERVAÇÃO DIGITAL

Neste capítulo são apresentados os conceitos acerca da Preservação digital e as diferentes estratégias que podem ser aplicadas com vistas a preservação a longo prazo a partir de referenciais técnicos da área.

Pode-se dizer, de forma introdutória, que atualmente uma parcela significativa da produção intelectual, das atividades das empresas, instituições comerciais, de ensino, enfim, na sociedade contemporânea, é realizada com o auxílio de ferramentas digitais. Segundo Ferreira, a sociedade está cada vez mais preocupada com a herança digital,

desde a invenção da escrita que existe uma manifesta preocupação pela preservação dos artefactos que resultam de processos intelectuais e criativos do ser humano. A preservação desses artefactos permite às gerações futuras compreender e contextualizar a história e a cultura dos seus povos. Os museus, as bibliotecas e os arquivos assumem neste contexto um papel determinante, responsabilizando-se pela preservação e longevidade desses artefactos (FERREIRA, 2006, p. 17).

O modo como podem ser criados e disseminados esses objetos, bem como a qualidade dos resultados obtidos, são fatores determinantes na adoção de vários tipos de ferramentas na sua criação. Isso tudo, no entanto, traz consigo uma bagagem de material digital com problemas de acesso a longo prazo. Nem passa a ideia de esses objetos, estarem carregados de vulnerabilidade tecnológica e serem um problema futuro muito próximo. Esse mesmo documento digital exige um contexto, um ambiente tecnológico que o permita ser acessível por um tempo maior, independente da tecnologia e da vulnerabilidade tecnológica.

Sabe-se historicamente, e nesse caso é possível citar como exemplo, o caso das experiências de obsolescência tecnológica das fitas VHS, fitas cassetes, discos de vinil, disquetes, CD's, DVD's, entre outros. Ou então mais contemporâneos, como os documentos criados em ambiente digital, como os editores de texto word, excel, power point, etc., futuras obsolescências, dependência das tecnologias ou não passíveis de acesso.

A preservação digital dos documentos, definida por Ferreira (2006, p. 20), consiste na capacidade de garantir que a informação digital permaneça acessível e com qualidades de autenticidade suficientes para que possa ser interpretada no futuro, recorrendo a uma plataforma tecnológica diferente da utilizada no momento

da sua criação, responsável por garantir a comunicação entre um emissor e um receptor (FERREIRA, 2006).

É necessário um conjunto de ações capazes de superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes, a fim de que se possa garantir o acesso e interpretação dos documentos pelo tempo que for necessário.

Schellenberg (2002, p. 231) já dizia em sua obra traduzida, Arquivos Modernos: princípios e técnicas, que “os documentos modernos são, por assim se dizer, quase tão efêmeros quanto volumosos”. Uma consequência da evolução das tecnologias, o acesso.

Assim sendo, as atividades de preservação digital, no e-Arq Brasil, estão focadas nesse contexto digital, em que para os,

(...) documentos digitais, o foco da preservação é a manutenção do acesso, que pode implicar mudança de suporte e formato, bem como atualização do ambiente tecnológico. A fragilidade do suporte digital e a obsolescência tecnológica de *hardware*, *software* e formato exigem intervenções periódicas (CONARQ, 2011, p. 35).

Torna-se fundamental pensar e desenvolver ações para preservação da informação, do documento, como vem alertando a Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, do perigo,

... de desaparecimento e de falta de confiabilidade, e que sua preservação em benefício das gerações atuais e futuras é uma preocupação urgente no mundo inteiro, objetivo é preservar para garantir o acesso (CONARQ, 2005, p.1).

A preservação abrange, segundo Conway,

todas as políticas, procedimentos e processos que evitam a deterioração ulterior do material de que são compostos os objetos, prorrogam a informação que contém e intensifiquem sua importância funcional (CONWAY, 2001, p.14).

Para cada tipo de objeto digital, um conjunto de ações é necessário, para que se preservem suas características, sua autenticidade, seu conteúdo e acesso. As ameaças que cercam os objetos digitais, para Sayão em seu artigo Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital,

... são engendradas pela sua própria condição física, não fixada em suportes e fortemente dependente de contextos tecnológicos específicos e fugazes. Pela primeira vez na história, temos que preservar registros que não estão ao alcance de nenhum dos nossos sentidos, como os papiros

egípcios e os pergaminhos romanos, registros ... formados por bits e bytes que estabelecem a fisicalidade dos objetos digitais.

Ao contrário de uma carta ou de um livro impresso, em que a leitura e a interpretação são ações diretas e sem intermediação, entre um objeto digital e seu usuário se interpõe um ambiente tecnológico complexo e específico, formado por camadas de software (sistema operacional, aplicativos, etc.), hardware, tecnologia de redes e equipamentos especiais (SAYÃO, 2010, p. 7).

Assim, um conjunto de ações planejadas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes, segundo o autor, poderão ser a adoção e execução de estratégias capazes de preservar e garantir o acesso a longo prazo.

A preservação de documentos, habitualmente se concentra na estabilidade do suporte da informação. O conteúdo e o suporte estão intrinsecamente ligados, assim, a manutenção do suporte está intimamente ligada a preservação do documento. Não de forma distinta, nos documentos digitais o foco da preservação é a manutenção do acesso, a qual pode exigir mudança de suporte e formatos, bem como a atualização do ambiente tecnológico. É recorrente a fragilidade do suporte digital e a obsolescência tecnológica de *hardware*, *software* e formato.

A preservação digital prevê algumas estratégias a serem desenvolvidas, um conjunto de ações destinadas a preservar os objetos digitais, definidas pela Câmara Técnica de Documento Eletrônicos, como o

conjunto de uma ou mais cadeias de *bits* que registram o conteúdo do objeto e de seus metadados associados. A anatomia do objeto digital é percebida em três níveis: a) nível físico – refere-se ao objeto digital enquanto fenômeno físico que registra as codificações lógicas dos *bits* nos suportes (por exemplo: no suporte magnético, o objeto físico é a sequência do estado de polaridades – negativa e positiva – e, nos suportes ópticos, é a sequência de estados de translucidez – transparência e opacidade); b) nível lógico – refere-se ao objeto digital enquanto conjunto de sequências de *bits*, que constitui a base dos objetos conceituais; c) nível conceitual – refere-se ao objeto digital que se apresenta de maneira compreensível para o usuário, por exemplo, o documento visualizado na tela do computador (CONARQ, 2010, p. 18).

O “conjunto de ações gerenciais e técnicas exigidas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes, garantindo o acesso e a interpretação de documentos digitais pelo tempo que for necessário” (CONARQ, 2010, p. 19), caracterizam as ações da Preservação Digital.

Os desafios da preservação digital são a autenticidade e o acesso a longo prazo. Torna-se necessário ser capaz de encontrar os arquivos digitais, ler, interpretar e exibir através de dispositivos de saída adequados. As principais

ameaças que cercam o documento digital são a obsolescência tecnológica, a fragilidade dos suportes, a variedade de objetos e a complexidade, pois não existe uma solução pronta, e sim estratégias a serem aplicadas.

O contexto tecnológico de hardware, software e suporte prenunciam as dificuldades de manutenção dos documentos digitais.

3.1 ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL

A complexidade e especificidade do documento arquivístico digital, está relacionada, segundo Flores (2016, p. 11), desde “o seu sistema de gestão, o SIGAD, que trata da captura, armazenamento, indexação e recuperação de todos os componentes digitais do documento arquivístico como uma unidade complexa, até os sistemas de preservação e acesso”. Nesse sentido, a abordagem de estratégias de preservação digital, aplicadas isoladamente aos documentos eram adotadas anteriormente aos RDC-Arqs (Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – Resolução nº 43, CTDE/CONARQ), os quais possuem mecanismos próprios de preservação digital, oportunizando acesso a longo prazo, garantia de presunção de autenticidade e contemplam as estratégias de preservação digital.

As estratégias de preservação digital consistem em uma “abordagem técnica que garante o acesso continuado à informação existente em formatos digitais” (FERREIRA, 2006, p.69), entre elas, é possível citar o refrescamento, migração, emulação, encapsulamento, Pedra de Rosetta digital, arqueologia digital, conservação de hardware e software, tecnologias livres, ou abertas como XML, HTML, PDF/A, e reprografia.

Pensando em estratégias para a preservação digital, um conjunto de transformações precisa ocorrer, ou seja, um objeto digital começa sendo um objeto físico, com um conjunto de símbolos ou sinais inscritos num suporte físico (fita cassete, disco rígido, CD, DVD, disquete) (FERREIRA, 2006). A digitalização por consequência é um processo de conversão,

dos documentos arquivísticos em formato digital, que consiste em unidades de dados binários, denominadas de bits - que são 0 (zero) e 1 (um), agrupadas em conjuntos de 8 bits (binarydigit) formando um byte, e com os quais os computadores criam, recebem, processam, transmitem e armazenam dados (CONARQ, 2010, p.6).

As Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes do CONARQ (2010, p.6), relatam que de acordo com a natureza do documento arquivístico original, diversos dispositivos tecnológicos (*hardware*) e programas de computadores (*software*) serão utilizados para converter em dados binários o documento original para diferentes formatos digitais.

Para Grácio e Fadel (2010), em seu artigo Estratégias de preservação Digital, ameaças e desafios afetam tanto documentos que já nascem em formato digital como os que são transformados para o formato digital e que precisam ser geridos. Essa política segundo Ferreira (2006) deve envolver vários aspectos, como criação de uma política de avaliação e seleção, definição de metainformação, estratégias para cada tipo de objeto, uma política de continuidade, de financiamento, entre outras. Além de tudo, comprometimento.

Para isso é necessário o estabelecimento de políticas, diretrizes, programas e projetos específicos, legislação, metodologias, normas, padrões e protocolos que minimizem os efeitos da fragilidade e da obsolescência de hardware, software e formatos e que assegurem, ao longo do tempo, a autenticidade, a integridade, o acesso contínuo e o uso pleno da informação a todos os segmentos da sociedade brasileira (CONARQ, 2005). Relembrando, segundo Weber e Dias (2012, slide 38) que “o objetivo da preservação digital é evitar, de um lado, a perda da mídia física onde os objetos digitais estão gravados, e de outro, a perda do acesso ao seu conteúdo”.

Para Sayão, as estratégias de preservação são resumidas em:

- Preservação da tecnologia – estratégia baseada na criação de museus tecnológicos que mantêm equipamentos e software obsoletos, de forma que os documentos digitais possam ser processados no seu ambiente original. É uma solução de curto prazo.
- Emulação – estratégia fundamentada na premissa de que o melhor meio de preservar as funcionalidades e a aparência de um objeto informacional digital é preservá-lo junto ao seu software original; dessa forma, o objeto pode ser rodado em plataformas atuais por meio de emuladores, que são programas que criam mílicas do comportamento de *hardware* e sistemas operacionais obsoletos em computadores novos. Essa estratégia tem sido foco de muitas pesquisas e controvérsias.
- Migração – tem como fundamento a migração periódica de um patamar tecnológico em vias de se tornar obsoleto e/ou de se degradar fisicamente para outro mais atualizado e íntegro, incluindo mídias, ambientes de software, formatos e computadores; é a estratégia correntemente mais utilizada pelas organizações (SAYÃO, 2007).
- Encapsulamento – baseia-se na idéia de que os objetos preservados devem ser autodescritos e encapsulados em estruturas físicas ou lógicas

com todas as informações necessárias para que seja decifrado e compreendido no futuro (SAYÃO, 2010, p. 9-10).

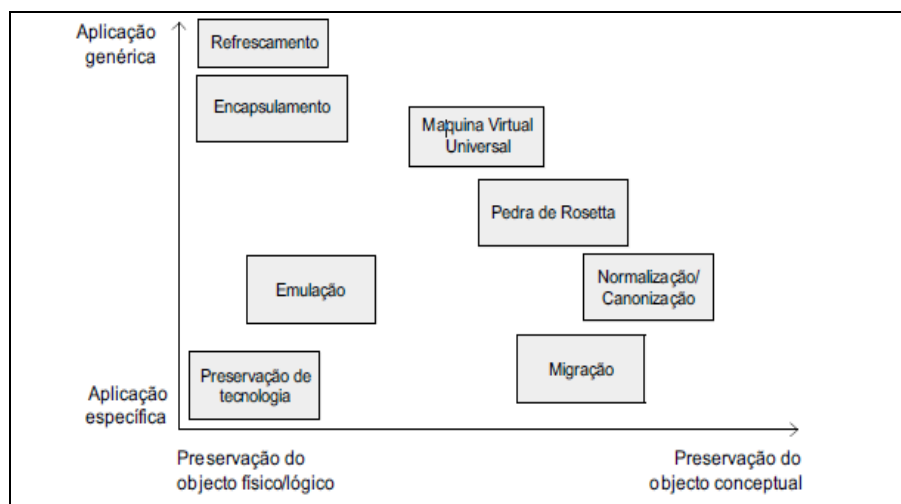
Arellano (2004, p.18) infere que as estratégias podem ser agrupadas em dois tipos: estruturais – que tratam de investimentos, adoção de padrões, normas, definição de metadados de preservação, infraestrutura e formação de consórcios, e operacionais – são medidas propriamente ditas, como estratégias de preservação e a conservação do software e hardware. Para o autor, os produtores e preservadores de documentos em arquivos digitais, devem priorizar por uma política de preservação digital, em que se tenham procedimentos específicos e técnicas definidas e desenhadas para tal, para cada tipo de formato e mídia.

O fato é que o dilema perdura, porém é necessário considerar “que este Patrimônio arquivístico digital se encontra em perigo de desaparecimento e de falta de confiabilidade, e que sua preservação em benefício das gerações atuais e futuras é uma preocupação urgente no mundo inteiro” (CONARQ, 2005, p.1), para o qual é preciso fazer algo, esperar pelo resultado dos outros nem sempre pode ser uma estratégia eficaz.

Thibodeau por sua vez, na Figura 2

organiza as estratégias propostas num mapa bidimensional, posicionando no seu extremo esquerdo as estratégias centradas na preservação do objecto físico/lógico e no extremo oposto as estratégias centradas na preservação do objecto conceptual (Thibodeau apud Ferreira, 2006, p. 31)

Figura 2 - Diferentes estratégias de preservação



Fonte: (FERREIRA, 2006, p. 32)

As estratégias de preservação digital consideradas a seguir referem-se a preservação de tecnologia ou conservação de hardware e software, refrescamento, emulação, migração/conversão, encapsulamento, reprografia e tecnologias livres ou abertas com XML, HTML, PDF-a e em seguida trata-se dos Repositórios arquivísticos digitais como uma estratégia de preservação digital.

3.1.1 Preservação da tecnologia/Conservação de hardware e software

Para Ferreira “esta estratégia consiste, essencialmente, na conservação e manutenção de todo o hardware e software necessários à correcta apresentação dos objectos digitais” (2006, p.32), como sendo uma das primeiras estratégias a serem desenvolvidas. O contexto tecnológico que originalmente criou os objetos digitais é conservado, esta é considerada a única maneira eficaz de assegurar a forma fidedigna dos objetos digitais.

No entanto, esse tipo de estratégia pode se tornar cara com o passar do tempo, e os equipamentos tecnológicos automaticamente vão se tornando obsoletos. Ainda o autor ressalta que esse tipo de estratégia condiciona a locais físicos restritos com essas tecnologias, ou seja, poucos equipamentos disponíveis para isso ou disponíveis apenas para isso, tornando o processo difícil para a gestão de espaço físico, manutenção dessas tecnologias e custos.

Arellano ressalta que

a perspectiva de preservação digital que propõe a conservação do *software* e do *hardware technology preservation* sugere que os dados digitais sejam preservados em uma mídia estável copiados para uma nova mídia (caso seja necessário) e associados a cópias preservadas de uma aplicação de *software* original (ARELLANO, 2008, p. 71).

A longo prazo, isso se torna caro e pouco prático. A desvantagem desse tipo de estratégia está no fato de o acesso à informação ficar condicionado a alguns locais físicos, bem como ao nível da reutilização de informação (FERREIRA, 2006, p. 32).

3.1.2 Refrescamento

O refrescamento consiste para Ferreira (2006, p.33), “na transferência de informação de um suporte físico de armazenamento para outro mais actual antes

que o primeiro se deteriore ou se torne irremediavelmente obsoleto” e “um objecto digital torna-se persistente no momento em que é inscrito num suporte físico de armazenamento (e.g. disquete, disco rígido, CD-ROM)” Ferreira (2006, p.33). O autor resume a vantagem dessa ação como um processo que não implica grandes investimentos, nem alto grau de conhecimento, porém essa atividade resolve apenas a degradação do suporte e sua obsolescência. Essa estratégia consiste em transferir a informação digital de um suporte físico de armazenamento para outro mais atual, antes que o primeiro se deteriore (FERREIRA, 2006, p. 33). Pesquisas realizadas demonstram que o suporte físico se deteriora ao longo do tempo, bem como os periféricos de acesso a esse suporte, se extinguem muito rapidamente devido aos avanços das Tecnologias da Informação (FERREIRA, 2006, p. 33).

Garantir a integridade do suporte é fundamental para que a informação nele armazenada possa ser interpretada de forma correta, pois o suporte físico pode se deteriorar, se tornar obsoleto, ou até mesmo é possível que não existam mais periféricos capazes de extrair a informação nele armazenada, fato é que o risco de perder a informação é para sempre. Essa estratégia, para Ferreira (2006) é um pré-requisito das estratégias de preservação digital.

3.1.3 Emulação

Sayão em seu artigo Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital, define a emulação como,

estratégia fundamentada na premissa de que o melhor meio de preservar as funcionalidades e a aparência de um objeto informacional digital é preservá-lo junto ao seu software original; dessa forma, o objeto pode ser rodado em plataformas atuais por meio de emuladores, que são programas que criam mímicas do comportamento de hardware e sistemas operacionais obsoletos em computadores novos. Essa estratégia tem sido foco de muitas pesquisas e controvérsias (SAYÃO, 2010, p. 9).

Uma estratégia que prevê a simulação de um *software* compatível com o arquivo, como uma forma de preservação lógica.

Para Arellano, em seu artigo Preservação de documentos digitais,

as técnicas de emulação sugerem a preservação do dado no seu formato original, por meio de programas emuladores que poderiam imitar o comportamento de uma plataforma de *hardware* obsoleta e emular o sistema operacional relevante (ARELLANO, 2004, p. 21).

O processo consiste na preparação de um sistema que funcione da mesma forma que outro de tipo diferente, para conseguir rodar programas. Essa estratégia está relacionada à preservação do dado original no seu formato original. No lugar de preservar o *software* e *hardware* hospedeiro, os engenheiros de sistemas poderiam construir programas emuladores. Um exemplo é o modelo *Digital Rosetta Stone*.

É também importante salientar que, com o tempo, o próprio emulador irá sofrer de obsolescência, havendo então necessidade de o converter para uma nova plataforma ou desenvolver um novo emulador capaz de emular o primeiro. (FERREIRA, 2006, p. 35).

Para Ferreira, o uso de emuladores pressupõe que os usuários do futuro,

serão capazes de operar adequadamente aplicações e sistemas operativos há muito desaparecidos. Por exemplo, num futuro próximo será difícil conceber que os utilizadores estejam aptos a enfrentar as particularidades do sistema operativo MS-DOS (FERREIRA, 2006, p.35).

As estratégias de emulação são particularmente relevantes “em contextos em que o objecto que se pretende preservar é uma aplicação de software” (FERREIRA, 2006, p.35), como por exemplo, jogos de computador considerados de valor histórico.

3.1.4 Migração/conversão

Arellano define migração como

a transferência periódica de materiais digitais de uma configuração de *hardware/software* para outra ou, de uma geração de tecnologia computacional para a geração seguinte. O propósito da migração é preservar a integridade dos objetos digitais e assegurar a habilidade (ARELLANO, 2004, p. 20).

A importância da migração é transferir para novos formatos enquanto for possível, preservando a integridade e da informação. Os metadados têm um papel importante em qualquer estratégia de migração bem-sucedida. Esse tipo de estratégia dependerá dos metadados criados para registrar a história da migração de um objeto digital.

Para Sayão a migração,

tem como fundamento a migração periódica de um patamar tecnológico em vias de se tornar obsoleto e/ou de se degradar fisicamente para outro mais atualizado e íntegro, incluindo mídias, ambientes de software, formatos e

computadores; é a estratégia correntemente mais utilizada pelas organizações (SAYÃO, 2007, p.).

[...] Migração envolve transferir a informação Digital de uma mídia que está se tornando obsoleta ou fisicamente deteriorada, ou instável, para um suporte mais novo ou tecnologicamente mais atualizado, por exemplo: de um CD-ROM para outro CD-ROM mais novo, de disquete para um DVD; de um formato ultrapassado para um formato mais atual ou para um formato padronizado, por exemplo: de MSWord para Xml ou ASCII; de uma plataforma computacional em vias de descontinuidade para outra mais moderna [...]. (SAYÃO, 2005, p. 135).

Arellano acrescenta que

o propósito da migração é preservar a integridade dos objetos digitais e assegurar a habilidade dos clientes para recuperá-los, expô-los e usá-los de outra maneira diante da constante mudança da tecnologia. A importância da migração é transferir para novos formatos enquanto for possível, preservando a integridade da informação (ARELLANO, 2008, p. 63).

Segundo Ferreira, “a migração juntamente com a emulação são atualmente as estratégias mais utilizadas pelas instituições que buscam preservar objetos digitais” (2006, p. 64).

3.1.5 Encapsulamento

O encapsulamento “baseia-se na idéia de que os objetos preservados devem ser autodescritos e encapsulados em estruturas físicas ou lógicas com todas as informações necessárias para que seja decifrado e compreendido no futuro” (SAYÃO, 2007, p.10).

Grácio e Fadel, no artigo Preservação digital na gestão da informação fazer referência ao encapsulamento como a forma de se

manter o objeto digital original inalterado até que o acesso ao mesmo se torne necessário. Nesse momento, o objeto digital deverá ser tratado. Para o tratamento é necessário que, juntamente com o objeto digital original, sejam preservadas informações relativas ao objeto, que permitam no futuro, o desenvolvimento de emuladores, conversores ou outros instrumentos que possibilitem o acesso à informação digital contida no objeto (GRÁCIO e FADEL, 2010, p.147).

Para Ferreira essa estratégia é a forma de preservar “juntamente com o objecto digital, toda a informação necessária e suficiente para permitir o futuro desenvolvimento de conversores, visualizadores ou emuladores” (2006, p. 43). E, “poderão passar-se vários anos até que a comunidade revele um interesse particular por uma determinada coleção de objetos. Durante esse tempo, o material

custodiado poderá nunca ser consultado” (FERREIRA, 2006, p. 43). A estratégia prevê que se mantenham os objetos inalterados até que se tornem de fato necessários.

3.1.6 Reprografia

A reprografia, segundo o DBTA (2005, p. 148) é o “conjunto dos processos e técnicas de duplicação e reprodução de documentos que não recorrem à impressão, tais como fotocópia, processo eletrostático, termografia e microfilmagem”.

Para Santos (1998, p. 140) “reprografia designa qualquer processo ou técnica de reprodução mecânica de escritos, imagens e sons”.

No dicionário Michaelis online, reprografia é o “processo de reprodução que recorre às técnicas de fotocópias, eletrocópias, microfilmagem, xerografia, etc”

As técnicas reprográficas evoluíram, assim como as tecnologias, entre elas pode-se citar a microfilmagem, digitalização e o sistema híbrido.

A microfilmagem para Camargo e Bellotto (1996, p. 52 apud FERREIRA, 2005, p. 111) é o processo “ de produção de imagens fotográficas de um documento, em tamanho altamente reduzido”.

Segundo Fox,

[...] o propósito primário da microfilmagem para preservação é proporcionar substituição para materiais escritos ou impressos sobre papel de baixa qualidade, mais provavelmente que já tenham se tornado quebradiço de forma que os conteúdos continuarão, para sempre, disponíveis a comunidade de estudiosos e de pesquisa (FOX, 2001, p.9).

Enquanto que a digitalização para Ferreira,

(...) consiste na conversão de objetos para suporte não digitais com o intuito de aumentar a sua longevidade. Esta estratégia consiste, essencialmente na reprodução de um objeto digital em papel, microfilme, ou qualquer outro suporte analógico de longa duração e concentrar os esforços de preservação em torno do novo suporte (FERREIRA, 2006, p.37).

A microfilmagem eletrônica é um sistema híbrido, pois envolve o processo de microfilmagem e digitalização, em que a digitalização é uma plataforma para microfilmagem. Esse processo no momento em que se captura o documento através da digitalização, em seguida há transferência para a máquina de microfilmagem que gera o microfilme a ser preservado. Concluindo, onde uma única máquina, de uma única vez, é capaz de microfilmagem e digitalizar, o chamado sistema híbrido.

3.1.7 Tecnologias livres ou abertas com XML, HTML, PDF/A

Falando em tecnologia livres e padrões, Sayão considera importante a adoção de padrões abertos,

um fator fundamental de sucesso para o aumento da longevidade dos objetos digitais, não importando a estratégia de preservação digital adotada, está relacionado com a adoção de padrões, especialmente os padrões abertos - que são padrões cuja documentação está publicada e prontamente disponível e que tem o desenvolvimento baseado em processos consensuais envolvendo as várias partes interessadas. Numa visão otimista, os padrões abertos permitem que os documentos digitais sejam representados em formatos mais duradouros e estáveis e, dessa forma, reduzindo a velocidade do ciclo de obsolescência dos objetos digitais (SAYÃO, 2007, p.194).

Para Thomaz e Soares,

Esta estratégia recomenda o uso preferencial de padrões - de fato ou de direito - e formatos de arquivos de dados abertos, com amplo acesso e assistência técnica, para os quais exista uma crescente tendência de estabilidade e suporte por longo prazo (THOMAZ e SOARES, 2004, p.4).

A adoção de estratégias como a de padrões abertos, estáveis e largamente utilizados para criação e arquivamento de documentos digitais, para THOMAZ e SOARES (2004), não estarão presos a plataformas específicas de hardware e software, resguardando-se da obsolescência tecnológica. Essa estratégia merece cada vez mais destaque em acervos produzidos e gerenciados em meio digital, pois traz consigo a ideia de preservação e acesso a longo prazo.

Entre as categorias de padrões, de acordo com o International Research on Authentic Records in Electronic System/InterPARES (2010), existem duas categorias - padrão de direito e padrão de fato.

A primeira utilizada por órgãos oficiais de âmbito nacional - Associação Brasileira de Normas Técnicas, e internacionais - Organização Internacional para Padronização – ISO, para padrão de arquivos de computador, como: PDF/A (padrão PDF para arquivamento) e ODF (OASIS Formato de documento aberto).

A segunda categoria é a de padrão de fato, que embora não tenha sido adotada por nenhum órgão oficial de padronização, é amplamente usada e reconhecida pelos usuários como tal. Formatos dessa categoria amplamente utilizados são o PDF, TIFF, DOC e ZIP, segundo os autores.

Sayão menciona as extensões de arquivo preserváveis, entre os quais está o PDF/A, capaz de armazenar no próprio documento tudo que é necessário para visualizar e imprimir.

O formato Portable Document Format (PDF) é um padrão aberto conhecido como ISO 32000, mantido pela International Organization for Standardization. O PDF/A foi desenvolvido para permitir a preservação em longo prazo de documentos eletrônicos e não depende de software/hardware específico para funcionar (SAYÃO, 2010, p.3).

Outro formato destinado a preservação ou preservável é o XML - Extensible Markup Language (XML), ou seja, Linguagem Padronizada de Marcação, usada na composição de metadados para arquivos digitais.

Para Sayão “essas novas dimensões de metadados são vitais para o acesso e para a interpretação dos recursos informacionais digitais; como são importantes também para a estruturação e para os processos de gestão associados a esses recursos” (2010, p.3).

Neste capítulo foi abordado o tema Preservação digital e as diferentes estratégias aplicadas. No próximo capítulo, os Repositórios arquivístico digitais, definições e especificidades.

4 REPOSITÓRIOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS CONFIÁVEIS

Neste capítulo é discutido o conceito de Repositório digital, arquivístico e confiável e as Diretrizes do Conarq para implementação de Repositórios arquivísticos confiáveis.

Estão surgindo vários ambientes digitais a fim de possibilitar o gerenciamento, tratamento, recuperação, uso, preservação e disseminação da informação (CAMARGO, VIDOTTI, 2009, p. 55), e neste contexto os repositórios digitais têm sido reconhecidos como locais de armazenamento de objetos digitais para a comunicação entre as comunidades.

A concepção de repositórios digitais,

como sendo um simples armazenador estático de informação digital com capacidade de recuperação foi rapidamente ultrapassada. A ideia original deslocou-se para um conceito mais sofisticado de sistema de informação que incorpora a facilidade da comunicação, da colaboração e de outras formas de interação dinâmica entre usuários de um vasto universo (SAYÃO e MARCONDES, 2005, p. 26).

Para Arellano (2010), repositório digital são as aplicações provedoras de dados que são destinadas ao gerenciamento de informação e como vias alternativas de comunicação científica, ou seja, a memória eletrônica na era digital.

Pode-se dizer que um repositório é a iniciativa de acesso a longo prazo, uma estratégia de preservação para o futuro. Um repositório digital de documentos arquivísticos é um repositório digital que armazena e gerencia documentos, seja nas fases corrente e intermediária, ou na fase permanente, é o arquivo permanente digital dos documentos digitais.

Segundo Nunes (2014, p. 39) o repositório

tem por objetivo, prover serviços e funcionalidades para armazenamento e acesso confiável, por longo prazo, a documentos arquivísticos digitais produzidos (elaborados ou recebidos) no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado dessa atividade e armazenado para fins probatórios, informativos ou fonte de pesquisa (NUNES, 2014, p.39).

Para Flores (2013, p.32),

um repositório digital de documentos arquivísticos é um repositório digital que armazena e gerencia esses documentos, seja nas fases corrente e intermediária, seja na fase permanente. Como tal, esse repositório deve:

- gerenciar os documentos e metadados de acordo com as práticas e normas da Arquivologia, especificamente relacionadas à gestão documental, descrição arquivística multinível e preservação;

- resguardar as características do documento arquivístico, em especial a autenticidade (identidade e integridade) e a relação orgânica entre os documentos.

Um repositório digital, segundo Flores (2014, p. 31) é aquele onde “conteúdos digitais, recursos, estão armazenados e podem ser pesquisados e recuperados para uso posterior. Um repositório suporta mecanismos de importação, exportação, identificação, armazenamento e recuperação de recursos digitais”.

A confiabilidade de um repositório digital,

junto à comunidade-alvo se dá por meio da sua certificação por terceiros. Para esse fim, o RLG/OCLC em parceria com o *National Archives and Records Administration* – NARA publicou em 2007, o documento *Trustworthy Repository Audit & Certification: Criteria and Checklist* critérios e um checklist a serem tomados como referência para a certificação de repositórios digitais confiáveis. Esse documento serviu de base para a elaboração da norma ISO 16363: 2012, que lista os critérios que um repositório digital confiável deve atender. (FLORES, 2013, p.33).

Para Flores e Santos (2015, p. 208) a confiabilidade dos repositórios digitais está no fato de saber realmente o que é necessário para atingir a confiabilidade, pois além de “definir as políticas institucionais, escolher as estratégias de preservação e implementar um repositório digital em conformidade com o modelo OAIS, é preciso adicionar confiabilidade as ações de preservação digital” (FLORES, SANTOS, 2015, p.208). Atestar a confiabilidade de um repositório digital, segundo Flores (2016 p. 62) “junto à comunidade-alvo se dá por meio da sua certificação por terceiros”. Para esse fim,

o RLG/OCLC em parceria com o *National Archives and Records Administration* – NARA publicou em 2007, o documento *TRAC - Trustworthy Repository Audit & Certification: Criteria and Checklist* critérios e um *checklist* a serem tomados como referência para a certificação de repositórios digitais confiáveis(FLORES, 2016, p. 62).

Num contexto internacional, a TRAC - *Trustworthy Repository Audit & Certification: Criteria and Checklist*, estabeleceu esses critérios e ferramentas para auditoria, avaliação e certificação potencial de repositórios, além de estabelecer a documentação exigida para a auditoria. Esse documento serviu de alicerce, para a elaboração da norma ISO 16363: 2012, no qual são listados os critérios que um repositório digital confiável deve atender, e paralelamente a norma ISO 16919:11, estabelece requisitos para entidades certificadoras de repositórios digitais confiáveis. Tais documentos fundamentaram no Brasil, em face da necessidade de implantação

de repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos digitais, nas fases corrente, intermediária e permanente, a elaboração por parte do Conarq das diretrizes de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq, através da Resolução nº 43. Assim indicar parâmetros para repositórios arquivísticos digitais confiáveis, de maneira a garantir a autenticidade (identidade e integridade), a confidencialidade, a disponibilidade, o acesso e a preservação.

Seguir padrões facilita o entendimento e a troca de informações, da mesma forma que métodos de auditoria e certificação dos repositórios que verifiquem a conformidade com o modelo OAIS, evidenciam o comprometimento da instituição com as práticas de preservação digital (FLORES, SANTOS, 20015, p. 210). Rotinas de auditoria e certificação, são necessárias para que se adicione confiabilidade aos repositórios.

O modelo “para repositórios de metadados de preservação mais usado atualmente é o modelo de referência Open Archival Information System (OAIS), publicado pelo Consultive Committee for Space Data Systems (CCSDS)” (ARELLANO, 2004, p. 19).

Flores entende (2014, p.39) que o modelo de referência Open Archival Information System – OAIS (ou Sistema Aberto para Arquivamento de Informação (SAAI), – “é um esquema conceitual que disciplina e orienta um sistema de arquivo dedicado à preservação e manutenção do acesso a informações digitais por longo prazo”.

Para Arellano (2004, p. 19), OAIS é uma iniciativa ISO (International Organization for Standardization),

desde junho 2003, que define um alto nível de modelo de referência para arquivos que precisem de uma preservação de longo prazo. Originalmente era aplicado apenas para informações digitais obtidas de observações de ambientes espaciais e da Terra, mas, na verdade, ele é aplicável a qualquer tipo de arquivo digital e compatível com os sistemas baseados no protocolo da Open Archive Initiative (Day, 2001). Um arquivo nos termos do OAIS significa considerar os arquivos como organizações de pessoas e sistemas, que aceitaram a responsabilidade de preservar a informação e torná-la disponível e melhorar a comunicação e produtividade entre diferentes comunidades (CCSDS, 1998).

Segundo Innarelli (2006, p. 10), a aplicação do OAIS em arquivos consiste

na organização de pessoas e sistemas, tendo como responsabilidade a preservação e o acesso da informação à comunidade interessada e como foco principal a informação digital, as formas primárias de armazenamento e

suporte da informação para os materiais de arquivos digitais e físicos (INNARELLI, 2006, p. 10).

Thomaz e Soares (2004, p. 3-4), mencionam que uma “instituição que pretende assumir a responsabilidade de preservar informação digital por longo prazo precisa, como primeiro passo, observar um conjunto mínimo de requisitos”. Baseado nos conceitos do modelo de referência *Open Archival Information System* (OAIS), o autor identifica nove itens a saber: fixar os limites do objeto a ser preservado, preservar a presença física; preservar o conteúdo, preservar a apresentação, preservar a funcionalidade, preservar a autenticidade, localizar e rastrear o objeto digital ao longo do tempo, preservar a proveniência e preservar o contexto (THOMAZ E SOARES, 2004, p. 3-4).

O objetivo principal do modelo OAIS

é ampliar a consciência e a compreensão dos conceitos relevantes para a preservação de objetos digitais, especialmente entre instituições não arquivísticas; definir terminologias e conceitos para descrever e comparar modelos de dados e arquiteturas de arquivos; ampliar o consenso sobre os elementos e os processos relacionados à preservação e acesso à informação digital; e criar um esquema para orientar a identificação e o desenvolvimento de padrões (THOMAZ E SOARES, 2004, p. 3-4).

As instituições atualmente ainda não estão preparadas para enfrentar os problemas e riscos associados a perda de objetos digitais e que necessitam de preservação a longo prazo. Neste sentido, a OAIS passa a ser uma alternativa recente, que disciplina e orienta os sistemas para a preservação de longo prazo com vistas ao acesso e manutenção.

Hedlund (2014, p.8) aborda de forma muito sistemática os problemas advindos da preservação digital, que atualmente não estão somente ligados ao armazenamento digital, da degradação física do suporte – uma das ameaças mais fortes, mas ressalta a preocupação com fatores que dificultam a preservação dos documentos, a questão do formato do arquivo digital. Um olhar voltado para as discussões que vão além do *software* e do *hardware*, e envolvem os formatos de arquivos, fatores que colocam em risco a acessibilidade e integridade do documento digital, nas palavras do autor. Sintetizando que a preservação digital, trata de documentos nato-digitais tanto quanto os convertidos para formato digital.

A Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE, tem desenvolvido trabalhos de relevância na gestão arquivística e preservação dos documentos digitais. Foi criada pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ pela Portaria nº

8 de 23/08/1995, reestruturada em 2002 pela Portaria nº 60 de 07/03/2002, e é composta por representantes do governo e da sociedade civil.

Este órgão tem como objetivo definir e apresentar ao Conselho Nacional de Arquivos normas, diretrizes, procedimentos técnicos e instrumentos legais sobre gestão arquivística e preservação dos documentos digitais, em concordância com os padrões nacionais e internacionais. Desenvolve estudos sobre documentos digitais em diferentes áreas do conhecimento e tem uma formação multidisciplinar de profissionais.

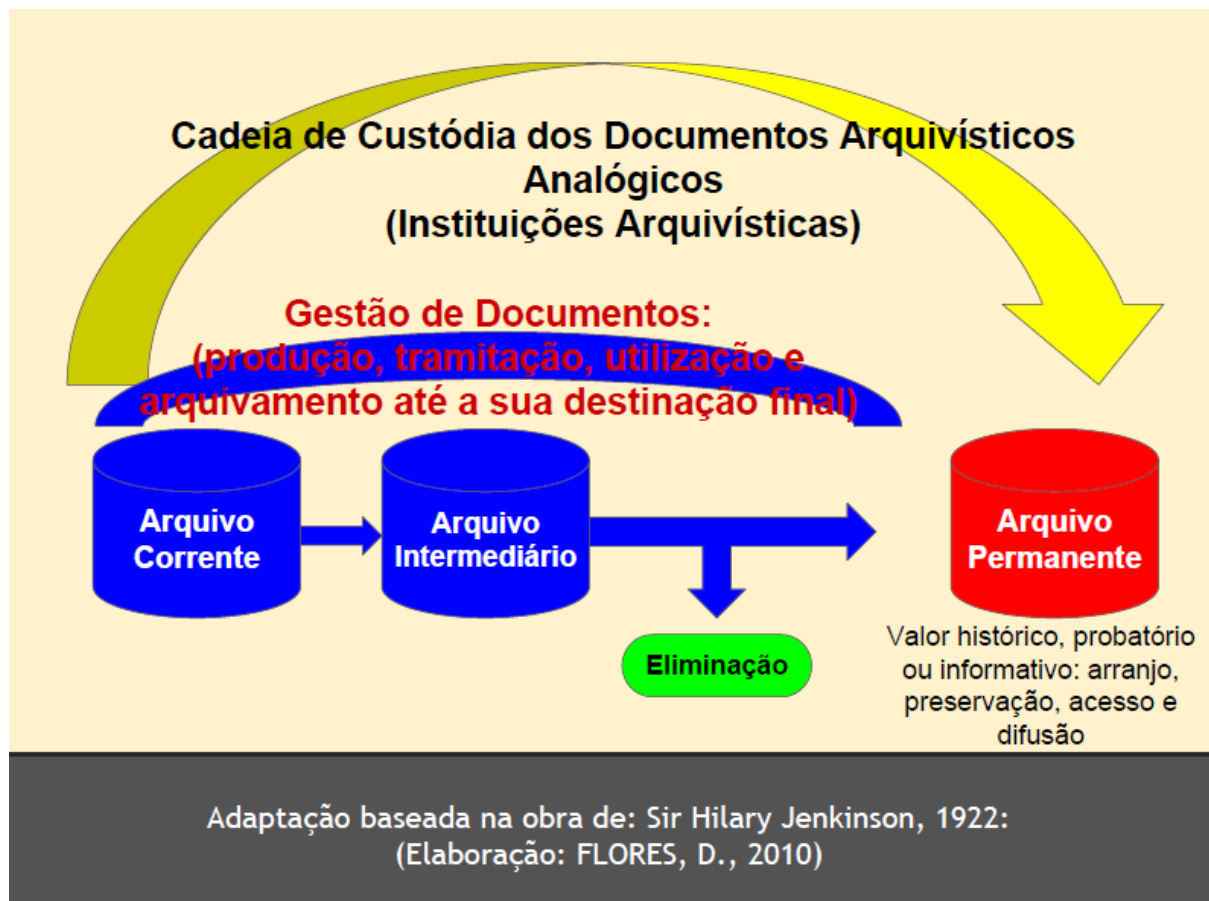
O trabalho da CTDE, tem resultado em importantes estudos e diretrizes para a preservação digital a nível de Brasil, especialmente no que tange a implantação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis, quando da publicação da Resolução nº 39, de 29 de abril de 2014. Esta resolução estabelece diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis para o arquivamento e manutenção de documentos arquivísticos digitais em suas fases corrente, intermediária e permanente. A Resolução nº 43, publicada em 04 de setembro de 2015, altera a redação da Resolução nº 39, atualiza e aprova as Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq, atual denominação para os repositórios, conceito apresentado pela CTDE e CONARQ, tendo em vista “a perspectiva da necessidade de manutenção dos acervos documentais por longos períodos de tempo ou, até mesmo, permanentemente” (CONARQ, 2015, p. 5).

Segundo a Resolução nº 43 do Conarq, o repositório digital de documentos arquivísticos armazena e gerencia os documentos nas fases corrente, intermediária, e permanente. Ao se caracterizar como RDC-Arq, confiável, deve ser capaz de manter autênticos os materiais digitais, de preservá-los e prover acesso a eles pelo tempo necessário, o caracteriza o arquivo permanente digital atualmente para a Arquivologia. A partir da destinação dos documentos para a guarda permanente, ocorre uma alteração da cadeia de custódia dos documentos, no qual a responsabilidade dos documentos passa para uma outra instancia de guarda, do arquivo permanente. É nesse momento que os documentos em fase permanente dependem de um sistema informatizado de qualidade que “apoie o tratamento técnico adequado, incluindo arranjo, descrição e acesso, de forma a assegurar a manutenção da autenticidade e da relação orgânica desses documentos” (CONARQ, 2015, p. 4). A preservação dos documentos arquivísticos digitais, nas

fases corrente, intermediária e permanente, “deve estar associada a um repositório digital confiável. Os arquivos devem dispor de repositórios digitais confiáveis para a gestão, a preservação e o acesso de documentos digitais” (CONARQ, 2015, p. 4).

Os documentos precisam ser recolhidos ao arquivo permanente, analógico ou digital das instituições arquivísticas, no momento em que seu destino é de guarda definitiva, passadas as fases corrente e intermediária, chegada a sua destinação final, que pode ser a eliminação ou guarda definitiva. Flores (2016) ressalta que é necessário que seja mantida a cadeia de custódia dos documentos e faz uma releitura da obra de Sir Hilary Jenkinson, 1922, Figura 3.

Figura 3 – Cadeia de custódia dos documentos arquivísticos analógicos



Fonte:(FLORES, 2016, p. 3)

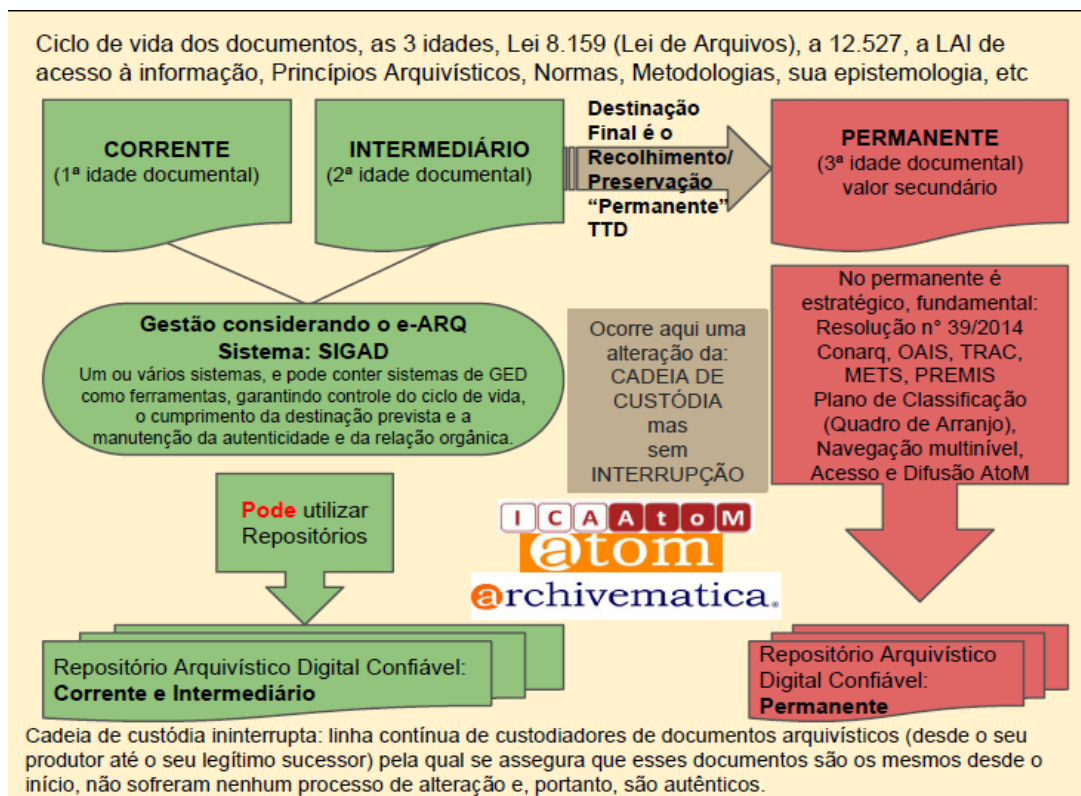
Em se tratando de documentos arquivísticos digitais,

a manutenção da cadeia de custódia deve ser feita através de Ambientes Autênticos, sejam os SIGAD's (e-ARQ Brasil) nas fases corrente e intermediária, e os RDC-Arq (Repositórios Digitais Confiáveis Arquivísticos) na fase permanente. O e-ARQ Brasil, contempla a Gestão Documental, e

após o término da fase da Gestão de Documentos, com a alteração da cadeia de custódia, passamos para a fase de AAP - Administração de Arquivos Permanentes, através dos RDC-Arq's (Resolução n° 43/CTDE/CONARQ), contemplando Arranjo, Descrição, Digitalização, Difusão e Acesso de Documentos de caráter permanente, e não mais permitindo ações ou operações típicas da Gestão de Documentos como a Avaliação, etc. Assim, é uma linha ininterrupta que gerencia no tempo e nas idades do ciclo vital de documentos, os custodiadores destes Documentos Arquivísticos (FLORES, 2016, p. 19).

No caso dos documentos arquivísticos digitais, a cadeia de custódia é altamente relevante, dada a facilidade de alteração dos documentos. A Figura 4, evidencia o ciclo de vida dos documentos nas três idades, destacando a alteração de custódia no momento que o documento passa para a destinação final de guarda permanente, a 3ª idade, cujo valor secundário determina a guarda permanente do documento e a adoção consequente de diretrizes para o arquivo permanente digital, o repositório arquivístico digital confiável. A cadeia de custódia, é uma linha ininterrupta de custodiadores, Figura 4, que assegura que esses documentos não sofreram alteração desde o início, sendo autênticos.

Figura 4 - Cadeia de custódia dos documentos arquivísticos digitais



Fonte: (FLORES, 2016, p. 21)

As Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis – RDC-Arq, tratam de questões voltadas a adoção de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq, elencando principais requisitos, padrões e normas de referência, indicando

parâmetros para repositórios arquivísticos digitais confiáveis, de forma a garantir a autenticidade (identidade e integridade), a confidencialidade, a disponibilidade, o acesso e a preservação, tendo em vista a perspectiva da necessidade de manutenção dos acervos documentais por longos períodos de tempo ou, até mesmo, permanentemente (CONARQ, 2015, p.5).

As Diretrizes visam orientar órgãos e entidades na implantação de repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos digitais, sendo entendidas como políticas e procedimentos técnicos e administrativos.

Neste capítulo foram abordados os conceitos de Repositório arquivístico digital, as diretrizes do Conarq, funcionalidades e características de RDC-Arq. No capítulo a seguir é apresentado o tema Diplomática Contemporânea.

5 DIPLOMÁTICA: BREVE HISTÓRICO

Neste capítulo é apresentado um breve histórico da Diplomática, seus avanços e mudanças ao longo do tempo, até Diplomática Contemporânea, advinda da Diplomática clássica.

O termo Diplomática provavelmente originou-se na Grécia antiga, embora tenha obtido um sentido mais moderno de acordo com Duranti (1989, p. 12): “uma adaptação do latim *res diplomática*” usada como referência na Idade Média para referir-se à análise crítica da estrutura dos diplomas medievais”.

Segundo Viana (2012, p. 23-24) na Idade Média, surgem os princípios fundacionais de uma nova disciplina científica: a ciência da crítica documental - a diplomática. Nascida para atestar autenticidade e fidedignidade dos diplomas medievais. Neste período se assiste a uma evolução do documento escrito – sua estrutura, momento em que a escrita passa a ser considerada um testemunho da razão, da ordem e das ideias e sua validade é atestada não só pela autoridade do notário, mas sobretudo pela estrutura técnica e material da sua composição.

Duranti e Bellotto, destacam que,

o corpo de conceitos científicos da diplomática e seus principais pressupostos têm sua origem no início da Idade Média, principalmente a partir do embate entre os Jesuítas e os Beneditinos. A discussão travada por eles culminou com a publicação de *De re diplomática libri V.I.*, na qual o monge beneditino Mabillon fundamenta e estabelece as regras para a crítica documental e verificação da autenticidade dos diplomas medievais (DURANTI, 1996; BELLOTTO, 2008).

Os fundamentos da obra de Mabillon estão no fato dos documentos apresentarem na sua concepção uma estrutura material e intelectual, a qual pode ser analisada separadamente do conteúdo documental. O documento é analisado em torno de seus elementos externos e internos. Segundo Duranti (1996, p. 143):

A diplomática define *a estrutura ou teor* como o conjunto das regras de representação utilizadas para enviar uma mensagem, isto é, como as características de um documento que podem ser separadas da determinação dos assuntos, pessoas ou lugares específicos aos quais se referem. O teor documental é tanto físico quanto intelectual [...] (DURANTI, 1996, p. 143).

Nesse período, surgem os primeiros casos de crítica a composição dos documentos, de falsificação, na Idade Média – 1198 a 1216, quanto a forma e estilo dos documentos escritos. Gallende Díaz (2003, p. 10), menciona que os

documentos emanados da chancelaria do Papa, também foram questionados, mesmo que acompanhados de uma série de elementos externos e internos que atestavam sua fé pública e legitimidade dos soberanos. Obrigaram o Papa, pelo número excessivo de falsificações de documentos produzidos pela Igreja Católica, editar dispositivos regulamentares para elaboração dos diplomas, dando início assim a crítica diplomática. A credibilidade dos testemunhos históricos foi muito discutida nos séculos XVII e XVIII pelos historiadores.

Em 1643 é publicado a *Acta Sanctorum*, documento que analisa os testemunhos relacionados da vida dos santos, objetiva fazer a distinção de fatos verdadeiros e lendas.

Em 1675, Daniel Van Papenbroeck estabelece os critérios gerais para a averiguação da autenticidade dos documentos antigos, o qual questionou a autenticidade de documentos medievais, guardados pelos monges beneditinos como verdadeiros e encarada por estes como uma ofensa, ocasionou a “guerra diplomática”.

Nesse momento Jean Mabillon (erudito e historiador), publicou em seis livros a *De re diplomática libri VI*, que estabeleceu regras para a crítica documental e verificação da autenticidade dos diplomas medievais. O que originou as disciplinas diplomática, paleografia e sigilografia (DURANTI, 1996, p. 13; BELLOTTO, 2008, p. 3).

A obra de Mabillon apresentou a concepção de estrutura material e intelectual dos documentos, podendo ser analisada separadamente do conteúdo documental, em que o documento passa a ser analisado por seus elementos externos e internos.

A diplomática, para Duranti (1996, p. 143),

define a estrutura ou teor como o conjunto das regras de representação utilizadas para enviar uma mensagem”, que podem ser “separadas dos assuntos, pessoas ou lugares específicos aos quais se referem. O teor documental é tanto físico quanto intelectual [...] (DURANTI, 1996, p. 143),

Para Delmas (1996), a pesquisa diplomática envolve o estudo deste teor do documento, definindo-o como: [...] um conjunto de elementos externos e internos, relativos ao conteúdo e estrutura do documento que nos dá o aspecto que responde sua natureza jurídica e diplomática ou função, de acordo com as regras e usos da instituição de origem. (DELMAS, 1996, p. 447).

Os conceitos científicos da diplomática e seus pressupostos tem sua origem no final da Idade Média e início da Idade Moderna, período compreendido na história entre os Jesuítas e os Beneditinos.

Para Rodriguez (2011), a Diplomática, vem sendo atualmente reconhecida como instrumento à análise de documentos modernos e contemporâneos, a partir do momento em que o emprego de conceitos e técnicas de análise possibilitam o reconhecimento de padrões e fórmulas jurídicas adotadas no registro do ato. Isso a partir do momento em que Mabillon definiu a nova ciência da diplomática “como o estabelecimento de termos e regras certos e verdadeiros pelos quais instrumentos autênticos podem ser distinguidos dos espúrios, e instrumentos incontestáveis e genuínos dos incertos e suspeitos (MACNEIL, 2000, p. 20)”.

Pode-se dizer que no início do século XVIII, o objeto da diplomática, estava associado a qualquer testemunho escrito de interesses históricos e jurídicos, preservado em arquivos, como prova para defesa de direitos e de fatos ocorridos (LEGIPONT apud GALENDE DÍAZ, 2003, p. 11), apenas um documento de arquivo, produzido ou recebido por uma pessoa jurídica ou física.

No entanto, a partir do século XIX, início do século XX, percebe-se a diplomática tornando-se uma ciência auxiliar da história, utilizada para a verificação de autenticidade de documentos medievais enquanto fontes históricas, aproximação que se intensificou ainda mais, com a incorporação dos estudos de diplomática e paleografia em escolas europeias na segunda metade do século XIX, segundo Viana (2012).

A partir de meados do século XX, o objeto da diplomática histórica começa a tomar uma nova dimensão, vindo a ser chamada por alguns autores de *diplomática contemporânea* e que até então a diplomática era tida como exclusividade de documentos escritos.

5.1 DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA

Segundo Rodrigues (2008, p.152), a diplomática clássica sofreu modificações ao longo de sua trajetória até a contemporaneidade, passando a ser abordada a tipologia documental, conhecida também como diplomática contemporânea, devido a atualização de seus princípios.

Até então os documentos diplomáticos, segundo Bellotto são os registros legitimados

do ato administrativo ou jurídico, consequência, por sua vez, do fato administrativo ou jurídico. Se é “ato jurídico todo aquele que tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos”, o ato administrativo é o ato jurídico, porém, eivado pela finalidade pública. Melhor dizendo ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da administração pública que, agindo nesta qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos ou impor obrigações aos administrados ou a si própria (BELLOTTO, 2002, p. 17).

Para Rodrigues (2008, p. 152), na nova diplomática, os documentos seriam analisados diante do seu “contexto de produção, nas relações entre as competências/funções/atividade do órgão produtor e neste sentido, apresentam relações com a arquivística”.

Duranti (1989 apud VIANA, 2012, p. 29), aponta a Diplomática com subsídios para a arquivística no tratamento dos documentos contemporâneos, em que esta é um “estudo da natureza de ser dos documentos, a análise da gênese, da constituição interna e comunicação dos documentos, e suas relações com os fatos neles representados e com os seus produtores”. Conclui dizendo do valor técnico e prático, de formação e se constitui num prelúdio para a arquivística.

Diferentemente dos objetivos pelos quais nasceu, enquanto técnica para determinar a autenticidade dos registros emitidos por autoridades nos séculos passados. Sendo descoberta no século XX, redescoberta pelos arquivistas com novos usos para assegurar a confiabilidade de documentos modernos e especialmente de documentos eletrônicos, e utilizada para compreender o complexo processo de produção de documentos contemporâneos. Nas palavras de Duranti (1995, p.36 apud RODRIGUES, 2008, p. 153) “os arquivistas redescobrem a importância do estudo crítico do documento e volta à diplomática para provar os valores dos seus princípios e métodos para documentos modernos e contemporâneos”.

Portanto, o objeto da diplomática contemporânea, não é qualquer documento, mas o documento arquivístico, que segundo o Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE, (2010, p. 12) é “o documento produzido (elaborado ou recebido), no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência” e para a CTDE (2008)

“documento arquivístico é o documento produzido e/ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer de suas atividades, qualquer que seja o suporte” (CTDE, 2008).

Assim, Duranti afirma que a Diplomática é uma ciência viva e aplicável aos documentos contemporâneos de qualquer tipo ou meio, capaz de se renovar sem comprometer seus princípios fundamentais, o caráter moderno foi utilizar essas metodologias antigas para algo novo, aplicável de maneira retrospectiva (RODRIGUES, 2008).

Para Rodrigues (2008, p. 166) a Diplomática concentra-se no teor/conteúdo documental, enquanto que a tipologia documental preocupa-se com as inter-relações ocorridas no interior do conjunto documental – estabelecendo a lógica orgânica, tornando os dois campos das ciências extremamente complementares. Por isso a tipologia pode ser chamada de Diplomática arquivística ou Diplomática Contemporânea pelos seus objetos e objetivos. E que para Duranti o diálogo e o vínculo teórico e metodológico se estabelecem entre a Diplomática e a Arquivística, a partir do seu objeto de estudo: o documento (RODRIGUES, 2008, p. 168).

Segundo Viana (2012, p.171) “em boa parte, essa inquietação está correlacionada ao aparecimento do *documento digital* que determina um novo posicionamento dos arquivistas” e “preservar apenas o suporte físico, onde a informação está registrada, não é suficiente para garantir o acesso integral ao documento no futuro”. O autor ainda ressalta que no que diz respeito ao “contexto onde é produzido, no documento digital é possível atribuir diferentes contextos arquivísticos, o que viria a reforçar uma releitura e conseqüente ampliação do conceito do princípio da proveniência” (VIEIRA, 2005, p. 45).

Para Cook,

[...] os princípios arquivísticos não foram estabelecidos para sempre, e sim, como a visão da própria história, ou da literatura e da filosofia, refletem o espírito de seu tempo, sendo reinterpretados pelas sucessivas gerações. A ciência arquivística, ou a teoria tradicional da arquivística não são, apesar do que alguns arquivistas de documentos ainda gostam de afirmar, nem verdade universal, nem realidade fundamental aplicável a todas as circunstâncias e meios arquivísticos em qualquer tempo e lugar. (COOK, 1998, p. 133).

[...] o debate sobre tais documentos estão cada vez mais dominando o discurso da profissão, e estão conduzindo ao despertar de novas ideias conceituais, assim como a novas estratégias e práticas. (COOK, 1997, p. 16, tradução nossa) (VIANA, 2012, p. 29).

Para Bellotto, em seu artigo “Diplomática”⁷,

Na atualidade, porém, essa Diplomática ampliou-se. É agora a chamada “Diplomática contemporânea” (“Diplomática arquivística” para alguns), cuja metodologia é bastante concentrada no estudo dos tipos documentais e de toda sua vinculação orgânica de gênese, atuação e uso. E tornou-se aplicável a todos os documentos de arquivo, para além dos documentos governamentais e dos notariais. Além disso, essa nova Diplomática ampliada estuda não mais apenas, digamos o “interior” do documento isolado, a estrutura formal do discurso, sua autenticidade e fidedignidade, mas, identificando agora a sua espécie e tipo, sua inserção em seu conjunto orgânico (e o faz de maneira completa, compreendendo sua legitimidade dentro de seu contexto de produção) faz com que melhor se entenda o porquê e o seu para quê.

Segundo Rondinelli (2013, p. 117) cabe acrescentar o conceito atualizado da diplomática, nas palavras de Duranti (1998:45 apud Rondinelli, 2013, p. 117), “disciplina que estuda a gênese, as formas e a transmissão de documentos arquivísticos, bem como sua relação com os fatos ali representados e com o seu produtor, com o objetivo de identificar, avaliar e comunicar sua verdadeira natureza”. Totalmente vinculada a arquivologia.

Neste capítulo foi apresentado as mudanças percorridas pela Diplomática Clássica, um breve histórico e os avanços desta ciência em direção à Diplomática Contemporânea. No capítulo a seguir é a realizada a Contextualização do estudo, identificando a instituição estudada, FIDENE e suas características.

⁷ Diplomática. Disponível em < <http://www.paleografia.arquivista.net/o-cbpd/diplomatica/>>. Acesso em: agos. 2015.

6 CONTEXTO DE ESTUDO

Neste capítulo são apresentados os tópicos necessários para o entendimento do contexto de produção do acervo pesquisado. Apresentados nas seguintes subseções: Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado, Cronologia histórica do MADP e Estrutura e funcionamento do MADP.

6.1 FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO - FIDENE

O livro “Universidade Emergente: o ensino superior brasileiro em Ijuí (RS), de 1957 a 1983”, lançado em novembro de 1984, de autoria do professor de Sociologia da Educação e primeiro presidente da FIDENE, Mario Osorio Marques sintetiza a história do ensino superior na região da Universidade de Ijuí.

Marques (1984) introduz em seu livro o esforço da instituição em relação ao ensino em Ijuí,

coloca-se o presente trabalho numa perspectiva histórica com esforço para captar as peculiaridades de instituição de ensino superior, particular e interiorana, inserida, de forma original e criativa, na dinâmica de uma região em processo de transformações rápidas e profundas. Trata-se da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI), implantada em 1957 como estabelecimento pioneiro do ensino superior no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, à qual sucede, em 1969, a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado⁸ (FIDENE), mantenedora dos Centros Integrados de Ensino Superior de Ijuí, atualmente em processo de transformação para Universidade de Ijuí (Unijui) (MARQUES, 1984, p.).

Para subsidiar a obra, o autor procedeu ao recolhimento e codificação da documentação produzida e/ou recebida pelos setores da instituição para o Museu Antropológico Diretor Pestana, sendo esta a primeira iniciativa de sistematização do arquivo institucional. Depois, de três anos de estudos desses documentos, analisou a memória da instituição, escrevendo, em dez capítulos, a história do ensino superior em Ijuí.

A história da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (FIDENE) remete aos anos 50.

⁸ Disponível em: <http://www.unijui.edu.br/fidene/historico>. Acesso em: agos. 2015.

A Associação Ijuicense Pró-Ensino Superior, fundada em fevereiro de 1956 sob articulação da Sociedade Literária Boaventura, entidade civil da Ordem dos Capuchinhos, foi elemento principal para o surgimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI), pioneira no ensino superior da Região Noroeste do Rio Grande do Sul.

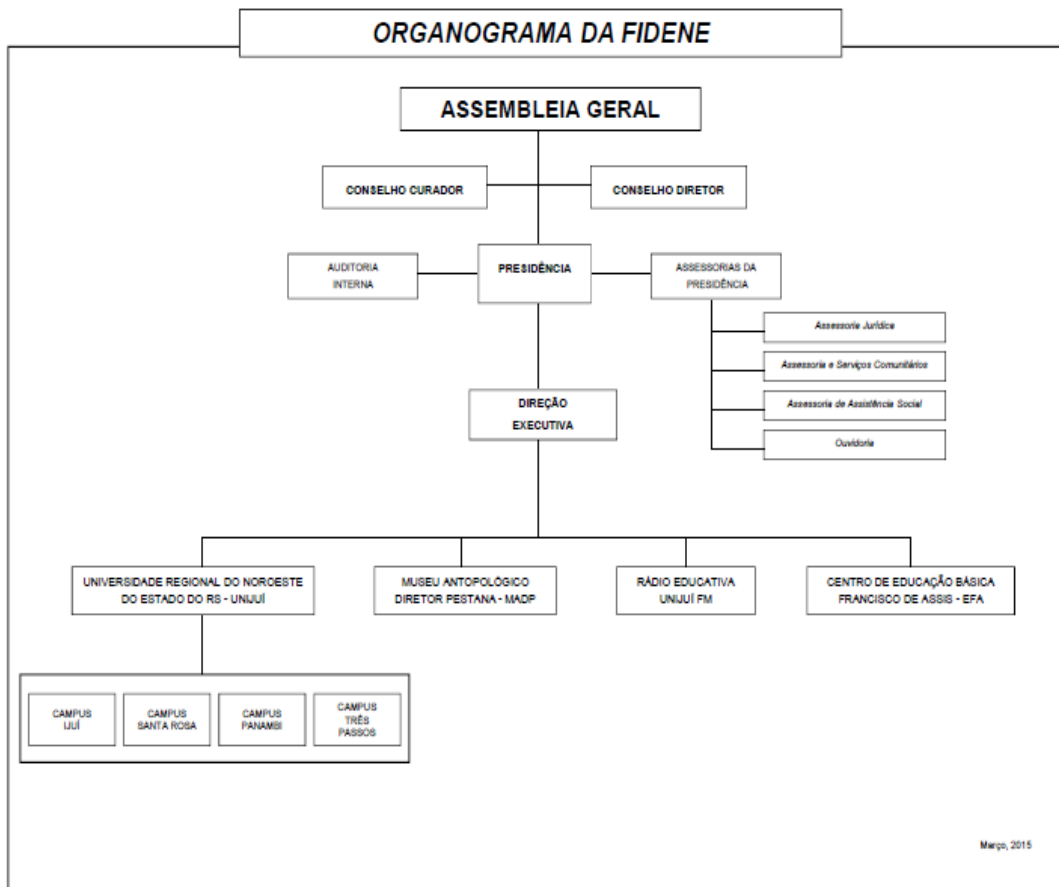
Em 1961 foram criados os centros: Centro de Estudos e Pesquisas Filosóficas; Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais; Centro de Estudos e Pesquisas Psicológicas; e o Centro de Estudos e Pesquisas Sociais.

Em julho de 1969 foi fundada a FIDENE, com a finalidade de encaminhar a Universidade Regional e o desenvolvimento do ensino superior no noroeste do Estado.

Como mantenedora, a FIDENE cria em 1970 a Faculdade de Ciências Administrativas, Contábeis e Econômicas de Ijuí (FACACEI). Em 1976 é implantado o Centro de Ciências Agrárias (CeCA) e em 1980, a Escola de Enfermagem de Ijuí (EEI). Em substituição às Faculdades da FIDENE, em 1981 foram criados os Centros Integrados de Ensino Superior de Ijuí que, em 1985, através do reconhecimento da Universidade de Ijuí (UNIJUÍ), consolidaram a estrutura organizacional presente até hoje, com denominação renovada em 1994 para Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Atualmente a estrutura da FIDENE, Figura 5, é representada pelas mantidas Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Rádio Unijuí 106.9 FM, EFA – Centro de Educação Básica Francisco de Assis, MADP.

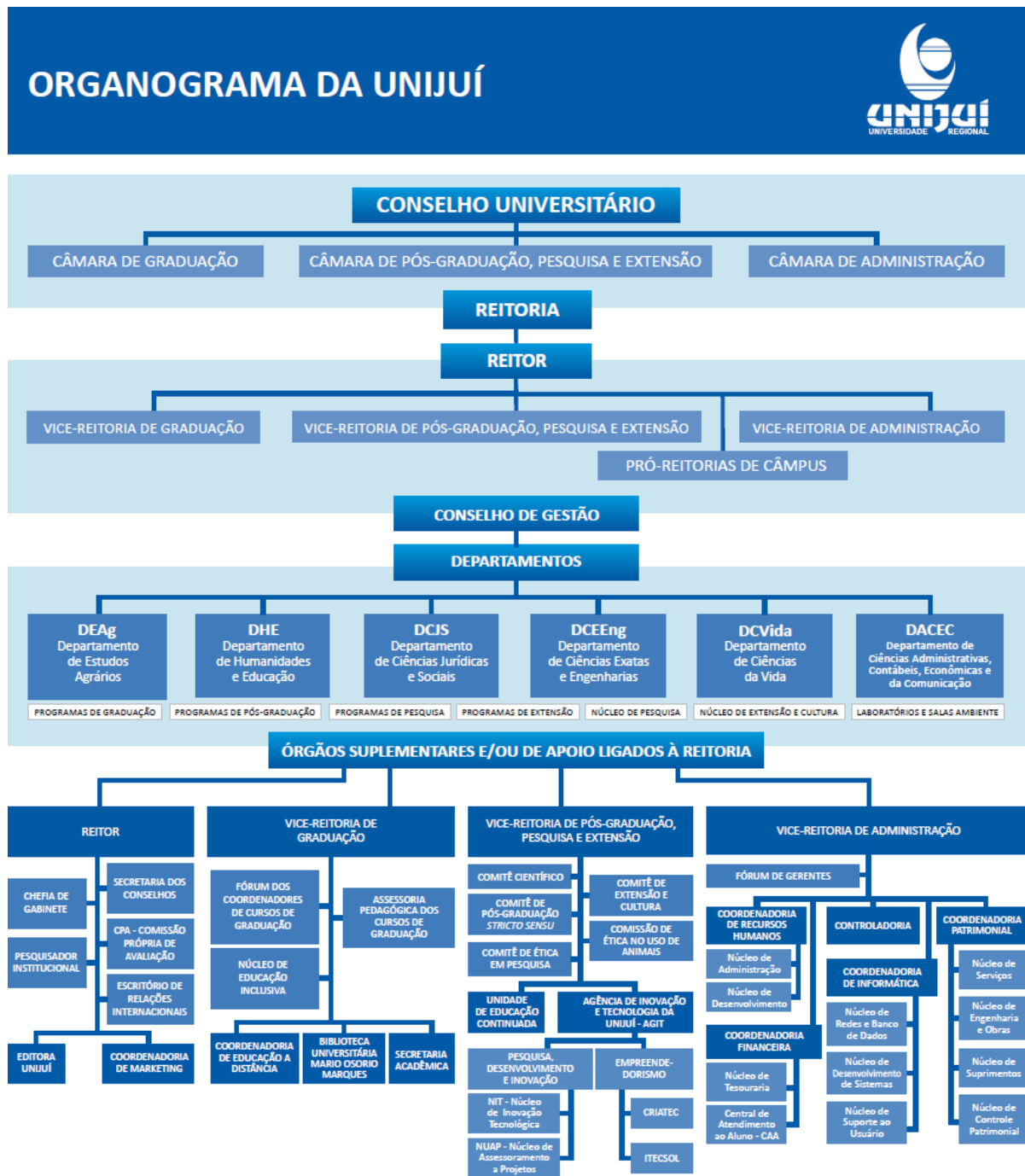
Figura 5 - Organograma FIDENE



Fonte: <http://www.unijui.edu.br/fidene/estrutura-administrativa>

A Unijuí conta em sua estrutura organizacional, Figura 6, com um Conselho Universitário, Reitoria, Conselho de Gestão, seis departamentos, e os Órgãos Suplementares de Apoio: Vice-reitoria de Administração - VRA, Vice-reitoria de Graduação e Vice-reitoria de Pós-graduação - VRG, Pesquisa e Extensão VRPGPE.

Figura 6 - Organograma Unijuí



Fonte: <http://www.unijui.edu.br/institucional/estrutura-administrativa>

6.2 CRONOLOGIA HISTÓRICA DO MADP

Os relatórios anuais de atividades, são instrumentos produzidos pela instituição mantenedora desde sua fundação, documento solicitado pelo MEC, constituem base para a pesquisa sobre a constituição do Museu e sua política de documentação. Esses são muito utilizados para comprovação e publicização das atividades realizadas à comunidade.

O Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Filosofia de Ijuí reunido em 21 de setembro de 1961, segundo a ata de nº 53 transcrita no Relatório do segundo semestre letivo do ano de 1961 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, sob a presidência do Diretor Mario Osorio Marques menciona a possibilidade de fundar um Museu, para o qual foi nomeado como Diretor Dr. Martin Fischer, como registro inicial da intenção de criação de um Museu.

Na ata de número 49 de 25 de maio de 1961 (transcrita no Relatório do primeiro período letivo de 1961), na sede da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, reuniu-se o Conselho Técnico Administrativo para criar o “Museu Antropológico de Ijuí”.

Sendo assim a partir da Portaria Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí de 25 de maio de 1961, sob direção de Mario Osorio Marques, foi determinada oficialmente “a criação, junto ao Centro de Estudos e Pesquisas Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, de um Museu Antropológico de Ijuí e da região de influência da Faculdade; e a nomeação do Dr. Martin Fischer como Diretor, para dar todos os passos necessários para a instalação e funcionamento do referido”.

A denominação “Museu Antropológico” vem do termo “Antropologia”, “ciência que se ocupa do homem e tem por objetivo o estudo e a classificação dos caracteres físico dos grupos humanos” (MADP, 2002, p. 33) e a criação desse tipo de Museu é demonstrar a evolução do homem dentro do seu ambiente. O tipo de Museu Antropológico, segundo seus fundadores, se espelhou no *Musée de l’homme* de Paris e nas palavras do discurso de Martin Fischer, segundo Gilberto Freyre

não se sente dominado por nenhuma idéia melancólica de morte, de passado, de civilização desfeita, mas ao contrário, por um sentimento de continuidade de vida e de cultura, através dos tempos sociais diversos e diferentes culturas que o tem atravessado ou continua atravessar (...) (MADP, 2002, p. 34).

As atividades desenvolvidas pelo Museu, passam a constar no Relatório de atividades somente a partir do ano de 1964, até então apenas se fazia menção, não tendo espaço específico para relatos, isso passados quatro anos de sua existência.

A denominação de Museu Antropológico foi escolhida por este reunir elementos da evolução humana, dos aspectos antropológico, histórico, sociológico, econômico e cultural, objetivos também pretendidos pela Faculdade.

O nome Museu Antropológico Diretor Pestana foi escolhido para homenagear o engenheiro Augusto Pestana, administrador da antiga “Colônia Ijuhy”, hoje município Ijuí, de caráter regional, compreendendo a região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, porém restrito a zona de influência da Faculdade de Filosofia.

A sua fundação foi meta da Faculdade para instrução e educação dos alunos, futuros cidadãos comprometidos com a sociedade, servindo de meio de instrução científica e moral da Faculdade para fins didáticos e educativos. Servindo ainda de centro cultural à população de Ijuí e municípios vizinhos.

A organização do Museu inicialmente, procurou demonstrar em exposição a vida dos indígenas, dos imigrantes, dos grupos étnicos, havendo uma separação dos objetos de exposição permanente dos que precisavam ser guardados em arquivos.

Após sua fundação iniciou-se uma campanha na imprensa (escrita e falada) sobre a finalidade e as tarefas dessa nova instituição, bem como doação e apoio de documentos antigos e de valor histórico da comunidade, objetos de uso doméstico e de propriedades particulares. A Prefeitura Municipal de Ijuí também ofereceu vários documentos do período da Colônia Ijuhy e do Município, fotografias de escolas municipais e particulares. Diante de tantas doações, o Museu se deparou com problemas de espaço adequado para as coleções e financiamento, pois as doações ao Museu se acumulavam e aumentavam progressivamente.

Inicialmente o Museu se instalou em espaço alugado na Rua Visconde do Rio Branco. Suas despesas foram subsidiadas pela Faculdade, dispondo de uma verba suficiente para as condições normais, buscando também ajuda e contribuição de voluntários. Com o crescimento das doações, parte do acervo ficou acondicionada na residência particular do Diretor, pela falta de espaço físico. Em 1965 em decorrência do espaço reduzido, o Museu foi transferido para o prédio da Faculdade de Filosofia, economizando assim em despesas de aluguel, e sendo essa uma solução provisória do problema. Neste novo espaço o Museu dispunha de quatro

salas grandes e uma pequena no quarto andar do prédio da Faculdade. A mudança ocorreu no segundo semestre do ano, quando houve a primeira instalação do arquivo, da mapoteca, das coleções dos documentos, jornais, revistas, recortes e fotografias.

Além desses problemas, o Museu também enfrentou dificuldades com pessoal para realizar o trabalho, falta de auxiliares adequados. Todos os trabalhos desde o processamento, exposição e atendimento cabiam ao Diretor do Museu. Mais adiante em 1962, a prefeitura cedeu uma zeladora para auxiliar nas atividades e o funcionamento à comunidade pode ser realizado nos três turnos.

A partir do ano de 1969 o Museu passa a ser subordinado ao Instituto Regional de Documentação (IRDOC), cujo “objetivo destina-se guardar, sistematizar, colocar a serviço da rede e divulgar o acervo bibliográfico, a documentação, os conhecimentos, objetos e experiências realizadas, mantendo, coordenando e superintendendo os seguintes setores: Museu, Biblioteca Central, Encadernação e Almojarifado e Apostilaria” (FIDENE, 1969-71, p. 82).

Percebe-se a partir dos relatórios que o acervo do Museu foi crescendo consideravelmente com o passar dos anos, no entanto nesses relatórios não se faz referência a organização e políticas adotadas quanto ao arquivo.

Os objetivos do Museu a partir de 1975, segundo o Relatório de Atividades da FIDENE de 1975 são, “atuar como verdadeiro centro cultural regional, através da coleta, análise e conservação, em exposição permanente ou arquivo, de objetos e documentos referentes à História e à Geografia da Região, e através de pesquisas no campo das Ciências Sociais, exposições, debates e encontros”.

O acervo era composto de jornais, publicações, apostilas. As atividades relacionadas ao acervo, estavam voltadas a classificação, controle e arquivamento dos jornais e recortes, catalogação de fotografias e documentos, plantas genealógicas, registro de entrada dos documentos, acondicionamento do acervo

Percebe-se uma grande dificuldade nos relatórios do Museu quanto ao espaço físico para os documentos, permanecendo encaixotado desde 1977 e 1978. Como também as atividades estavam muito voltadas para o atendimento, participação em eventos, doações recebidas e o arquivamento de documentos.

A partir do Relatório anual de atividade FIDENE de 1981, surgem os primeiros registros de organização da documentação interna da FIDENE, sob orientação do professor Mario Osorio Marques. As etapas desse processo inicial foram:

transferência da documentação não corrente para um local centralizado como arquivo permanente; elaboração e classificação de um código de 8 registros, os 3 primeiros referentes a estrutura organizacional, os 3 demais referentes a função espelhada nos documentos e os 2 últimos a ano de elaboração dos documentos e o arranjo físico dos documentos. Seria esse o primeiro registro de organização técnica do acervo da FIDENE.

No ano de 1986 foram constituídos os Arquivo FIDENE/UNIJUÍ, Sindicalismo, Ijuí, Kaingang, Guarani e Xetá, Cooperativismo.

No ano de 1989 foi definida nova sistemática de arranjo e classificação para os documentos do Arquivo Ijuí, após problemas surgidos na organização.

No ano de 1993 deu-se início aos estudos de uma nova organização sistemática de organização ao Arquivo Institucional, pois a atual não estava dando conta do volume documental produzido na instituição. Cabe destacar que a classificação e o arranjo só ocorriam quando a documentação era enviada/recolhida ao MADP, ou seja, na fase permanente. Para isso no ano de 1994, após diagnóstico realizado por um grupo de profissionais do curso de Arquivologia da UFSM, foi aprovado o projeto Sistema de Arquivos junto à presidência da FIDENE, e deu-se início a uma nova fase de tratamento do acervo documental. A partir deste projeto, foi contratada uma arquivista para iniciar a elaboração do Plano de Classificação do Arquivo FIDENE, substituindo o código de classificação criado por Mario Osorio Marques até então. Toda documentação recolhida ao MADP a partir de 1994, passou a seguir a classificação funcional, havendo um corte na organização física e lógica dos documentos: documentos anteriores a 1994 seguem a classificação número-função-estrutura e a partir de 1994, a classificação funcional.

Nos anos de 2000 e 2001 começam aparecer nos relatórios os primeiros registros de tratamento, classificação e doação relacionado às fitas cassete, no entanto, sobre os procedimentos e políticas de gestão documental não constam informações. Não foram encontrados mais registros nos relatórios até 2014 referente ao processamento do acervo sonoro no MADP.

6.3 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO MADP

O Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), mantida da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (FIDENE),

instituição privada de caráter técnico-educativo-cultural, passa a compor o ambiente de desenvolvimento deste estudo. Suas ações estão centradas em mostrar “O homem, na sua evolução dentro do seu meio ambiente, como membro ativo da comunidade” (Fischer, 1962, p.2), fundado, segundo Marques (1961), para:

... proceder um levantamento, de todos os setores do município e da região. Estudaremos nossa história: as origens e desenvolvimento desta região.... aqueles esforços, aqueles sacrifícios iniciais, todo o heroísmo que se expendeu, tudo que deve ser recordado, é necessário que nada se perca... para que tenhamos tradição, para que nossa vida tenha continuidade. (MARQUES, 1981).

O Museu foi criado em 25 de maio de 1961, por iniciativa do Centro Integrado de Estudos e Pesquisas Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, e tem por finalidade preservar o Patrimônio cultural do município, região e de sua mantenedora, testemunhando a caminhada do Homem nesta região do Estado. Para cumprir tal objetivo preserva tanto documentos museais, como textuais, bibliográficos, iconográficos, sonoros e audiovisuais.

Seu acervo inicial foi constituído pela doação de diversos materiais museológicos e documentais, coletados, na região, pelo Dr. Martin Fischer, um dos fundadores do Museu e enriquecido pelas doações da comunidade ijuiense. Atualmente situa-se em prédio próprio, com uma área de 1.641m², organizado em Exposição de Longa Duração, Exposição Temporária, Auditório, Sala de Pesquisa, Reserva Técnica de artefatos museais, Laboratório Fotográfico, Direção, Divisão de Museologia, Divisão de Documentação e Divisão de Imagem e Som.

O acervo do Museu Antropológico Diretor Pestana é constituído de documentação de natureza pública e privada relacionada ao município de Ijuí e da região noroeste do Rio Grande do Sul, classificada nos seguintes arquivos: Ijuí, Regional, Sindicalismo, Cooperativismo, Kaingang, Guarani e Xetá, e o da FIDENE, totalizando 1.169,69 metros lineares de documentos. Diante da abrangência do seu acervo e de suas atividades, é possível compreender porque o Museu se tornou uma das principais instituições a tratar da memória e da preservação do Patrimônio documental na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, estando sob guarda parcela significativa de acervos representativos do desenvolvimento regional.

Entre os arquivos e coleções preservados pelo Museu, o Arquivo FIDENE, passa a ser o objeto deste estudo, especialmente o acervo sonoro composto de fitas cassete, pois este arquivo reúne a documentação histórica da Fundação de

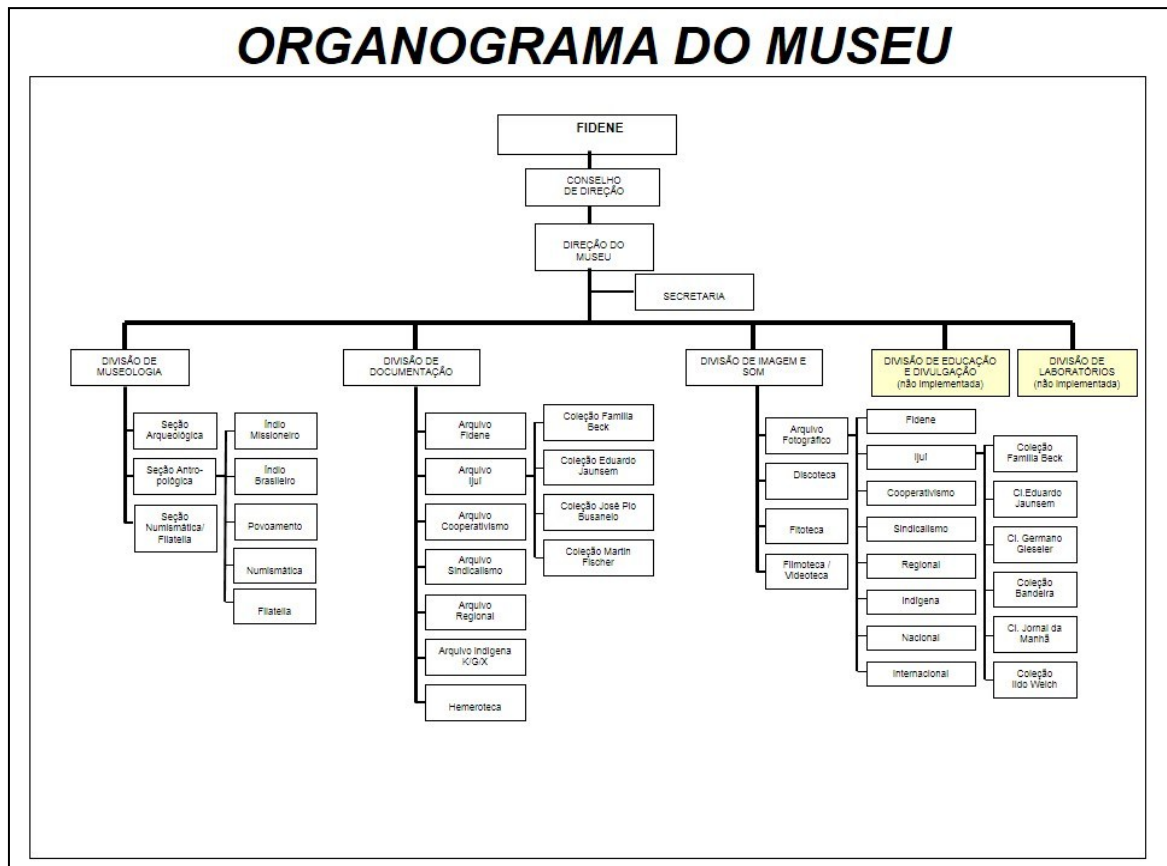
Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – FIDENE da instalação da FAFI, em 1957, à constituição da FIDENE em 1969, ao reconhecimento da UNIJUI em 1985, à regionalização desta, em 1993, até aos dias atuais.

Possui uma hemeroteca com uma coleção de jornais locais e alguns da região, com 39 títulos de periódicos dos anos de 1911 a 2015.

Quanto às imagens iconográficas, seu acervo total compreende aproximadamente 300 mil imagens (analógicas e digitais), 14 mil negativos em vidro, 1200 fitas cassetes, aproximadamente 3.000 discos em vinil, 36 filmes cinematográficos de 8mm, 05 filmes cinematográficos de 16mm e 158 fitas VHS.

O Museu organiza-se segundo o seu Regimento, Figura 7, aprovado em 2002 (2002, p. 5 e 11) em Conselho de Direção como colegiado superior deliberativo e consultivo do Museu e, Direção como órgão executivo da administração com cargo exercido por um Diretor, este auxiliado pela equipe técnica e funcional direta e imediatamente subordinada.

Figura 7 - Organograma do Museu



Fonte: MADP

A Divisão de Museologia é composta pelas seções de Arqueologia, Antropologia, Índio Missioneiro, Índio Brasileiro, Povoamento, Numismática/Filatelia e Artes Visuais.

A Divisão de Documentação é composta pelos arquivos FIDENE, Ijuí, Coleção Martin Fischer e Pio Busanello, Cooperativismo, Sindicalismo, Regional, Kaingang/Guarani e Xetá, Hemeroteca e Biblioteca especializada.

A Divisão de Imagem e Som compreende o Arquivo Fotográfico FIDENE, Ijuí, Coleção Família Beck, Coleção Eduardo Jaunsem, Coleção Germano Gieseler, Coleção Bandeira, Coleção Jornal da Manhã, Cooperativismo, Sindicalismo, Regional, Indígena, Nacional, Internacional e os arquivos da Fitoteca, Discoteca, Filmoteca/Videoteca.

De acordo com a estrutura e funcionamento do Museu, nesta pesquisa, o foco é o acervo de fitas cassetes do Arquivo FIDENE preservados pela Divisão de Imagem e Som.

Neste capítulo foi apresentada a estrutura e funcionamento da instituição estudada, e a cronologia histórica de sua constituição. No capítulo a seguir é apresentada a metodologia para o desenvolvimento da pesquisa.

7 METODOLOGIA

Neste capítulo é apresentada a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, cujo objetivo é investigar à luz dos referenciais atuais da identificação tipológica e a consequente inserção dos documentos sonoros no Plano de Classificação, a metodologia e a definição de uma sistemática de arranjo e de preservação para os acervos sonoros gerados a partir da digitalização de fitas cassetes do MADP pertencentes ao Arquivo FIDENE, com vistas a construção de um instrumento de pesquisa.

7.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Com o objetivo de verificar os requisitos necessários na definição de formatos de arquivo para acervos sonoros gerados a partir da digitalização de fitas cassetes preservados pelo MADP/FIDENE, objetivando a preservação do Patrimônio arquivístico documental associado a aplicação de estratégias de preservação digital, esta pesquisa possui natureza aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática, dirigida à solução de problemas específicos na sua realidade.

No que diz respeito aos seus objetivos, conforme Gil (1999, p.42), “o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”, deste modo a técnica de investigação utilizada, consiste numa pesquisa descritiva na medida em que expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno, e que de acordo com Triviños (1987, p.110), “os estudos descritivos exigem do pesquisador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar”.

7.2 ETAPAS DA PESQUISA

Para o atingimento dos objetivos, a pesquisa foi organizada em etapas. Primeiramente, com relação aos procedimentos técnicos, foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental ao longo do trabalho. A pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador tomar conhecimento do que já foi publicado e pesquisado sobre o tema de pesquisa, ampliando assim o seu leque de referencial teórico. Para a

pesquisa bibliográfica, foi realizado o fichamento das citações e referências importantes para o desenvolvimento desta em editor de texto word (Apêndice A).

Também a pesquisa se utilizou de fontes primárias documentais junto a instituição pesquisada para o conhecimento global do acervo preservado.

Em um segundo momento, após a leitura e organização das informações coletadas com a pesquisa bibliográfica e documental foi realizado o diagnóstico do acervo sonoro do Arquivo FIDENE, para subsidiar a contextualização do ambiente estudado e permitir a identificação do acervo preservado, bem como, conhecer as suas características, necessidades e fragilidades.

Nesta etapa através da coleta de dados, foi possível conhecer e entender a instituição e suas atividades desenvolvidas, através do levantamento das atribuições e competências da FIDENE – mantenedora e do MADP, órgão que custodia o acervo, o ambiente de realização do trabalho e a constituição do acervo do MADP.

Na terceira etapa, foi realizada a identificação dos fundos que compõem o acervo, por meio dos critérios de Duchein.

A partir do diagnóstico realizado percebeu-se que para a proposição do quadro de arranjo, quarta etapa, tornou-se necessário recuperar a tipologia documental, para isso o estudo dos processos de identificação arquivística, especialmente da identificação de tipologia documental nos parâmetros da diplomática contemporânea, tornaram-se necessários. Segundo Rodrigues em seu artigo *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*,

No momento em que se reconhece que os documentos deveriam ser organizados de acordo com o funcionamento do órgão que os produziram, com quem mantém estreita e indissociável relação, é que a arquivística encontra sua independência como disciplina (RODRIGUES, 2008, p.2).

Assim a base metodológica para o desenvolvimento desta etapa, a proposição do arranjo tem como elemento principal a *identificação*, que para Rodrigues (2008, p.7), “esta fase da metodologia arquivística denominada *identificação*, consiste em estudar analiticamente o documento de arquivo e os vínculos que mantém com o órgão que o produziu, seja em fase de produção ou de acumulação. Neste sentido, é um trabalho de pesquisa e de crítica sobre a gênese documental”.

Diante dessa metodologia, a pesquisa para o arranjo foi realizada nas seguintes etapas:

1. Identificação do órgão produtor – contexto onde os documentos de arquivo são produzidos, o órgão produtor dos documentos, e o elemento funcional – funções e atividades administrativas desempenhadas pelo órgão com competência legal atribuída.

2. Identificação do tipo e da série documental – “levantamento de informações sobre os elementos que caracterizam os documentos de arquivo, o *tipo documental*. Momento em que se estudam os caracteres internos e externos dos documentos, elementos de identidade que se refere a sua estrutura física (gênero, suporte, formato e forma) e ao seu conteúdo (função, atividade), para denominar o tipo e a série documental” (RODRIGUES, 2008, p.8).

Para a identificação da tipologia documental foi utilizada como referência a Ficha de Identificação de Tipo Documental publicada no artigo *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos* (RODRIGUES, 2008, p.20) (Anexo B).

Na quinta etapa foi elaborado quadro de arranjo documental, em que a identificação tipológica foi fundamental para reestabelecer o contexto de produção dos documentos. A lógica orgânica dos conjuntos documentais é o objeto de estudo da Tipologia Documental, indo diretamente de encontro à gênese documental, no qual são necessárias a contextualização das atribuições, competências, funções e atividades da instituição geradora ou acumuladora de documentos.

7.3 COLETA DE DADOS

Para a realização desta pesquisa, do ponto de vista dos procedimentos técnicos, (GIL, 1999) foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir de materiais já publicados acerca da preservação digital, com base em livros, artigos periódicos, estudos de caso, realizados sobre o tema da pesquisa. A pesquisa bibliográfica foi instrumentalizada por meio de fichamento através do editor de texto word, esta elaboração de resumos facilitou o processo de síntese e análise dos materiais necessários.

Para a coleta de dados foi realizada a observação sistemática do universo a ser pesquisado com o intuito de responder aos objetivos preestabelecidos, e ainda

foi realizado um diagnóstico do arquivo a fim de identificar a instituição, sua organização, sistemática e funcionamento, identificando a documentação sonora preservada na instituição. O roteiro do diagnóstico compreendeu informações de identificação da instituição, responsável dirigente, organização e funcionamento, estrutura atual, objetivo, finalidade e competências; contextualização histórica da instituição; e quanto ao acervo a ser pesquisado, informações contextualizando histórico e caracterização do acervo, recolhimento e dimensão, identificação, ordenação e acondicionamento, arranjo e descrição, conservação, preservação e segurança, usos, usuários e difusão, a partir das funções arquivísticas, resguardadas a um arquivo histórico.

7.4 PLANIFICAÇÃO DA PESQUISA

A análise e interpretação dos dados, consiste numa abordagem qualitativa, tendo em vista o caráter educativo na perspectiva pedagógica, o uso do ambiente natural, a produção de resultados e significados, bem como a utilização de procedimentos que possibilitam o estudo e a interpretação dos fenômenos. É essencialmente descritiva a abordagem qualitativa, pois se apoia no ambiente natural para coleta dos dados e produção de resultados e significados.

O universo da pesquisa compõe-se do acervo sonoro de fitas cassetes, do período de 1970 até meados de 2000, compreendendo 990 fitas cassete pertencentes ao Arquivo FIDENE referente às atividades que contextualizam a FIDENE e seu histórico de ações na região, período este que corresponde aos documentos sonoros preservados no arquivo histórico do Museu.

Esta pesquisa, bem como a mestranda, está vinculada ao grupo de pesquisa Gestão Eletrônica de Documentos arquivísticos - GED/A da UFSM. O grupo tem como objeto de estudo os Documentos Arquivísticos Digitais e suas problemáticas de gestão, preservação e acesso. As temáticas discutidas pelo grupo estão relacionadas as Ciências da Informação, a Arquivologia, como objeto de estudo mais particular neste grupo de pesquisa, quando visa abordar as problemáticas que esta enfrenta ante os novos referenciais da TI e do GED. O grupo busca romper o paradigma de GED enquanto sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, e assim, abordá-lo enquanto área do conhecimento, com suas metodologias, técnicas, conceitos, referenciais e princípios que são trazidos da Arquivística e se

aplicam a esta nova forma de Gestionar Documentos, agora com o uso da TI, mas sempre preocupados com o desempenho das funções arquivísticas: Produção, Avaliação, Classificação, Descrição, Difusão, Aquisição e Preservação. O Grupo estuda as estratégias de preservação digital aplicadas em Repositórios Arquivísticos Digitais de acordo com a norma ISO-OAIS e as estruturas de pacotes de submissão (SIP), armazenamento (AIP) e difusão (DIP). Dois sistemas em software livre são objetos muito particulares das investigações, o ICA-AtoM e o Archivematica, ambos com a chancela do Conselho Internacional de Arquivos e contemplando referenciais Arquivísticos.

Neste capítulo foi apresentada a metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa, referente à classificação, coleta, etapas e planificação dos dados. O capítulo a seguir refere-se à proposta do quadro de arranjo documental.

8 ELABORAÇÃO DO QUADRO DE ARRANJO DOCUMENTAL

Este capítulo refere-se ao diagnóstico e arranjo documental do Fundo documental FIDENE com base nos referenciais da identificação tipológica e o registro nos Planos de Classificação de Documentos.

8.1 DIAGNÓSTICO DO ACERVO

As atividades de gestão arquivística de documentos desenvolvidas no Museu estão relacionadas às competências atribuídas à Divisão de Imagem e Som – DIS e a Divisão de Documentação - DD, gestoras dos gêneros iconográficos, sonoros, audiovisuais, textuais, bibliográficos e cartográficos. Estas duas unidades de trabalho foram tomadas para a realização do diagnóstico, pelos gêneros que preservam e a seguir se faz a descrição dos dados coletados.

8.1.1 A Divisão de Imagem e Som – DIS

Nesta unidade de trabalho, atualmente as atividades relacionadas a gestão e tratamento do acervo são desenvolvidas por uma Arquivista e uma Assistente de pesquisa e extensão, cuja formação superior é em Pedagogia. Anteriormente as atividades relacionadas a gestão do acervo eram desempenhadas pelo fotógrafo.

Competem a Divisão o atendimento ao público, conservação, preservação, classificação, acesso e divulgação do acervo, bem como, auxiliar as demais divisões.

A Divisão da Imagem e Som é composta por fotografias; postais, discos; fitas cassetes; filmes e vídeos.

A organização das imagens, nesta Divisão, obedece aos mesmos critérios da Divisão de Documentação, ou seja, organizam-se em arquivos e coleções. Quanto a classificação obedece a critérios próprios definidos em função da especificidade da documentação, do gênero documental que preserva. Isto pode ser observado no documento existente intitulado “MADP - DIVISÃO IMAGEM E SOM, NORMAS ORGANIZAÇÃO E REGISTRO” que relata sua estrutura e composição, elaborado no ano de 2005.

O documento faz referência ao que segue:

o Arquivo Fotográfico dispõe de dois códigos de classificação por assunto, um para o Arquivo FIDENE e outro para o Arquivo Ijuí. Para os demais arquivos não há código por assunto, a classificação obedece a critérios próprios em cada arquivo. Para a documentação em discos, fitas, filmes e vídeos ainda, não há critérios de classificação definidos.

A classificação dos arquivos segue a estrutura do Quadro 1:

Quadro 1 – Códigos de classificação do Arquivo Fotográfico

1. Arquivo Fotográfico	
1.1. FIDENE	
1.2. Ijuí	1.2.1. CB- Coleção Família Beck 1.2.2 CJ- Coleção Eduardo Jaunsem 1.2.3. CG- Coleção Germano Gieseler 1.2.4 CF- Coleção Foto Bandeira 1.2.5. CM- Coleção Jornal da Manhã 1.2.6. CW- Coleção Ildo Weich
1.3. AC- Cooperativismo	
1.4. AS- Sindicalismo	
1.5. AR- Regional	
1.6. AK- Indígena	
1.7. AN- Nacional	
1.8. AL- Internacional	
2. Discoteca	
3. Fitoteca	
4. Filмотeca/ Videoteca	

Fonte: MADP, adaptado pela autora.

O mesmo documento menciona, que o objetivo principal do Arquivo Fotográfico é,

preservar, através das imagens positivas ou negativas, produzidas em preto e branco, o objeto de cada um dos arquivos em que o mesmo se divide. A principal justificativa para a guarda da produção, em preto e branco, está relacionada à comprovação científica da durabilidade da informação, neste processo. Portanto, para fins de arquivo a produção atual deve ser em preto e branco, pelo processo arquivado, implantado quando da realização do

Projeto Estudo da Formação Fotográfica de Ijuí, em conjunto com a FUNARTE em 1982.

É importante mencionar que o documento (elaborado em agosto de 1994, atualizado em agosto de 1998, atualizado fevereiro de 2003), trata a classificação e arranjo das fotografias do Arquivo FIDENE da seguinte maneira: “o Arquivo da FIDENE obedecerá ao seguinte código de classificação por assunto ...”, conforme observado Quadro 2, o qual traz uma parcela do Código, eleita para demonstrar a classificação referente apenas ao Arquivo FIDENE:

Quadro 2 - Código de classificação do Arquivo FIDENE Fotográfico

3. CÓDIGOS CLASSIFICAÇÃO
Elaborado em agosto de 1994.
Atualizado em agosto de 1998.
Atualizado fevereiro de 2003.
3.1. Arquivo FIDENE
O Arquivo da FIDENE obedecerá ao seguinte código de classificação por assunto:
1. ARQUITETURA E INTERIORES
1.1. Construções (fotos relacionadas ao processo de construção desde a terraplanagem até o final, inclusive maquetes de qualquer construção da instituição Ex: Museu, Campus...)
1.2. Dependências Externas (tudo que esteja na área física como: jardins, bosques, paradas de ônibus, estacionamento, praças, etc.)
1.3. Dependências Internas (qualquer uma, excluindo os laboratórios)
1.4. Laboratórios (qualquer laboratório como de química, física, etc. excluindo alunos em aulas práticas - ver item 2.2 – Aulas Práticas)
1.5. Prédios (vista exterior dos prédios em qualquer ângulo).
1.6. Vistas (quando se tem uma visão panorâmica, mais de um prédio, ver também dependências externas).
2. ATIVIDADES ACADÊMICAS
2.1. Aulas Inaugurais

2.2. Aulas Práticas (atividades de campo, laboratórios)
2.3. Cursos: graduação, extensão, mestrado (apresentação de teses), bacharelado, oficinas, programas de ambientação
2.4. Estágios
2.5. Estudantes (em sala de aula, grupos/recepção)
2.6. Festa Bixos
2.7. Formaturas (inclusive missa, festa)
2.8. Vestibular (chegada vestibulandos, provas, etc).
3. ATIVIDADES DE EXTENSÃO
3.1. Movimento Comunitário de Base (fundo fechado)
3.2. Projetos (campanha preservação acervo biblioteca)
3.3. Campanha de solidariedade
4. ATIVIDADES DE PESQUISA
4.1. Pesquisas Arqueológicas
4.2. Pesquisas agropecuárias (fotos relacionadas ao IRDER, tanto produção como pesquisa, Pólo Oleoquímico)
4.3. Eclipse solar
5. ATOS OFICIAIS
5.1. Convênios (assinatura de contratos de seguro educacional, de convênios, parcerias)
5.2. Eleições e Posse (plebiscitos)
5.3. Homenagens (entrega de títulos, prêmios)
5.4. Inaugurações (reaberturas)
5.5. Instalações Oficiais (da Unijuí, FIDENE, Museu, cursos, campi, diretórios acadêmicos...)
5.6. Lançamento Bolsas (sorteio bolsas estudo, entrega de programas, de equipamentos e materiais, rifas, lançamento de redes de cooperação - Aginvest, Rede Fort)
5.7. Lançamento Livros
5.8. Lançamento Pedra Fundamental (inclusive Casa do Estudante)

5.9. Doações (registrar neste item os atos de doações de peças e/ou documentos ao Museu bem como, entrega de cheques e outros à instituição)
6. ESPORTES
6.1. Jogos (esportes: ginástica, pingue-pongue, natação...)
7. EVENTOS
Programações organizadas com fins científico, cultural ou social. A entrada neste item é pelo título.
7.1. Apresentações Artísticas (conjuntos, corais, dança)
7.2. Assembleias
Aulas Inaugurais (Ver 2.1. Atividades Acadêmicas)
Carreatas (Ver passeatas 1.17)
7.3. Colóquios
7.4. Comemorações (aniversários da instituição, confraternizações, festas juninas, gincanas, aniversários, desfiles, etc.)
7.5. Conferências
7.6. Congressos
7.7. Cursos – ver 2.3
7.8. Dias /Semanas (eventos que levam este nome, como Domingão no Parque)
7.9. Encontros (circuitos, ex: 1º Circuito...)
7.10. Excursão (acampamento)
7.11. Exposições (no caso do museu inclusive a exposição permanente e mostras)
7.12. Feiras (Expo, feiras do livro)
Festas Bixos (ver 2.6. Atividades Acadêmicas)
Formaturas (ver 2.7. Atividades Acadêmicas)
7.13. Fórum/ jornadas
7.14. Mesas Redondas
7.15. Painéis
7.16. Palestras (debates, ciclo debates, ciclo estudos, entrevistas Unijuí FM)

7.17.Passeatas (protestos)
7.18.Reunião (inclusive audiências, conselhos de classe)
7.19.Seminários
7.20.Simpósios
7.21.Viagens
7.22.Visitas
8. PESSOAL
8.1. Indivíduos
8.2. Grupos (pose várias pessoas, várias pessoas trabalhando, ex: guardas, setor de limpeza)
9.PATRIMÔNIO / SEGURANÇA
9.1. Acervo (peças pertencentes ao museu. No caso de peças emprestadas registro no evento, documento – foto referente à Fafi/Unijui).
9.2. Equipamentos (quando aparece o equipamento em si, materiais pedagógicos, somente o material, documentos)
9.3. Segurança no Trabalho (treinamento)
9.4. Sinistros (acidentes, incêndios, pichações...)
9.5. Veículos
9.6. Mudanças/reformas (onde aparece o material sendo mudado para outro lugar)

Fonte: MADP, adaptado pela autora

No ano de 2009, foi realizado o Projeto Imagens Históricas: Acondicionar para Preservar pelo MADP, Figura 8, patrocinado pelo BNDES, cujos objetivos eram:

- Adquirir um conjunto de arquivos deslizantes, planejados para armazenar, de acordo com a especificidade, todo o acervo da Divisão de Imagem e Som mantido pelo Museu;
- Reorganizar e acondicionar o acervo neste conjunto de arquivos;
- Proceder à higienização e o acondicionamento, conforme as recomendações técnicas, das imagens positivas e negativas da Coleção Eduardo Jaunsem;

- Adquirir material para acondicionar, conforme especificação técnica, o acervo da referida Coleção.

Figura 8 - Relatório final de execução – divulgação KEMA MADP

projetos

Projeto Acondicionar para Preservar

Projetos que desenvolvam ações de conservação preventiva visam garantir a continuidade dos programas e a política de preservação de uma instituição. Este é o principal objetivo do Projeto Imagens Históricas: acondicionar para preservar, patrocinado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes). Está concluída a instalação dos sete módulos de arquivos deslizantes, numa área física de 20m², cujo objetivo é o acondicionamento da Coleção Fotográfica Eduardo Jaunsem e do acervo audiovisual da Divisão de Imagem e Som do MADP.

Embalagens neutras, as 49.000 imagens já classificadas, que incluem 13.500 negativos de vidro, com projeção para as 200.000 imagens não classificadas. Além disso, 1300 fitas cassetes e 200 fitas VHS com entrevistas e eventos promovidos pela Unijui, e 83 rolos de microfilme - Coleção Jornal Correio Serrano 1917 a 1988 e Jornal Die Serra Post 1919 a 1984.

Precisam ser higienizadas e embaladas ainda 37 películas cinematográficas de 8mm e 5 de 16mm.

Nos próximos meses serão higienizados e acondicionados em envelopes em Tyvek 97 gr/m² PH neutro, adquiridos da Empresa Molducenter do Rio de Janeiro, 1873 discos 78 rotações e 1023 discos 33 rotações.

Existentes no mercado há aproximadamente 40 anos, arquivos deslizantes são considerados a solução ideal para armazenar maior quantidade de documentos em menor espaço, pois otimizam o espaço em 70%. Assim, estão acondicionadas, em





Ano 1 • Número 6 • Março 2009 • **keMA**
Informativo MADP • 3

Kema edição 6 - Informativo bimestral MADP
Março de 2009

Fonte: MADP

Da execução deste projeto, foram adquiridos módulos de arquivo deslizante para o armazenamento dos acervos, realizada a higienização e acondicionamento das fotografias e discos de vinil (com descrição), Figura 9.

Figura 9 - Preparo das fitas cassete para o novo acondicionamento



Fonte: MADP

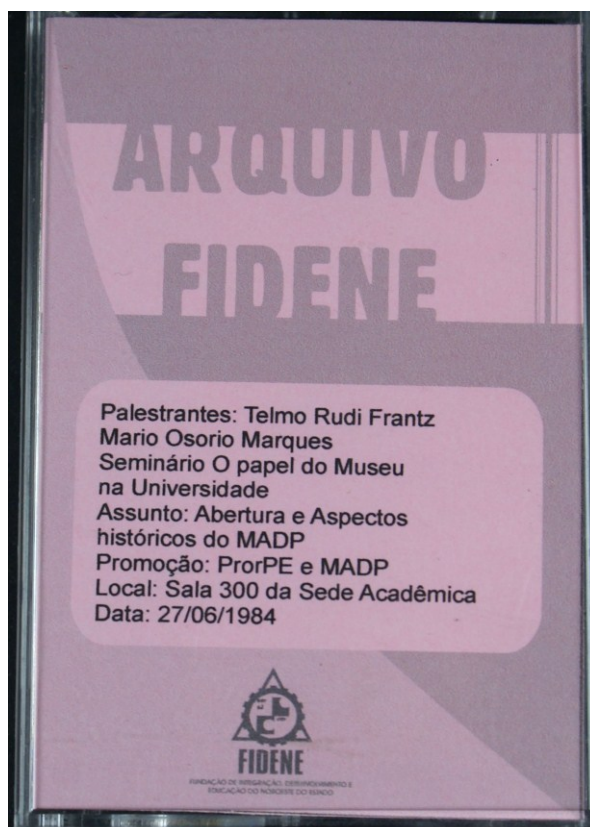
Concomitante a esta etapa, também foi realizado o reacondicionamento, Figura 10, das fitas cassete e VHS com confecção de espelhos personalizados, Figura 11, e o acondicionamento de slides e microfilmes.

Figura 10 - Acondicionamento das fitas cassetes



Fonte: MADP

Figura 11 - Acondicionamento das fitas cassetes



Fonte: MADP

No Anexo A, consta uma parcela demonstrativa do índice de fitas cassetes com informações de transcrição ou não. O índice completo pode ser consultado de forma local ou por solicitação via e-mail ao madppesquisa@unijui.edu.br. Na Figura 12 são visualizadas as informações gerais do índice.

Figura 12 - Índice numérico das fitas cassetes

MADP			
Índice Numérico de Fitas Cassete			
linhas em amarelo - fitas que faltam no acervo xxx T - fitas com transcrição xxx T - fitas com transcrição incompleta LA - Lado A LB - Lado B # - fitas transcritas por bolsistas de iniciação científica (BIC) da Fapergs, para publicação de "História de Iju" por Danilo Lazzarotto			
FITA	ASSUNTO	ENTREVISTADOS	DATA
01 LA	Entrevista, por Maria Helena Abrahão Schorr, sobre a cultura riograndense a professores de Porto Alegre (para adquirir dados para elaboração do livro História do RS)	Bruno Kieffer (professor de história e música)	1971
		Enio Freitas e Castro (compositor e professor de música)	
		Armando Albuquerque compositor e professor de folclore	
01 LB	Contos religiosos		
02	Entrevista sobre imigração polonesa e italiana por Danilo Lazzarotto	Jovino Alves Venes	20/06/1973
		Joana Megier (polonesa)	
		Vitória Megier (polonesa)	
		---- Burtet (italiana)	
03 T	Entrevista, por Adelino Massarolo, sobre o processo de trabalho e técnicas primitivas de produção e tecnologia moderna empregada na agricultura na comunidade de Barreiro	Agostinho Dezordi e sua mãe	16/05/1975
04 T	Entrevista, por Adelino Massarolo, sobre o evolução histórica e de trabalho e suas implicações sociais	Agostinho Dezordi e sua mãe	23/05/1975
05 T	Entrevista, por Adelino Massarolo sobre as mudanças familiares, relatório da escola e do Instituto de Educação Permanente e problemas de cooperativismo na comunidade de Barreiro	Agostinho Dezordi e sua mãe	26/06/1975
Índice numérico de fitas cassete MADP			1

Fonte: MADP

Conforme observações realizadas sobre o acervo e com a equipe responsável da DIS, as fitas não possuem especificamente um plano de classificação, mas estão ordenadas, pois possuem índices por data e por ordem numérica, com seus respectivos títulos.

8.1.2 A Divisão de Documentação - DD

A Divisão de Documentação é responsável pela aquisição, preservação e gestão de documentos textuais, bibliográficos, cartográficos e pela hemeroteca, desenvolvidas por uma Arquivista, uma Assistente de pesquisa e extensão e um estagiário.

A documentação está organizada em arquivos e coleções, representadas pelos Arquivos Ijuí, Sindicalismo, Cooperativismo, Regional, Kaingang, Guarani e Xetá, e o FIDENE, totalizando aproximadamente 1.169,69 metros lineares de documentos.

A organização da documentação obedece a critérios de classificação diferenciados, específicos para cada arquivo. Cabe ressaltar que quando da denominação por “Arquivo Ijuí”, por exemplo, a equipe responsável pela organização do acervo na época, arranhou todos os fundos documentais pertencentes ao Arquivo dentro deste, evitando nomear cada Fundo unitariamente e sim arranjando dentro de um grande fundo documental chamado Arquivo Ijuí todos os fundos documentais relacionados a este. Cada um dos arquivos possui critérios próprios de recebimento e classificação dos documentos. Sua sistemática de organização tem por base a classificação por assunto baseada na CDU – Classificação decimal Universal e, o arranjo da mesma, pelo órgão responsável pela produção.

É importante mencionar que os Arquivos Ijuí, Kaingang Guarani Xetá, Cooperativismo, Regional e Sindicalismo preservam documentos referentes a Ijuí e região Noroeste, neste sentido como mencionado nos fatos de criação do Museu, a maior parcela da documentação do MADP provém de doação da comunidade, e cada um destes arquivos possui critérios próprios de aceite da entrada e classificação dos documentos. Ficando a exceção ao arquivo institucional, o FIDENE, proveniente das atividades desenvolvidas pela instituição.

A partir destes aspectos identificados acima, aos demais arquivos a pesquisa apenas evidencia características gerais, focando-se no arquivo institucional.

Os arquivos gerenciados e preservados por esta Divisão estão assim organizados:

- Arquivo IJUÍ: destina-se às atividades dos diversos setores do município de Ijuí, sua sistemática de organização tem por base a classificação por assunto e, o arranjo da mesma pelo órgão responsável pela produção. Comporta este arquivo quatro Coleções: Eduardo Jaunsem, Família Beck, Pio José Busanello e Martin Fischer.

- Arquivo Cooperativismo: reúne documentos relacionados a cooperativas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, e o arranjo documental é por cooperativa.

- Arquivo Regional: reúne documentação relacionada a duzentos e cinquenta municípios gaúchos e a sistemática de organização é por município, recebendo cada um o código estipulado pelo IBGE de acordo com a data de emancipação. Atualmente esses códigos não existem mais na base de dados do IBGE.

- Arquivo Sindicalismo: contempla documentação relacionada a sessenta e uma entidades sindicais ou associações de classe e a organização é por órgão sindical.

- Arquivo Kaingang Guarani e Xetá (KGX): a documentação refere-se aos três grupos indígenas mencionados acima, com destaque para o Guarani e Kaingang. A proposição de organização do arquivo é da antropóloga Ligia Teresinha Lopes Simonian, quando professora da instituição e desenvolvendo o projeto “Índios e Brancos no Rio Grande do Sul”. O núcleo inicial da documentação se constituiu com o material existente no Museu, acrescido de publicações e documentos advindos das mais diferentes instituições do país, em sua grande maioria, constituídas por fotocópias. A sistemática de organização é por grupo étnico e tipo de documento.

- Hemeroteca: é constituída por 43 títulos de jornais, a maioria provenientes de Ijuí e Região.

- Arquivo FIDENE: preserva a documentação da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado – FIDENE desde a instalação da FAFI em 1957, a constituição da FIDENE em 1969, o reconhecimento da UNIJUI em 1985, a regionalização desta em 1993, até os dias atuais.

8.1.2.1 O Arquivo FIDENE: classificação dos documentos

A inexistência de métodos padronizados e gestão documental na FIDENE, foram elementos que evidenciaram a necessidade da estruturação dos arquivos. Primeiramente a partir das ações de Mario Osorio Marques preocupado em preservar a história institucional e posteriormente com o Projeto de Implantação do Sistema de Arquivos da FIDENE no ano de 1994, cuja classificação dos documentos é funcional.

De acordo com o Projeto de Implantação do Sistema de Arquivos da FIDENE (1994), o objetivo era a reorganização do Arquivo FIDENE em função dos problemas que apresentava, entre eles: o congestionamento dos arquivos correntes, o difícil acesso às informações, a constatação de um grande volume documental por ser classificado e a dispersão e má conservação dos documentos da FIDENE. O projeto propunha que a classificação da documentação fosse modificada de estrutural para funcional, “para melhor atender as necessidades do usuário” (FIDENE, Relatório e Balanço 1994, p.113).

As atividades desenvolvidas para a implantação do Sistema de Arquivos FIDENE, envolveram um programa de treinamento dos recursos humanos nos arquivos correntes para classificar os documentos e elaborar os respectivos Planos de Classificação de Documentos. Com o projeto os responsáveis pela documentação, em cada órgão/setor da instituição, ou seja, nos arquivos correntes, realizam a classificação recebendo treinamento para tal e a documentação é recolhida ao Museu anualmente.

As séries do plano de Classificação são as seguintes e seu detalhamento pode ser observado na Figura 13: AEns - ATIVIDADE DE ENSINO, AExt - ATIVIDADE DE EXTENSÃO, APesq - ATIVIDADE DE PESQUISA, OF - ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, APess - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, OC - ORÇAMENTO E CUSTOS, CMP - CONTROLE DE MATERIAL E PATRIMÔNIO, AD - ATIVIDADE DE DIVULGAÇÃO.

Figura 13 - Método de classificação funcional de documentos utilizado

ARQUIVO FIDENE

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DE DOCUMENTOS

AEns - ATIVIDADE DE ENSINO (laranja) - Arquivar nesta atividade os documentos que se referem ao aluno dos cursos de graduação e pós-graduação desta IES, assim como dos alunos do ensino básico (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), que envolvam atividades na área da educação (aprendizagem). Tramita na maioria das vezes, entre os Departamentos, Secretaria Acadêmica, Escola Francisco de Assis, e/ou a Vice Reitoria de Graduação.

AExt - ATIVIDADE DE EXTENSÃO (verde) - Arquivar nesta atividade documentos que tratem de prestação de serviços sob forma de assessoria, promoção de eventos ou projetos, que se estendam além do ensino, de atividades desenvolvidas em conjunto com outras instituições, ou que objetivam envolver a comunidade externa com a comunidade acadêmica, atividade que atinja público/clientela maior do que a adscrita ao seu setor.

APesq - ATIVIDADE DE PESQUISA (rosa)- Arquivar nesta atividade documentos que envolvam desenvolvimento de pesquisas, estudos mais aprofundados através de projetos e programas e que englobem informações dos órgãos financiadores destes. Tramitam na maioria das vezes, entre os Departamentos e a Vice Reitoria de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão.

OF - ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO (azul) - Arquivar nesta atividade documentos que sejam regras ou normas da instituição como um todo, processos burocráticos necessários à efetivação das demandas como os atos legais e/ou docs. dos conselhos das diversas instâncias; aqueles que não envolvam as três outras atividades meio (APess., OC e CMP).

APess - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL (amarelo) - Arquivar nesta atividade os documentos que envolvam os recursos humanos da instituição, tudo que se referir à organização da vida dos integrantes (funcionários, professores e estagiários) do setor em nível profissional, histórico da vida funcional desde seleção/admissão até qualificação dos funcionários. Tramita, na maioria das vezes, entre as unidades e os núcleos ligados à Coordenadoria de Recursos Humanos, e/ou Vice Reitoria de Administração. Nesta classe incluem-se os documentos relativos aos direitos e obrigações dos funcionários lotados na unidade, de acordo com a legislação vigente, bem como os direitos e as obrigações da instituição empregadora no que tange à assistência, proteção ao trabalho e concessão de benefícios.

OC - ORÇAMENTO E CUSTOS (branco) - Arquivar nesta atividade os documentos que estipulem a organização financeira para ao controle das receitas e despesas, controle financeiro e orçamentário de gastos e investimentos. Tramita, na maioria das vezes, entre os setores e os núcleos adscritos à Coordenadoria Financeira e/ou Vice Reitoria de Administração.

CMP - CONTROLE DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (vermelho) - Arquivar nesta atividade os documentos do controle de bens móveis e imóveis da instituição, organização e manutenção dos bens e equipamentos, materiais de consumo/permanentes e do espaço físico, controle de estoque, serviços. Tramita, na maioria das vezes, entre os setores e os núcleos adscritos à Coordenadoria Patrimonial e de Serviços e/ou, Coordenadoria de Informática.

AD - ATIVIDADE DE DIVULGAÇÃO (salmão) - Arquivar nesta atividade os diversos materiais de divulgação, informativos e notícias enviadas para a imprensa. Interage com a atividade de extensão. Tramita muitas vezes com a Rádio Educativa UNIJUÍ FM.

Sistema de Arquivos FIDENE.

Fonte: MADP

É válido mencionar que na proposta do Sistema de Arquivos não foi dado destaque especial aos Arquivos especiais e especializados de fitas magnéticas, discos, fotografias, negativos fotográficos, plantas de engenharia, até então não tratados. Definiu-se como de responsabilidade da Divisão de Imagem e Som a gestão desse acervo.

8.2 SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO QUADRO DE ARRANJO DO ACERVO SONORO

A medida que os documentos vão sendo produzidos, a acumulação passa a ser uma consequência natural, e a classificação passa a ser uma das funções de suma importância, maneira pela qual torna-se possível recuperar o contexto de produção dos documentos e as relações estabelecidas entre si.

De acordo com Conrado (2014, p.71), “O Princípio de Proveniência, também conhecido como o Princípio de Respeito aos Fundos, é considerado por muitos pensadores como o grande marco teórico da Arquivologia”. A autora ainda ressalta em seu estudo o apontamento sistematizado pelo historiador francês Natalis de Wailly, “este princípio rege que os documentos provenientes de um determinado produtor não podem ser misturados com os documentos de outro produtor” (CONRADO, p. 71, 2014).

Para Souza (2008, p. 85) existe no mundo arquivístico uma confusão quanto ao uso do conceito classificação e arranjo, na construção dos instrumentos de organização dos documentos, independente a qual idade pertençam. O autor entende que não há diferença entre os termos e faz uso do conceito classificação, pois tratam-se de fases de um mesmo processo, e não devem promover a quebra de atividades dos arquivos correntes e permanentes. Faz-se mencionar pelo autor, que a descrição sim, é a função de suma importância para a pesquisa na fase permanente.

Ao se aprofundar o conceito de classificação, torna-se evidente esclarecer as diferenças entre classificar, ordenar, arquivar, codificar, dos instrumentos de classificação utilizados e dos níveis de classificação. Ao construir esquemas para reunir os documentos, agrupá-los a partir de princípios estabelecidos, se propõe a execução de uma atividade intelectual para organizar os documentos. O que diferencia-se da atividade física de dispor os documentos em caixas ou pastas de

maneira ordenada. Sendo então a parte física dessa atividade representada pelo arquivamento dos documentos nas estantes, prateleiras segundo uma ordem definida. A classificação dos documentos, dividida em níveis hierárquicos evidencia o conteúdo do fundo e a codificação utilizada mostra a sua organização.

Na literatura arquivística encontram-se os termos quadro/plano de classificação, quadro de arranjo, entre outros. Por questões terminológicas, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 37), arranjo é a “sequencia de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido”. Enquanto que o quadro de arranjo é o,

esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo, a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo. Expressão adotada em arquivos permanentes (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 141).

Deste modo, adota-se o termo quadro de arranjo, para a metodologia proposta desta pesquisa, principalmente por tratar-se de acervo preservado em sua fase permanente e sem tratamento de arranjo e de acordo com teoria arquivística pesquisada para o desenvolvimento deste trabalho.

O documento arquivístico é produzido por pessoa física ou jurídica, no decurso de suas atividades, nos mais variados suportes ou formatos (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73), possuindo relações com os demais que compõem o conjunto documental. Esse conjunto documental é chamado de Fundo documental e sua identificação está intimamente ligada ao Princípio de Respeito aos Fundos. Portanto, a classificação independe do formato do documento arquivístico, está sim intimamente ligada ao contexto de produção e ao conteúdo.

Souza (2008, p. 90) infere que a divisão de um fundo, sua organização hierárquica interna, “é motivada pela aplicação de um princípio de classificação. É ele que permite os agrupamentos (semelhanças e diferenças)”, ou seja, relacionar o conjunto de documentos ao seu criador e de preservar a ordem em que foi gerado.

A certidão de nascimento do Princípio de Respeito aos Fundos é de autoria do historiador francês Natalis de Wailly, publicada em 24 de abril de 1841, em que dispunha, “agregar os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos (documentos) provenientes de um corpo, de um estabelecimento, de uma família ou de um indivíduo, e dispor segundo uma determinada ordem os diferentes fundos

(...)” (SOUZA, 2008, p. 117). Esse documento foi uma maneira de acabar com a organização dos arquivos por assunto, por tema ou por outra forma qualquer, e assim os arquivos passam a mostrar o produto natural das atividades de uma pessoa ou organização, servindo de testemunho para as atividades.

Duchein, esclarece o tamanho e a complexidade da identificação de um fundo, que só existe se o Princípio foi aplicado. Pois, é mais fácil enunciar do que definir, e mais fácil de definir do que de aplicar (1982).

Duchein (1982, p. 14) define o princípio de respeito aos fundos como se segue:

consiste em manter grupados, sem misturá-los a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física: é o que se chama fundo de arquivo dessa administração, instituição ou pessoa (DUCHEIN, 1982, p.14).

A discussão teórica sobre o respeito aos fundos, levou ao entendimento e formulação do princípio de proveniência. De Luigi (1996, p.13) ressaltada por Souza em sua obra *Arquivística: temas contemporâneos*, no texto *A classificação como função matricial do que – fazer arquivístico*, o conceito de fundo depende do Princípio de Proveniência e só existe quando aquele for aplicado. Assim, o Princípio da Proveniência, é o “princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.136). Ou seja, deve-se reunir todos os documentos que foram propriedade de uma mesma instituição ou de uma família, conforme a sua proveniência, devendo juntar a esse órgão, documentos recolhidos posteriormente, anexando ao fundo existente. Para Duchein (1982), entre outros, o princípio de proveniência é sinônimo do princípio de respeito aos fundos.

Contudo, para Rodrigues (2004) entende-se que

o princípio de proveniência refere-se mais especificamente à identidade dos fundos de arquivo permanente, enquanto o princípio de respeito aos fundos, além de dar identidade aos fundos e não misturar documentos de proveniências diferentes, pretende garantir a sua integridade e ordem original (RODRIGUES, 2004, p.24) .

A adoção do princípio de proveniência, leva a necessidade de saber, identificar, quem é o criador do fundo de arquivo, e Duchein (1986, p. 20) na dissertação de mestrado de Conrado (2014), intitulada como *Arranjo, descrição e*

difusão do patrimônio documental arquivístico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, faz a ligação desse questionamento fortemente à concepção de fundo à existência jurídica, administrativa e estrutural de uma instituição ou organização. E assim Duchein (1986, p. 20) elaborou critérios para a definição do produtor de fundos de arquivo, sendo eles:

- Para produzir um fundo de arquivo, a instituição deve ter denominação e existência jurídica própria (pública ou privada) como reflexo de ato administrativo, ou seja, lei, decreto, resolução, etc., de forma precisa e datado;
- Deve possuir atribuições específicas e estáveis, legitimadas por um texto ou documento de valor legal ou regulamentar;
- Deve possuir posição na hierarquia administrativa em ato que lhe deu origem, com subordinação, claramente esclarecida;
- Deve ter chefe responsável com poder decisório a seu nível hierárquico, com competências definidas em documento legal;
- Dever ter organização interna conhecida e fixada em organograma.

Para Duchein (1992, p.3), “com efeito uma vez admitido o princípio de Fundos – quer dizer da manutenção da integridade dos Fundos – é essencial saber quais são os limites do que é preciso manter intacto”. E assim,

Perante esta dificuldade podemos adotar duas posições intelectuais diferentes que qualificaremos de maximalista e de minimalista. A primeira consiste em definir o Fundos ao mais alto nível, considerando que a verdadeira unidade de função situa-se no topo. Admitiremos portanto, neste caso que o conjunto de arquivos provenientes de todos os serviços e estabelecimentos dependentes de um mesmo Ministério formam um único Fundos. Os antigos países socialistas da Europa de Leste levam até as últimas consequências este conceito unicista dos arquivos, já que admitem que todos os documentos pertencentes ao Estado formam um único e gigantesco Fundos dos arquivos do Estado. Base de toda a organização arquivista (DUCHEIN, 1992, p.2). Segunda atitude ao contrário consiste em reduzir o Fundos ao nível da menor célula funcional considerando o verdadeiro conjunto orgânico dos arquivos resulta do trabalho desta célula (DUCHEIN, 1992, p.3).

Fundamentado na metodologia proposta por Duchein (1986), é apresentado a seguir o quadro de arranjo para o acervo sonoro de fitas cassete preservados pelo MADP do Arquivo FIDENE.

8.2.1 Quadro de arranjo para os documentos sonoros do Fundo Arquivo FIDENE

Para elaborar o quadro de arranjo documental, torna-se necessário estabelecer primeiramente uma linha cronológica do contexto histórico da FIDENE para que possa se propor um arranjo e ilustrada em um quadro descritivo abaixo.

Partindo para uma cronologia, da Associação Ijuicense Pró-Ensino Superior, fundada em fevereiro de 1956 sob articulação da Sociedade Literária Boaventura, entidade civil da Ordem dos Capuchinhos, surgiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI), pioneira no ensino superior da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. No sentido de departamentalizar a FAFI, em 1961, foram criados vários centros: Centro de Estudos e Pesquisas Filosóficas; Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais; Centro de Estudos e Pesquisas Psicológicas; e o Centro de Estudos e Pesquisas Sociais.

Surge em julho de 1969 a FIDENE, com o propósito de encaminhar a Universidade Regional, dando o suporte legal, patrimonial e econômico-financeiro ao desenvolvimento do ensino superior no noroeste do Estado. O Patrimônio da FAFI passa à Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (FIDENE).

Como mantenedora, a FIDENE cria em 1970 a Faculdade de Ciências Administrativas, Contábeis e Econômicas de Ijuí (FACACEI). Em 1976 é implantado o Centro de Ciências Agrárias (CeCA) e em 1980, a Escola de Enfermagem de Ijuí (EEI).

Em substituição às Faculdades da FIDENE, em 1981 foram criados os Centros Integrados de Ensino Superior de Ijuí que, em 1985, através do reconhecimento da Universidade de Ijuí (UNIJUÍ), consolidou a estrutura organizacional presente até hoje, com denominação renovada em 1994 para Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

A FIDENE, hoje é mantenedora da UNIJUÍ, do Museu Antropológico Diretor Pestana, do Centro de Educação Básica Francisco de Assis e Rádio UNIJUÍ FM.

De forma resumida, a Quadro 3, faz Cronologia histórica da instituição.

Quadro 3 - Cronologia histórica

Quadro descritivo	
1956	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI),
1961	Centro de Estudos e Pesquisas Filosóficas;
	Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais;
	Centro de Estudos e Pesquisas Psicológicas;
	Centro de Estudos e Pesquisas Sociais
1969	FIDENE
1970	Faculdade de Ciências Administrativas, Contábeis e Econômicas de Ijuí (FACACEI).
1976	Centro de Ciências Agrárias (CeCA
1980	Escola de Enfermagem de Ijuí (EEI).
1981	Centros Integrados de Ensino Superior de Ijuí
1985,	Universidade de Ijuí (UNIJUÍ),
1994	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.
Mantidas	
MADP	
1961	Museu Antropológico Diretor Pestana
EFA	
1968	IPPI- Instituto Psicopedagógico Infantil
1973	Muda denominação para Escolinha de Arte da FIDENE
1976	Escola de 1º Grau Francisco de Assis
1993	Escola de 1º e 2º Graus Francisco de Assis
2007	Centro de Educação Básica Francisco de Assis
Unijuí FM	
2001	Rádio UNIJUÍ FM.

Fonte: Sandra Schinwelski Maldaner – autor

Como visto anteriormente, a FIDENE – Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado, instituição comunitária, sem fins lucrativos, de caráter científico-técnico-educativo-cultural, é pessoa jurídica de direito privado, instituição comunitária, sem fins lucrativos, de caráter científico-técnico-educativo-cultural, é pessoa jurídica de direito privado, priorizando a educação, caracteriza-se pela promoção do desenvolvimento regional integrado.

Após análise do histórico, contexto legislativo e funcionamento da FIDENE, e das instituições que a fundaram e a partir do levantamento realizado das fitas cassetes, com o exposto acima no resumo do quadro descritivo de sua cronologia histórica e embasado pela metodologia de Duchein (1986), foi elaborado o quadro de arranjo para o acervo sonoro de fitas cassetes preservados pelo MADP.

Analisando-se os critérios estabelecidos por Duchein (1986) e a metodologia para o estabelecimento de fundos, e seu entendimento de que a concepção do fundo está fortemente ligada à existência jurídica, administrativa e estrutural da organização, bem como, a posição intelectual maximalista do fundo, identifica-se a FIDENE como Fundo documental único para o acervo de fitas. Essa afirmação parte do levantamento realizado durante o diagnóstico, no qual se observou que o documento sonoro mais antigo do levantamento data de 1970. Portanto, de acordo com a cronologia, em 1969 é criada a FIDENE, a qual vige atualmente, o qual se constitui como único, pois a pesquisa trata apenas das fitas cassete recolhidas ao MADP.

De acordo com a metodologia de Duchein (1986) e reforçado por Souza (2008), a FIDENE atende aos cinco critérios de criação do Fundo:

- A instituição deve ter denominação e existência jurídica própria resultante de ato legal preciso e datado: a FIDENE é registrada em 03 de outubro de 1969, sob o nº 210 no Livro A-um, folha 27 verso, do Livro de Registro de Sociedades Civis” da Comarca de Ijuí, com instrumento público de dotação de bens às folhas 69v. a 72v. do Livro de Transmissão nº 117 do Tabelionato da Comarca de Ijuí, sob o nº 18.334 e imóveis transcritos no mesmo registro da mesma Comarca, às folhas 168 e 169 do Livro 3-AT, sob os números 47.196 e 47.297, e aprovação dos estatutos pela Portaria Geral da Justiça do Estado, Portaria nº 398 e registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, sob o nº 90.738.014/0001-08.

- Deve possuir atribuições específicas e estáveis, legitimadas por um texto ou documento de valor legal ou regulamentar: segundo seu Estatuto a FIDENE, prioriza a educação, caracteriza-se pela promoção do desenvolvimento regional integrado, planejado e instrumentalizado pelos meios que se fazem necessários. A FIDENE teve seu Estatuto original aprovado pela Portaria nº 398, do Procurador-Geral da Justiça, Peri Rodrigues Condessa, em 14 de agosto de 1969; a primeira alteração no Estatuto foi introduzida em 1974 através da Portaria nº 418, do Procurador-Geral de Justiça; o Estatuto foi alterado, pela segunda vez, em 1985 e a aprovação das alterações ocorreu pela Portaria nº 09/1985 do Procurador-Geral da Justiça; em 1996, o Estatuto foi novamente alterado através da Portaria nº 178/1996, com parecer emitido pelo Procurador Geral da Justiça, Voltaire de Lima Moraes, no dia 18 de outubro de 1996; a quarta alteração no Estatuto foi realizada em 2001 através da Portaria nº 044/2001, do Procurador Geral da Justiça, Cláudio Barros Silva, em 24 de abril de 2001; a quinta alteração no Estatuto foi deliberada pela Assembleia Geral da FIDENE, reunida, no dia 20 de dezembro de 2006, e aprovada pela Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos através da Portaria nº 043/007 – PF e a atual alteração do Estatuto foi deliberada pela Assembleia Geral da FIDENE, reunida no dia 12 de dezembro de 2007, e aprovada pela Subprocuradoria Geral da Justiça para Assuntos Jurídicos através da Portaria nº 001/2009 – PF. Instrumento que dita como está organizada administrativamente a instituição.

- Deve possuir posição na hierarquia administrativa em ato que lhe deu origem, com subordinação, claramente esclarecida: a FIDENE teve seu Estatuto original aprovado pela Portaria nº 398, do Procurador-Geral da Justiça em 14 de agosto de 1969, sendo registrada no Livro de Registro das Pessoas Jurídicas do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul, em 3 de outubro de 1969, regida pelo Código Civil, Código de Processo Civil e pela Lei de Registros Públicos, sem fins lucrativos, com aprovação e fiscalização perante o Ministério Público.

- Chefe responsável com poder decisório a seu nível hierárquico, com competências definidas em documento legal: conforme o Estatuto da FIDENE (2009), art. 4º. São órgãos da Fundação: I – Assembléia Geral; II – Conselho Curador; III – Presidência; IV – Conselho Diretor; V – Direção Executiva; Art. 6º. A Assembléia Geral é o órgão soberano da Fundação, competindo-lhe privativamente:

- I – eleger o Conselho Curador, a Presidência e o Conselho Diretor da Fundação;
- II – aprovar alterações no presente Estatuto;
- III – decidir sobre a extinção da Fundação;
- IV – aprovar anualmente, em instância final, o orçamento-programa, a prestação de contas e o relatório de atividades da Fundação e das suas Mantidas;
- V – apreciar, em instância final, os planos de médio e de longo prazo da Fundação e suas Mantidas;
- VI – exercer qualquer atribuição não expressamente conferida a outros órgãos da Fundação.

Art. 7º. Constituem a Assembléia Geral:

- I – o Presidente da Fundação;
- II – o Vice-Presidente da Fundação;
- III – um representante da Sociedade Literária São Boaventura, doadora do patrimônio inicial de constituição da Fundação, ou de sua sucessora;
- IV – um representante da Inspetoria Salesiana São Pio X, mantenedora do Instituto Educacional Dom Bosco, em razão da transferência dos cursos superiores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Faculdade de Educação Física à FIDENE;
- (...)

Art. 17. São atribuições do Presidente:

- I – exercer a administração superior da Fundação;
 - II – representar a Fundação ou promover-lhe a representação em juízo ou fora dele;
 - III – convocar a Assembléia Geral e o Conselho Diretor;
 - IV – convocar o Conselho Curador, se o seu presidente não o fizer, sempre que ocorrerem motivos graves e urgentes;
 - V – presidir as reuniões da Assembléia Geral e do Conselho Diretor;
 - VI – presidir a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho Curador;
 - VII – nomear e dispensar o Diretor Executivo;
 - VIII – assinar convênios e contratos interinstitucionais;
 - IX – autorizar abertura de créditos adicionais com base nos critérios fixados pelo Conselho Diretor;
 - X – apresentar anualmente ao Conselho Diretor, ao Conselho Curador e à Assembléia Geral o orçamento-programa, a prestação de contas e o relatório de atividades da Fundação e de suas mantidas;
 - XI – dar posse à Reitoria da UNIJUÍ e à Direção do Centro de Educação Básica e Técnica Francisco de Assis – EFA, eleitas na forma dos respectivos regimentos;
 - XII – nomear e dispensar os dirigentes das demais mantidas;
 - XIII – coordenar o Fórum das Mantidas;
 - XIV – remeter à Procuradoria Geral de Justiça cópia da ata da Assembléia Geral que elege membros dos órgãos da Fundação bem como os demais documentos exigidos por lei.
- Parágrafo único. A atribuição do Vice-Presidente é assessorar o Presidente e substituí-lo quando necessário.

- Dever ter organização interna conhecida e fixada em organograma: em seu estatuto a FIDENE possui organização interna conhecida e passível de ser construído o seu organograma, bem como em seu site institucional, nos relatórios anuais de atividades e de balanço, e nos relatórios de gestão. Isso pode ser

empregado também para as suas mantidas (estatuto e regimento, e site institucional).

Definidos e aplicados os critérios de Duchein, Conrado (2014) ressalta que é necessário definir os grupos ou seções de divisão do fundo, sendo que para a autora “grupo ou seção é a primeira divisão de um fundo documental, que corresponde aos documentos acumulados por órgãos de segunda escala hierárquica, sendo dispensável esta subdivisão no caso de fundo com documentos poucos volumosos”. Então a partir da análise dos organogramas da instituição, estatutos e regimentos, e conforme autor acima citado, a seção passa a ser uma subdivisão do fundo documental e abaixo segue as seções que compõem o Fundo FIDENE, e o Quadro 4, é um descritivo do Fundo.

Quadro 4 -Quadro descritivo do Fundo Documental

Fundo FIDENE	
Assembleia geral	AG
Conselho curador	CC
Conselho diretor	CD
Presidência	P
Auditoria Interna	AI
Assessorias da presidência	AP
Direção Executiva	DE
Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS - Unijuí	UNIJUÍ
Conselho Universitário	CONSU
Reitoria	R
Vice-reitoria de graduação	VRG
Vice-reitoria de pós-graduação, pesquisa e extensão	VRPGPE
Vice-reitoria de administração	VRA
Pró-reitoria Santa Rosa	PRSR
Pró-reitoria Panambi	PRP
Pró-reitoria Três Passos	PRTP
Conselho de gestão	COGEST

Departamento de Estudos Agrários	DEAG
Departamento de Humanidades e Educação	DHE
Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais	DCJS
Departamento de Ciências Exatas e Engenharias	DCEEng
Departamento de Ciências da Vida	DCVIDA
Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e de Comunicação	DACEC
Secretaria dos Conselhos	SECCON
Comissão Própria de avaliação	CPA
Escritório das relações internacionais	ERI
Editora	EDITORA
Coordenadoria de Marketing	CMKT
Núcleo de educação inclusiva	NEI
Coordenadoria de educação a distância	CEA
Biblioteca Mario Osório Marques	BUMOM
Secretaria Acadêmica	SECACAD
Unidade de Educação Continuada	UEC
Agencia de inovação e tecnologia	AGIT
Coordenadoria de Recursos Humanos	CRH
Controladoria	CON
Coordenadoria de Informática	COINF
Coordenadoria patrimonial	COOP
Coordenadoria financeira	COFIN
Museu Antropológico Diretor Pestana - MADP	MADP
Rádio Educativa Unijuí FM	RÁDIO
Centro de Educação Básica Francisco de Assis - EFA	EFA

Fonte: autora

A “sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido” é entendida como arranjo segundo o DBTA (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 37).

Portanto após definir-se a estrutura do fundo documental, é necessário estabelecer sua organização interna, seu arranjo, através do quadro de arranjo. Assim deve-se manter a classificação ou arranjo dos documentos resultantes da aplicação das Tabelas de Temporalidade, sem que se perca a organicidade do fundo e de suas seções, como dado na fase primária.

Para isso torna-se necessário definir a sistemática arranjo, iniciada a partir do recolhimento dos documentos. Para Conrado (2014, p.79)

a partir daí se inicia o arranjo dos documentos, que é entendido como uma operação intelectual e operacional. Intelectual, uma vez que há a necessidade de elaborar um instrumento que mantenha a organicidade dos documentos através da hierarquização de fundos, seções, séries e tipos documentais; operacional, pois os documentos são organizados, ordenados e acondicionados em invólucros com qualidade arquivística (CONRADO, 2014, p. 79).

É fundamental manter a organização dada na fase primária.

A FIDENE, instituição privada, sem fins lucrativos prioriza a educação, e para o cumprimento de seus objetivos, constitui mantidas e órgãos de serviços por ela administrados, cuja organização e funcionamento são disciplinados por dispositivos legais próprios, em consonância com seu Estatuto. Caracteriza-se pela promoção do desenvolvimento regional integrado, planejado e instrumentalizado, compõem o Sistema Federal de Educação através da atuação de uma de suas mantidas, a Unijuí.

Diante disso e sabendo-se que o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, que tem como natureza e finalidade I - definir a política nacional de arquivos públicos e privados; e II - exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo, é órgão responsável por definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção, e não obstante a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, sabe-se que a política nacional de arquivos deverá ser emanada do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ. Ainda que o SINAR - Sistema Nacional de Arquivos, regulamentado pelo Decreto nº 4.013, de 3 de janeiro de 2002, tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação, e

ao acesso aos documentos de arquivo. Importante ainda citar o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, criado pelo Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, da Administração Pública Federal, pelo qual se organizam, sob a forma de sistema, as atividades de gestão de documentos de arquivo no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal. Ao qual é importante enunciar um dos seus objetivos: disseminar normas relativas à gestão de documentos de arquivo.

Em 23 de dezembro de 2013, o ministro de Estado da Educação, publica a Portaria nº 1.261, considerando a Lei n 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002 e o Decreto n 4.915, de 12 de dezembro de 2003, a qual resolve:

Art. 1 Fica determinado que o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, aprovado pela Portaria nº 92, de 23 de setembro de 2011, do Diretor-Geral do Arquivo Nacional, é de uso obrigatório nas IFES, ficando a cargo destas dar publicidade aos referidos instrumentos técnicos.

O Ministério da Educação, publica no dia 18 de dezembro de 2013 a Portaria nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013, que institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. O texto segue com o seguinte enunciado:

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto n.º 5.773, de 9 de maio de 2006, e a Portaria Normativa MEC no 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, resolve: Art. 1º Aplicam-se às Instituições de Educação Superior (IES) previstas no art. 16 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, todas as normas constantes no Código de Classificação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior e na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior, aprovados pela Portaria AN/MJ nº 92, de 23 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 26 de setembro de 2011, e constantes no ANEXO I desta Portaria.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e em seu Art. 16º, define que o sistema federal de ensino compreende: I - as instituições

de ensino mantidas pela União; II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada; III - os órgãos federais de educação.

De acordo com a LDB e com a Portaria nº 1.261, 23 de dezembro de 2013, fica determinado que o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, é de uso obrigatório nas IFES, e sendo a FIDENE e a Unijuí pertencentes aos Sistema Federal de Ensino, tais elementos refletem nas políticas arquivísticas para os órgãos que o integram.

A FIDENE não é integrante do SINAR e SIGA atualmente, ainda que instituição de caráter privado, procura seguir na elaboração de seus instrumentos de classificação a política nacional de arquivos, logo, utiliza em seu trabalho de gestão documental a publicação feita pelo CONARQ da Resolução 14 no ano de 2001 que aprova as versões revisadas e ampliadas da Resolução nº 4, de 28 de março de 1996 referente à Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativo às Atividades-Meio da Administração Pública, porém com adaptações à realidade de iniciativa privada.

O Código de Classificação de documentos de arquivo para a administração pública: atividades-meio e a Tabela básica de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública, aprovadas pela Resolução nº 14 do CONARQ, é feito por assunto, em que “as funções, atividades, espécies e tipos documentais genericamente denominados assuntos, encontram-se hierarquicamente distribuídos de acordo com as funções e atividades desempenhadas pelo órgão” (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p. 9). Os assuntos recebem códigos numéricos de maneira que refletem a hierarquia funcional da instituição, através de classes, subclasses, do geral para o particular, com seus respectivos códigos decimais para a identificação do arranjo.

Esse código de classificação divide-se em dez séries e subséries sucessivamente. As séries são representadas por números inteiros compostos de três algarismo, tais como: Série 000, Série 100, Série 200, Série 300, Série 400, Série 500, Série 600, Série 700, Série 800 e, Série 900, que correspondem às grandes funções desempenhadas pela instituição e que se referem às atividades-meio. Saliencia-se que as Séries 100, 200, 300, 400, 500 correspondem no quadro de arranjo às atividades-fim em consonância com o Código de classificação das IFES.

A Série 000, Administração Geral, tem como Subséries: 010 – Organização e funcionamento, 020 – Pessoal, 030 – material, 040 – patrimônio, 050 – orçamento e finanças, 060 – documentação e informação, 070 – comunicações, 080 – (vaga) 090 – outros assuntos referentes à administração geral.

O quadro de arranjo, é o resultado de operações intelectuais e físicas, que segundo a Nobrade, é a “posição dos documentos em uma estrutura hierarquizada de organização de um acervo” (2006, p. 16), em que os documentos são classificados em níveis, como: fundo, seção/grupo, subseção/subgrupo, série e subsérie.

A Nobrade traz definições referentes à conceituação de fundo, seção/grupo, subseção/subgrupo, série e subsérie e que foram utilizadas para a elaboração do Quadro de arranjo dos documentos sonoros do Arquivo FIDENE, sendo:

Fundo é o conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo.

Seção é a subdivisão da estrutura hierarquizada de organização que corresponde a uma primeira fração lógica do fundo ou coleção, em geral reunindo documentos produzidos e acumulados por unidade(s) administrativa(s) com competências específicas, também chamada grupo ou subfundo. Subseção/subgrupo é subdivisão da seção.

Série é a subdivisão da estrutura hierarquizada de organização de um fundo ou coleção que corresponde a uma seqüência de documentos relativos à mesma função, atividade, tipo documental ou assunto.

Subsérie é a subdivisão da série (BRASIL, 2006, p. 15-16).

O quadro de arranjo elaborado, Quadro 5, tem por base a fundamentação legal acima exposta para o acervo custodiado pelo MADP, tendo por embasamento o Código de classificação de documentos de arquivo relativos às atividades–fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES e o Código de Classificação da Administração Pública Federal para as atividades-meio, em acordo a realidade encontrada:

Quadro 5 - Quadro de arranjo documental

QUADRO DESCRITIVO DO ARRANJO DOCUMENTAL		
Código	Série	Subsérie
000	ADMINISTRAÇÃO GERAL	010 – Organização e Funcionamento 020 – Pessoal 030 – Material 040 – Patrimônio 050 – Orçamento e Finanças 060 – Documentação e Informação 070 – Comunicações 090 – Outros Assuntos Referentes à Administração Geral
100	ENSINO SUPERIOR	110– Normatização. Regulamentação 120 – Cursos de graduação 130 – Cursos de pós-graduação stricto sensu 140 – Cursos de pós-graduação lato sensu 190 – Outros assuntos referentes ao ensino superior

200	PESQUISA	<p>210 – Normatização. Regulamentação</p> <p>220 – Programas de pesquisa</p> <p>230 – Projetos de pesquisa</p> <p>240 – Iniciação científica</p> <p>250 – Transferência e inovação tecnológica</p> <p>260 – Ética em pesquisa</p> <p>290 – Outros assuntos referentes à pesquisa</p>
300	EXTENSÃO	<p>310 – Normatização. Regulamentação</p> <p>320 – Programas de extensão</p> <p>330 – Projetos de extensão</p> <p>340 – Cursos de extensão</p> <p>350 – Eventos de extensão</p> <p>360 – Prestação de serviço</p> <p>370 – Difusão e divulgação da produção acadêmica</p> <p>380 – Programa institucional de bolsas de extensão</p> <p>390 – Outros assuntos referentes à extensão</p>

400	EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL	410 – Normatização. Regulamentação 420 – Educação infantil: creches e pré-escolar 430 – Ensino fundamental 440 – Ensino médio 450 – Ensino técnico 490 – Outros assuntos referentes educação básica e profissional
500	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	510 – Normatização. Regulamentação 520 – Programas, convênios e projetos de concessão de benefícios e auxílios aos alunos 590 – Outros assuntos referentes à assistência estudantil

Fonte: autora

O Quadro de arranjo visa adequar a instituição pesquisada ao Sistema de Gestão de Documentos da Administração Pública Federal – SIGA, Portaria nº 1.261, ao cumprimento da Portaria nº 1.224, ao Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES e ao Código de Classificação da Administração Pública Federal para as atividades-meio. Atentando para uma lacuna existente atualmente na classificação dos documentos institucionais, um plano de classificação que hoje não atende a realidade organizacional e que não possibilita a visualização dos níveis hierárquicos do fundo, bem como a sua organização interna. O que por muitas vezes compromete a organicidade e integridade do fundo, pois atualmente apenas se faz uso do Termo de recolhimento para relacionar a documentação recolhida ao MADP e no qual se realiza a descrição do conjunto documental conforme as oito classes existentes do Sistema de Arquivos atual. Cabe salientar que a proposição do quadro de arranjo não pretende reclassificar a documentação ora recolhida ao MADP, mas quer dar maior

visibilidade ao acervo e tratar o conjunto documental como um todo. Até o presente momento, o acervo de fitas cassete pertencente ao Fundo Documental FIDENE, segue apenas uma numeração alfanumérica com descrição do assunto. Não possibilita a recuperação do contexto de produção e ao mesmo tempo em que trata as fitas como um documento de arquivo isolado, não pertencente ao restante do Fundo. Sendo ordenado de forma isolada sem remeter as atividades constantes do Plano de Classificação atual vigente. Ainda é importante mencionar que a proposta de arranjo dessa pesquisa, está associada a levantamento que atualmente vem sendo realizado na instituição a fim de adequar-se à Portaria nº 1.261 e 1.224 do MEC. Vindo esta pesquisa de encontro a realidade institucional, ao mesmo tempo que evidencia a necessidade de se tratar o conjunto como um todo, pensando na integridade e organicidade do fundo, e ao passo que a fita cassete é registro das atividades da instituição, se constitui como documento arquivístico.

É válido mencionar que a Portaria nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013, institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, aplicando-se às Instituições de Educação Superior (IES) previstas no art. 16 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta Lei estabelece em seu art. 16º, a estrutura do Sistema Federal de Ensino, compreendido em: I - as instituições de ensino mantidas pela União; II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e III - os órgãos federais de educação. Enquanto que Portaria do MEC nº 1.261, de 23 de dezembro de 2013, que determina a obrigatoriedade do uso do Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior, aprovado pela Portaria nº 92 do Arquivo Nacional, de 23 de setembro de 2011, pelas IFES e dá outras providências. Diante deste contexto jurídico, as portarias tratam da obrigatoriedade das IFES em relação à aplicação do Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior, e neste mesmo contexto as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada, pertencentes aos Sistema Federal de Ensino, tornam-se obrigadas a aplicação do Código de Classificação de Documentos - CCD, não possuindo autonomia em relação as Portarias.

Enfatiza-se diante deste cenário de obrigatoriedade, que as IES devem atualizar e adequar os seus planos de classificação de documentos em acordo as atividades por estas desempenhadas, fato este que corrobora para o que Plano de Classificação de Documentos represente as atividades da instituição, suas funções até a classificação dos itens documentais, no nível mais baixo de classificação. A Resolução nº 41 do Conarq de 9 de dezembro de 2014, dispõe justamente sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais nos programas de gestão de documentos arquivísticos, ao nível de item documental. Momento este, em que os itens documentais devem estar representados nos Códigos de Classificação de Documentos ou Planos de Classificação.

A partir desse entendimento, o quadro de arranjo proposto (Apêndice B) explicita a hierarquia de classificação do fundo documental e propõe manter a classificação dada na origem, fazendo uso de instrumentos que regem a aplicação de instrumentos arquivísticos para a gestão documental. Sabendo-se que durante o desenvolvimento da pesquisa nas próximas etapas, a partir da digitalização do acervo, será utilizado software de descrição e disponibilização online dos documentos, tem por base a NOBRADE, cujos pressupostos básicos são o respeito aos fundos e a descrição multinível, adotando os princípios expressos na ISAD(G), ou seja, a descrição do geral para o particular, com o objetivo de representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes componentes. A saber, o quadro de arranjo de acordo com o acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5).

Para o levantamento da tipologia documental e a proposição do Quadro de Arranjo para o acervo de fitas cassetes, retoma-se a motivação e inquietação: as fitas cassetes estão incluídas no Planos de Classificação de Documentos e Quadros de Arranjo? Qual seria a espécie documental destes documentos?

Durante a realização desta pesquisa, o primeiro impacto percebido foi relacionado a uma gama de fitas cassete aleatoriamente enumeradas, e que para a proposição do seu arranjo foi necessário estabelecer uma metodologia a fim de recuperar o contexto de produção desses documentos ao passo que as informações contidas no índice, eram insuficientes. Neste momento tornou-se necessário realizar a identificação tipológica e o estabelecimento das espécies documentais, pois a informação de “Inauguração do 1º módulo do MADP – discurso” não era suficiente.

As inquietações sobre a definição da espécie documental motivaram reflexões. Segundo Belloto (2002, p.12) “os documentos de arquivo apresentam-se sob a forma material de espécies documentais, cujos correspondentes coletivos são os tipos documentais”. Para tanto, a espécie documental é “a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (CAMARGO & BELLOTTO, 1996, p. faltou), a sua forma, e o tipo documental, entendido como a “configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou” (BELLOTTO, 2002, p.19).

Ao analisar os caracteres ou elementos externos, extrínsecos, físicos, de estrutura ou formais dos documentos, conforme Bellotto (2002, p. 24), depara-se com a estrutura física e com a sua forma de apresentação. Neste momento evidencia-se o gênero, isto é, “a configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos de que seus executores se serviram para registrar a mensagem” (BELLOTTO, 2002, p. 24). A autora infere que a identidade do documento de arquivo é percebida através de elementos que o compõem, ou seja, estrutura e substância, que contém elementos intrínsecos e extrínsecos.

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística o gênero documental é a

reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso, como documentos audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos, documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos, documentos micrográficos, documentos textuais (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 99).

Antes de definir a espécie relacionada às fitas cassetes, é necessário analisar

a

relação matéria-conteúdo ou, em outras palavras, a relação suporte-informação necessita do elemento intermediário: em primeiro lugar, a espécie, o seu veículo redacional adequado, redigido e formatado de maneira que torne válido e credível o seu conteúdo; em segundo lugar, o tipo, isto é, a espécie “carregada” da função que lhe cabe e a categoria jurídico-administrativa desse documento (BELLOTTO, 2002, p.26).

Percebe-se que a espécie documental é carregada pela relação do suporte-informação, em documentos textuais, tem como veículo a redação e o seu conteúdo, somado ao tipo, que lhe confere a função carregada. No DBTA (2005, p. 99), a divisão do gênero documental reúne tipos documentais pelo seu formato, ou seja, a forma que os documentos se apresentam, entre elas cita-se como exemplo de

espécies ata, carta, decreto, disco, filme, folheto, fotografia, memorando, ofício, planta, relatório. Nota-se que é mencionada a fotografia como espécie e não há menção ao registro sonoro em fitas cassete.

Sendo o formato “o conjunto das características físicas de apresentação, das técnicas de registro e da estrutura da informação e conteúdo de um documento” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.94), a CTDAIS define Documento sonoro como o “gênero documental integrado por documentos que contém registros sonoros” (CONARQ, 2014, p. 9) e a fita magnética a “tira geralmente feita à base de poliéster e com revestimento magnético que permite armazenar informação de áudio e/ou de vídeo” (CONARQ, 2014, p.10).

Para Rondinelli, (2013, p. 100), a informação definida por Duranti (2002), “é um conjunto de dados a serem comunicados no tempo e no espaço”, ou segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, a informação é o “elemento referencial, noção, idéia ou mensagem contidos num documento” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.107).

O suporte é a “base física sobre a qual a informação é registrada” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 109), e definido no Glossário da CTDAIS, como o “material preparado em que as informações podem ser registradas ou fixadas (CONARQ, 2014, p.14). Ressalta-se que o Glossário não faz menção a definição de áudio.

Diante de tais apontamentos, evidencia-se que a fita cassete não representa uma espécie documental e sim é o suporte onde estão registradas as informações, uma tira de poliéster, porém ainda indaga-se quanto ao que seria a espécie documental das informações registradas nessas tiras que permitem armazenar áudio.

Assim foi necessário investigar-se o conceito de áudio, e aqui tomou-se por base uma pesquisa em dicionário online, para uma simples definição, a qual define o áudio como o “sinal de uma fonte sonora; som”⁹. Nessa mesma pesquisa online, a definição para som encontrada refere-se ao “fenômeno acústico que consiste na vibração que se propaga num meio elástico, capaz de ser percebida pelo sentido da audição”¹⁰, ou seja, tudo que pode ser percebido pela audição.

⁹ Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=%C3%A1udio>>. Acesso em: 30 jun 2016.

¹⁰ Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=%C3%A1udio>>. Acesso em: 30 jun 2016.

Sendo a fita cassete um suporte, as informações registradas nesta tomam forma no momento em que são ouvidas, o veículo para esta informação ocorre por meio do som, do áudio de um evento, reafirmado pela definição de espécie que Camargo e Bellotto (1996) fazem da espécie documental, “a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” ou seja a sua forma, o seu desenho, a sua configuração. A fita cassete é um suporte em película onde se registram as informações, o áudio caracteriza a forma, a espécie documental. O áudio possui muito mais elementos informacionais que a transcrição do áudio de uma entrevista por exemplo. A transcrição limita o usuário/pesquisador as informações transcritas, ao texto, enquanto que durante o processo de escuta do áudio, outros elementos podem ser de suma importância para o pesquisador e que ao ser transcrito, são suprimidos. Isso ocorre da mesma forma com o vídeo, uma transcrição se fosse o caso, seria muito diferente do que as imagens em movimento, o som, personagens e tal, que dependendo do objetivo podem ter relevância maior ou menor para o pesquisador. E o arquivista não pode suprimi-las, pois estaria negligenciado fatos, informações, ou melhor dizendo, direcionando a análise, a história ou o resultado.

Os documentos eletrônicos assim como os documentos convencionais, tem a mesma constituição de elementos capazes de os identificar e avaliar, segundo a análise Diplomática, a fim de identificar a sua essência ou os seus ideais. Para MacNeil e Duranti (1996), isso significa “que os documentos podem e devem ser identificados por seus constituintes formais e não pela informação que transmitem” e eles perceberam que um documento é composto de elementos que se inter-relacionam muito diferentes um do outro. Para os autores, isso significa que os documento se referem a um fato, ao que o documento se refere e, a forma, sua constituição física e intelectual.

Essas afirmações, atualmente para os documentos eletrônicos, segundo Rondinelli (2005, p. 56), se apresentam também aos documentos convencionais, estudadas pelos Diplomatas, no entanto, no caso dos eletrônicos, mais elaborados. Para Rondinelli (2005, p. 56), os documentos eletrônicos contemporâneos possuem: suporte, conteúdo, forma (ou estrutura), ação, pessoas, relação orgânica e contexto.

Estas discussões foram necessárias para que se definissem as espécies documentais e as atividades no levantamento da tipologia documental e assim

fossem inseridas no quadro de arranjo, pois o quadro deve chegar até o item documental, que é o documento capaz de reestabelecer a gênese documental.

Quando Rondinelli (2005, p. 56) menciona o elemento suporte, infere que este é o “carregador físico do documento, e como tal, imprescindível, uma vez que o documento não existe até que seja afixado num suporte”. Retomando a discussão acerca da espécie, seria o suporte mencionado pela autora, a fita magnética/cassete que carrega a informação, o áudio. Sem este suporte, o documento não existe, não haveria fixação da informação, do som, do áudio e isto correlaciona-se com o outro elemento, o conteúdo, citado por Rondinelli (2005, p. 56). O “conteúdo é a mensagem transmitida pelo documento”, presente no áudio.

Quanto a forma documental, a análise diplomática debruça-se sobre os elementos intrínsecos e extrínsecos dos documentos, este último, é objeto de análise para a investigação da espécie documental desta pesquisa. Segundo Rondinelli (2013, p. 238), estes elementos “consistem na aparência desse documento”, ou seja, as características de sua apresentação geral, citando texto, imagem, som, gráfico; características de apresentação específica, como layout, hiperlinks, cor, resolução de arquivo de imagem, etc.; assinatura eletrônica e sinais especiais. Essa caracterização refere-se aos documentos arquivísticos digitais, segundo Rondinelli (2013), no entanto quando trata da apresentação geral, evidencia o som, como elemento extrínseco do documento e que também pode ser aplicado ao documento eletrônico em fita cassete.

Dando seguimento às análises para a construção do Quadro de Arranjo, tomou-se por base os referências da Diplomática Contemporânea e da Identificação tipológica.

A identidade do documento, segundo Rodrigues, (2008, p. 8) “se mostra através dos elementos que o integram: sua estrutura e substância. Estão representadas através de regras, que contém elementos intrínsecos e extrínsecos” estudados pela Diplomática e também pela arquivística. Esta “capacidade de provar o fato que lhe dá origem é resultado da especial relação que o documento possui com o órgão que o produz, o vínculo que se revela no conteúdo pela atividade registrada, que constitui o núcleo de sua identidade” (RODRIGUES, 2008, p. 8).

A lógica orgânica dos conjuntos documentais é o objeto de estudo da Tipologia Documental, indo diretamente de encontro à gênese documental, no qual

são necessárias a contextualização das atribuições, competências, funções e atividades da instituição geradora ou acumuladora de documentos.

Duranti (1997), menciona que o “vínculo arquivístico, é o componente essencial do documento de arquivo, que revela sua verdadeira natureza, que determina sua identidade, pois é definido pela sua ligação com o órgão produtor”. Para o qual a *identificação*, como metodologia de trabalho desta pesquisa “consiste em estudar analiticamente o documento de arquivo e os vínculos que mantém com o órgão que o produziu, seja em fase de produção ou de acumulação”, pesquisa e estudo sobre a gênese documental.

Para o desenvolvimento deste processo de produção e levantamento deste conhecimento, foi necessário conhecer as informações sobre o órgão produtor de documentos e sobre os documentos, nos quais a “base metodológica da identificação é a aplicação dos princípios de proveniência e da ordem original” (RODRIGUES, 2008, p. 8).

Essa metodologia se ampara para Rodrigues (2008, p. 152), na nova diplomática, os documentos seriam analisados diante do seu “contexto de produção, nas relações entre as competências/funções/atividade do órgão produtor e neste sentido, apresentam relações com a arquivística”, apontando a Diplomática com subsídios para a arquivística no tratamento dos documentos contemporâneos, em que esta é um “estudo da natureza de ser dos documentos, a análise da gênese, da constituição interna e comunicação dos documentos, e suas relações com os fatos neles representados e com os seus produtores” (VIANA, 2012, p. 29).

Para Rodrigues (2008, p. 166) a Diplomática concentra-se no teor/conteúdo documental, enquanto que a tipologia documental preocupa-se com as inter-relações ocorridas no interior do conjunto documental – estabelecendo a lógica orgânica, tornando os dois campos das ciências extremamente complementares. Por isso a tipologia pode ser chamada de Diplomática arquivística ou Diplomática Contemporânea pelos seus objetos e objetivos. E que para Duranti o diálogo e o vínculo teórico e metodológico se estabelecem entre a Diplomática e a Arquivística, a partir do seu objeto de estudo: o documento (RODRIGUES, 2008, p. 168).

Para Bellotto, em seu artigo “Diplomática”, a “diplomática contemporânea” (“Diplomática arquivística” para alguns), cuja metodologia é bastante concentrada no estudo dos tipos documentais e de toda sua vinculação orgânica de gênese, atuação e uso”, podendo ser aplicada a todos os documentos de arquivo. O que pode-se

concluir destas afirmações é que a Diplomática contemporânea, não está isolada no estudo do interior do documento, e sim como afirma Bellotto neste artigo, agora preocupa-se em identificar a sua espécie e tipo, sua inclusão em um conjunto orgânico, legitimando o contexto de produção para que se melhor compreenda o porquê e para que o documento foi criado.

Definidas as espécies documentais, realizada a identificação tipológica, elaborado o quadro de arranjo, e com base no entendimento que os áudios são as espécies documentais, tipos documentais resultantes das atividades da FIDENE, esta análise discute a inserção destes áudios no Planos de Classificação de Documentos e Quadros de Arranjo com base no que dispõe a Resolução nº 41 do Conarq.

A Resolução nº 41, dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos visando a sua preservação e acesso. Neste sentido, gestão arquivística ou gestão de documentos, é o “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos arquivísticos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (CONARQ, 2014, p.23). Para que a eficácia da gestão documental seja atingida, a Arquivologia baseia-se em princípios, padrões, normas, técnicas e metodologias, fundamentais à execução dos programas de gestão arquivística, fazendo uso de instrumentos de gestão. Os instrumentos de gestão compreendem plano de classificação, tabela de temporalidade documental, glossário de espécies e tipos documentais, descrição arquivística, instrumentos de pesquisa, listas de eliminação de documentos, termos de recolhimento, manuais técnicos, etc.

Baseado nesse entendimento e considerando que o CONARQ tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, a Resolução nº 41 deixa de forma muito evidente a necessidade de se incluir nos programas de gestão arquivística, no caso no Planos de Classificação de Documentos e Quadros de Arranjo os documentos sonoros, objeto dessa pesquisa.

Visto que, como evidencia a Resolução:

- o “arquivo é o conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”,

- o “documento é a unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato”,
- o “documento sonoro é o gênero documental integrado por documentos que contém registros sonoros”.

Em seu Artigo 1º, § 1º, recomenda aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, “implementar apolítica de gestão arquivística de documentos integrando todos os gêneros documentais, incluindo os audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais, independentemente do formato e do suporte em que estão registrados, por meio da classificação e avaliação arquivística, bem como dos procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação e uso”.

Nesse sentido, a partir da elaboração do Quadro de arranjo, e com a discussão acima levantada acerca da espécie e da identificação tipológica em torno do documento sonoro, tem-se o entendimento nessa pesquisa, que o áudio enquanto espécie documental do documento sonoro em fita cassete de acordo com a Resolução nº 41, de 09 de dezembro de 2014, não está contemplado nos instrumentos de classificação e temporalidade das atividades meio e fim propostos pelo CONARQ e obrigatórios para as IES enquanto atividade-fim. Ressalta-se que a espécie áudio, assim como a fotografia, deve ser parte integrante dos instrumentos técnicos de classificação e temporalidade nas instituições e a necessidade e importância de adaptação desses com inserção do item documental em acordo com a identidade do documento. Para Rodrigues, (2008, p. 8) esta “se mostra através dos elementos que o integram: sua estrutura e substância. Estão representadas através de regras, que contém elementos intrínsecos e extrínsecos”. Esta “capacidade de provar o fato que lhe dá origem é resultado da especial relação que o documento possui com o órgão que o produz, o vínculo que se revela no conteúdo pela atividade registrada, que constitui o núcleo de sua identidade” (RODRIGUES, 2008, p. 8) e é fundamental para a definição das séries/classes dos planos de classificação, auxiliando também nos processos de avaliação, permitindo um conhecimento aprofundado do conjunto documental, fundamentando a identificação das funções.

O Apêndice C, traz uma parcela do quadro de arranjo que não foi possível realizar a identificação do contexto de produção, devido a problemas de gravação da própria fita e da fita pela conservação. Em alguns casos o som está comprometido

pelo próprio tempo, impossibilitando a escuta; faltaram fontes primárias para identificação e sentiu-se a necessidade para completar esse quadro, que sejam ainda levantadas as informações faltantes por meio de entrevistas, questionários com pessoas envolvidas nos processos ou que desempenharam atividades na instituição e que poderão colaborar para que a informação seja o mais completa possível nos processos de descrição.

Neste capítulo foi apresentada a proposta de quadro de arranjo para os documentos sonoros do arquivo FIDENE, o diagnóstico realizado, a organização e sistemática de arranjo dada aos documentos preservados pela Divisão de Imagem e Som e de Documentação do Museu, bem como os subsídios teóricos para a elaboração do arranjo e a proposta. Também foi discutido acerca da espécie documental da fita cassete com base nos referenciais da área e definido o áudio como espécie para esta pesquisa. O capítulo a seguir tratará do processo de digitalização das fitas cassete e a discussão de formatos de arquivo gerados para preservação e acesso.

9 DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS SONOROS: RECOMENDAÇÕES DE FORMATOS, ARMAZENAMENTO, DIFUSÃO E ACESSO

Neste capítulo, é realizada a análise quanto ao atingimento do segundo objetivo da pesquisa: identificar e analisar as recomendações de formatos para a digitalização de documentos sonoros e armazenamento dos objetos digitais em um repositório arquivístico digital confiável ou em uma plataforma de acesso e difusão arquivística, normalizada e descrita.

Inicialmente é importante atentar que a preservação digital dos documentos, definida por Ferreira (2006, p. 20), consiste na capacidade de garantir que a informação digital permaneça acessível e com qualidades de autenticidade suficientes para que possa ser interpretada no futuro, recorrendo a uma plataforma tecnológica diferente da utilizada no momento da sua criação, responsável por garantir a comunicação entre um emissor e um receptor (FERREIRA, 2006). Para isso são necessárias ações capazes de extrapolar as mudanças tecnológicas dos softwares e hardwares, bem como, a fragilidade dos suportes, a fim de que se possa garantir o acesso e interpretação dos dados por um período mais longo.

Segundo a “Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital”, publicada pelo Conarq,

a preservação dos documentos digitais requer ações arquivísticas, a serem incorporadas em todo o seu ciclo de vida, antes mesmo de terem sido criados, incluindo as etapas de planejamento e concepção de sistemas eletrônicos, a fim de que não haja perda nem adulteração dos registros. Somente desta forma se garantirá que esses documentos permaneçam disponíveis, recuperáveis e compreensíveis pelo tempo que se fizer necessário. (CONARQ, 2005, p. 2).

A Carta manifesta o quanto as instituições devem estar comprometidas com a preservação digital dos documentos, enfatizando sobre a real necessidade do estabelecimento de políticas necessárias à elaboração e procedimentos, sistemas, normas, práticas que emanem aos produtores e preservadores de documentos arquivísticos digitais a criar e manter esses documentos, fidedignos, autênticos, preserváveis e acessíveis. Esse conjunto de ações gerenciais e técnicas, desencadearão a institucionalização da política de preservação digital, bem como a elaboração de planos de preservação, ou, a emissão de documentos regulatórios a

fim de que se busque preservação, isto é, proteger e garantir acesso contínuo aos documentos.

A preservação de documentos digitais, além de questões tecnológicas, segunda a Carta, deve abordar o planejamento e a implementação de políticas públicas, diretrizes, programas e projetos de modo a atingir o ciclo vital dos documentos, um dos princípios fundamentais da Arquivística. Ferreira (2006) infere que a preservação digital abarca um conjunto de ações gerenciais e técnicas estabelecidas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes. A adoção de políticas de preservação digital implica na adoção de estratégias de preservação digital de forma múltipla, gerencial e técnica, seja de forma interna ou via Repositório Arquivístico Digital – RDC-Arq.

Para Arellano (2008, p. 44), a preservação física está centrada nos conteúdos armazenados em mídia magnética (exemplo, fitas cassete) e discos ópticos (exemplo, CD). Já a preservação lógica procura, na tecnologia, formatos atualizados para inserção de dados (exemplo, material de áudio), novos hardware e software que mantenham vigentes seus bits, para conservar sua capacidade de leitura.

Pensando em estratégias para a preservação digital e no referencial acima citado por Arellano (2008, p.44), pode-se apontar que para que a manutenção do acesso seja alcançada, a mudança de suporte, formato e a atualização do ambiente tecnológico são necessárias. A digitalização por consequência é um processo de conversão dos documentos analógicos ou eletrônicos (que precisam de um equipamento para que se possa ter acesso à informação, como por exemplo as fitas cassetes e os vídeos VHS), e que caracteriza uma estratégia de preservação digital.

Segundo As Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes do CONARQ (2010, p.6), voltadas para acervos textuais e iconográficos, é importante observar, que de acordo com a natureza do documento arquivístico original, diversos dispositivos tecnológicos (*hardware*) e programas de computadores (*software*) serão utilizados para converter em dados binários o documento original para diferentes formatos digitais.

Neste sentido, a digitalização é uma estratégia de preservação digital, a conversão do áudio em fitas cassetes para o meio digital, implica na definição de formatos de acesso para estes novos documentos gerados, formatos de preservação e a definição de um espaço destinado para o armazenamento digital. Uma ação de intervenção necessária.

A intervenção proposta, a digitalização dos áudios, baseia-se nas concepções enunciadas por Ferreira na Revisão de literatura e que embasam esta pesquisa, destas o Repositório Arquivístico Digital confiável caracteriza-se por ser uma política de preservação digital.

Deste modo o Repositório Arquivístico Digital Confiável, em consequência da digitalização, caracteriza ações de intervenção a esses documentos, mas sobretudo evidenciam as políticas atuais de preservação digital.

Neste sentido, segundo Hedlund e Flores (2014, p.2) o repositório digital “vêm desempenhando um papel importante na construção de um espaço arquivístico digital responsável pela guarda confiável de documentos digitais”. Entretanto, segundo os autores é extremamente importante que se “criem medidas para incorporar os critérios arquivísticos nesse novo ambiente” (HEDLUND e FLORES (2014, p.2), bem como o acesso aos documentos, deve estar firmado em descrições sólidas e consistentes, o que faz com que muitas instituições façam uso das tecnologias da informação para publicar seus produtos/instrumentos na *internet*.

A aplicação do software Archivemática e ICA-AtoM é utilizada como repositório arquivístico digital e instrumento eletrônico de pesquisa, descrição, acesso e difusão do acervo.

O software Archivemática, segundo Hedlund, em seu site Organização Eletrônica¹¹, “tem o objetivo de armazenar a documentação em formato digital de acordo com os padrões exigidos em relação à preservação arquivística, visando torná-la acessível a longo prazo. Sua estrutura e funcionamento seguem o padrão ISO-OAIS (*International Organization for Standardization - Open Archival Information System*),” (HEDLUND), seu conteúdo preservado pode ser acessado via ICA-AtoM, integrado ao Archivemática.

O Archivemática é um “sistema de preservação digital que visa oferecer um ambiente integrado de ferramentas *free* e *Open Source* para capacitar o processamento de objetos digitais de acordo com o modelo funcional ISO-OAIS (14721)” (FLORES, 2014, p. 44). O modelo ISO-OAIS descreve um

quadro conceitual para um sistema completo e universal de guarda permanente de documentos digitais, especificando como os documentos digitais devem ser preservados desde o momento em que são inseridos no

¹¹ Disponível em: <<http://www.dhionhedlund.com.br/2012/10/conheca-o-archivematica.html>>. Acesso em: out. 2015.

repositório digital até o momento em que ficam disponíveis para acesso pelo usuário final (HEDLUND, 2014, P.10).

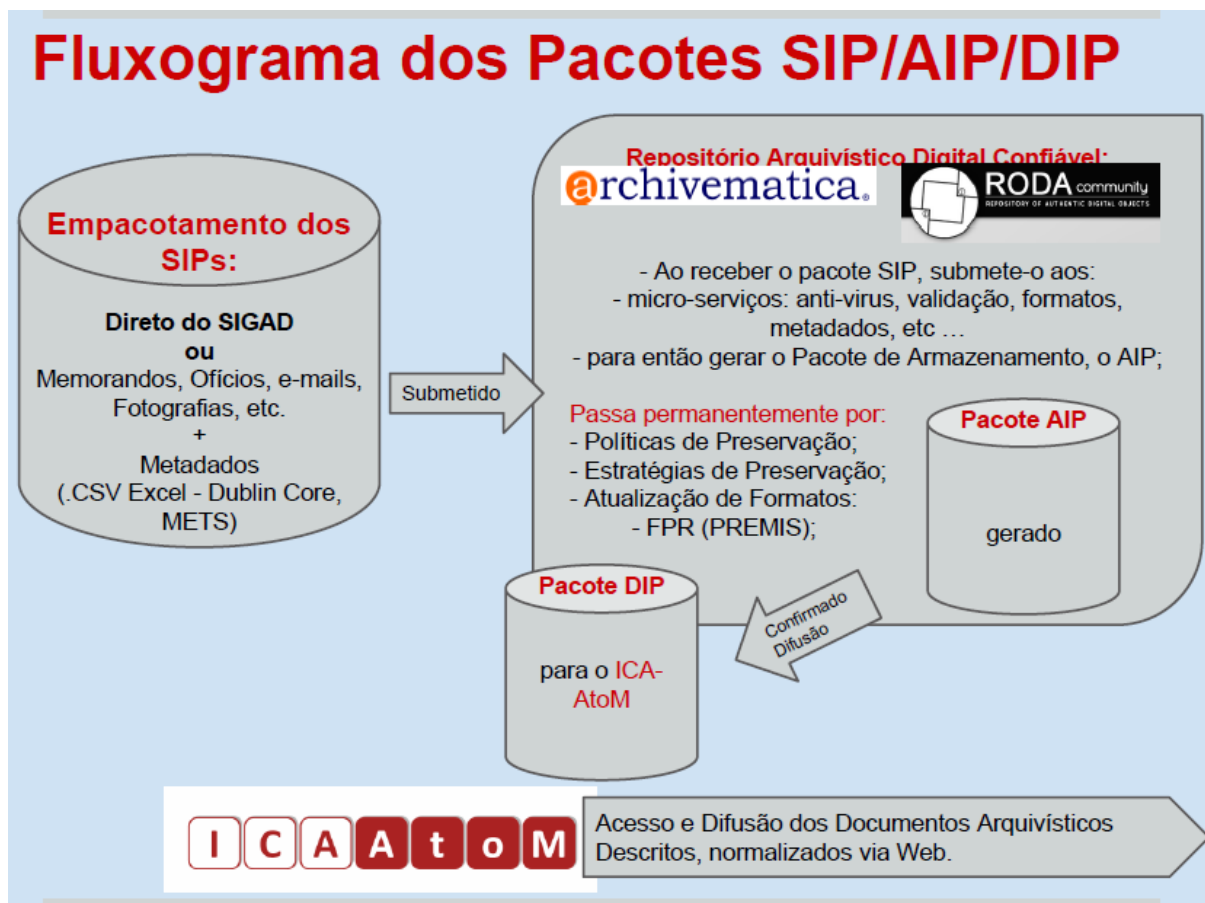
O modelo OAIS “descreve as interfaces internas e externas do sistema e os objetos de informação que são manipulados no seu interior” (HEDLUND, 2014, p. 11) estabelecendo um fluxo desde o momento que o documento é inserido até a sua destinação final. Nesses processos, há um fluxo por onde os documentos devem passar, até chegar ao momento de ser armazenados de forma definitiva na entidade *Archival Storage*. As entidades que constituem um repositório são: “*Ingest, Archival Storage, Data Management, Preservation Planning, Access e Administration*” (HEDLUND, 2014, p. 11). Dependendo da entidade onde se encontram os documentos, são atribuídos a eles os pacotes de informação. Existem três pacotes de informações principais: *Submission Information Package* (SIP), *Archival Information Package* (AIP) e *Dissemination Information Package* (DIP).

A estes pacotes, segundo Hedlund (2014, p. 11) compete:

- a) analisar a documentação enviada ao sistema e admitir a transferência para a primeira entidade (*Ingest*);
- b) ao segundo pacote cabem os processos de gestão dos metadados da documentação, (na entidade *Data Management* e quando do seu armazenamento definitivo na entidade *Archival Storage* - responsável por garantir a integridade do documento) e;
- c) o terceiro pacote é retornado através das consultas realizadas pelos usuários finais na pesquisa (HEDLUND, 2014, p. 11).

O Fluxograma dos Pacotes SIP/AIP/DIP, é exemplificado na Figura 14.

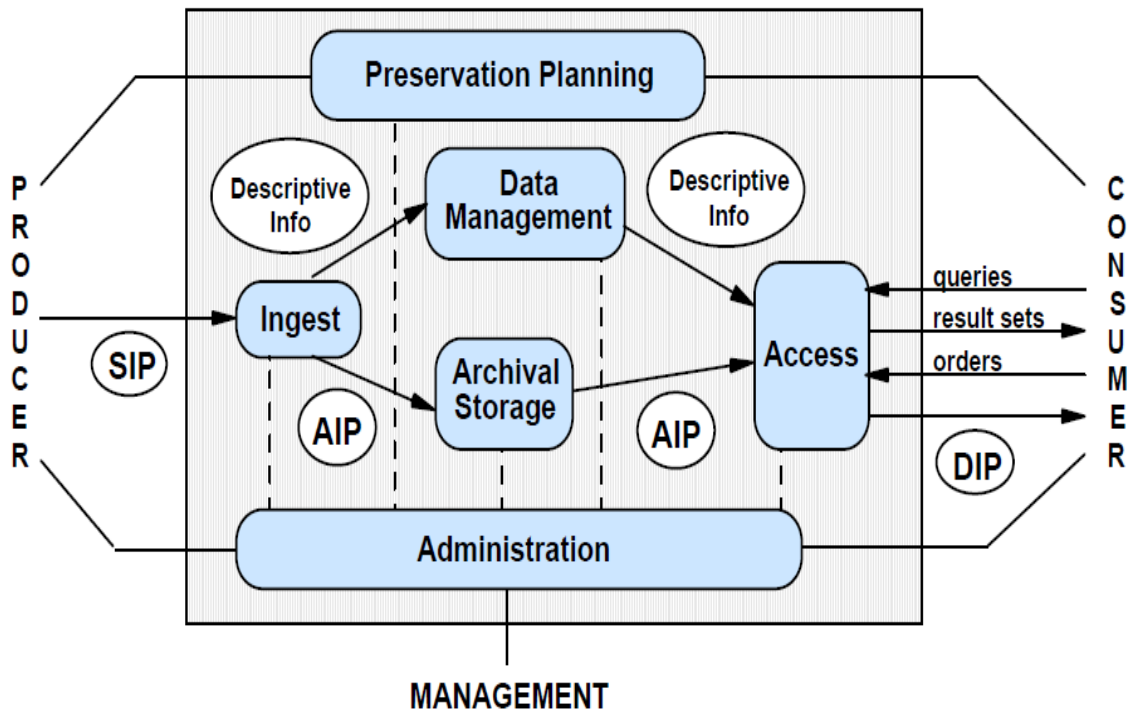
Figura 14 - Fluxograma dos pacotes SIP/AIP/DIP



Fonte: FLORES, 2014, p.38)

Os pacotes de submissão, Figura 15, representam o Fluxo do documento através do modelo proposto pelo OAIS.

Figura 15 – Entidades e fluxo de documentos modelo OAIS



Fonte: <http://www.paradigm.ac.uk/projectdocs/papers/paradigm-preprint.html>

De forma resumida os pacotes são,

SIP – Pacote de Submissão de Informação entregue pelo produtor a um OAIS para construção de um ou mais AIP;

AIP – Pacote de Arquivamento de Informação, que será objeto de preservação;

DIP – Pacote de Disseminação de Informação derivado de um ou mais AIP, recebido pelo Consumidor em resposta a uma requisição dirigida ao OAIS (FLORES, 2014, p.41).

O software ICA-AtoM, é uma abreviatura de *Access to Memory*. Funciona em ambiente web, é uma aplicação de código aberto destinada à descrição normalizada em arquivos permanentes, permite acesso multilíngue e organização com múltiplos repositórios” – tradução da autora, (site ICA- AtoM,). O ICA-AtoM, segundo Hedlund (2014, p. 4-5), é capaz de “manipular um grande número de representantes digitais no servidor, armazenar e exibir as informações da descrição arquivística na *internet*”, contempla “normas internacionais de descrição arquivística e é recomendado pelo Conselho Internacional de Arquivos (*International Council Archives - ICA*)”. Este software será discutido com mais detalhamento na análise do terceiro objetivo a seguir.

9.1 FORMATOS DOS ARQUIVOS DOS REPRESENTANTES DIGITAIS

Os formatos de arquivo gerados a partir da digitalização dos áudios das fitas cassete devem ter como diretrizes a criação de uma matriz digital para preservação e derivadas de acesso destinadas ao usuário para o acesso e a difusão arquivística.

Recentemente foi publicado, em 2015, as “Recomendaciones para proyectos: de digitalización de documentos” do Archivo General de la Nación, México, dirigidas à “las instituciones que planean usar esta herramienta tecnológica enfocada al almacenamiento y difusión de documentos resguardados en sus bibliotecas y archivos” (2015, p.6), voltada para digitalização de papel, manuscritos, livros, fotografias, mas não para áudios ou vídeos. Dessa publicação ressalta-se a alta importância dos formatos de arquivos, a serem observados antes de se criar e armazenar documentos digitais a longo prazo, fazendo referencia a que sejam preferencialmente, formatos estandardizados e que não possuam probabilidade de serem descontinuados. Os formatos com acesso a longo prazo caracterizam-se por não serem proprietários, possuem padrões abertos e documentados, frequentemente utilizados pela comunidade, sem criptografia e sem compressão (2015, p. 29-30).

Neste sentido, é válido mencionar a importância que o conteúdo de som tem em si, pois oferece mais informações para os usuários em potencial que pode conter o sinal desejado ou documento textual e os produtos da digitalização se limitam a resolução do áudio durante a conversão do analógico para digital, por isso deve ser feito com cuidado especial para ser o mais completa possível.

Buarque (2015, p. 12) faz colocações acerca de cinco obstruções para a preservação de fitas videomagnéticas nos dias atuais, e a quinta soma-se a pesquisa deste subcapítulo, “falta de padrão para a geração de matriz digital de preservação”. O autor refere-se as fitas videomagnéticas, e ressalta quando a existência de um padrão de fato para os áudios sistematicamente utilizado, e menciona o formato wave como padrão standardizado para áudios.

Nesse sentido, o Archivemática segue uma política de formatos de arquivos e, para arquivos de preservação de áudio, Quadro 6, segundo Flores (2016, p.72), o Wave (Linear Pulse Code Modulation - LPCM) é indicado como formato de preservação, enquanto que para acesso o formato é o MP3 (MP3 é uma abreviação de MPEG 1 Layer-3. Trata-se de um padrão de arquivos digitais de áudio

estabelecido pelo Moving Picture Experts Group (MPEG), grupo de trabalho de especialistas em Tecnologia da Informação vinculado à ISO - *International Organization for Standardization* e à CEI - *International Electrotechnical Commission*).

Quadro 6 - Formatos de arquivo Archivemática

Mídia	Formatos de arquivo	Formatos de preservação	Formatos de acesso	Ferramentas de normalização
Áudio	AC3, AIFF, MP3, WAV, WMA	WAVE (LPCM)	MP3	FFmpeg
E-mail	PST	MBOX	MBOX	Readpst
E-mail	Maildir**	Formato original	MBOX	md2mb.py
Office Open XML	DOCX, PPTX, XLSX	Formato original	Formato original	Ferramenta de Pesquisa em andamento
Texto simples	TXT	Formato original	Formato original	Nenhum
Formato de Documento Portátil	PDF	PDF/A	Formato original	Ghostscript
Os arquivos de apresentação	PPT	Formato original	PDF	Ferramenta de Pesquisa em andamento
As imagens raster	BMP, GIF, JPG, JP2*, PCT, PNG*, PSD, TIFF, TGA	TIFF	JPEG	ImageMagick
Arquivos Camera Raw/formato Digital Negative**	3FR, ARW, CR2, CRW, DCR, DNG, ERF, KDC, MRW, NEF, ORF, PEF, RAF, RAW, X3F	Formato original	JPEG	ImageMagick / UFRaw
Spreadsheets	XLS	Formato original	Formato original	Nenhum
Imagens vetoriais	AI, EPS, SVG	SVG	PDF	Inkscape
Vídeo	AVI, FLV, MOV, MPEG-1, MPEG-2, MPEG-4, SWF, WMV	FFV1/LPCM em MKV	MP4	FFmpeg

Arquivos de processamento de texto	DOC, WPD, RTF	Formato original	Formato original	Ferramenta de Pesquisa em andamento ***
(*) PNG e JPEG2000 não são normalizados para um formato de preservação (**) em desenvolvimento (***) Ver formatos de processamento de texto, abaixo				

Fonte: http://wiki.ibict.br/index.php/Guia_do_Usu%C3%A1rio_-_Archivematica, adaptado pela autora

O formato wav ou wave - *Form audio format*, é um formato de arquivo padrão da Microsoft e IBM para arquivos para armazenamento de áudio. Por ser um formato sem compressão, o wav ocupa muito espaço de armazenamento, possui alta qualidade e não é recomendada para acesso online, sendo nesse caso indicada a conversão para outros formatos de arquivo, como MP3 ou ACC (Advanced Audio Coding).

No Registro da Política de Formatos – FPR (Format Policy Registry), o Archivemática, segundo Flores (2016, slide 72) implementa “suas políticas de formato padrão com base em uma análise das características significativas de formatos de arquivo”. Uma estratégia de preservação baseada nas melhores práticas da comunidade de código aberto para cada mídia/formato de arquivo,

A FPR

também oferece um quadro editável, flexível para a identificação formato, extração de pacote, transcrição e normalização para a preservação e acesso. A instituição pode atualizar as ferramentas, regras e comandos em seu FPR local a partir do servidor FPR. Também pode adicionar suas próprias políticas locais à sua FPR interna. O FPR é integrado com o PRONOM (FLORES, 2016, slide 72).

Uma política de formatos indica as ações, ferramentas e configurações para aplicar a um objeto digital com vistas a preservação a longo prazo e acesso. O PRONOM¹² é um sistema de informação online sobre os formatos de arquivos e produtores de softwares, desenvolvido pelo Departamento de Preservação Digital do The National Archives do Reino Unido. O PRONOM é um sistema online que possibilita pesquisa sobre formatos de arquivos e dos produtores de software. Seu objetivo é fornecer informações para quem precisar sobre produtos e produtores de software, suporte, requisitos técnicos e formatos de arquivos suportados, fundamentais para decidir as etapas de um projeto de migração de suportes. O PRONOM é ativamente e constantemente atualizado. A busca de formato de arquivo

¹² Disponível em: < <https://www.nationalarchives.gov.uk/help/PRONOM/faq.htm#faq1>>. Acesso em: jun. 2016.

na pesquisa online do site do PRONOM permite ao usuário conhecer os diferentes produtos de determinado software, suas extensões e versões diferentes do arquivo.

As atualizações do FPR são integradas com o padrão PRONOM e aplicadas pela Artefactual Systems, desenvolvedora do Archivemática. A política de formatos, FPR, visa gerenciar eventos de preservação, normalização, extração, caracterização e identificação de formatos, a fim de mantê-los atualizados com vistas ao acesso a longo prazo com base nos formatos de arquivo.

O Repositório Arquivístico Digital Confiável, Archivemática utiliza o padrão PRONOM integrado ao FPR, implementando suas políticas de formato padrão, neste momento o Archivemática entre suas políticas de preservação ao estar conectado à internet, possui atualização dos formatos pelo simples fato de estar conectado a internet, atualizando os formatos de arquivo periodicamente, como parte das estratégias de preservação.

O processo de captura digital, tomando-se por base as definições abordadas pelas Recomendações do Conarq (2010, p.13-15), gerados a partir dos documentos originais, necessariamente, devem gerar representantes digitais de alta e baixa resoluções, denominados simultaneamente, de Matrizes e Derivadas - pacotes AIP e DIP no Archivemática. As matrizes digitais devem ser armazenadas e gerenciadas pelo repositório arquivístico digital, enquanto que as derivadas de acesso, são destinadas para visualização em tela, para navegação (*thumbnails*) e para *download*. As derivadas de acesso são destinadas aos usuários finais, por meio de uma plataforma de acesso na internet, no caso desta pesquisa, o ICA-AtoM.

A digitalização de acervos é uma das tarefas essenciais para que o acesso e a difusão de acervos arquivísticos seja possibilitado, contribuindo para a preservação dos originais, uma vez que estes não serão mais manuseados, e possibilitando o acesso simultâneo local ou remoto aos seus representantes digitais, visto que, segundo a Lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991, “Art. 10º - Os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis” (BRASIL, 1991, p.1), e as ações de digitalização não podem ocorrer detrimento das ações de conservação convencional dos acervos custodiados por instituições arquivísticas.

As Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes do Conarq, visam

garantir que um projeto de digitalização de documentos arquivísticos de valor permanente contemple a geração de representantes digitais com

qualidade arquivística, fidelidade ao documento original e capacidade de interoperabilidade, evitando-se ao longo do tempo a necessidade de se refazer a digitalização, além de garantir a satisfação das necessidades de uso dos usuários finais (CONARQ, 2010, p.4).

Essa Recomendação trata da captura digital em imagem de documentos planos e encadernados, faz referência a padrões e boas práticas mínimas para a captura digital de imagens, formatos digitais para representantes digitais matrizes e derivados, metadados técnicos, boas práticas gerais para armazenamento, segurança e preservação dos representantes digitais e utilização de serviços terceirizados para a captura digital, armazenamento e acesso dos representantes digitais. Não aborda a digitalização de acervo sonoro e de imagens em movimento.

No entanto, muitos de seu conceitos e diretrizes servem de base para a tomada de decisões quanto aos formatos a serem adotados na digitalização dos documentos sonoros, pois a digitalização é entendida

como um processo de conversão dos documentos arquivísticos em formato digital, que consiste em unidades de dados binários, denominadas de bits - que são 0 (zero) e 1 (um), agrupadas em conjuntos de 8 bits (binary digit) formando um byte, e com os quais os computadores criam, recebem, processam, transmitem e armazenam dados (CONARQ, 2010, p. 6).

Pode-se afirmar que de acordo com natureza do documento, diversos dispositivos serão necessários para que possa se fazer a digitalização, entre hardware e software para a conversão do documento analógico para o digital.

Em se tratando de fitas cassete, poucos são os relatos de como esses procedimentos podem ser feitos. Van Bogard, em sua publicação de 2001, já fazia referência que para a digitalização de documentos sonoros não são necessários equipamentos caros, mas com qualidade para que não seja comprometido áudio.

Para o desenvolvimento deste capítulo, quanto aos formatos gerados a partir da digitalização, é importante definir o conceito de Representante digital (*digital surrogate*). Segundo o Conarq, é “a representação em formato de arquivo digital de um documento originalmente não digital. É uma forma de diferenciá-lo do documento de arquivo nascido originalmente em formato de arquivo digital (*born digital*)” (CONARQ, 2010, p.4). Nos processos de captura digital, significa a “conversão em imagem, por dispositivo eletrônico (escâner), para o formato digital de um documento originalmente não digital” (CONARQ, 2010, p.4), neste caso a conversão do um documento eletrônico, a fita cassete para o meio digital.

9.1.1 Matrizes e derivadas de acesso

Para a geração de matrizes e derivadas dos arquivos digitais, segundo as orientações da Preservação digital, recomenda-se que estas sejam geradas em formatos abertos preferencialmente (*open sources*), tendo em vista que possibilitam melhores condições de acesso e preservação a longo prazo – objetivo da preservação digital, e conseqüentemente a não dependência de software e hardware.

O processo de captura digital deverá gerar sempre representantes digitais dos documentos, de alta resolução/qualidade e baixa, respectivamente, matrizes e derivadas (CONARQ, 2010).

Os representantes digitais de preservação deverão ter alta qualidade no processo de captura e ser armazenados e gerenciados com acesso restrito, somente por pessoas autorizadas na instituição, envolvidas no processo de preservação, a equipe de Tecnologia da Informação e arquivistas, em forma de trabalho conjunto.

Nesta pesquisa definiu-se por gerar Matriz digital em formato wave, padrão PRONOM, formato sem compressão de áudio com alta qualidade, recomendação percebida pelas estratégias aplicadas no Repositório Arquivístico Digital Confiável, o Archivemática, em consonância com a aplicabilidade do padrão PRONOM. O formato mp3, como derivada de acesso, visto que é o formato que o RDC-Arq gera ao aplicar estratégias de preservação digital, para o acesso de áudios, arquivo com compressão de áudio, com perdas não perceptíveis ao ouvido humano.

O processo de captura digital nesta pesquisa, apesar de a instituição pesquisada não dispor de condições no momento para a adesão a um RDC-Arq, a partir das análises de formatos de preservação e de acesso do Archivemática e ICA-AtoM, em produzir no momento da captura o representante digital de preservação – formato wave e o representante digital de acesso – formato mp3. Justifica-se tal medida, pois acredita-se que um processo de digitalização de documentos arquivísticos de valor permanente contemple a geração de representantes digitais com qualidade arquivística e fidelidade ao documento original, evitando-se assim a necessidade de se refazer a digitalização em outro momento, expondo esses documentos sonoros a uma nova intervenção. Caso fosse gerada apenas a derivada de acesso, e em futuramente havendo a possibilidade de adoção de repositório,

esse processo de digitalização teria que ser refeito para que se gerasse a matriz digital de preservação, porque a derivada possui pouca qualidade para gerar a partir dela uma matriz de preservação. Seria contraditório e significaria exposição de documentos extremamente vulneráveis a um novo processo de digitalização, principalmente porque esses documentos sonoros, passados tantos anos, já estão de certa forma comprometidos pela sua composição química e forma. Entende-se que isso seria um risco desnecessário. Ao gerar a matriz de preservação e a derivada de acesso, está se contemplando as estratégias de preservação digital, embora manuais e, o acesso e a difusão dos documentos descritos, através do ICA-AtoM. Salienta-se que os aspectos ideais de segurança para esses documentos, serão contemplados de forma efetiva com o armazenamento e preservação através de um repositório arquivístico digital.

9.1.2 O processo de digitalização das fitas cassete

O processo de digitalização de áudio é uma forma de intervenção no suporte da fita cassete, cujo conteúdo pode ser música, texto falado, sons, entrevistas, palestras, seminários, etc., e que objetiva a preservação e ou futura disponibilização dos representantes digitais dos documentos sonoros permanentes gerados a partir desse processo.

Ao pesquisar sobre o tema, existem muitos manuais e dicas de como digitalizar áudios de fitas na internet, entretanto, cabe ressaltar que este processo é altamente demorado e minucioso, pois a preservação é o carro chefe da atividade e as fitas cassete possuem certo tempo de vida útil que diminui com o passar dos anos, mesmo que em espaços ideais de guarda.

Buscou-se se conhecer as atividades desenvolvidas pelo Laboratório de Pesquisa em Documentos Digitais – LPDD do Departamento de Documentação, Curso de Arquivologia e Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria, para subsidiar a atividade de digitalização de fitas cassete. Este Laboratório dispõe de uma estrutura de ilhas para trabalho e desenvolvimento das pesquisas dos Grupos de Pesquisa CNPq GED/A e Patrimônio Documental Arquivístico¹³, que atende do documento textual, iconográfico, sonoro,

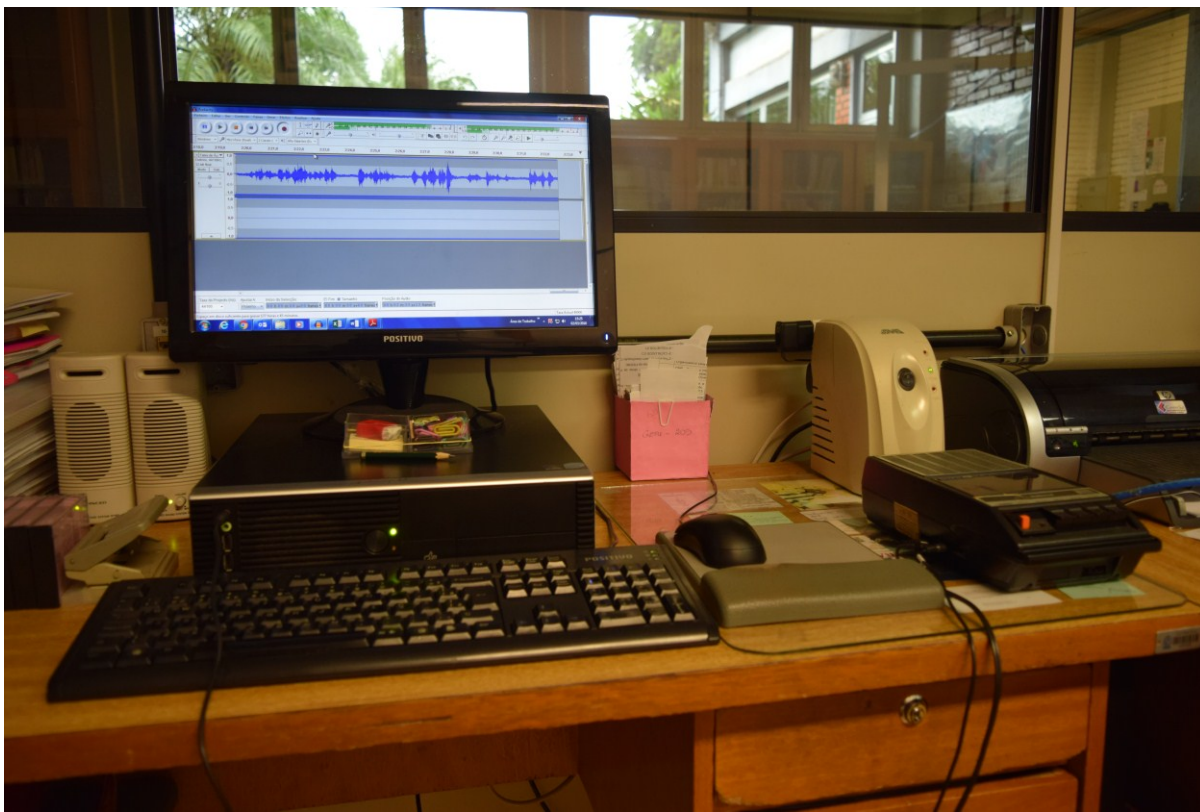
¹³ Disponível em: <<http://documentosarquivisticosdigitais.blogspot.com.br/p/lpdd-o-laboratorio-de-pesquisas-em.html>>. Acesso em: mai. 2016.

audiovisual aos Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos e a Gestão Eletrônica de Documentos – GED. Ainda conta com a aplicação de Tecnologias de GED, implementação, teste e configuração de repositórios arquivísticos digitais, de Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados e algumas simulações de soluções na Nuvem - *Cloud Computing*.

O Laboratório é composto pelas Ilhas de digitalização de multimídia, Ilha de digitalização plana, Ilha de SIGADs e Ilha de repositórios digitais e SGBDs. Durante o curso de Mestrado foram realizadas visitas técnicas para conhecer as atividades do LPDD e a Ilha de digitalização de multimídia, especialmente observada nesta pesquisa. Nesta Ilha de digitalização multimídia, são realizadas digitalizações de fitas VHS, fitas K7, vinil, uso de placas de digitalização de vídeo/TV, HDs, TV LED, Player de K7, Videocassete, Home-Theater e Archivemática para armazenamento. Durante o curso de Mestrado também a experiência da Docência Orientada I possibilitou um contato mais aproximado com este Laboratório e os alunos do Curso de Arquivologia. Esta experiência contribuiu de maneira significativa para a opção de como realizar a digitalização das fitas cassete do Museu Antropológico Diretor Pestana.

Para realizar o processo de transferências dos áudios foi necessário adquirir: um cabo P2/P2 de áudio (cabo para conectar equipamentos um no outro), um tocador de fitas cassete, um software de gravação de áudio, um computador com placa de som, conforme a Figura 16, e providenciar espaço em disco/rede para armazenamento (equipamentos disponíveis no Museu) dos objetos digitais gerados, construindo um espaço de digitalização na sala de processamento técnico da Divisão de Documentação.

Figura 16 - Equipamentos de digitalização utilizados



Fonte: autora

O tipo de saída do tocador de fitas cassete utilizado é P2/P2, Figura 17, pois é o tipo de saída do player que determina o tipo de cabo a ser utilizado, além do bom estado de conservação do tocador. Esse equipamento é de utilização do Museu para atividades de transcrição de áudios e pesquisa dos usuários.

Figura 17 - Tocador de fitas cassete National



Fonte: autora

O cabo P2/P2 foi ligado no tocadour na saída do fone de ouvido do toca fitas, na saída *line out* (saída de áudio), por onde o som sai e plugado no computador na entrada *line in* (entrada de áudio) entrando para o computador através da placa de som. É através deste cabo que o som vai sair do tocadour para o computador.

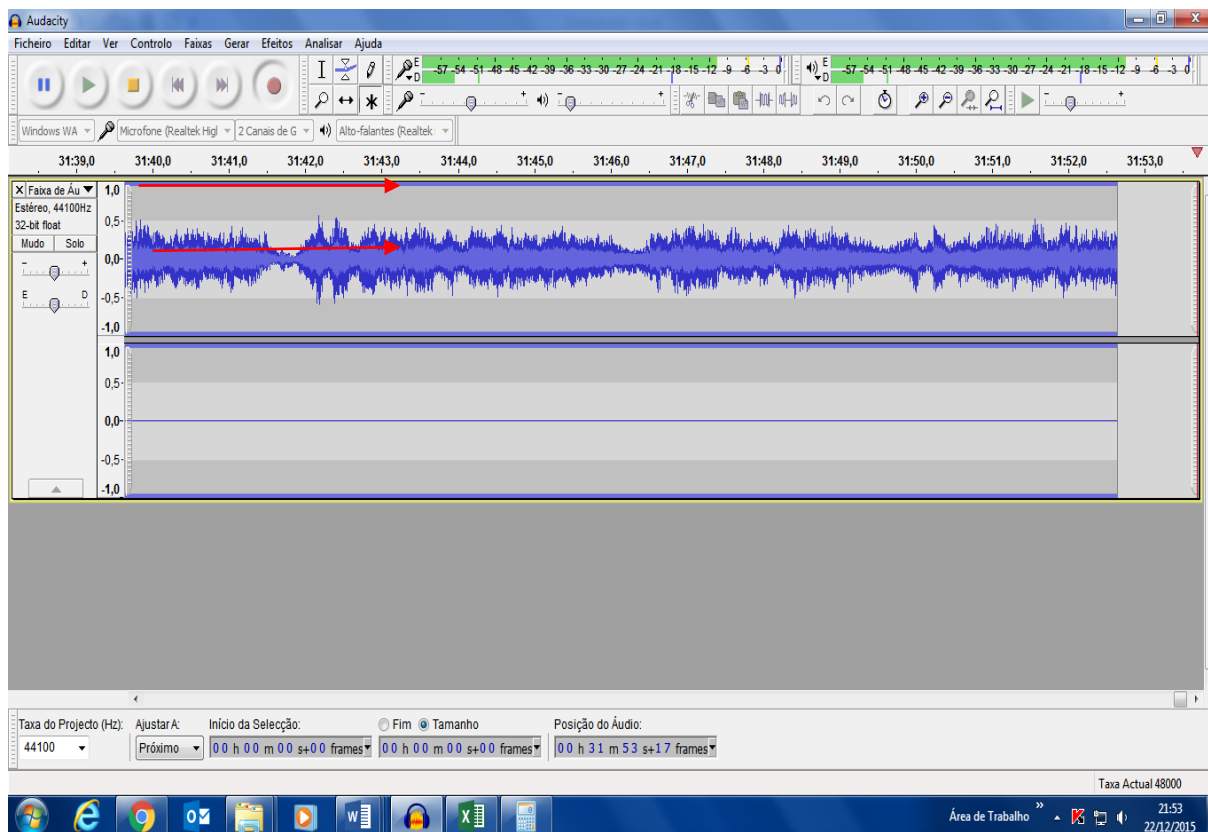
A maioria dos computadores novos já possuem placas de som com vários tipos de entrada, porém para transferir o áudio das fitas é necessário a entrada analógica.

Realizado isso, é necessário que o som do toca fitas seja reproduzido no computador, é necessário utilizar um software para que se possa gravar o som analógico em digital e isso acontece por meio de um aplicativo que faça essa gravação. Ao conectar o tocadour na placa de som do computador e se certificar que ela reconheceu a conexão, que o som foi reproduzido, pode-se iniciar a gravação com o software escolhido.

Devem ser ajustados os volumes para que o som saia nítido, não podendo ser alto, pois causará distorções de áudio. É possível verificar a qualidade e nitidez do som, verificando os níveis do som no software, pois ele indicará se estão muito alto ou muito baixo. Na Figura 18, é possível verificar que o áudio está dentro das faixas, delimitado pelas setas vermelhas, como recomendado para que o som seja

claro. Ao sair dessa zona de delimitação o áudio ficará distorcido. Essas variações podem ser controladas diretamente no botão de volume do tocador.

Figura 18 - Faixa de áudio



Fonte: autora

Inicialmente para documentar o processo de digitalização foi criada uma planilha em excel denominada “Ocorrências”, Figura 19, para registrar tudo que aconteceu durante o processo de digitalização, com as seguintes informações: data da ocorrência, N° da FC (fita cassete), descrição da ocorrência e observações, a fim documentar o processo e servir de subsídio para trabalhos futuros.

Figura 19 - Planilha de ocorrências

Digitalização das fitas cassette			
Data da ocorrência	Nº FC	Descrição da ocorrência	Observações
04/12/2015	AF FC 001	Higienização da sala e do aparelho. Climatização do ambiente. Equipamento marca National, Auto Stop IC AC/Battery não funcionou. Substituí o cabo e o equipamento voltou a funcionar.	
04/12/2015	AF FC 002	áudio não compreensível.	
	AF FC003	Iniciei o processo de magnetização do LA com aparelho DR 1000A Automatic Stop Sistem marca CCE	Equipamento funcionou, áudio bom.
07/12/2015	Fita teste qualquer	Continuava com a mesma dificuldade de sexta, não conseguia gravar o áudio pelo Audacity. Solicitei auxílio à Coordenadoria de Informática. Foi testado no gravador de som de windows e este gravou. Foram verificadas as conexões do cabo P2, devendo estar ligado no tocador de fitas na saída Line-out (saída do fone de ouvido) pelo qual o som é distribuído, e conectado no PC na entrada Line-in (entrada de som pelo microfone). Usei a frontal. Tudo certo, o áudio estava sendo transmitido corretamente (no canto direito inferior ícone auto-falante), porém o Audacity não estava gravando e não estava reconhecendo microfone. Foi revisado pelo funcionário da TI as configurações do Gerenciador de áudio que não estavam ativadas para o painel frontal, corrigido isso,	

Fonte: autora

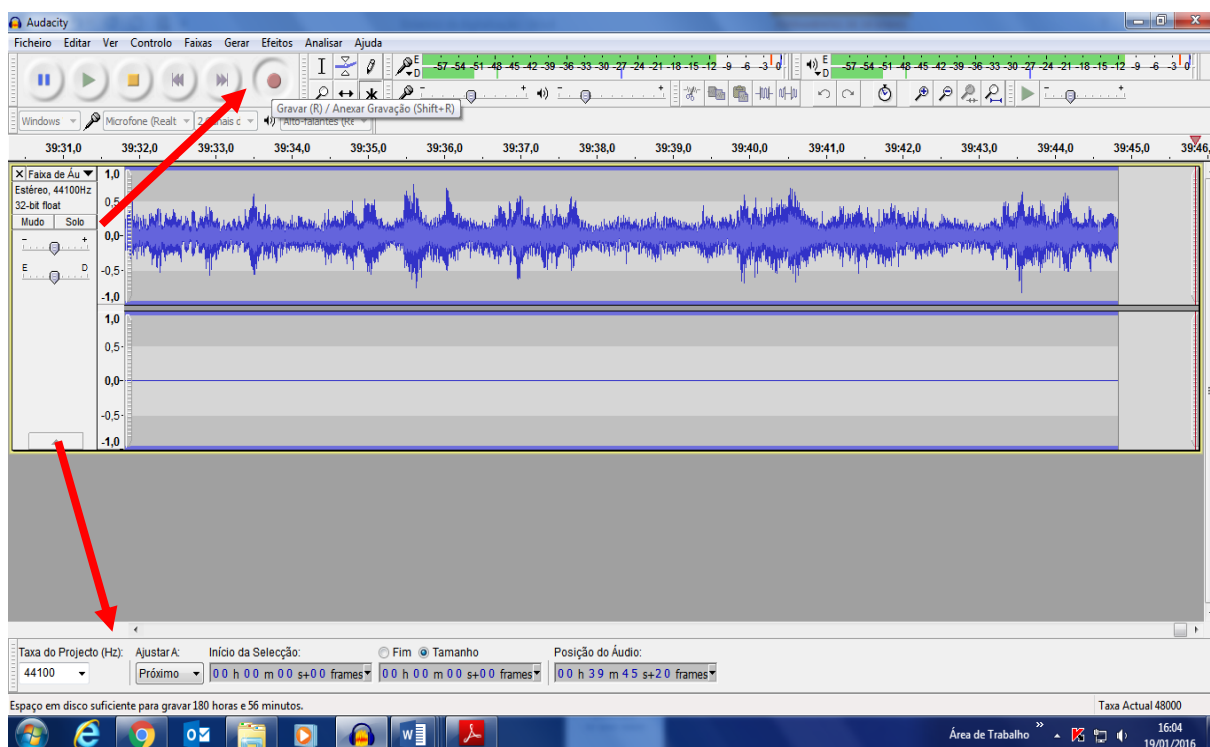
Durante todo o processo de digitalização também foi atualizado o índice de fitas cassette desse Fundo documental com as informações de D – digitalizado e ND – não digitalizado, a fim de facilitar as pesquisas e os acessos aos documentos.

Para a digitalização das fitas, como relatado acima, são necessários o cabo, o tocador de fitas, um computador com placa de som. As fitas devem estar rebobinadas e em bom estado. Para que se tenha um bom áudio, o ideal é que as fitas sejam rebobinadas no tocador de formal normal, sejam ouvidas primeiro. Assim ocorre o processo de remagnetização do áudio e o correto alinhamento das fitas nos carretéis, o que melhora o áudio consideravelmente. Recomenda-se que somente depois seja feita a digitalização.

No entanto, esse acervo de fitas, não se tem o conhecimento de que foram remagnetizadas em períodos conforme a literatura recomenda, então muitas vezes durante esse processo ocorreu o rompimento das fitas, elas “estouram” de tanto tempo que estão sem uso. Isso também foi percebido durante o rebobinamento da fita manual com a caneta. Portanto, decidiu-se em alguns casos, conforme o estado do áudio e da fita, ir digitalizando enquanto se fazia o processo de rebobinamento no tocador, a fim de evitar perdas dos áudios. Caso houvesse o rompimento, pelo menos se teria uma parcela do áudio já digitalizada, até que seja feita a restauração da fita.

O software deve estar inicializado/aberto e a fita encaixada no tocador. Primeiro é dado início no botão gravar, Figura 20, do software e depois o play no gravador, assim não ocorrem perdas áudio para a digitalização.

Figura 20 - Tela de início do Audacity

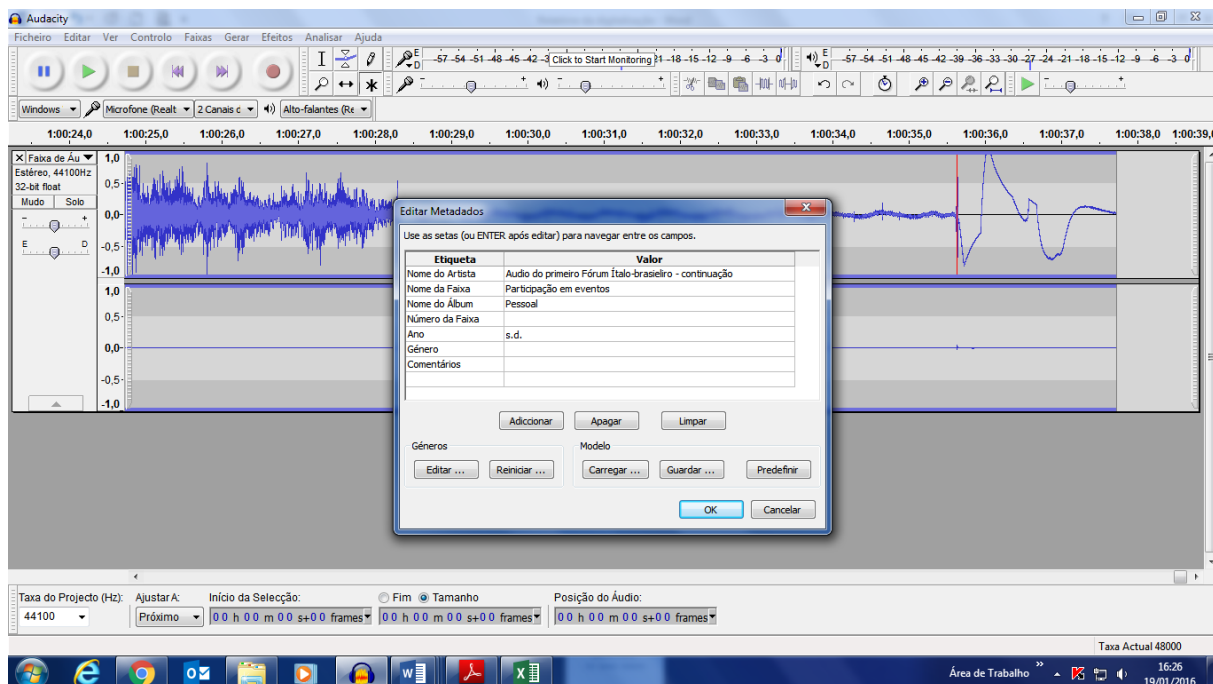


Fonte: autora

No canto inferior esquerdo do software da figura acima, é disponibilizada a informação do espaço em disco suficiente para gravar em horas e minutos o áudio. O tempo necessário para fazer a digitalização é o tempo de gravação da fita, 60 minutos de cada lado da fita no caso desse processo. Em média, são necessários no mínimo 1 hora e 20 minutos para realização a digitalização.

Após todo o processo de digitalização, foram geradas as matrizes digitais dos áudios, Figura 21, em formato wave e exportadas para a pasta dos representantes digitais – matriz digital com as informações do quadro do quadro de arranjo: série, subsérie, dossiê, item documental e data do documento sonoro produzido.

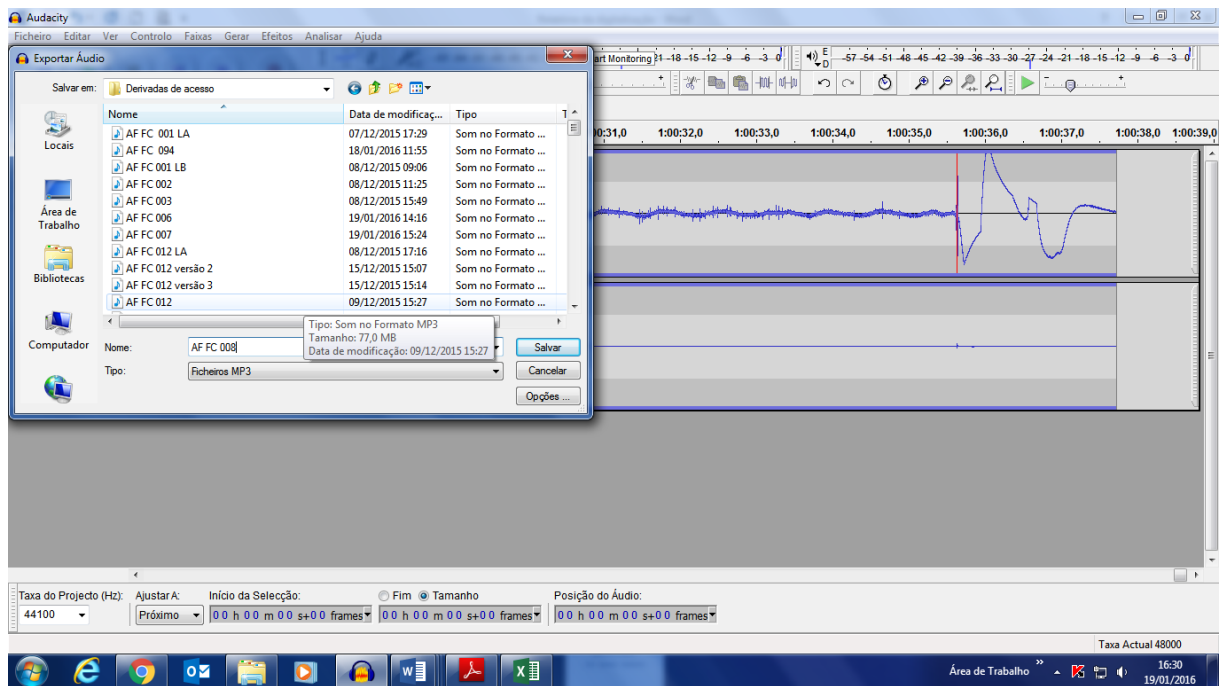
Figura 21 - Geração de metadados de arranjo do áudio



Fonte: autora

Em seguida, foi gerada a derivada de acesso com mesmas informações do quadro e exportada em formato mp3 para acesso para a pasta Representantes digitais – Derivadas de acesso, Figura 22.

Figura 22 - Derivada de acesso em mp3 sendo gerada no Audacity



Fonte: autora

9.1.2.1 Escolha do software

O software utilizado para fazer a gravação dos áudios em formato digital, foi o Audacity, versão 2.1.0, programa multiplataforma, de código livre, aberto e gratuito, para gravar e editar sons, lançado em 31 de maio de 2000.

Disponível para Windows, Mac, GNU/Linux (e outros sistemas derivados do Unix), desenvolvido por uma equipe de programadores voluntários de todo o mundo.

O código fonte do Audacity está sob a licença GNU General Public License¹⁴, disponível em mais de 50 idiomas.

O software possui os seguintes recursos:

- importação e exportação em vários formatos de áudio (wav, mp3, ogg vorbis, etc);
- gravação e reprodução de sons;
- edição (cortar, copiar, colar e apagar)
- desfazer;

¹⁴ https://pt.wikipedia.org/wiki/GNU_General_Public_License

- vários efeitos, como: mixagem, efeitos digitais de som, remoção de ruídos, nivelador, remoção de estalidos, inverter áudio, compressor, equalizador e taxa de projeto de até 384000 Hz.

Todas informações de como utilizar, dúvidas, tutoriais e dicas, estão disponíveis no Manual do Audacity online, Figura 23:

Figura 23 - Manual online do Audacity



Fonte: http://wiki.audacityteam.org/wiki/Audacity_Wiki_Home_Page

Para sua instalação no Windows, segundo o seu Manual, ocupa em torno de 24 mb de espaço para armazenamento. No entanto instalado, o espaço em disco utilizado foi de 52,2 megabytes.

Os formatos de exportação disponíveis para o software são: wav, aiff, OggVorbis, Flac e Mp2. Para realizar a exportação de áudio em MP3, é necessário instalar o codificador de MP3 Lame. Para exportar outros formatos de áudio, como AC3, AMR (NB), M4A (AAC), MP4 e WMA, é necessário instalar a biblioteca com FFmpeg¹⁵ (é um programa para gravar, converter e criar *stream* (um fluxo de dados em um sistema computacional) de áudio e vídeo em diversos formatos).

Neste capítulo foi discutido o processo de digitalização de documentos sonoros e armazenamento dos objetos digitais gerados a partir da digitalização em

¹⁵ Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/FFmpeg>>. Acesso em: mar. 2016.

um repositório arquivístico digital confiável, Archivemática, ou em uma plataforma de acesso e difusão arquivística, normalizada e descrita, ICA-AtoM. Quanto a operacionalização do processo de digitalização, foi discutido a partir da política de preservação digital do RDC-Arq os formatos de arquivo de áudio para preservação e para o acesso, a realização da digitalização e a escolha e instalação do software para a digitalização. No capítulo seguinte será debatido a adoção do Repositório Arquivístico Digital Confiável na instituição ou de uma plataforma de acesso, difusão e descrição, e a política de preservação adotada.

10 REPOSITÓRIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL CONFIÁVEL OU PLATAFORMA DE ACESSO ONLINE

Neste capítulo é realizada a análise quanto ao atingimento do terceiro objetivo específico da pesquisa: avaliar e implementar a adoção institucional de um repositório arquivístico digital confiável ou plataforma de acesso, difusão e descrição arquivística como forma de viabilizar o acesso de forma online ao acervo sonoro para a comunidade e pesquisadores. Busca-se apresentar a estrutura e os recursos disponíveis do repositório arquivístico digital confiável, o Archivemática e do ICA-AtoM, como forma de viabilizar a descrição, o acesso e difusão online do acervo sonoro para os usuários.

10.1 REPOSITÓRIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL CONFIÁVEL

O apoiar e adotar um programa de preservação digital, uma política de preservação digital institucional, significa o reconhecimento por parte desta do crescimento e da quantidade de ativos digitais que necessitam ser gerenciados. A adoção de um Repositório Arquivístico Digital Confiável ou de uma plataforma de acesso online que possibilite a pesquisa, o acesso, a descrição e a difusão, são parte integrante desta investigação.

A adoção do Repositório Arquivístico Digital Confiável representa um passo a mais que a instituição estará dando em direção a preservação digital atrelada a um programa de gestão arquivística de documentos, pois ao adotar uma política de preservação digital, a instituição, está tendo a garantia de acesso a longo prazo, e a implantação efetiva do arquivo permanente digital. Enquanto que a adoção de uma plataforma de acesso, difusão e descrição, no caso desta pesquisa, o ICA-AtoM, estará sendo garantido apenas o acesso, a difusão e a descrição dos documentos. O ICA-AtoM não realiza preservação digital, não oferece acesso a longo prazo, a menos que esteja interconexo a um RDC-Arq. A adoção de um ou outro, ou ambos, faz parte desta investigação e dos resultados.

Inicialmente menciona-se, segundo Pradebon (2015, p. 51), que um repositório digital tem como principal objetivo a “preservação dos documentos digitais nele inseridos, bem como dos metadados a eles relacionados”. Neste sentido, a CTDE publicou no ano de 2014 as Diretrizes para a implementação de

Repositórios Digitais Confiáveis de documentos arquivísticos (RDC-Arq), cujo objetivo é indicar parâmetros para a implantação de repositórios digitais confiáveis aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, a fim de garantir a autenticidade, confidencialidade, disponibilidade, acesso e a preservação dos documentos arquivísticos digitais autênticos.

As Diretrizes indicam que,

os documentos arquivísticos digitais em fase corrente e intermediária devem, preferencialmente, ser gerenciados por meio de um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos – SIGAD, a fim de garantir o controle do ciclo de vida, o cumprimento da destinação prevista e a manutenção da autenticidade e da relação orgânica, características fundamentais desses documentos (CTDE, 2015, p.4) .

Segundo essa publicação, os documentos arquivísticos digitais em fase permanente dependem de um “bom sistema informatizado que apoie o tratamento técnico adequado” (2015, p.4). O tratamento a que se refere é o “arranjo, descrição e acesso, de forma a assegurar a manutenção da autenticidade e da relação orgânica desses documentos” (2015, p. 4). E as três fases devem estar associadas a um repositório digital confiável.

O software Archivemática tem sua distribuição baseada sob a política de *software* livre, cujo fim é armazenar a documentação em formato digital com vistas a preservação digital, de maneira a torná-la acessível a longo prazo, sendo baseado no padrão ISO-OAIS. Um modelo que “descreve as funções de um repositório digital e os metadados necessários para a preservação e o acesso dos materiais digitais gerenciados pelo repositório, que constituem um modelo funcional e um modelo de informação” (CDTE, 2015, p.8). Foi desenvolvido pela empresa canadense Artefactual Systems. Segundo informações do sítio do Archivemática, teve colaboração de instituições como a UNESCO, por meio do *Memory of the World's - Subcommittee on Technology*, do Arquivo Municipal da cidade de Vancouver, do Arquivo Central de Rockefeller, do Arquivo da Universidade Simon Fraser University, da Biblioteca da Universidade de British Columbia e outros.

O acesso ao software é via web, organizado em esquema de metadados, como Dublin Core – descrição arquivística, METS - Padrão de codificação e transmissão de metadados, Premis - Metadados de preservação, etc. Apresenta-se no idioma inglês até o momento.

Enquanto *software* livre, tem como política a adoção de formatos abertos para armazenamento de documentos, acesso ao código fonte e licenças não restritivas no sentido de acesso a longo prazo.

Segundo Fontana et al (2014, p. 72) os repositórios, no caso o Archivematica,

devem contemplar estratégias de preservação de longo prazo, evitando a obsolescência tecnológica, a incompatibilidade de formato, versões e suportes. Garantindo que os documentos digitais permaneçam autênticos, acessíveis e utilizáveis ao longo dos anos (FONTANA et al, 2014, p. 72).

O Archivematica é compatível com centenas de formatos, além de permitir aos produtores migrar e converter os arquivos para formatos definidos pelo administrador, como padrões abertos e livres, visando a preservação e acesso a longo prazo, em conformidade com as recomendações.

Três etapas distintas no Archivematica, caracterizam ações de preservação e acesso, são os pacotes SIP - Pacote de informação de submissão, AIP - Pacote de Informação de Arquivamento e DIP - Pacote de informação de difusão.

O pacote SIP – é onde o produtor fará a submissão dos pacotes de informação, transferindo os arquivos para o repositório, onde ocorre a conversão de formatos antes de serem arquivados. Também é possível inserir os metadados para recuperar as informações.

O pacote AIP – é o quando administrador dará o comando para o arquivamento do pacote de informação submetido anteriormente. Caso haja documentos em grau de sigilo, não será realizada a terceira etapa, a difusão dos documentos digitais. O Archivematica aceita formatos múltiplos de arquivos, incluindo, documentos textuais, músicas, vídeos, imagens, plantas, etc.

O pacote DIP – é a última etapa, é onde ocorre a disseminação da informação ostensiva. Esta etapa ocorre de forma integrada através do software ICA-AtoM, software para descrição e difusão de documentos arquivísticos. Nesta etapa é quando ocorre a descrição dos documentos digitais, baseado nas normas internacionais do CIA: ISAD(G) - Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, ISAAR (CPF) - Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias, ISDIAH - Norma Internacional para Descrição de Instituições, ISDF - Norma Internacional para Descrição de Funções, o padrão EAD - (Encoded Archival Description) – Descrição

Arquivística Codificada que utiliza linguagem XML, e o padrão Dublin Core (DCMI - Dublin Core Metadata Initiative).

A CTDE/Conarq ao publicar a Resolução nº 39 em 2014 e atualização com a Resolução nº 43 em 2015, definiu o conceito de Repositório Arquivístico Digital Confiável – RDC-Arq, um marco na preservação digital para os documentos arquivísticos digitais, ao mesmo tempo em que definiu diretrizes para a implementação destes como forma de arquivamento e manutenção de documentos arquivísticos digitais em suas fases corrente, intermediária e permanente.

A cadeia de custódia compreende o ciclo vital dos documentos, fases corrente, intermediária e permanente. Para Cé (2016, p. 43), a documentação de “valor primário fica disposta no arquivo corrente e intermediário, compreendendo a fase de gestão documental (produção, tramitação, utilização e arquivamento até sua destinação final)”. As fases corrente e intermediária, compreendem a gestão arquivística, e considerando o e-Arq Brasil e a Resolução nº 43, infere-se a necessidade de um SIGAD para sua gestão. A utilização de um Repositório Arquivístico Digital Confiável nestas fases também é factível. Segundo Flores, um SIGAD,

é um sistema informatizado que tem como objetivo apoiar a gestão arquivística de documentos. As principais funcionalidades de um SIGAD são: classificação e organização dos documentos com base no plano ou código de classificação, controle de temporalidade, aplicação da destinação, manutenção de autenticidade e apoio a preservação a longo prazo (FLORES 2016, p.5).

Nas fases corrente e intermediária, poderão haver documentos com longa temporalidade, documentos complexos, como os portais institucionais, websites, e-mails, etc., e que necessitam de uma guarda mais estendida, nesse o Repositório Arquivístico Digital Confiável pode ser também implementado, a partir da temporalidade, poderão ser eliminados ou serão de guarda permanente. O documento arquivístico digital por si só é complexo,

desde o seu sistema de gestão, o SIGAD, que trata da captura, armazenamento, indexação e recuperação de todos os componentes digitais do documento arquivístico como uma unidade complexa, até os sistemas de Preservação e Acesso (FLORES, 2016, p. 11).

Quando a destinação final compreende a guarda permanente, a fase subsequente à gestão arquivística através de um SIGAD, ocorre o recolhimento dos

documentos arquivísticos digitais para fins de preservação e difusão. Nesta fase ocorre uma alteração da cadeia de custódia nos documentos de valor permanente. Se estes documentos digitais são considerados de valor permanente, sua guarda é permanente, documentos arquivísticos analógicos são destinados ao arquivo permanente, a instituição arquivística de preservação. Nesta fase, são atribuídas as funções de preservação, descrição, difusão e acesso aos documentos. É nesse momento que os documentos necessitam de “tratamento técnico adequado, incluindo arranjo, descrição e acesso, de forma a assegurar a manutenção da autenticidade e da relação orgânica desses documentos” (CONARQ, 2015, p. 4). O mesmo ocorre com os documentos arquivísticos digitais. No entanto, ao serem recolhidos ao Arquivo Permanente, há uma alteração da cadeia de custódia, visto que os documentos possuem valor secundário (histórico, probatório e/ou informativo).

Questiona-se quanto ao documento arquivístico digital, qual ou o que seria o arquivo permanente digital se também há uma alteração de custódia, se há uma terceira fase de tratamento? Partindo do conceito de que “um repositório arquivístico digital confiável deve ser capaz de atender aos procedimentos arquivísticos em suas diferentes fases e aos requisitos de um repositório digital confiável” (CONARQ, 2015, p.10), e de acordo com a Resolução nº 43 do Conarq, o RDC-Arq é compreendido como o arquivo permanente digital atualmente para os documentos arquivísticos digitais.

A presunção de autenticidade é parte da cadeia de custódia ininterrupta dos documentos desde a produção até a sua transferência para a instituição arquivística responsável pela preservação a longo prazo, o que significa que essa cadeia acompanha todo o ciclo de vida dos documentos, tanto analógicos como digitais, o que muda é o local, a instituição responsável pela sua guarda, acesso e preservação.

Segundo o projeto *interPARES (International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems)* (2007) a verificação de autenticidade é parte do processo tradicional de avaliação de arquivos, baseada na confirmação da cadeia de custódia ininterrupta.

A preservação da cadeia de custódia deve ser garantida desde a produção dos documentos arquivísticos digitais, possibilitando, assim, garantir a autenticidade desses documentos. A manutenção da cadeia de custódia é

elemento essencial na comprovação da autenticidade dos conjuntos documentais, respeitando o ciclo de vida dos documentos e os custodiadores dos documentos arquivísticos (CÉ, 2016, p. 44).

Ainda quanto a preservação de documentos arquivísticos digitais, esta não é diferente. Para tal é,

necessário confrontar a obsolescência tecnológica de *hardware*, *software* e formatos. Todavia é no conjunto de metadados cujo registro é necessário na criação do documento e, também, na execução de procedimentos de preservação que se encontra o foco da área. Além disso, a manutenção de uma cadeia de custódia ininterrupta garantiria a presunção de autenticidade do documento, visto que apenas pessoas autorizadas o tiveram sob seus cuidados (SANTOS, 2012, p.124).

Ao discutir acerca dos arquivos permanentes, enquanto instituições ou Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis, faz-se uma ponte entre a História e Memória, ao pensar que estes assumem o papel de lugares de memória. Para Nora (1993), por meio destes é possível acessar as memórias de um passado, de um povo, de uma sociedade, pois garantem a cristalização da lembrança e a sua transmissão. Em que a “memória pendura-se em lugares e a história em acontecimentos”. Isso significa, nas palavras de Nora, despertar um sentimento de continuidade residual aos locais, pois não há mais meios de memória.

Para Nora (1993, p. 13)

os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 13).

Os RDC-Arqs assumem atualmente este papel de lugares de memória, uma vez que ao preservar os documentos arquivísticos digitais, enfatiza-se que estes são necessários, são meios de prova, e que as lembranças que os envolvem por si só não são suficientes, se apoiando sobre o que há de mais preciso, visível e concreto nos registros, suportes exteriores das memórias e de tangibilidade. Segundo Nora (1993, p. 14), a “memória de papel” da qual falava Leibniz tornou-se uma instituição autônoma de museus, bibliotecas depósitos, centros de documentação, bancos de dados”. À sociedade é proporcionado, enquanto RDC-Arq, arquivo permanente digital ou instituição de arquivo, “um espaço onde a ritualização de uma memória-história pode ressuscitar a lembrança, tradicional meio de acesso a esta” (ARÉVALO, 2004, p. 5).

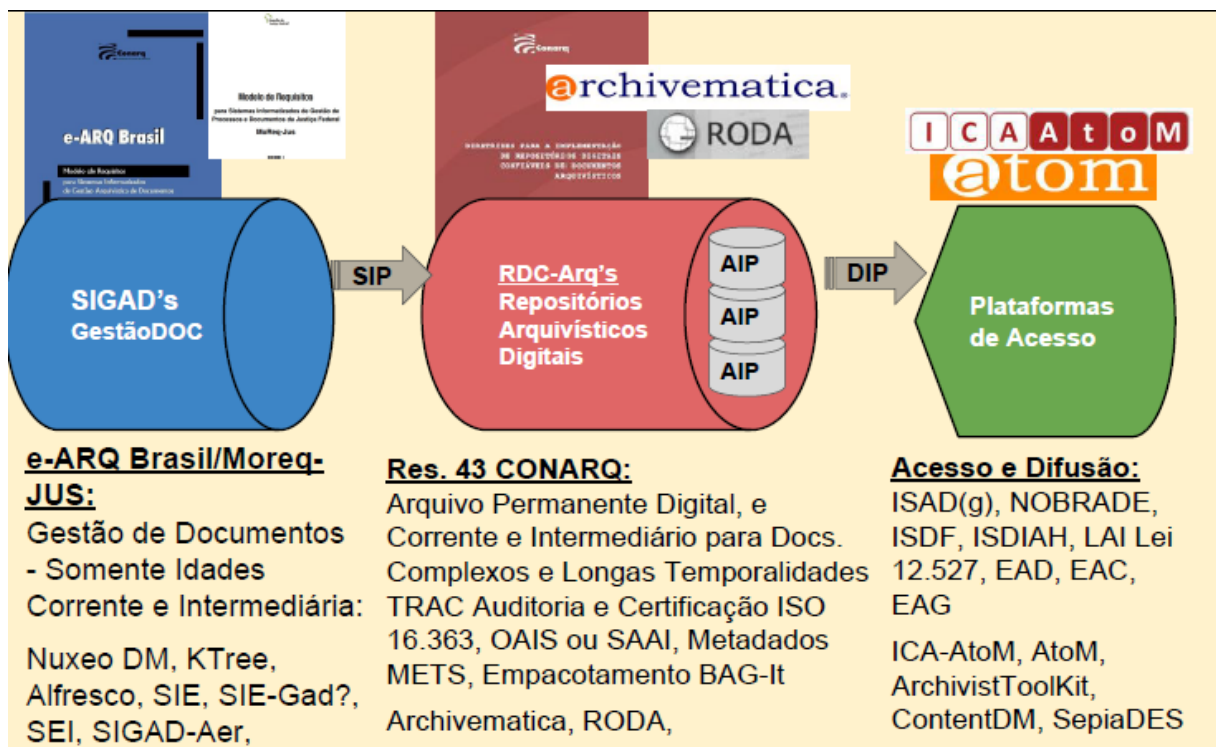
10.2 A PLATAFORMA DE ACESSO ICA-ATOM (ATOM)

A cadeia de custódia dos documentos é um conceito presente na Arquivologia, e representa a linha ininterrupta, segundo Flores (2016, p. 21) de custódia dos documentos, uma

linha contínua de custodiadores de documentos arquivísticos (desde o seu produtor até o seu legítimo sucessor) pela qual se assegura que esses documentos são os mesmos desde o início, não sofreram nenhum processo de alteração e, portanto, são autênticos Flores (2016, p. 21).

Com a alteração da cadeia de custódia, na fase permanente, tem-se a administração dos Arquivos Permanentes através dos RDC-Arq's (Resolução nº43/CTDE/CONARQ). Nesta fase, destacam-se as atividades relacionadas ao arranjo, descrição, digitalização, difusão e acesso de documentos de caráter permanente. Essa cadeia de custódia, Figura 24, propicia o andamento dos pacotes SIP – pacote de submissão de informação, AIP – pacote de arquivamento de informação, DIP – pacote de disseminação de informação, dentro dessa linha ininterrupta, desde a sua gênese até a sua destinação final.

Figura 24 - Cadeia de custódia dos documentos arquivísticos digitais



A partir dessa linha de custódia, os pacotes SIP, AIP e DIP, evidenciam os três contextos de produção e preservação dos documentos, as plataformas da cadeia arquivística de custódia. A primeira plataforma dessa cadeia, refere-se ao SIGAD, fase de gestão arquivística. A segunda fase, é o arquivo permanente digital incorporado pelo Repositório Arquivístico Digital – RDC-Arq, implementado através do RODA ou Archivematica, com base na Res. Nº 43 do Conarq para documentos complexos e de longa temporalidade, com auditoria e certificação dos RDC-Arqs, em um ambiente OAIIS com metadados de preservação. A terceira fase, momento de difusão de acesso, incorpora as plataformas de acesso, descrição e difusão, atrelada a normalização de descrição arquivística. Esse terceiro momento, refere-se ao acesso, ao cumprimento da Lei 8.159 (Lei de Arquivos), da Lei nº 12.527 (LAI, Lei de acesso à informação, aos princípios arquivísticos, emprego de normas de descrição nacionais e internacionais, metodologias de trabalho. Nesta fase de disseminação da informação, vários são os softwares que poderão ser utilizados, como o ICA-AtoM (AtoM), ArchivistToolKit, ContentDM, Islandora, etc.

A plataforma de acesso ICA-AtoM (AtoM), terceira fase da cadeia de custódia de documentos, é o acrônimo para *International Council Archives – Access to Memory*, e segundo Cé (2016, p. 90) “é um *software* arquivístico destinado à descrição arquivística baseado nas normas de descrição do CIA. Sendo o “*AtoM*” um acrônimo para “Acesso à memória”, disponibilizando acesso ao público”.

O projeto ICA-AtoM, segundo Flores e Hedlund (2014, p.24) teve seu início

através de um relatório em 2003, da Comissão de Tecnologia da Informação do ICA, que estabelecia requisitos funcionais para um “*Open Source Archival Resource Information System*” (OSARIS) (tradução nossa: sistema aberto de pesquisa em informações arquivísticas) (FLORES, HEDLUND, 2014, p. 24).

O projeto ICA-AtoM segundo o ICA-AtoM: manual do usuário em língua portuguesa – BR, traduzido, é resultado de um esforço colaborativo entre o International Council Of Archives – ICA e a UNESCO, a Escola de Arquivos de Amsterdam, o Banco Mundial, a Direção dos Arquivos de França, o projeto Alouette Canadá e o Centro de Documentação dos Emirados Árabes Unidos.

O objetivo desse projeto, é dotar a comunidade arquivística internacional de um

software de formato aberto que permita descrever os arquivos em conformidade com as normas do ICA (ISAD, ISAAR, ISDIAH, ISDF) e possibilitar a disponibilização online do acervo das instituições arquivísticas. Várias instituições ao redor do mundo já estão colaborando com o projeto, inclusive importantes instituições brasileiras (PAVEZI, 2013), p. 4).

O *software* resultante deste projeto teve sua primeira versão lançada em 2006.

A aplicação do *software* é inteiramente concebida para ambiente *web*, páginas HTML transportadas por um navegador de internet e a partir de um servidor de internet, com uma base de dados em um servidor de base de dados. Possui interfaces multilíngues, e a possibilidade de ser utilizado como um catálogo multi-institucional, além de possuir interfaces com repositórios digitais. Está relacionado às normas EAD, EAC, METS, MODS, Dublin Core.

Toda a interação do usuário com o sistema, como (criar, visualizar, pesquisar, atualizar e excluir) acontece pelo navegador de internet.

O ICA-AtoM foi desenvolvido com ferramentas de código aberto (Apache, MySQL, PHP, *Symfony*) em vez de *softwares* comerciais com direito de propriedade, baseado em normas de descrição do *International Council on Archives* (ICA):

- *General International Standard Archival Description (ISAD)*;
- *International Standard Archival Authority Record (Corporate bodies, Persons, Families) (ISAAR(CPF))*;
- *International Standard For Describing Institutions with Archival Holdings (ISDIAH)*;
- *International Standard For Describing Functions (ISDF)*.

O ICA-AtoM é multiarquivos, podendo ser usado por uma única instituição ou por várias, aceitando descrições de qualquer número de Instituições arquivísticas (PAVEZI, 2013).

Segundo Flores e Hedlund (2014, p. 24), o ICA-AtoM é organizado dentro de níveis hierárquicos (fundos, séries, dossiês/processos, itens documentais), o que caracteriza uma estrutura de descrição multinível, funcionalidade principal e essencial do *software*.

A Descrição arquivística realizada no ICA-AtoM possui conformidade com as normas de descrição arquivísticas internacionais, como ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDF e ISDIAH) e metadados de padrões internacionais.

Ressalta-se que esse *software* não faz gestão de documentos, pois não é um SIGAD, não garante autenticidade e não faz preservação a longo prazo a menos que seja interconexo a um repositório, assim como, não tem a função de ser um repositório, mas possui interface com repositórios digitais, como o Archimática. Sua função essencial é descrição, o acesso e a difusão. Cé (2016, p. 95) reafirma que essa ferramenta

torna-se uma possibilidade as instituições, à medida que serve para realizar a descrição arquivística, para fornecer acesso, difusão e descrição e, por fim, quando interconexo ao Archimática para permitir a criação de Repositório Arquivísticos Digitais (RDC-Arq) que garante a autenticidade e acesso a longo prazo dos arquivos permanentes digitais. Permitindo, assim acesso autêntico (CÉ, 2016, p. 95).

Nesse sentido, o projeto ICA-AtoM trouxe vários benefícios à comunidade arquivística, entre eles pode-se citar, que é uma ferramenta gratuita, baseada em normas internacionais de descrição arquivística, é um software livre com código fonte aberto, permite inserir o representante digital no documento que está sendo descrito e permite o acesso extra muros à comunidade e aos pesquisadores de forma gratuita e online. O ICA-AtoM trouxe ao usuário a difusão e o acesso a um clique do *mouse*, independente do espaço e local, via acesso web.

10.2.1 Estratégia de preservação adotada

A preservação de acervos arquivísticos, segundo Santos e Flores (2015, p. 209), requer o

envolvimento da estrutura organizacional, no qual, as partes envolvidas devem auxiliar no processo como um todo. Inicialmente, devem-se definir questões basilares de forma que criem uma “cultura organizacional” que vislumbre a preservação de longo prazo (SANTOS, FLORES, 2015, p. 209).

Para o envolvimento, é preciso inicialmente ter o entendimento que os documentos analógicos e digitais possuem a mesma relevância, devendo ser tratados com a mesma relação de prioridade, e que ambos são resultado das atividades de seus produtores, as instituições. O que ocorre muitas vezes, é o entendimento de que o documento digital, por não ser “tangível” e visível em termos de espaço físico nos depósitos de arquivo, evitaria o crescimento do arquivos em papel. Porém, com a revolução das tecnologias e sistemas, pensava-se que “estaria

livre de problemas tradicionais relacionados com o acondicionamento, degradação do suporte, obsolescência, falta de confiabilidade e espaço de armazenamento” (INNARELLI, 2011, p. 75), mas o tempo “ensinou que a tecnologia por si só não soluciona todos esses problemas, pelo contrário, cria novos problemas, os quais dependem diretamente da interferência humana e de políticas de preservação digital para serem preservados” (INNARELLI, 2011, p. 75).

Para tal às práticas relacionadas a preservação digital, devem proporcionar ambientes seguros, considerando a complexidade e a especificidade que o documento arquivístico digital possuiu, que garantam a integridade e a autenticidade dos objetos digitais a fim de possibilitar o acesso contínuo em longo prazo.

Neste sentido, em termos de estrutura organizacional, para que possa ser implementada uma política de preservação digital, é necessário que a instituição emane, crie um marco regulatório através da publicação de documentos legais, a preocupação com este tema, evidenciando a prática, rotinas, segurança, equipe técnica envolvida, disponibilidade de recursos financeiros, incluindo em seu planejamento anual as preocupações com a preservação alongo prazo com os documentos arquivísticos digitais associado ao planejamento organizacional, numa gestão co-partícipe com a equipe da tecnologia da Informação e o arquivo, do produtor, gestor e preservador dos documentos.

O Museu enquanto responsável pelo arquivo permanente e pelas práticas de gestão documental do Sistema de Arquivos Fidene, é o agente principal para promover e subsidiar as discussões em busca da elaboração e implementação de uma política institucional de preservação digital. Evidencia-se a necessidade de normalização do uso de padrões de software, de formatos, de metadados, de planejamento para estrutura técnica e tecnológica, a segurança, a definição de normas e o planejamento para a preservação a longo prazo dos documentos arquivísticos.

Os documentos arquivísticos digitais e analógicos, são reflexo, registram, e apoiam as atividades de uma instituição, evidência dessas atividades e se constituem como fonte de informação à administração e à pesquisa, de maneira que asseguram os direitos dos cidadãos. A produção dos documentos digitais desafia os produtores e as instituições de preservação na busca por soluções para preservação e para garantir o acesso a longo prazo. Segundo Flores (2016, p. 26), o *Consultative Committee for Space Data Systems* (CCSDS, 2012), a expressão a longo prazo,

quer dizer o tempo necessário para se ater ao efeito das inovações tecnológicas que resultam no surgimento de suporte para novas mídias e de formatos de dados, inclusive as mudanças na comunidade de usuários. Neste sentido, a longo prazo é um intervalo de tempo indeterminado (FLORES, 2016, p. 26).

Os documentos digitais sofrem diversas ameaças, devido a fragilidade inerente dos objetos digitais, adulteração e rápida obsolescência tecnológica. Atualmente a sociedade vive um período de transição marcado pela produção de registros que já não se encontram mais em “papel ou outras mídias duráveis, estáveis, duradouras, com forma fixa, conteúdo estável, forma documental diplomática manifestada implícita” (FLORES, 2016, p. 11), etc., mas sim de uma produção crescente de documentos digitais em larga escala.

Neste âmbito, a preservação digital, urge marcada pela necessidade de “processos de gestão envolvidos na administração das atividades necessárias para garantir que um objeto digital possa ser acessado e utilizado no futuro, a partir das TICs existentes na época, e com garantias de sua autenticidade” (GRÁCIO, 2012, p. 61).

Diante de tais apontamentos, nesta pesquisa, não foi possível a adoção institucional do Repositório Arquivístico Digital Confiável – RDC-Arq, neste momento, devido a uma série de dificuldades institucionais. Entre os fatores, não houve tempo hábil e recursos financeiros para a implantação do repositório, isto porque demanda investimentos financeiros para aquisição de equipamentos e espaço para o armazenamento permanente dos documentos arquivísticos digitais, do qual a instituição não dispõe no momento. Para isto, é necessário que seja incluído no orçamento da instituição e que tenha aprovação da FIDENE, enquanto instância maior. A instituição ainda não assimilou a necessidade de uma política de preservação digital efetiva que vai além da preservação dos documentos digitais na esfera do Museu. O conceito de Repositório Arquivístico Digital Confiável, precisa ser mais discutido institucionalmente de maneira que a política seja empregada não só ao Museu, mas em todo âmbito da FIDENE. A produção de documentos arquivísticos digitais na instituição é de grande escala, e muitos destes são de longa temporalidade e de destinação para guarda permanente. O fato é que ainda não há entendimento de que cabe ao Museu discutir e levar adiante essa política, através da busca pela implantação do RDC-Arq, enquanto instituição de preservação. Ainda há uma grande dificuldade de entendimento de que o RDC-Aarq é um instrumento

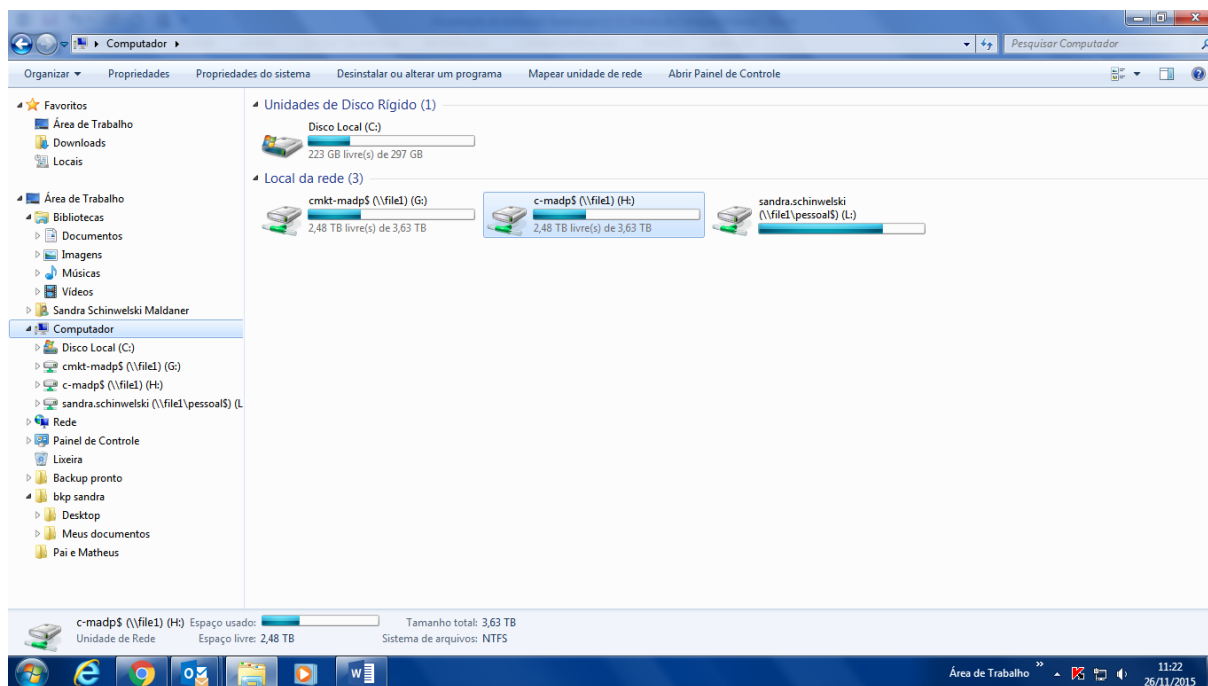
de preservação permanente, que este é o arquivo permanente digital para a FIDENE e que suas estratégias de preservação digital estão embutidas em seu contexto, que estas estratégias não são a adoção apenas de um banco de dados ou de um Storage para preservação dos documentos arquivísticos digitais. Também percebe-se uma pequena resistência em discutir conceitos relacionados ao software livre, e da participação dos arquivistas nos processos de gestão, planejamento e preservação dos documentos arquivísticos digitais.

Como ponto positivo desta investigação, é o reconhecimento institucional da necessidade de desenvolver mais estudos e realizar um planejamento institucional pautado para a implementação do RDC-Arq.

Na ausência de uma política de preservação digital através do Repositório Arquivístico Digital Confiável – RDC-Arq, foi possibilitada para fins de estudo e análise a adoção da plataforma de acesso online, difusão, descrição arquivística, normalizada, de software livre para os representantes digitais dos documentos sonoros, via ICA-AtoM. Desta forma, em conformidade com as políticas de preservação do RDC-Arq, e em conformidade com os formatos de preservação de documentos arquivísticos digitais do RDC-Arq, foram adotados formatos para as matrizes digitais de preservação e derivadas de acesso dos objetos digitais resultantes da digitalização das fitas cassete em conformidade com a política de preservação adotada pelo RDC-Arq Archivematica com vistas a uso de padrões standardizados de formatos de arquivo.

A estratégia adotada no desenvolvimento dessa pesquisa parte do pressuposto de que os representantes digitais gerados durante a digitalização serão armazenados na rede local do Museu no servidor, nas pastas de arquivos do datacenter servidor central da universidade, no *storage*, pasta G, destinada aos representantes digitais gerados e os documentos nato digitais, icnográficos, sonoros, audiovisuais, bibliográficos, cartográficos e para as reproduções feitas ao pesquisador. A figura 25, é um *print* dessas pastas.

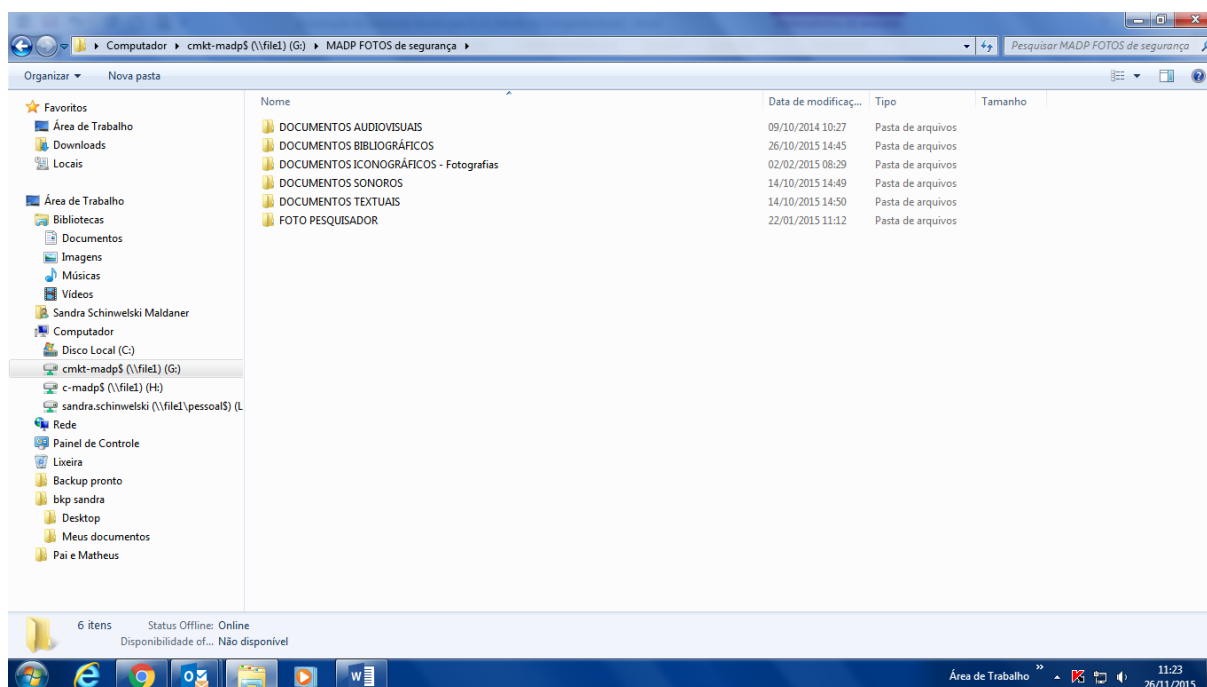
Figura 25 - Unidades de disco rígido do MADP



Fonte: autora

O Museu possui a pasta H, destinada para arquivos textuais e documentos produzidos no dia-a-dia, não devendo segundo sua política de organização, armazenar arquivos de imagem ou áudio. Na Figura 26, um *print* das pastas das pastas do G e sua organização por gêneros documentais.

Figura 26 - Organização dos arquivos de segurança no G



Fonte: autora

A instituição faz *backups* (cópias de segurança) completos dos arquivos armazenados nas pastas do H e G semanalmente, aos sábados e domingos para o *Storage* de *Backup*, bem como de toda a instituição. O *backup* incremental é realizado diariamente na madrugada, porém só dos arquivos alterados. Segundo a Gerência da Coordenadoria de Informática, é mantido um histórico de 30 dias de *backups*. O armazenamento é feito diretamente no *storage* do banco de dados, em fita magnética armazenada dentro do próprio dispositivo, localizado no prédio da Coordenadoria de Informática da Unijuí, no campus Ijuí. A gestão, configuração e controle de acesso, é de responsabilidade do Núcleo de Redes e Banco de Dados da Coordenadoria de Informática. O *Storage* da instituição é do tipo SAS.

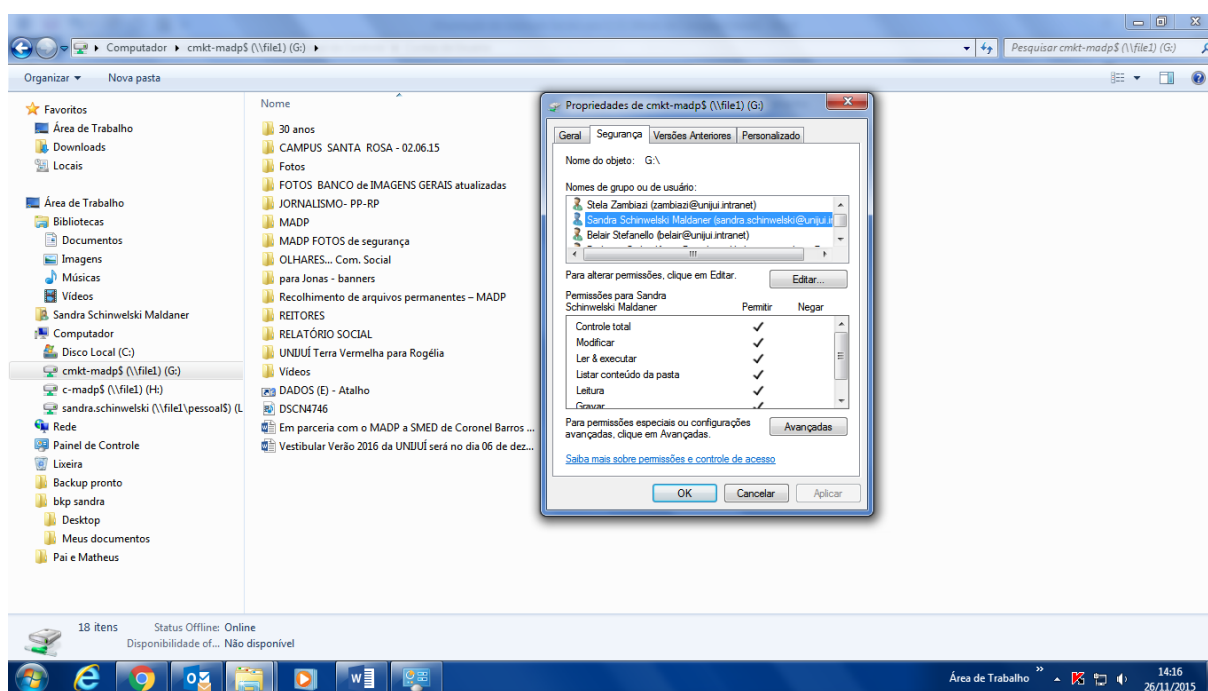
O Núcleo de Redes e Banco de Dados, é um núcleo de atividades da Coordenadoria de Informática, e é responsável pelas unidades de fita, manutenção do e-mail, implementação do software SAS, reorganização dos racks, trocas de switches, manutenção do servidor, banco de dados, firewall, atualização, manutenção e realocação de equipamentos e servidores de aplicação.

Os arquivos armazenados no H ou G, tem segurança pré-estabelecida através dos *logins* de acesso e permissões dadas aos usuários dessas pastas conforme definição da chefia de cada unidade ou pelo tipo de cada atividade

exercida pelo técnico. Os controles de acessos às pastas no servidor são definidos por grupos de acesso, onde os usuários são incluídos e retirados, conforme definição estabelecida pela Gerência de cada unidade administrativa na instituição e conforme as atribuições dos cargos e funções dos funcionários.

A exemplo, na Figura 27, o usuário sandra.schinwelski tem controle total na pasta G, é permitido modificar, ler e executar, listar conteúdo de pasta, leitura e gravar arquivos.

Figura 27 - Permissões do usuário

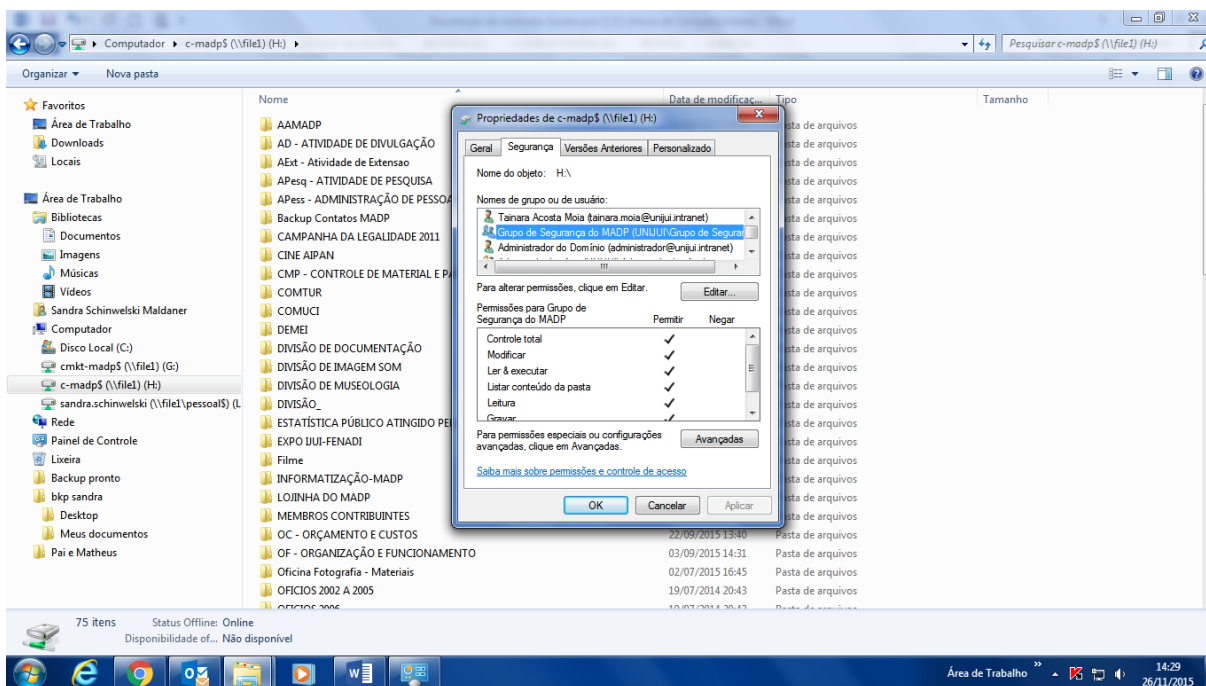


Fonte: autora

O acesso aos arquivos e pastas no H e G do Museu, neste exemplo, são restritos aos funcionários do Museu, demais funcionários da instituição não conseguem visualizar essas pastas. Para outros setores há outras pastas com outros arquivos conforme as demandas daquela unidade de trabalho.

O usuário sandra.schinwelski tem controle total na pasta “H”, Figura 28, pode modificar, ler e executar, listar conteúdo de pasta, leitura e gravar arquivos.

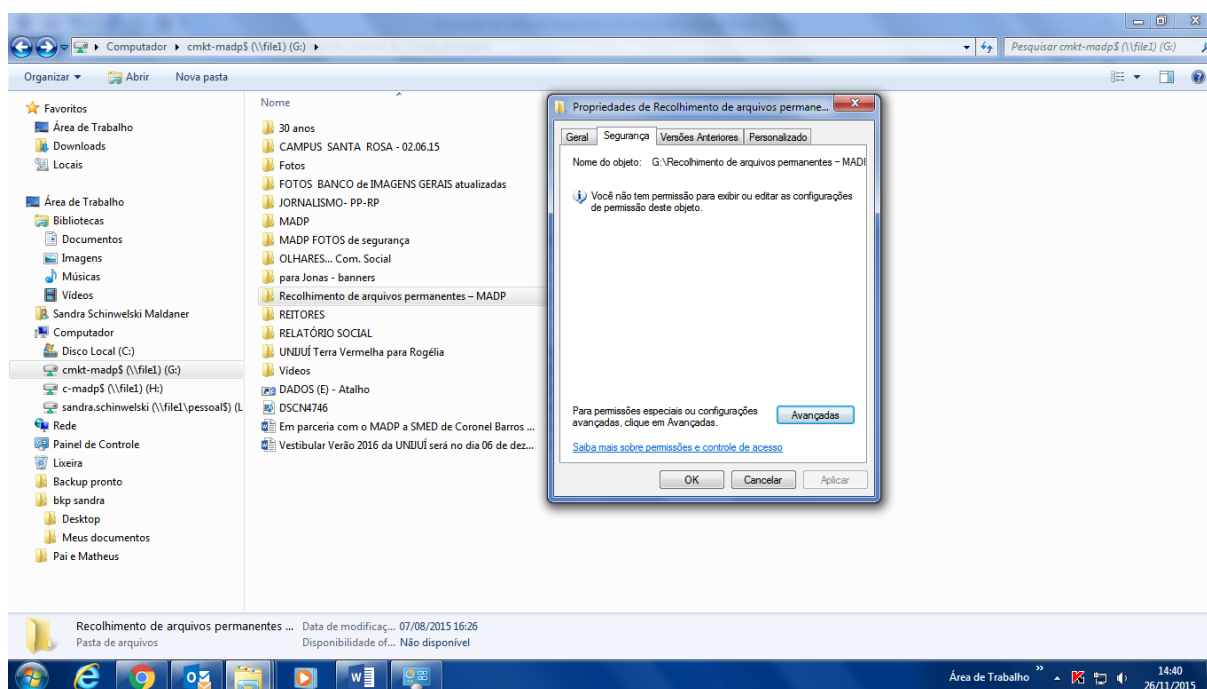
Figura 28 - Tela de permissões do usuário



Fonte: autora

A exceção de acesso, está na pasta G para a Coordenadoria de Marketing, responsável pelo registro fotográfico dos eventos institucionais e da realização de campanhas institucionais, bem como sua produção. Cabe a mesma armazenar na pasta os registros icnográficos produzidos na instituição. Toma-se como exemplo o usuário sandra.schinwelski, Figura 29, na pasta “Recolhimento de arquivos permanentes – MADP” do G, não possui permissões para exibir ou editar as informações ali preservadas.

Figura 29 - Restrição de acesso à pasta Recolhimento de arquivos permanentes – MADP



Fonte: autora

Quando ocorre a rescisão de contrato de trabalho, todos os acessos e permissões dos usuários são removidas.

A prática de backup ou cópia de segurança, não é considerado um procedimento arquivístico¹⁶. Essa prática permite gerar cópias dos arquivos e recuperar em algum momento o arquivo perdido, ou ser restaurado para repor os dados perdidos. A adoção do Repositório Arquivístico Digital Confiável – RDC-Arq, como visto anteriormente ao discutir a cadeia de custódia do documento arquivístico digital, permite trilhas de auditoria, inserção de metadados, certificação, usuários cadastrados e política de preservação digital, acesso a longo prazo, garantia de presunção de autenticidade. Diferentemente do que ocorre em um banco de dados, pois o RDC-Arq possui mecanismos próprios de preservação digital, considera os requisitos arquivísticos, tem navegação multinível, fixidez, implementa e tem embutidas as estratégias de preservação digital.

Neste capítulo foi discutido a implementação institucional do Repositório Arquivístico Digital Confiável – RDC-Arq ou a adoção de uma plataforma de acesso,

¹⁶Muito utilizado na área de informática para indicar a existência de cópias de um ou mais arquivos guardados em diferentes dispositivos de armazenamento Disponível em: <<http://www.significados.com.br/backup/>>

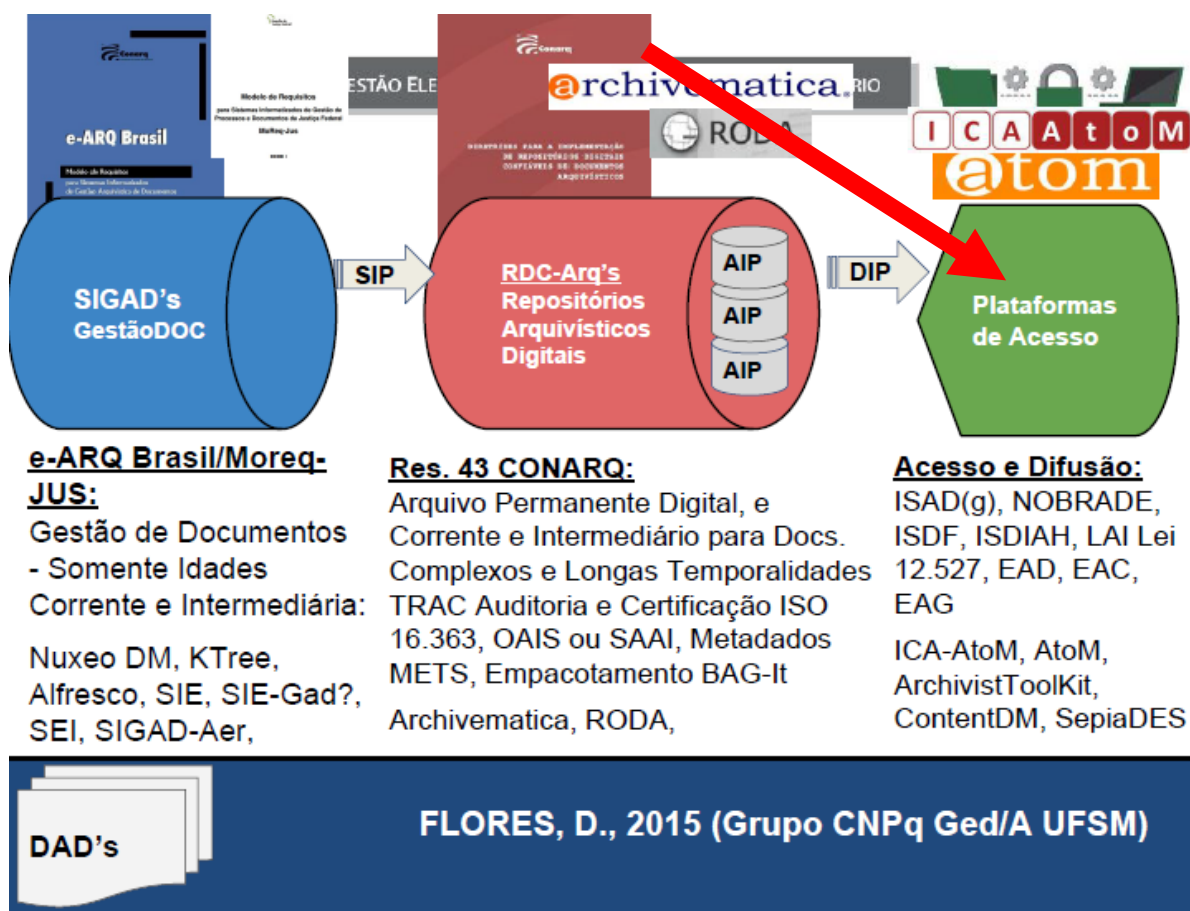
online, normalizada, de descrição, difusão e acesso e a estratégia de preservação adotada na FIDENE para os documentos arquivísticos digitais. No próximo capítulo será apresentado o uso do ICA-Atom como ambiente de descrição, difusão e acesso, seus requisitos para instalação, a descrição arquivística e a elaboração dos instrumentos de pesquisa, Guia, Inventário e Catálogo, produtos do mestrado em Patrimônio Cultural.

11 O USO DO ICA-ATOM COMO UM AMBIENTE DE DESCRIÇÃO, DIFUSÃO E ACESSO PARA DOCUMENTOS SONOROS

Neste capítulo é introduzida a análise quanto ao atingimento do quarto objetivo específico da pesquisa: elaborar como produto do mestrado profissional, um instrumento de pesquisa em um sistema informatizado, estandardizado e online para disponibilização à pesquisa.

A plataforma de acesso, terceiro ambiente da cadeia de custódia dos documentos arquivísticos digitais que contempla o ciclo de vida dos documentos, Figura 30, representa o terceiro ambiente, o ambiente destinado ao acesso, descrição, a difusão e a pesquisa.

Figura 30 - Plataforma de acesso (terceiro ambiente)



Fonte: Flores, 2016, p. 18, adaptado pela autora

Múltiplos são os softwares que podem contemplar essa fase, como exemplificado na figura 30. Porém nesta pesquisa, este terceiro ambiente, foi

escolhido tendo em vista ser uma plataforma de acesso baseada na web para acesso aos seus objetos digitais, que promove descrição normalizada e multinível baseada nos padrões do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), difusão e acesso de documentos arquivísticos, com possibilidade de autenticidade quando referenciada ao Archivemática. Quando da adoção do RDC-Arq, a exemplo o Archivemática, este entre suas características possui o pacote de Disseminação da Informação (DIP), a plataforma de acesso ICA-AtoM, incorporada em seu contexto, diferentemente o que não acontece com o RODA.

Ao tratar a descrição documental, o seu sentido está, segundo Bellotto,

no estabelecer-se o elo suficiente e necessário entre a indagação do pesquisador e a sua solução, tornada possível por meio dos instrumentos de pesquisa. (...) Um instrumento de pesquisa incompleto ou equivocado pode esterilizar uma pesquisa, uma vez que o acervo não é de livre acesso do consulente (BELLOTTO, 2014, p. 290).

Segundo Souza et al (2006, p.41) dentre as metodologias, que possibilitam a pesquisa e o conhecimento, está a Descrição Arquivística, “o ato de descrever e representar informações contidas em documentos e/ou fundos de arquivo, gerando instrumentos de pesquisa (inventários, guias, catálogos etc.)”. Para o autor, esses instrumentos auxiliam na localização, identificação e gestão, situando o pesquisador quanto ao contexto de produção desses documentos.

A descrição no DBTA é definida como o “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67). Esses instrumentos almejam a difusão, motivo pelo qual são publicados em meios impressos ou eletrônicos.

Bellotto (2006, p. 179) enuncia que “o arranjo em fundos torna o arquivo permanente organizado e lógico, mas a descrição é a única maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem ao pesquisador”. Portanto, a partir do arranjo, segundo a autora, a descrição e a disseminação são tarefas obrigatórias. Bellotto (2006, p. 182), afirma que “cada nível do arranjo corresponde a um nível de descrição: fundo, grupo ou seção, série e item ou peça documental”.

Os instrumentos de pesquisa, para LOPEZ (2002, p.10) são as ferramentas utilizadas para “descrever um arquivo, ou parte dele, tendo a função de orientar a consulta e de determinar com exatidão quais são e onde estão os documentos”. Um

arquivo sem instrumentos de pesquisa, pode se tornar um mistério aos usuários, ou seja, a informação torna-se não acessível.

Os instrumentos de pesquisa se caracterizam por serem obras de referência, publicadas ou não, pois estas obras apontam, identificam, localizam, resumem ou transcrevem, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes num arquivo, com a objetivo/finalidade de controle e de acesso ao acervo (BELLOTTO, 2006, p.180).

Tendo em vista a importância das atividades de descrição, Bellotto (2006, p. 182) ressalta o trabalho desenvolvido pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), quando este iniciou a formulação de diretrizes para a criação de uma norma mundial de descrição arquivística, a *General International Standard Archival Description*, a ISAD (G), criada em 1994.

O marco teórico para a descrição, pois a partir dali é preconizada a relação hierárquica na descrição, denominada de descrição multinível, com respeito aos princípios de proveniência e da organicidade. Descrevendo do “geral ao particular, inserindo cada item da descrição na estrutura geral do fundo de arquivo, em uma relação hierárquica” (LOPEZ, 2002, p.14).

O “princípio de que a descrição arquivística procede do geral para o particular é uma consequência prática do princípio do *respeito aos fundos*” (CIA, 2000, p.12), e a Norma preconiza a padronização da descrição arquivística em fundos como um todo. A estrutura da Norma parte de um princípio hierárquico, em que a descrição é feita em níveis, denominando-se assim estrutura multinível, com aplicação do conceito de fundos.

Conforme mencionado no subcapítulo anterior, o ICA-AtoM é um *software* de formato aberto em consonância com as normas de descrição arquivísticas internacionais, como ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDF e ISDIAH) e metadados de padrões internacionais. Ademais possibilita a disponibilização *online* das descrições dos conjuntos documentais, bem como possibilita o acesso aos representantes digitais do acervo das instituições arquivísticas. Constitui uma ferramenta vital para as instituições arquivísticas.

Ao se referir a conformidade com as normas, conforme menciona Flores e Hedlund (2014, p. 25), significa que o “*software* inclui a capacidade de inserir dados em campos de formulários que representam todos os elementos descritivos requeridos pela norma”. É possível “interagir (ver, editar, procurar) os dados de

forma estruturada, rotulados de acordo com os tópicos da norma, e saída de dados (impressão, exportação) em formatos compatíveis com o padrão da norma” (FLORES, HEDLUND, 2014, p. 25).

O ICA-AtoM realiza descrição multinível, em estrutura de níveis hierárquicos (fundos, séries, dossiês/processos, itens documentais).

O impacto das novas tecnologias possibilita a troca de informações a nível nacional e internacional, resultam em uma reflexão do trabalho arquivístico e a forma de pesquisa dos usuários, o que mudou muito com o advento da internet e com o uso de ferramentas informatizadas. Os instrumentos eletrônicos de pesquisa se constituem em ferramentas essenciais e sua aplicação vem crescendo nas instituições arquivísticas brasileiras. Isso significa atualmente que com a internet essas ferramentas vêm ganhando uma nova dimensão, pois o usuário do arquivo está cada vez mais próximo e participante, solicitando mais recursos.

Para Cruz Mundet (1994, p. 73), a difusão consiste *“la difusión de la información, que debe ser precisa y rápida, exige de los profesionales la elaboración y comunicación de instrumentos de información documental, al mismo ritmo con que se genera aquélla”*. Enquanto que Jardim, por sua vez, aproxima a tecnologia da informação com a temática da difusão quando dispõe que

crescente ampliação das tecnologias da informação tendo como uma das suas expressões mais evidentes a Internet, amplia a discussão em torno do tema, associando-o à novas possibilidades de usos da informação e a emergência de espaços informacionais virtuais (JARDIM, 2001, p. 11).

Por fim, cabe mencionar que o uso de sistemas informatizados na preservação digital e na difusão do Patrimônio documental, como o ICA-AtoM e o Archivematica, são formas de satisfazer as principais necessidades dos atuais usuários de arquivo e evidenciam o novo perfil do arquivista na atualidade e essa nova forma de fazer difusão corrobora com a implementação da Lei de Acesso à Informação – LAI, nos aspectos relacionados à difusão e ao acesso à informação. Caracteriza-se como uma ação de transparência ativa por parte das instituições quando trabalham no sentido disponibilizar antes mesmo ser solicitado (transparência passiva).

11.1 REQUISITOS DE INSTALAÇÃO DO SOFTWARE ATOM

A versão do AtoM instalada institucionalmente na FIDENE para o MADP, é a versão 2.2.0, considerada como versão estável¹⁷. Em desenvolvimento, atualmente está a versão 2.3.0, porém ainda não disponível. Abaixo, Quadro 7, uma breve descrição das versões mais atuais do software e seu status atual.

Quadro 7 - Quadro de versões estáveis do AtoM

Versão de lançamento	Data de lançamento	Download	Alterações
Release 2.2.1	February 10, 2016	Download	Lista de alterações
Versões de desenvolvimento			
Release 2.3.0	Desconhecido	Ainda não disponível	Lista de alterações

Fonte: <https://www.accesstomemory.org/pt-br/download/>, adaptado pela autora

Para instalação dessa versão do software, segundo o Manual do Administrador do AtoM disponível no site *accesstomemory.org*, alguns requisitos mínimos são necessários. O manual dispõe de orientação quanto a instalação, atualização, importação e administração do sistema.

Os requisitos de instalação, são mínimos, no entanto, ressalta-se que para resultados melhores é recomendado o uso de versões mais estáveis.

Segundo o Manual de instalação, recomenda-se alguns requisitos, como:

- um servidor web como o Apache ou Nginx, preferencialmente os mais atualizados, como o Elasticsearch 1.3.0 ou o mais recente Elasticsearch 1.7
 - Oracle Java 8 ou mais recente (necessário para Elasticsearch)
 - MySQL 5.1 ou mais recente
 - PHP 5.3.10 ou mais recente (PHP 5.4 e PHP 5.5)
 - Memcached
 - servidor de trabalho Gearman
- Para as seguintes extensões do PHP são obrigatórios:
- CURL (php5-curl)

¹⁷Disponível em: < <https://www.accesstomemory.org/pt-br/download/>>. Acesso em: mai. 2016.

- JSON (php5-JSON)
- APC (php-apc, ou no PHP 5.5 apcu-php5)
- DOP e DOP-MySQL (php5-mysql)
- XSL (php5-xsl)
- opcionalmente: Readline (php5-readline, exigido por 14,04 apenas, não disponível em Windows)¹⁸.

Além desses, há outros softwares que se fazem necessários serem instalados para certas funcionalidades e o bom funcionamento do AtoM, tais como:

- *ImageMagick* – software para edição de imagens como criar, editar, compor ou converter imagens bitmap;
- *Ghostscript* – software de impressão de imagens e arquivos compactados;
- *FFmpeg* – é um programa de computador para gravar, converter e transmitir áudio e vídeo (no AtoM, é usado para criar derivados de vídeo, incluindo a criação de um derivado de vídeo de referência flash para visualização no browser);
- *Pdftotext* (part of poppler-utils) – usado para converter arquivos PDF em arquivos de texto simples,
- *Apache FOP* – é um aplicativo JAVA, para criar formas de ajuda, formas de pesquisa no PDF.

Institucionalmente o AtoM foi instalado em distribuição Ubuntu 14.04.3 LTS, com servidor web Nginx - nginx-full 1.8.0-1+trus, versão Elasticsearch 1.3.9., versão do PHP 5.5.9-1 ubuntu 4.14, versão do Mysql mysql-server-c 5.5.46-0 ubun. A instalação do servidor foi em Intel Core 2 Duo, CPU E8400 3.0 Ghz, Memória 8 gb DDR 2, HD 500 gb SATA II. O servidor é online.

11.2 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: NORMALIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Para Oliveira (2010, p.43), na literatura da área a descrição arquivística não tem sido apresentada com muita representatividade, talvez por muitas vezes estar associada aos arquivos permanentes sendo identificada e associada a elaboração de instrumentos de pesquisa e mais atualmente, fazendo uso de ferramentas tecnológicas para a elaboração desses instrumentos a fim de possibilitar o acesso aos arquivos e seus acervos. Ainda segundo a autora, “são inúmeras as

¹⁸Disponível em: <<https://www.accesstomemory.org/pt-br/docs/2.2/admin-manual/installation/requirements/#installation-requirements>>. Acesso em: abr. 2016.

possibilidades para a definição de instrumentos de recuperação das informações acerca dos arquivos em suas diferentes fases” (OLIVEIRA, 2010, p. 44), percebida como uma forma de representação arquivística, a descrição muito se parece com o arranjo dado aos documentos. Porém, todo o trabalho por trás da elaboração dos instrumentos, como as decisões de metodologia adotada, a pesquisa e os resultados, constitui parte do conhecimento gerado durante esses processos, sobre o arquivo e que refletem o conhecimento produzido.

A descrição arquivística “é uma representação produzida pelo arquivista”, quando da elaboração de inventários, catálogos, glossários, biografias e publicações, “elaboradas com metodologia própria da área, que objetiva a produção de conhecimento sobre um determinado arquivo e o seu acesso” (OLIVEIRA, 2010, p. 62). Os resultados desse trabalho, são submetidos a regras de padronização de modo que assegurem a comunicação clara e objetiva com os usuários de arquivo.

Para Rousseau e Couture (1998, p. 265) as funções arquivísticas envolvem “produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão” e segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística a descrição é o “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p 67).

A atividade de descrição arquivística é atribuída por alguns autores aos arquivos permanentes, como visto na revisão de literatura abordada no subcapítulo Descrição, difusão e acesso, a descrição está muito relacionada com a atividade de classificação de documentos, sendo continuada e elaborada com maior aprofundamento e maior detalhamento com a elaboração dos instrumentos de pesquisas na fase permanente. Cabe ao arquivista, dar acesso e elaborar os instrumentos de pesquisa.

A descrição arquivística é considerada “uma atividade fundamental para a organização, controle e acesso ao acervo institucional. É por meio da descrição que os usuários de arquivos têm o acesso intelectual às informações sobre o acervo e, posteriormente, o acesso físico aos documentos” (FARIAS, RONCAGLIO, 2015, p. 66). Resultam dessa atividade, “a elaboração de instrumentos de pesquisa impressos e/ou eletrônicos (guias, inventários, catálogos etc.) com a finalidade de divulgar o acervo e propiciar o acesso às informações sobre os conjuntos documentais” (FARIAS, RONCAGLIO, 2015, P. 66).

Ao longo do tempo a descrição tem evoluído, feito uso de várias ferramentas para subsidiar a atividade, levando em consideração as necessidades dos usuários e atendendo a demanda de espaço além dos muros das instituições, sendo significativamente transformadas pela tecnologia da informação e como resultados dessa atividade, surgem os instrumentos de pesquisa.

Padrón et al (2015, p.4), em seu artigo a Complexidade da representação da informação arquivística, ao tratar da representação arquivística no contexto pós-moderno ressalta que a revolução tecnológica tem influenciado várias áreas do conhecimento. As influências têm enunciado um “novo tipo de usuário” e a revolução tecnológica, tem se constituído “como os elementos principais que fundamentam a transformação dos métodos e formas de trabalho nos arquivos” (PADRÓN ET AL, 2015, p. 4). Nesse contexto, os arquivistas necessitaram reconsiderar os “fundamentos teóricos e práticos da descrição arquivística” (PADRÓN ET AL, 2015, p. 4), não sendo considerada mais apenas como método de controle e acesso à informação. Nesse sentido, para a autora acima citada, com a revolução e evolução tecnológica, houve uma influência notável nas concepções teóricas da descrição, dissociando o conceito de descrição do instrumento de busca e a partir de 1990, passou a enfatizar o “processo (o como) mais do que o resultado final (o instrumento)” (PADRÓN ET AL, 2015, p. 4):

Concluindo, a “descrição consiste atualmente em elaborar uma representação que pode ter diferentes formas de manifestação; a partir de uma base de dados descritiva é possível obter diferentes formatos de saída: várias formas de visualização na tela ou distintos tipos de impressos” (PADRÓN ET AL, 2015, p.4).

Quanto a padronização nacional e internacional da representação da informação, ou seja a descrição arquivística, é tema em voga desde a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses, principalmente no que tange a necessidade de uma descrição hierarquizada e um diálogo profícuo entre as instituições de arquivo no mundo, o intercâmbio de informações entre instituições, e o profissionalismo da atividade de descrição. Para Dunia (2011, p.40),

se puede afirmar que antes del inicio del proceso internacional de normalización, la descripción se ocupaba de capturar la información contenida en los documentos para con ello elaborar herramientas de descripción, es decir, se ocupaba de la representación de información en un formato determinado (DUNIA, 2011, p. 40).

Alguns fatos são marcantes para que a descrição arquivística atinja uma padronização mundial, como a elaboração de manuais e trabalhos são referência quando se trata desse assunto. Mundialmente a partir dos apontamentos de Oliveira (2011, p. 96) o Reino Unido em 1896, deu o primeiro passo para editar uma norma de descrição, a *Manual of Archival Description* (MAD), assim sucessivamente a *Rules for archival description* (RAD) modelo utilizado pelo Canadá, ISAD (G) Norma geral internacional de descrição arquivística, modelo do Conselho Internacional de Arquivos, e a *Describing archives: a content standard* (DACS), modelo americano atual. Iniciativas locais e internacionais na prática arquivística de descrição em busca de uma normalização.

Farias e Roncaglio (2015, p.67) no artigo Aplicação da Nobrade nos arquivos públicos municipais, ressaltam a importância dos estudos realizados para padronização internacional da descrição arquivística,

desenvolvidos pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA), desde o final dos anos 1980, resultaram na publicação da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística- ISAD(G) em 1994, e suas posteriores revisões ao longo dos anos, e na elaboração e publicação de outras normas internacionais complementares como a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR(CPF)), publicada em 1996; a Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF), publicada em 2007; e a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH), publicada em 2008 (FARIAS, RONCAGLIO, 2015, p.67).

A utilização de padrões, nacionais e internacionais, para a representação da informação arquivística, as torna mais precisas e consistentes, de modo que a integração, o acesso e o intercâmbio das informações documentais produzidas nas instituições arquivísticas, aconteça com maior profissionalismo.

Neste sentido, o marco histórico da ISAD (G), segundo Bellotto (2006, p. 182), “é a relação hierárquica, já preconizada anteriormente na descrição arquivística, e agora denominada estrutura multinível [...] e, do ponto de vista da teoria arquivística, o mais importante nessa norma é o respeito que ela permite aos princípios da proveniência e da organicidade”. A descrição multinível já havia sido apresentada em 1980, quando da publicação Manual de descrição arquivística por Michael Cook. A considerar o Princípio do respeito aos fundos em uma descrição multinível, que vai do geral para o particular, do mesmo modo, segue-se a elaboração dos instrumentos, do guia, seguido do inventário e por último o catálogo. Assim sendo,

cada nível de arranjo, corresponde a um nível de descrição, fundo, grupo ou subgrupo, série, subsérie, item ou peça documental.

Padrón et al (2015, p. 6) ressalta que com a publicação das normas pelo CIA, “houve a percepção de que o Brasil não podia ficar à margem desse processo de normalização que estava ocorrendo internacionalmente na Arquivologia, sob pena de isolamento (...)”.

No Brasil a instituição responsável pelas diretrizes arquivísticas é Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), vinculado ao Arquivo Nacional, formado por membros de vários segmentos, como do poder público, de associações e de arquivistas e para estruturar e agilizar ações, através de suas Câmaras Técnicas e Setoriais se organiza estruturalmente.

No ano de 2011, o CONARQ criou a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA) com intuito de elaborar normas nacionais a partir das propostas da ISAD (G) e ISAAR (CPF).

A ISAD(G), “exatamente por pretender ser internacional, aplicável a todos os tipos de materiais arquivísticos, utilizável tanto em sistemas manuais quanto automatizados de descrição, tem um alto grau de generalidade (...), “aí a necessidade de normas nacionais e, conseqüentemente, a necessidade de cada país refletir sobre sua realidade e criar normas próprias” (CONARQ, 2006, p. 8).

No ano de 2007, a CTNDA publicou oficialmente a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). A Norma estabeleceu diretrizes para o processo de descrição, visando a acessibilidade e o intercâmbio das informações, nacional ou internacionalmente, podendo ser realizada a representação da informação em sistemas automatizados ou não.

A norma brasileira, NOBRADE, “estabelece diretivas para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD(G) e ISAAR(CPF)” (CONARQ, 2006, p.9), visando facultar o acesso e o intercâmbio de informações nacional e internacionalmente. Analisando a norma, esta tem como pressuposto básico o respeito aos fundos, a descrição multinível, a descrição do geral para o particular de acordo com os princípios expressos na ISAD(G), e estabelece relações entre as descrições, podendo ser aplicada “à descrição de qualquer documento, independentemente de seu suporte ou gênero” (CONARQ, 2006, p.19).

A Norma, considera seis principais níveis de descrição, “acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5)” (CONARQ, 2006, p.11). Comparada a ISAD (G), apresenta um nível a mais de descrição referente a entidade custodiadora, o nível 0. Escolheu-se portanto a NOBRADE como norma de descrição arquivística para esse conjunto de documentos sonoros selecionados nesta pesquisa, visto que esta “consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA)” (CONARQ, 2006, p.9), tais como a ISAD(G) e ISAAR(CPF).

Comparando-se a NOBRADE à ISAD (G), a primeira prevê a existência de oito áreas com 28 elementos de descrição e enquanto que a ISAD (G), prevê 26. Enquanto que a NOBRADE possui mais uma área (área 8 - Área de pontos de acesso e indexação de assuntos) e dois elementos de descrição (6.1 – Notas sobre conservação e 8.1 - Pontos de acesso e indexação de assuntos), sendo que dos 28 elementos de descrição da NOBRADE, apenas 7 são obrigatórios.

Segundo a ISAD (G) uma “descrição arquivística pode incorporar mais elementos de informação do que os essenciais, dependendo da natureza da unidade de descrição” (CIA, 2000, p. 13), ou seja, se um fundo estiver sendo descrito, a descrição deve representa-lo numa só descrição. A descrição das partes e do todo obtido ligadas hierarquicamente, representa o fundo e a denominada descrição multinível.

11.3 ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA PARA O MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA: GUIA, INVENTÁRIO E CATÁLOGO

O Museu Antropológico Diretor Pestana, mantido pela Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado – FIDENE, tem como o objetivo resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura, a educação e o lazer. Constitui-se em centro histórico-cultural, segundo o seu Regimento e referência para estudos e pesquisas, e tem por finalidade: recolher, estudar, analisar, catalogar, conservar em Exposição de Longa Duração, ou em seus arquivos, objetos e documentos referentes à história do homem da Região.

Ao realizar e estimular a pesquisa e a extensão, o Museu também é responsável por emanar políticas de preservação ao Patrimônio arquivístico documental no âmbito de sua mantenedora e da comunidade regional, estimula e assessora a organização de museus nos Municípios da Região de influência da FIDENE, o que evidencia o seu reconhecimento e sua política de atuação como agente de preservação.

Sob a custódia do Museu encontra-se parcela significativa do acervo da Intendência Municipal datado de 1895, primórdios da municipalização de Ijuí, bem como, documentos relativos a vários segmentos da sociedade, educação, religião, administração pública, sindicatos, indústria e comércio local e da região, ao qual cabe salvaguardar e possibilitar o acesso a esse Patrimônio documental. Foco dessa pesquisa, o Arquivo FIDENE, compreende uma parcela da documentação preservada pelo Museu e que se refere as atividades de sua mantenedora desde os anos de 1957 aos dias atuais. A elaboração de instrumentos de pesquisa visa dar visibilidade ao Arquivo FIDENE custodiado pelo MADP e objetiva torná-lo visível aos usuários e à própria instituição, já que os documentos sonoros pela sua própria composição física, indiretamente tornam-se inacessíveis com o passar do tempo.

A descrição dos documentos sonoros do Arquivo FIDENE foi baseada na Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, cujo respeito aos fundos é premissa basilar, e a descrição multinível parte do geral ao particular, segundo os níveis do arranjo, sendo elaborado primeiro o Guia do Fundo documental Arquivo FIDENE.

O primeiro passo para a descrição e a elaboração dos instrumentos de pesquisa, foi a obtenção do código CODEARQ para o Museu. Segundo a Resolução nº28 do Conarq de 17 de fevereiro de 2009, o Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos – CODEARQ, visa identificar e divulgar as instituições custodiadoras de acervos e está previsto na Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Para a aplicabilidade da NOBRADE, “será adotado o Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos - CODEARQ, que tem como finalidade identificar de forma inequívoca cada instituição” (CONARQ, Resolução Nº 28 de 17 de fevereiro de 2009), devendo estar presente em todos os níveis de descrição associado aos demais elementos que compõem os códigos de referência das demais unidades de descrição.

O CODEARQ foi solicitado durante o andamento da pesquisa em 2015 através do e-mail conarq@arquivonacional.gov.br, por meio de formulário específico fornecido no site do Conarq. Segundo a NOBRADE, o código é composto de três partes principais, o código do país (BR), o código da entidade custodiadora e o código específico da unidade de descrição. *A priori*, o código do país e da entidade custodiadora, são definidos no momento do cadastro fornecido pelo Conarq. O Museu Antropológico Diretor Pestana recebeu o código BR RSMADP. A terceira parte do código refere-se a unidade de descrição que deve ser convencionada pela entidade custodiadora, segundo a Nobrade, indicando um código que identifique o fundo ou cada um dos níveis de descrição que esteja sendo realizado.

Para as descrições realizadas dos documentos sonoros, buscou-se manter os códigos adotados institucionalmente que identificam o Fundo FIDENE, com a sigla AF acrescido da sigla FC, que corresponde a fita cassete, associado ao número sequencial utilizado para cada fita. Quanto ao fundo, adotou-se BR RSMADP AF. Essa decisão foi embasada no trabalho desenvolvido na instituição desde 1994, quando da implantação do Sistema de Arquivos FIDENE. A partir dessa política de gestão documental adotada em todos os setores da instituição, a documentação é recolhida ao Arquivo Permanente da FIDENE no MADP. Percebeu-se que a organização existente no acervo de fitas cassete, possui relacionamento com o Princípio de Respeito aos Fundos, mesmo que seu arranjo é apenas uma lista, um índice numérico sequencial crescente de fitas.

11.3.1 O guia

Atribuídos os códigos de entidade passou-se a elaboração dos instrumentos de pesquisa. Os instrumentos de pesquisa são produtos do processo de descrição arquivística, e Bellotto (2006) apresenta as formas tradicionais de instrumentos de pesquisa, entre elas o guia, inventário, catálogo e os índices. É válido mencionar que a relação hierárquica da descrição arquivística está ligada diretamente aos tipos de instrumentos a serem desenvolvidos a partir da descrição arquivística. No grupo de instrumentos de pesquisa, o Guia é o instrumento mais abrangente e capaz de atingir um maior público, pois objetiva dar uma visão do conjunto de serviços prestados pela instituição de modo a permitir que documentos preservados possam se tornar visíveis aos usuários. Bellotto (2006, p. 191) entende que o Guia pode ser

um instrumento elaborado para um único fundo e que este difere do Guia do Arquivo, cuja finalidade é diferenciada, o qual traz características gerais dos vários repositórios de documentação.

O Museu vem buscando ao longo da sua trajetória formas e ferramentas de descrição e difusão para os acervos que custodia, instrumentos não arquivísticos em toda a sua essência, porém que de uma forma ou outra, possibilitam acesso e divulgam o seu Patrimônio. Assim, é importante mencionar algumas publicações que demonstram essas iniciativas, tais como: História visual da formação de Ijuí de autoria de Mario Osorio Marques, publicada em 1990. A publicação objetiva a tentativa de narrar em linguagem estritamente fotográfica o período de formação colonial no interior do Rio Grande do Sul através das fotografias preservadas no Museu. Entende-se essa publicação como um catálogo seletivo de parte das coleções e arquivos desse Museu. Outra publicação com caráter descritivo e difusão, porém produto de pesquisa pessoal, Dimensões da cultura fotográfica no Sul do Brasil de Ivo dos Santos Canabarro, publicada em 2011, dimensiona através de duas coleções fotográficas do Museu, Coleção Beck e Jaunsen, os imigrantes que construíram socialmente o espaço de Ijuí, seguindo reflexões sobre a história social da fotografia. Ademais a instituição custodiadora utiliza-se dos índices como instrumentos de busca, “apontando nomes, lugares ou assuntos em ordem alfabética e remetendo o leitor às respectivas notações de localização, os índices podem ser parte complementar de inventários ou catálogos” (BELLOTTO, 2006, p. 214). Estes instrumentos estão disponibilizados de forma local e através do seu site <http://www.unijui.edu.br/museu/pesquise-museu-ijui#documentacao>.

A partir desses apontamentos, como produto do Mestrado Profissional, definiu-se em elaborar um Guia para os documentos sonoros do Arquivo FIDENE, o inventário para as séries e o catálogo para as unidades documentais como produtos dessa pesquisa.

O Guia (APÊNDICE D) está dividido em elementos pré-textuais (elementos que antecedem o texto com informações e que ajudam na identificação e utilização do trabalho), o corpo do guia é formado pelos elementos textuais (constituem o núcleo do trabalho), e pós-textuais que completam o trabalho, fazendo o seu fechamento.

Os elementos pré-textuais do Guia (APÊNDICE D) são formados pela capa, folha de rosto, ficha técnica/ficha catalográfica e o sumário.

Os elementos textuais compreendem o núcleo do Guia (APÊNDICE D) e foram estruturados em duas partes, de modo a apresentar no primeiro momento a instituição custodiadora do acervo, que Lopez (200, p. 24), orienta em trazer “os dados gerais sobre a instituição e sobre as condições de consulta”. Segundo a Nobrade (2006) ao descrever a instituição custodiadora do acervo, a instituição arquivística, alguns campos são necessários para que o usuário tenha a visão geral da instituição, tais como: identificação da instituição; áreas de contato físico e eletrônico; área de descrição da história, estrutura administrativa, prédios, acervos documentais, instrumentos de pesquisa, guias e publicações; área de acesso quanto horários de funcionamento; área de serviços de pesquisa e reprodução; área de controle com identificação da instituição, estatuto, nível de detalhe, línguas, fontes e notas de manutenção e área de pontos de acesso para termos chave de busca. Essa parte do Guia (APÊNDICE D) contempla a apresentação, introdução, o Museu Antropológico Diretor Pestana, e o acervo de documentos sonoros do Arquivo FIDENE. Nessa parte do Guia (APÊNDICE D) foi elaborada a introdução, onde é abordada a importância deste instrumento para o Museu e a relevância desse instrumento na preservação do Patrimônio arquivístico de documentos sonoros, escrito pela Direção do Museu. A segunda parte do Guia se preocupa em descrever sumariamente o fundo Arquivo FIDENE de documentos sonoros.

O núcleo do Guia (APÊNDICE D), foi elaborado levando-se em conta uma parcela do universo do acervo, objeto dessa pesquisa o Arquivo FIDENE, fundo documental para o qual foi projetado o arranjo e realizada a descrição desse fundo documental composto de fitas cassete, sendo descrito o fundo de acordo com a Nobrade. Optou-se em digitalizar algumas séries, de acordo com a frequência de uso, o valor intrínseco de informação e por conhecer as atividades da instituição, por meio dos relatórios estatísticos de pesquisa que o Museu realiza mensalmente, quais as séries/subsérie e atividades que os pesquisadores mais buscam. Justifica-se tal medida também pelo fato de que o conjunto documental não será descontextualizado, pois verifica-se a sua integralidade no quadro de arranjo elaborado para este fundo e no guia do fundo. Entende-se que esse processo de intervenção, a digitalização, descrição, difusão e acesso são de extrema relevância para a comunidade de pesquisadores e usuários, e para tal, objetiva-se dar continuidade a esse processo na instituição mesmo após a conclusão da pesquisa.

Por meio da análise da documentação muitos fatos históricos foram identificados, demonstrando que esses documentos possuem valor fundamental para a memória da Instituição, uma vez que estão relacionados à sua criação, autorização e reconhecimento da universidade e cursos, mudanças institucionais e históricas, como vários processos de reorganização institucional. Quanto à administração geral, identificou-se documentos referentes à datas comemorativas que evidenciam a trajetória de crescimento, tais como, solenidades comemorações referentes aos 20 e 25 anos do ensino superior em Ijuí, aulas inaugurais de cursos, posses, 20 e 25 anos do MADP, inaugurações de prédios da Unijuí e do Museu, criação dos primeiros cursos, formatura da última turma da FAFI, formatura da 1ª turma de enfermagem, doações de documentos ao Museu, aprovação da Carta-consulta da Unijuí, 25 anos do Movimento comunitário de base e instruções do assessor do Conselho Federal de Educação quanto ao reconhecimento da Unijuí.

Quanto à extensão identificou-se documentos relacionados à participação em encontros, palestras, simpósios, congressos e cursos, realização de eventos de extensão e de palestras e conferências, realização de exposições, e mostras, e, realização de encontros, seminários, palestras.

Quanto à Organização e funcionamento identificou-se documentos referentes à comunicação social e relações com a imprensa e processo de regionalização da Unijuí. Quanto à pesquisa foram identificados documentos referentes à realização de pesquisas e coleta de dados e Comemoração dos 15 anos do Curso de Direito.

Quanto à pessoal, foram identificados referentes à participação em eventos, como encontros, palestras, simpósios, congressos e cursos, aperfeiçoamento e desenvolvimento de pessoal. Esse conjunto documental representa uma parcela das atividades desenvolvidas na instituição, e que se referem às atividades-fim e meio, evidenciando as práticas relacionadas à pesquisa, ensino, extensão e administração geral da FIDENE, conforme atribuído em documentos constitutivos legais.

Os elementos pós-textuais do guia, são as referências e a contracapa.

Dessa forma o Guia do Fundo documental Arquivo FIDENE (APÊNDICE D), é considerado relevante, na medida em que subsidia a pesquisa em documentos sonoros, áudios naturalmente propensos a perda de informação. Além de digitalizados hoje esses áudios permitem através dos produtos desse mestrado, a representação da informação por meio do Guia, inventário e do catálogo. O instrumento elaborado com base na NOBRADE tem por objetivo facilitar o acesso e

o intercâmbio de informações entre instituições, nacional e internacionalmente através do seu link ao site do Museu e plataforma de descrição, difusão e acesso utilizada, o ICA-AtoM, responsável por possibilitar esse diálogo além das paredes institucionais.

Assim após o arranjo da documentação, a descrição torna-se necessária com forma de possibilitar o acesso e a compressão da totalidade do acervo.

Assim conforme os elementos da NOBRADE, primeiramente foi realizada a descrição da entidade custodiadora (nível 0) e na sequência, a descrição do fundo (nível 1), descrevendo os pontos essenciais conforme estabelece a Norma, preconizando a descrição multinível.

A descrição do Fundo Arquivo FIDENE foi realizada em ordem cronológica, adotando-se a NOBRADE, utilizando os seguintes elementos:

O Guia, no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.102), é um instrumento de pesquisa “que oferece informações gerais sobre os fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos”, permite uma visão panorâmica do acervo, com informações sobre o histórico, a natureza, a estrutura, o período e a quantidade de cada fundo integrante do acervo total do arquivo.

11.3.2 O inventário

Como mencionado no capítulo da revisão de literatura acerca das atividades de descrição arquivística, os documentos de um arquivo só atingem sua função, quando os instrumentos de pesquisa possibilitam o acesso e são difundidos entre os usuários. E Bellotto (2006, p. 180) menciona que a partir do arranjo obrigatoriamente seguem-se a descrição e a disseminação, somente assim se chega a exploração dos fundos.

O segundo instrumento de pesquisa elaborado como produto desse mestrado para o Museu, foi o inventário. Esse instrumento “descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 109). Descreve “conjuntos documentais ou partes do fundo” (BELLOTTO, 2006, p. 197), abrangendo todo o acervo de maneira sucinta, contemplando “um grupo, uma série ou algumas delas, ou mesmo parte delas” (BELLOTTO, 2006, p. 197). Sua finalidade é

descrever a composição de um fundo e prover o arquivo de um instrumento preliminar de busca. E ao “conhecer a que grupo ou seção ou a que fundo pertencem as séries inventariadas” (BELLOTTO, 2006, p. 198), eles proporcionam um mínimo de informações sobre o acervo.

Os inventários são, para Lopez (2002, p.29) pela “ordem hierárquica dos níveis da classificação, os instrumentos de pesquisa que se seguem ao guia”. Seu objetivo é “descrever as atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume de documentos, as datas-limite e os critérios de classificação e de ordenação” (LOPEZ, 2002, p 29), de conjuntos documentais que já tenham algum nível de classificação.

O inventário proposto foi elaborado de acordo com a Nobrade, destinado a descrever exclusivamente o Arquivo FIDENE de fitas cassete, custodiado pelo Museu. O instrumento possui oito áreas de descrição segundo a norma, sendo elas: identificação, contextualização, conteúdo e estrutura, condições de acesso e uso, fontes relacionadas, notas, controles de descrição, pontos de acesso e indexação de assuntos.

Ao elaborar o inventário, optou-se em compor o instrumento com as séries e subséries do conjunto documental de documentos sonoros do Arquivo FIDENE, tendo vista a proporcionar a representação geral do arranjo e do fundo. O inventário compreende as séries Administração geral, subsérie Organização e Funcionamento e Pessoal, e as séries Extensão e Pesquisa.

A estrutura do inventário (APÊNDICE E) compreende elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Os elementos pré-textuais compreendem capa, folha de rosto, ficha técnica e catalográfica e o sumário. Os elementos textuais compreendem o prefácio, a introdução, e a descrição das séries do Arquivo FIDENE. Os elementos pós-textuais são as referências e a contracapa.

Dessa forma o inventário (APÊNDICE E) proposto visa subsidiar a pesquisa em documentos sonoros no Arquivo FIDENE, que até então, não tinham sido descritos e recebido tratamento arquivístico com vistas a descrição, difusão e acesso.

11.3.3 O catálogo

A difusão do Patrimônio documental da FIDENE, como dito por Blaya Perez (2008, p.28), “é a divulgação, o ato de tornar público, de dar a conhecer o acervo de uma instituição assim como os serviços que esta coloca à disposição de seus usuários”. A razão de ser de um arquivo, é a comunicação de seus documentos, “é tornar disponível as informações contidas no acervo sob sua guarda” (PAES, 2002, p. 20. Conseqüentemente torna-se necessário definir e produzir o meio mais adequado para realizar a difusão.

A partir dos vários conceitos de instrumento arquivísticos de pesquisa, (BELLOTTO, 2006), o catálogo é “organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de fundos forma sumária ou analítica” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 45). Sua finalidade é indicar a localização de cada documento, descrevendo unitariamente cada item documental de uma série ou mais, respeitada ou não a ordem de classificação (BELLOTTO, 2006, p. 202).

A partir desses conceitos, foi elaborado o terceiro instrumento de pesquisa, o catálogo dos documentos sonoros, em acordo a hierarquia da descrição arquivística e a elaboração dos instrumentos de pesquisa.

A elaboração do catálogo (APÊNDICE F) para o acervo de documentos sonoros, além de promover a difusão do acervo arquivístico, é um instrumento que se destina à descrição parcial de uma unidade de arquivamento. Optou-se por descrever a série Administração Geral do Quadro de Arranjo do Arquivo FIDENE de documentos sonoros em razão da sua representatividade para a pesquisa e para história da instituição. Esse conjunto documental compreende o período de 1970 a 1999, totalizando 279 fitas cassete digitalizadas e descritas, relacionado aos fatos que constituíram a instituição como tal, desde os projetos de criação ao reconhecimento como Universidade.

Essa série representa solenidades, inaugurações de prédios institucionais, estruturas acadêmicas e mantidas da FIDENE. Eventos de comemoração aos 20 e 25 anos do Ensino Superior em Ijuí, aulas inaugurais dos primeiros cursos de graduação, posses, assembleias, 20 anos de comemoração de fundação do Museu e inauguração de seus módulos de construção, criação do campus da Unijuí e de cursos, formaturas das primeiras turmas, aulas inaugurais, , entregas de doação de

acervos do primeiro Diretor do Museu, reconhecimento da Unijuí como universidade, além de suas relações com a imprensa, promoção do desenvolvimento de pessoal em participação de eventos, aperfeiçoamento, participação em cursos, seminários e treinamentos.

De acordo com Bellotto (2006, p. 204) a estrutura editorial do catálogo começa com a introdução onde é exposto o porquê do tratamento unitário. A elaboração do catálogo compreende os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Os elementos pré-textuais do catálogo (APÊNDICE F) compreendem a capa, folha de rosto, ficha técnica e catalográfica e sumário. Os elementos textuais do catálogo, o *corpus* do instrumento, é composto da introdução e da descrição dos itens documentais da série Administração geral. As referências e a contracapa formam os elementos pós-textuais.

A descrição dos itens documentais do catálogo foi baseada na Norma Brasileira de Descrição Arquivística.

No momento da descrição surgiram algumas dificuldades, como escassez ou ausência de informações. Procedeu-se a descrição a partir das informações contidas nos índices, da análise tipológica realizada para elaborar o quadro de arranjo, pesquisa nos relatórios de atividades da FIDENE, fontes bibliográficas que tratam do histórico da FIDENE e de suas mantidas e em documentos arquivados no Museu.

Ainda durante o processo de digitalização, percebeu-se algumas divergências em relação às datas, identificação de nomes dos autores e produtores, procedendo-se a correção nos índices e até a complementação e informações nos índices que possuíam carências.

11.4 A APLICAÇÃO DO ICA-ATOM NA DESCRIÇÃO, DIFUSÃO E ACESSO DE DOCUMENTOS SONOROS

Após ter concluído a elaboração dos instrumentos de pesquisa, guia, inventário e catálogo para os documentos sonoros do Arquivo FIDENE, foi iniciada a descrição arquivística através da plataforma digital online ICA-AtoM. Uma das principais finalidades da aplicação do ICA-AtoM é a difusão e a disponibilização das informações registradas nos documentos. A ferramenta caracteriza-se como um canal de comunicação e interação entre a instituição arquivística e os usuários dos

arquivos, além de automatizar o processo de descrição e possibilitar o intercâmbio de informações entre instituições. Por outro lado, o

sistema auxilia ao cumprimento das funções social e cultural inerentes às unidades de informação, uma vez que garante o direito à cidadania por meio do pleno acesso à informação sem restrições geográficas, temporais ou idiomáticas (RAMOS ET AL, 2015, p. 6).

Para o Museu Antropológico Diretor Pestana a adoção de uma ferramenta informática como tal, surge como requisito para atender as necessidades de representação e recuperação da informação para os seus usuários, além de introduzir a descrição arquivística segundo normas internacionais e nacionais de forma automatizada. O ferramental do aplicativo de informática, tendo em vista a normalização da descrição arquivística, permite além do mais, a apresentação de uma hierarquização das descrições que refletem o quadro de arranjo orgânico do acervo, relacionando diretamente as funções exercidas pela e na instituição produtora. Ao usuário é possível ter a compreensão do contexto de criação do documento e seu valor histórico-cultural, permitindo a preservação dos documentos originais, que nesta plataforma são substituídos pelos objetos digitais para a consulta do usuário, evitando-se o manuseio dos originais.

Ainda é possível ressaltar que a compatibilidade do software com a NOBRADE, como instrumento online de descrição, difusão e acesso, o ICA –AtoM constitui-se em uma ferramenta de aplicação crescente na Arquivologia e em instituições custodiadoras de acervos, de modo que sua aplicação caracteriza-se como potencializador do Patrimônio cultural e configura-se numa nova dimensão, aproximando o usuário ainda mais do arquivo.

Uma aplicação válida do software e que pode render bons frutos não somente para a instituição de arquivo como para o usuário, é a possibilidade de participar diretamente nos processos de descrição arquivística, podendo alimentar as descrições e contribuindo para o enriquecimento das informações do acervo. Uma forma de processo colaborativo na descrição arquivística, com a participação de historiadores, comunidade, pesquisadores, arquivistas e demais na inserção de informações na base de dados do ICA-AtoM provendo continuamente as descrições dos acervos.

O desenvolvimento deste software em torno de norma internacionais (ISAD (G), ISDIAH, ISAAR (CPF)) do conselho Internacional de arquivos – CIA, é o que o

torna flexível para acomodar outras práticas de descrição e intercambiar informações de instituições custodiadoras de acervos, promovendo o diálogo entre elas.

O software possibilita hoje para as atividades de descrição arquivística, uma forma de comunicação além da tradicional, proporcionando difusão e acesso, além da possibilitada pelo instrumento de pesquisa tradicional e impresso. Pode-se entendê-lo diante da descrição contemporânea, como agente transformador, um plano de fundo para as atividades de descrição, difusão e acesso via web da informação. O software não é o elemento mais importante na atividade de descrição e não substitui as atividades de descrição, mas é o que possibilita uma nova visibilidade à descrição Arquivística, no momento em que divulga, dá acesso e rompe barreiras tradicionais de comunicação, proporcionando acesso simultâneo sobre acervos de múltiplos arquivos, maximizando a eficiência e a efetividade nas pesquisas.

Os produtos decorrentes da descrição arquivística são muitos, e ao arquivista cabe estabelecer em programa descritivo quais serão os dispositivos utilizados. No entanto, com o advento da internet e seus variados usos como plataforma de divulgação, as instituições estão cada vez mais utilizando de seus recursos para dar visibilidade aos seus arquivos. Esses dispositivos tecnológicos ampliaram e modificaram os perfis dos usuários e a forma como estes realizam suas pesquisas.

Para Oliveira (2006, p. 112) “os usuários buscam distintas informações para atender múltiplos objetivos de pesquisa” e a compreensão desse cenário tem possibilitado o avanço da Arquivologia no uso de ferramentas tecnológicas para subsidiar as atividades de descrição.

Com a internet,

os serviços virtuais podem ser considerados como uma quebra de paradigma no campo da Arquivologia, pois as informações arquivísticas passam a ser disponibilizadas “extra-muros”, rompendo-se a barreira do espaço e do tempo. Vale ressaltar que, embora os serviços de informação passem a ser disponibilizados em novos formatos, eles não sobrepõem os formatos tradicionais. Ambos continuam a existir, cada um com suas especificidades e utilidades (SÁ, 2005, p. 108).

Diante desses conceitos o cenário que se cria é a disponibilização e difusão dos serviços de arquivos também através da internet, sempre precedidas pela organização física e intelectual, previamente. Em acordo com as palavras de

Rockembach (2015, p. 99) “em vez de trazer os usuários à instituição, levar a instituição até os usuários com a aplicação de tecnologias da informação e a digitalização dos conteúdos”. Por isso é preciso pensar

os sistemas informacionais, neste caso aqueles que tratam da informação orgânica – tradicionalmente os arquivos, mas também sob novas configurações, sobretudo digitais – a partir de novas perspectivas: científicas, tecnológicas e sistêmicas. Nossa abordagem vai ao encontro de uma difusão que considere estas perspectivas e os avanços teóricos que procurem aproximar a informação do usuário, tornando-a cada vez mais acessível (ROCKEMBACH, 2015, p.114)

De posse desses entendimentos, esta pesquisa foi desenvolvida de modo a viabilizar institucionalmente a instalação do software ICA-AtoM, como meio de favorecer a descrição, difusão e acesso da representação das informações contidas nos documentos.

Passadas discussões sobre as possibilidades e retornos, houve o entendimento da sua importância para a difusão e o acesso dos acervos ao pesquisador institucionalmente como já relatado no capítulo que trata da instalação institucional do ICA-AtoM, de importância percebidas pela Direção do Museu e pela Coordenadoria de Informática, unidade responsável pelo gerenciamento dos sistemas de informação, gestão e administração na FIDENE.

O software foi então instalado com link vinculado ao website da instituição, <http://atom.unijui.edu.br> com logins de acesso ao Museu como utilizadores para a interação. Além do login geral oferecido pela administração da Coordenadoria de Informática, foi criado um login de administrador para a arquivista alimentar o software com as informações da pesquisa, (sandra.schinwelski@unijui.edu.br), Figura 31, a fim de evitar interferências nos registros.

Figura 31 - Tela do ICA-AtoM com os grupos de utilizadores cadastrados

Lista de utilizadores

Pesquisar utilizadores

Mostrar apenas os ativos Mostrar apenas os inativos

Nome do utilizador	Email	Grupo de utilizadores
Jaqueline Michael	jaqueline.michael@unijui.edu.br	<ul style="list-style-type: none"> autenticado editor
madp	madp@unijui.edu.br	<ul style="list-style-type: none"> autenticado administrador
Redes	redes@unijui.edu.br	<ul style="list-style-type: none"> autenticado administrador
Sandra Schinwelski Maldaner	sandra.schinwelski@unijui.edu.br	<ul style="list-style-type: none"> autenticado administrador

Adicionar novo

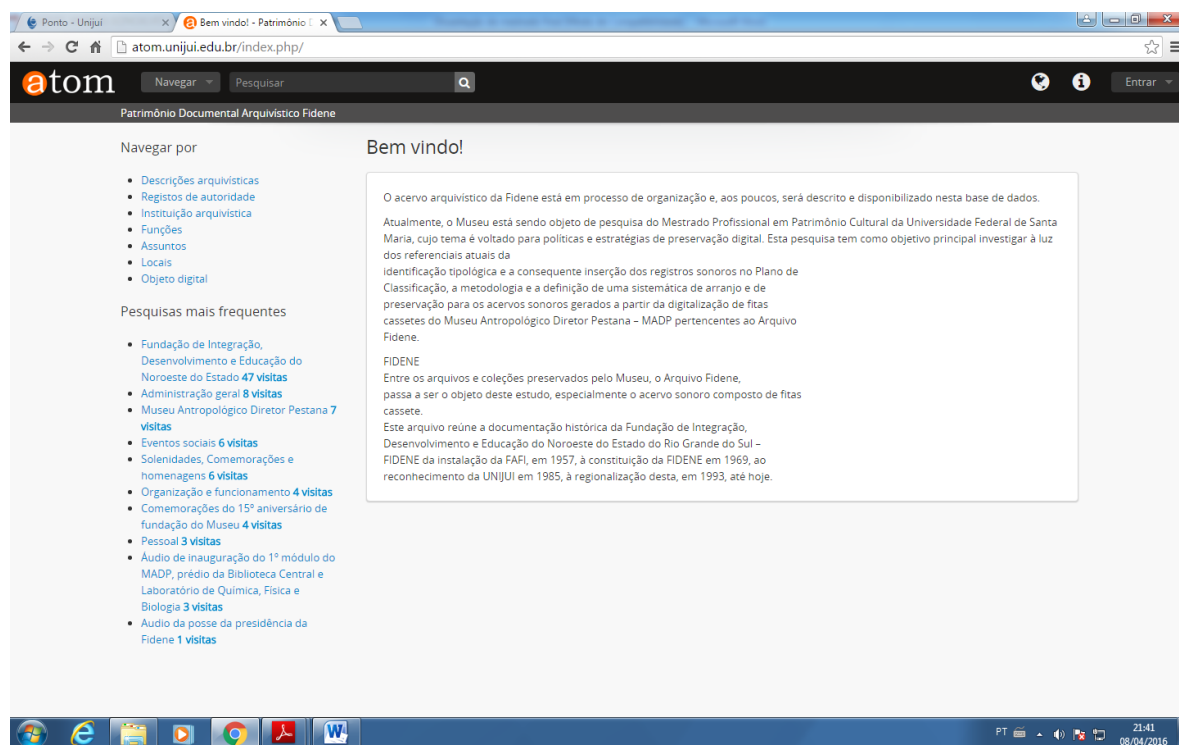
TRADUZIR A INTERFACE DO UTILIZADOR

PT 20:50 08/04/2016

Fonte: acervo da autora

Após a sua instalação foi iniciada a configuração e edição do software, personalizando-o de acordo com os objetivos da pesquisa e a instituição custodiadora. Neste sentido foram editados os títulos e informações sobre o projeto. O texto principal, Figura 32, que se encontrava em inglês também foi substituído de maneira a demonstrar os objetivos da pesquisa de mestrado:

Figura 32 - Tela inicial do ICA-AtoM do MADP personalizada



Fonte: acervo da autora

No ICA –AtoM é possível navegar por sete abas de pesquisa a saber: descrição arquivística, registros de autoridade, instituição arquivística, funções, assuntos, locais e objeto digital. Para realizar as descrições foram utilizados os menus descrições arquivísticas para descrever a instituição custodiadora, o fundo documental, as séries e os itens documentais.

11.4.1 Descrição da Instituição Arquivística

Sabe-se que segundo a Nobrade, os pressupostos básicos para realizar a descrição arquivística, são o respeito aos fundos e a descrição multinível, do geral para o particular, a fim de demonstrar a hierarquia do fundo documental e suas partes. Deste modo, a descrição inicia-se pelo acervo da entidade custodiadora (nível 0), seguido do fundo ou coleção (nível 1), para a seção (nível 2), a série (nível 3), o dossiê ou processo (nível 4) e até chegar no nível de item documental (nível 5).

O Museu Antropológico Diretor Pestana foi descrito como Instituição Arquivística caracterizada como entidade custodiadora de acervos, segundo a ISAAR (CPF), conforme Figura 33.

Figura 33 - Tela do ICA-AtOM com a descrição da Instituição Arquivística

The screenshot displays the website for the Museu Antropológico Diretor Pestana. The browser address bar shows the URL: `atom.unijui.edu.br/index.php/museu-antropologico-diretor-pestana-madp?sf_culture=pt_BR`. The page features a logo on the left and a main content area with the following sections:

- Área de identificação:**
 - Identificador: BR RSMADP
 - Forma autorizada do nome: Museu Antropológico Diretor Pestana
 - Formal(s) paralela(s) de nome: MADP
 - Tipo: Particular
- Área de contato:**
 - Contato principal: Stela Mariz Zambiasi de Oliveira
 - Endereço (rua): Rua Germano Gressler, 96
 - Localidade: Ijuí
 - Região: Rio Grande do Sul
 - Nome do país: Brasil
 - CEP: 98700000
 - Telefone: 55 3332-0243
 - E-mail: zambiasi@unijui.edu.br
 - URL: <https://www.unijui.edu.br/museu>
- Área de descrição:**
 - historia: O Museu Antropológico Diretor Pestana, mantido pela Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado - Fidene, foi criado em 25 de maio de 1961, junto ao Centro de Estudos e Pesquisas Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e ...

Additional details include a 'Limite de upload' of 1.85 GB and a search bar for holdings. The system tray at the bottom shows the date and time as 19:19 on 21/04/2016.

Fonte: acervo da autora

Os campos descritos para a Instituição Arquivística foram a área de identificação, área de contato, área de descrição, área de acesso, área de serviços, área de controle e pontos de acesso.

A descrição da área de identificação da instituição arquivística foi iniciada com o código Codearq identificador da instituição gerado pelo Conarq, forma autorizada do nome, forma paralela e tipo de instituição. Na área de contato foram inseridas informações como contato principal da instituição, endereço, telefone, e-mail e página eletrônica. Na área de descrição forma inseridas informações quanto a história do Museu, estrutura administrativa, prédios, acervo, instrumentos de pesquisa, guias e publicações. Na área de acesso foram inseridas informações quanto aos horários de funcionamento e agendamentos. Na área de serviços foram inseridas informações sobre os serviços de pesquisa e de reprodução. Na área de controle foram descritas informações referentes ao identificador de descrição, identificador da instituição, o estado da descrição, data da criação, revisão e eliminação, idioma, fontes e notas de manutenção. E por fim, informes sobre pontos de acesso.

11.4.2 Registro de autoridade

Após a descrição da instituição arquivística foi realizado o registro de autoridade, Figura 34, a fim de identificar o nome do produtor dos documentos. Os campos descritos foram a área de identificação, área de descrição e área de controle.

Figura 34 - Tela do ICA – AtoM com o registro de autoridade

The screenshot displays the AtoM interface for the 'Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado'. The main content area is divided into three sections:

- Área de identificação:**
 - tipo de entidade: Entidade coletiva
 - Forma autorizada do nome: Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado
 - Forma(s) paralela(s) de nome: FIDENE
 - Identificadores para entidades coletivas: FIDENE
- Área de descrição:**
 - datas de existência: 1957
- Área de controle:**
 - Identificador da descrição: FIDENE
 - Identificador da instituição: Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado
 - Estado: Versão preliminar
 - Nível de detalhe: Completo

At the bottom of the interface, there are buttons for 'Editar', 'Apagar', and 'Adicionar Novo'. The system tray at the bottom right shows the date and time as 20:01 on 21/04/2016.

Fonte: acervo da autora

O registro de autoridade, segundo a ISAAR (CPF), objetiva viabilizar a identificação do produtor nas descrições arquivísticas, e fornecendo regras gerais para a normalização de descrições arquivísticas de produtores de documentos e do contexto da produção de documentos.

Na área de identificação foram descritas informações quanto ao tipo de entidade, forma autorizada de nome, forma paralela de nome e identificadores para entidades coletivas. Na área de descrição foram inseridas informações relacionadas à data de existência; *status* legal; funções ocupações e atividades e contexto geral. Na área de controle, foram inseridas sobre o identificador da descrição, identificador da instituição, o estado da descrição, o nível de detalhe, a data de criação, revisão e eliminação e notas de manutenção.

Foi descrita uma autoridade arquivística que corresponde ao Fundo FIDENE, que corresponde à mantenedora FIDENE.

11.4.3 Descrição do Fundo Arquivo Fidene

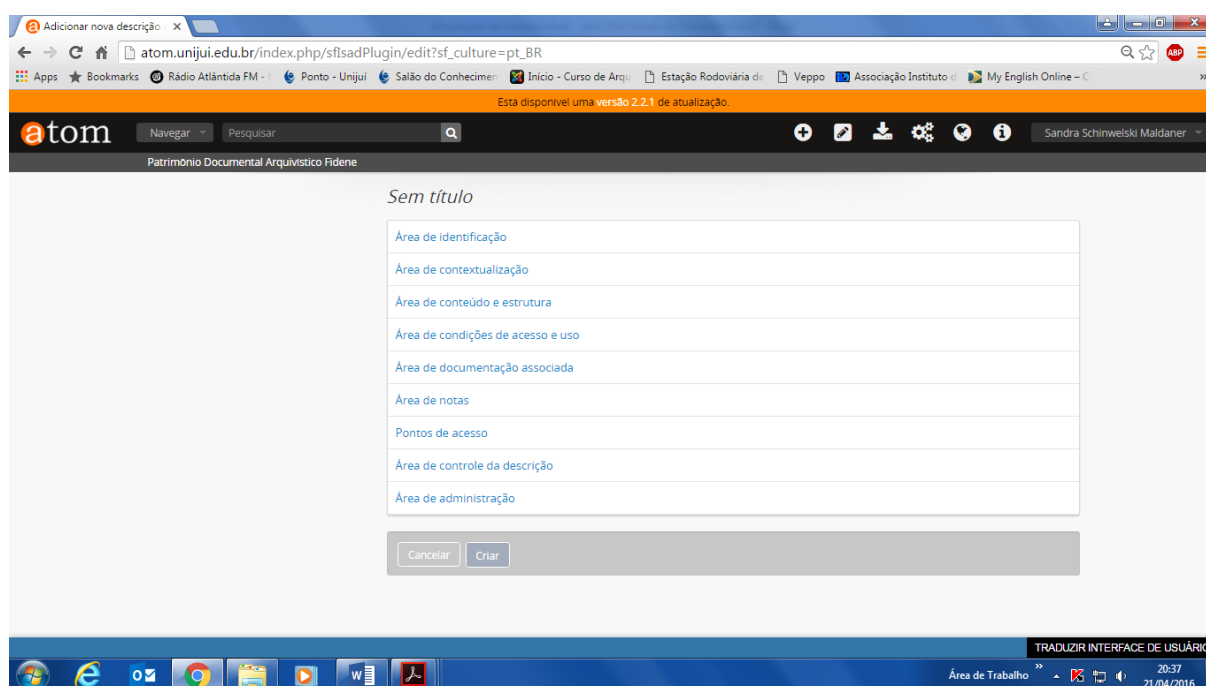
Após o registro de autoridade, foi iniciada a descrição do Fundo Arquivo FIDENE.

A descrição dos fundos no *ICA-AtoM (AtoM)* segue a norma ISAD(G), padrão internacional de descrição arquivística, como visto no subcapítulo 11.2, quando discutido acerca da descrição arquivística e normalização para elaboração de instrumentos de pesquisa.

Na descrição desta pesquisa foi adotado um padrão de descrição em acordo com a ISAD (G) e a NOBRADE. Sabe-se que a ISAD (G) é padrão internacional, enquanto a NOBRADE estabelece diretivas para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD(G) e ISAAR(CPF).

A ISAD (G), possui 26 elementos de descrição, identificados como áreas, a saber: área de identificação, área de contextualização, área de conteúdo e estrutura, área de condições de acesso e de uso, área de fontes relacionadas, área de notas e área de controle da descrição. Destes 26, são considerados essenciais para o intercâmbio internacional de informação descritiva de acordo com a Norma, o código de referência, título, produtor, data(s), dimensão da unidade de descrição, e o nível de descrição. A diferença da Nobrade é que está possui um nível a mais, o nível 0, da instituição custodiadora, uma área a mais de descrição, a área de pontos de acesso e descrição de assuntos e mais dois elementos de descrição, 6.1 Notas sobre conservação e 8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos. Ao observar as duas normas, percebe-se que a plataforma do ICA-AtoM, Figura 35, contempla esses pontos acima citados pela NOBRADE, estando em total conformidade com a normalização da descrição arquivística nacional e internacional.

Figura 35 - Tela do ICA-AtoM com as áreas de descrição

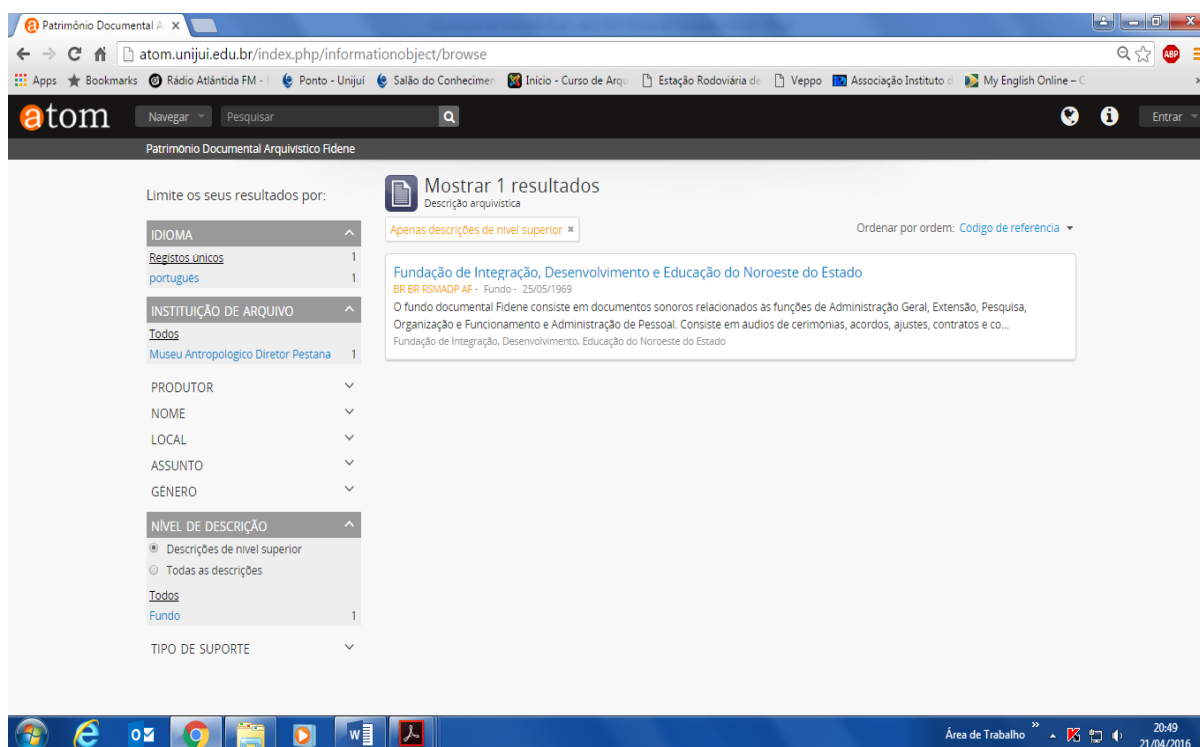


Fonte: acervo da autora

A descrição do Fundo Arquivo FIDENE, procurou atingir o maior número de informações possíveis nas áreas de descrição, de modo que seja o mais completa possível para o usuário. Ao realizar a descrição do fundo, a hierarquia dos níveis de descrição é inserida, momento em que são inseridas as séries e os demais níveis de descrição sucessivamente. É importante lembrar que após alguns minutos com a página inativa, cerca de 20 minutos, também já mencionado na pesquisa de Hedlund (2014, p. 109), a sessão do usuário termina no momento que são salvas as descrições, se a página estiver inativa por muito tempo, as descrições serão perdidas. Portanto, recomenda-se salvar a página seguidamente ou trabalhar com planilhas em excel e ir inserindo as informações para não perder toda a descrição e ter que iniciar do zero.

Após finalizada a descrição do Fundo, é possível visualizar a descrição, Figura 36.

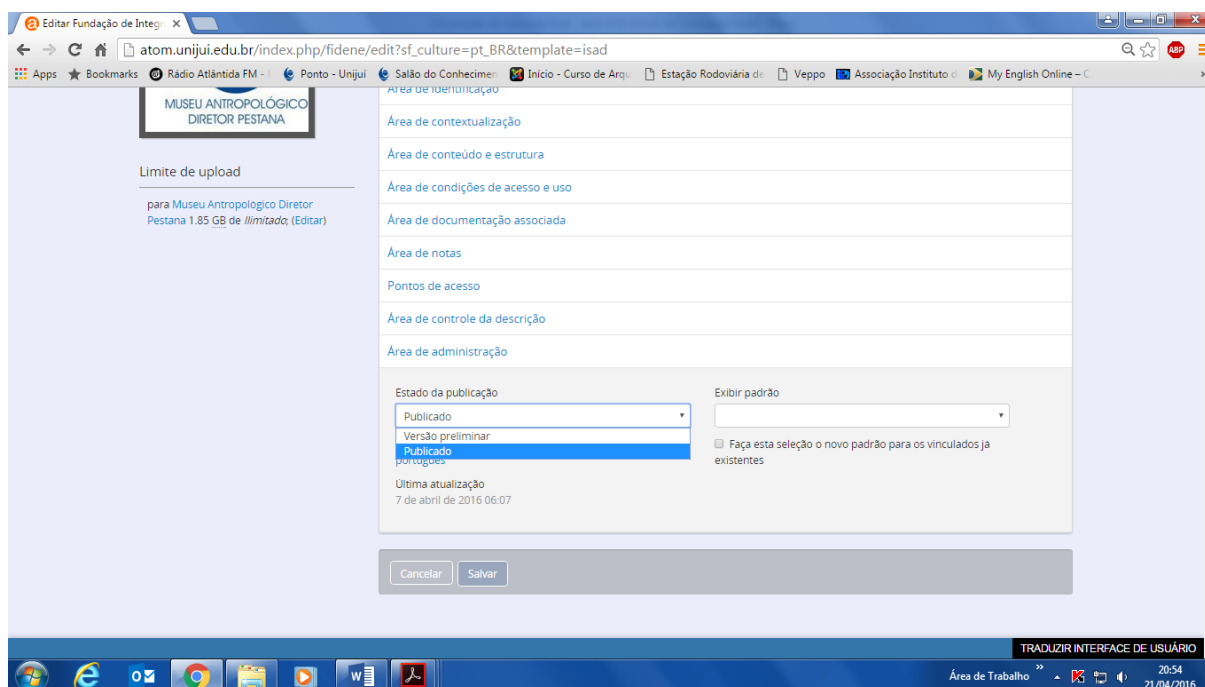
Figura 36 - Tela do ICA-AtoM com o resultado do Fundo descrito



Fonte: acervo da autora

Ao realizar o preenchimento dos campos na plataforma ICA-AtoM, para a descrição do fundo, na área de administração, há a opção de “estado de publicação”, Figura 37, em selecionar publicado, permite-se acesso público às descrições, disponibilizando-as aos usuários e publicizando as informações inseridas na plataforma.

Figura 37 - Tela do ICA-AtOM com o estado de publicação



Fonte: acervo da autora

Ao consultar o fundo na plataforma, ao pesquisador todas os níveis de descrição ficam disponíveis, evidenciando-se a hierarquia da descrição e do fundo.

11.4.4 Descrição do nível série e subsérie

Assim como a descrição, segundo a normalização, a elaboração dos instrumentos de pesquisa deve seguir uma hierarquia de acordo com o arranjo documental estabelecido. Estes instrumentos se definem em função da maior ou não profundidade de descrição. Ao descrever em nível de série, os inventários, segundo Lopez, são

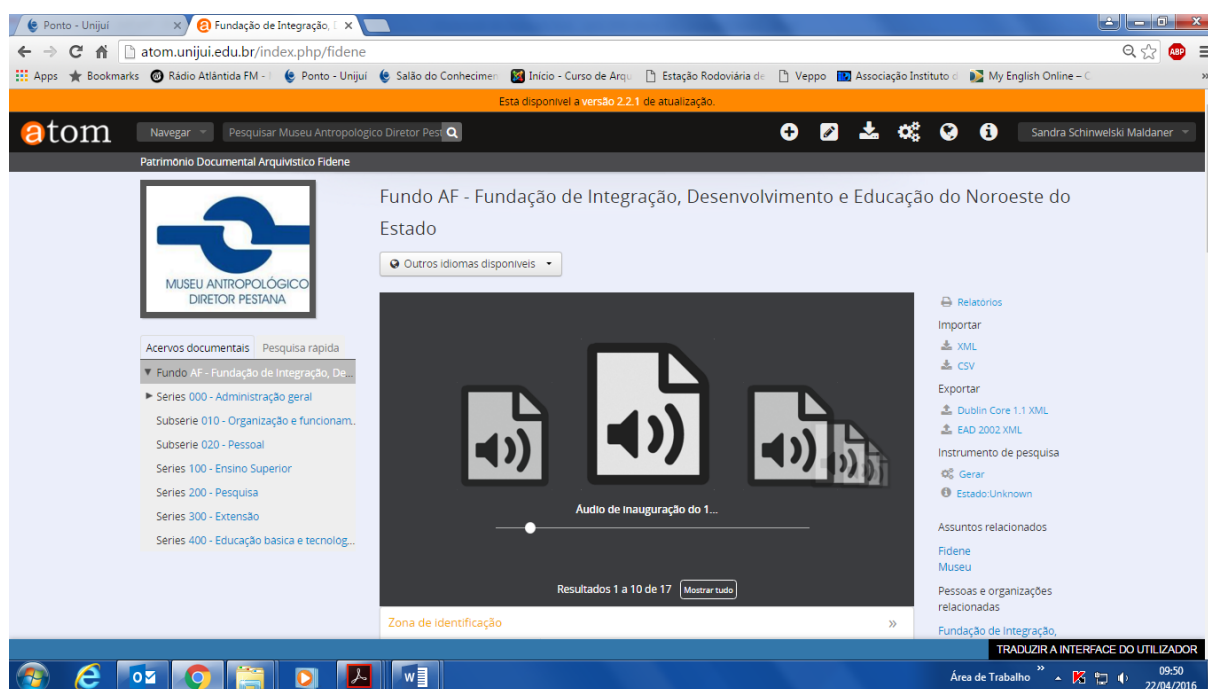
pela ordem hierárquica dos níveis da classificação, os instrumentos de pesquisa que se seguem ao guia. Eles buscam oferecer um quadro sumário de um ou mais fundos ou coleções. O objetivo é descrever as atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume de documentos, as datas-limite e os critérios de classificação e de ordenação (LOPEZ, 2002, p. 29).

Nesta pesquisa optou-se em descrever todas as séries e subséries, atendendo a todos os níveis do fundo Arquivo FIDENE de documentos sonoros. No entanto, para a elaboração do catálogo, foi eleita uma série documental de acordo

com a representatividade histórica e probatória para os usuários e comunidade Fideniana.

No ICA-AtoM ao inserir a descrição do fundo documental, nível 1, são apresentadas todas as hierarquias, ou seja, momento em que devem ser inseridas as séries, subséries, dossiê até chegar ao item documental, para que sejam feitos os devidos relacionamentos hierárquicos do fundo. A grosso modo, é respeitar a hierarquia de pai para filho, descrevendo assim essa ação, ter-se-á a árvore genealógica da família. A Figura 38, apresenta o nível de série e subsérie do Fundo Arquivo FIDENE.

Figura 38 - Tela do ICA-AtoM com os níveis de série e subsérie do fundo



Fonte: acervo da autora

Ao clicar nas séries, é possível acessar suas descrições.

11.4.5 Descrição dos níveis inferiores à série e subsérie e inserção do objeto digital

Ao descrever os níveis inferiores à série e subsérie, para a elaboração do catálogo, último instrumento de pesquisa elaborado como produto do mestrado, foi eleita a série Administração Geral e suas subséries, descrevendo unitariamente os

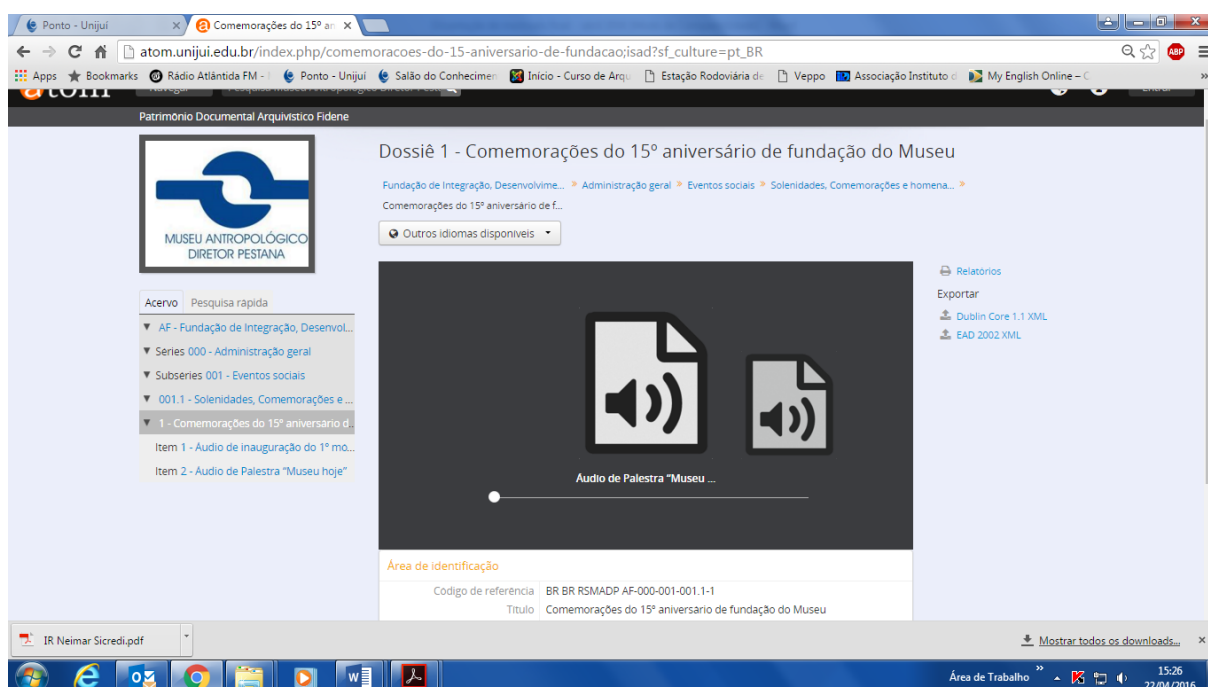
itens documentais. Para Bellotto (2006, p. 202), o catálogo “é o instrumento que descreve unitariamente as peças documentais de uma série ou mais séries, ou ainda um conjunto de documentos, respeitada ou não a ordem de classificação”.

Segundo a Nobrade, (CONARQ, 2006, p.11)

Nem todos os níveis precisam ser implementados: o nível 0 é útil para descrições gerais da totalidade do acervo de uma entidade custodiadora; o nível 0,5 somente cabe quando a entidade custodiadora dispõe de subunidades administrativas que custodiam acervos e dão acesso a eles em diferentes endereços; os demais níveis são utilizados de acordo com a estrutura de arranjo do fundo/coleção. Cabe observar, porém, que o nível de descrição 5 tem como requisito a existência do nível 4. Em outras palavras, itens documentais só poderão ser descritos como parte integrante de dossiês/processos. Como a definição dos níveis se dá a partir de uma estrutura hierárquica, deve-se entender o item documental como um nível e não como um documento, assim como um dossiê/processo pode ser constituído de um único documento.

Para a descrição no ICA-AtoM do nível de item documental, Figura 39, nível 5, é necessário porém, que o nível de descrição 4 tenha sido inserido e descrito anteriormente, é requisito fundamental.

Figura 39 - Tela do ICA-AtoM com a descrição do item documental



Fonte: acervo da autora

Após cadastrado o dossiê ou processo, para a subsérie, é possível inserir o item documental no ICA-AtoM, Figura 40, e sua descrição arquivística, criando a relação hierárquica ao dossiê ou processo.

Figura 40 - Tela do ICA-AtoM com a descrição do item documental e objeto digital

The screenshot displays the ICA-AtoM web interface. At the top, the browser address bar shows the URL: `atom.unijui.edu.br/index.php/audio-de-inauguracao-do-1-modulo-do-madp-predio-da-biblioteca-central-e-laboratorio-de-quimica-fisica-e-biologia-1`. The page title is "Item 1 - Áudio de inauguração do 1º módulo do MADP, prédio da Biblioteca Central e Laboratório de Química, Física e Biologia".

On the left side, there is a navigation menu with the following items:

- Acervo
- Pesquisa rápida
- AF - Fundação de Integração, Desenvol...
- Séries 000 - Administração geral
- Subseries 001 - Eventos sociais
- 001.1 - Solenidades, Comemorações e ...
- 1 - Comemorações do 15º aniversário d...
- Item 1 - Áudio de inauguração do 1º mo...
- Item 2 - Áudio de Palestra "Museu hoje"

The main content area features a central audio player with a play button and a progress bar. To the right of the player, there are options for "Relatorios" and "Exportar", including "Dublin Core 1.1 XML" and "EAD 2002 XML".

Below the audio player, there is a section titled "Área de identificação" containing a table with the following data:

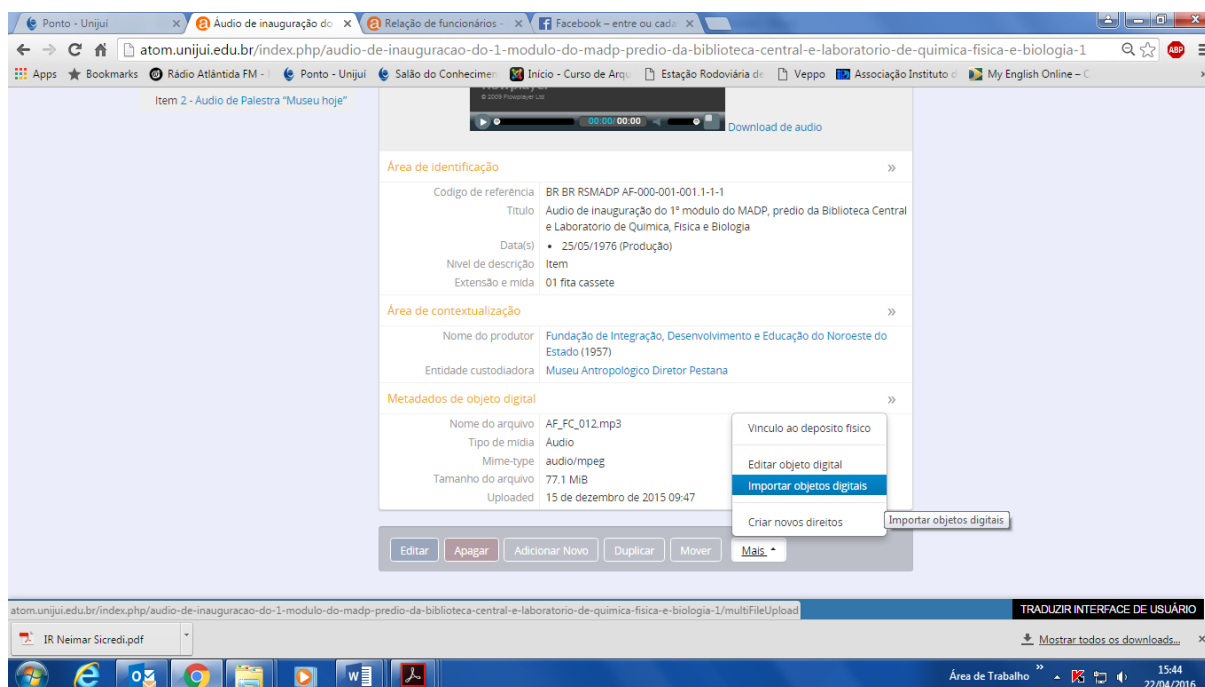
Código de referencia	BR BR RSMADP AF-000-001-1-1-1
Título	Áudio de inauguração do 1º módulo do MADP, prédio da Biblioteca Central e Laboratório de Química, Física e Biologia
Data(s)	25/05/1976 (Produção)
Nível de descrição	Item

The bottom of the screenshot shows the Windows taskbar with the system clock indicating 15:40 on 22/04/2016.

Fonte: acervo da autora

Após a descrição do item documental foi realizada a importação do objeto digital, Figura 41. Na opção mais no modo editar, no canto direito inferior da descrição do item no ICA-AtoM é aberta a função "Importar objetos digitais".

Figura 41 - Tela do ICA-AtoM de importação de objetos digitais



Fonte: acervo da autora

A inserção do objeto digital dos áudios, no ICA-AtoM, conforme discutido no capítulo acerca dos formatos de arquivo gerados a partir do processo de digitalização, é a derivada de acesso em formato mp3, destinada ao usuário final para visualização em tela ou download e anexada à devida descrição arquivística no software.

Segundo o Manual do ICA-AtoM traduzido por Pavezi, quanto ao *upload* de objetos digitais, o

ICA-AtoM permite ao usuário fazer upload de objetos digitais, tais como imagens digitalizadas, arquivos de imagem, de som e movimento, e outros itens digitalizados ou de origem digital. Cada objeto digital deve ser associado a uma descrição arquivística, normalmente no nível de arquivo ou item (PAVEZI, 2013, p. 72).

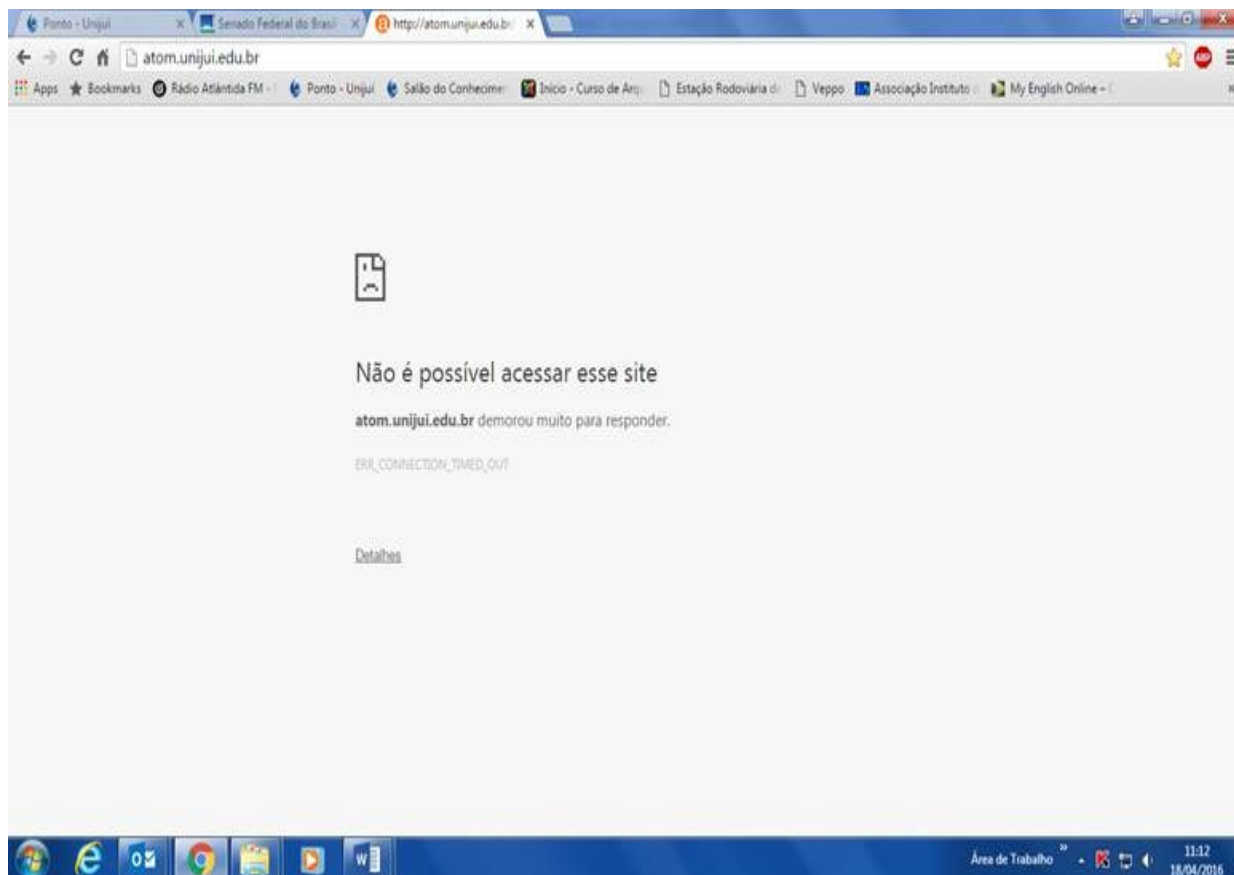
É possível carregar qualquer formato de arquivo na plataforma¹⁹, porém esses formatos somente podem ser vistos ou executados diretamente no ICA-AtoM. Para os formatos não suportados pelo software, é necessário que o usuário clique no objeto e faça o download para o seu computador, supondo-se que o usuário tenha o software necessário para abrir o arquivo, para ser visto ou tocado.

¹⁹ Para consultar os formatos aceitos pelo software, verificar em: https://wiki.ica-atom.org/File_formats

A inserção dos objetos digitais na plataforma, inicialmente apresentou alguns problemas, pois o processo de inserção do objeto digital era muito demorado e era exibida a seguinte mensagem de erro na página “gateway time-out”, ou seja, tempo de limite excedido para importação. Esse problema foi verificado pela Coordenadoria de Informática e testada a sua solução. Foram pesquisadas soluções junto ao grupo de usuários do ICA-AtoM, disponível pelo website <https://groups.google.com/forum/?hl=pt-BR#!forum/ica-atom-users>, atendida e respondida por Dan Gillean, Gerente Programador da Artefactual Systems. Segundo as orientações de Dan Gillean, esses problemas estavam ocorrendo, muito provavelmente porque os arquivos em mp3 eram muito grandes para a interface. Foi então verificada a capacidade de upload configurada da plataforma, esta era menor que os arquivos a serem importados. Essa alteração foi feita diretamente nas configurações do ICA-AtoM, porém não solucionou o problema. Também foi consultado o grupo de pesquisa de pesquisa CNPq GED/A da UFSM, e a orientação foi de alterar a capacidade de upload, de tamanho do arquivo junto ao servidor. Essas informações foram repassadas para a Coordenadoria de Informática, que prontamente realizou o ajuste, pois o acesso de administrador do servidor é de responsabilidade desta unidade.

Ainda é válido mencionar, que no mês de abril, a plataforma apresentou problemas, não permitindo o acesso ao ICA-AtoM, Figura 42.

Figura 42 - Tela do ICA-AtoM indisponível para acesso



Fonte: acervo da autora

A Coordenadoria foi mais uma vez acionada e o problema estava relacionado à máquina na qual o software foi instalado no servidor. Foi executada a recuperação física dos discos e a máquina foi reativada. Como forma de segurança, principalmente porque não foi adotado um repositório arquivístico digital confiável, todas as vezes que são feitas inserções de descrição arquivística na plataforma, são executados backups manuais das descrições no software. Estes backups são salvos pela arquivista na rede local disponível para o Museu e que possui backup institucional diário dos arquivos salvos no H.

O fato acima mencionado que ocasionou a não funcionalidade do ICA-AtoM, conforme resposta da Gerencia da Coordenadoria de Informática assim informado à Direção do Museu via telefone e via e-mail à arquivista, foi devido ao software ter sido instalado em um computador da Coordenadoria mais antigo, o que segue: “Estamos verificando, pois a máquina não está reconhecendo os discos rígidos, esta acusando defeito, estamos verificando”. E quanto a instalação foi informado o

seguinte: “Em relação a máquina que esta em teste com o IcaAtom, passamos desde ontem rodando a recuperação física dos discos, e esta manhã conseguimos reativar a máquina e os dados. Como trata-se de um micro antigo, ele pode apresentar novos problemas, desta forma sugiro fazer copia de segurança dos dados através da interface do software, para não perder os dados que lá estiverem”.

Diante destes acontecimentos, foi sugerido que seja verificado o que necessário para instalar o software com equipamentos novos, espaço para armazenamento e definição de quais documentos ali serão dispostos pelo Museu e demais unidades, para que seja incluído no orçamento geral do Museu e FIDENE, a fim de contemplar com recursos financeiros internos ou através de projetos externos de financiamento. Neste momento a instituição não dispõe de recursos para investir neste projeto. O e-mail destas tratativas e problemas ficou salvo junto a pasta de registros e ocorrências do projeto de mestrado no H (pasta de documentos do Museu), para fins de informação.

Superadas estas dificuldades de instalação e configuração, o software está em funcionamento.

11.4.6 Geração e exportação dos relatórios no ICA-AtoM

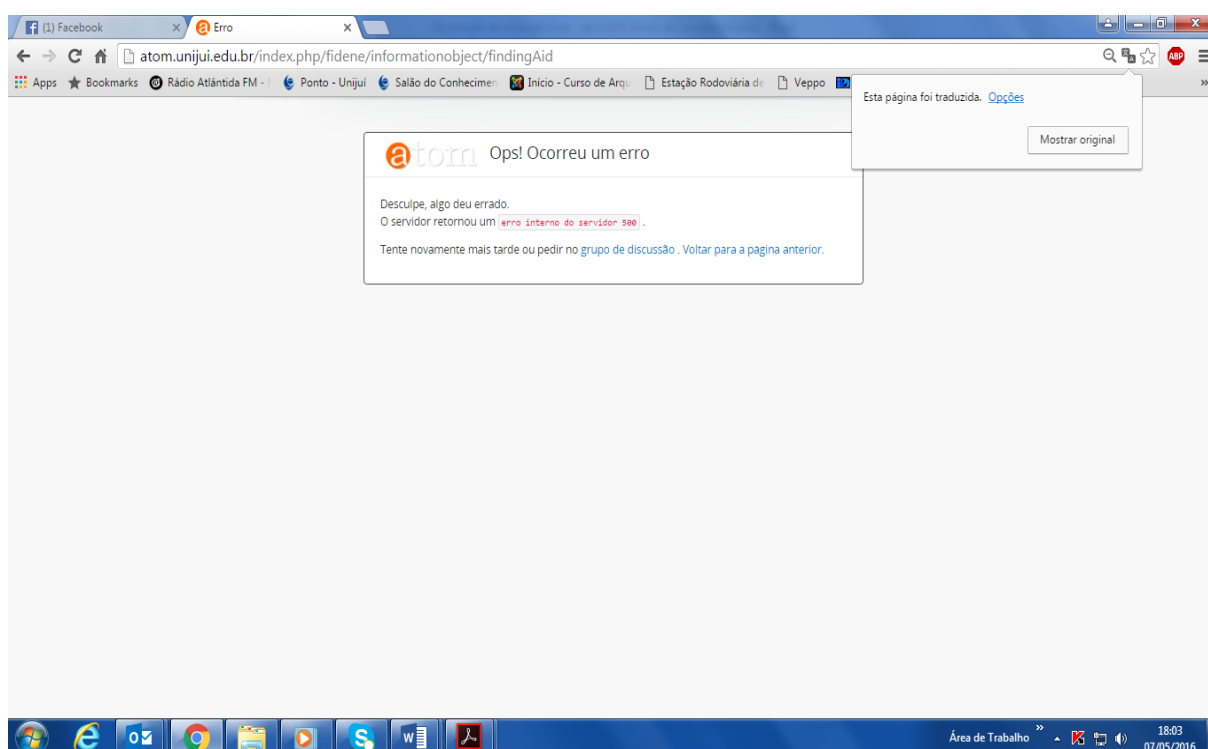
Finalizadas as etapas de descrição arquivística para a geração dos instrumentos de pesquisa, guia, inventário e catálogo, foram gerados os relatórios de exportação das descrições arquivísticas que compõem o corpus dos instrumentos de pesquisa elaborados para o Museu Antropológico Diretor Pestana. Inicialmente serão disponibilizados alguns exemplares impressos por conta dessa pesquisa para o Museu, e a impressão gráfica de mais números poderá ser requisitada pelo Museu para distribuição interna aos pesquisadores e disponibilização local para pesquisa e então realizada por uma gráfica, podendo vir a constituir uma publicação pela Coleção do Museu Antropológico Diretor Pestana. Também estes instrumentos serão disponibilizados de forma *online* no ICA-AtoM (AtoM). A disponibilização *online* e impressa, constitui-se na última etapa da pesquisa.

É necessário apontar que durante o processo de geração dos instrumentos pesquisa através do ICA-AtoM, alguns foram encontradas. Ao testar e iniciar a exportação das descrições no ICA-AtoM, o software não permitiu a geração dos instrumentos. Foram realizados contatos com a equipe do grupo de pesquisa CNPQ

GED/A e foram revisados todos os itens de configuração no ICA-AtoM que a arquivista possuía acesso com o login de administrador. Nada diferente que impossibilitasse a geração dos instrumentos foi detectado.

A tela de erro apresentada durante a geração dos relatórios, foi a seguinte, Figura 43:

Figura 43 - Tela do ICA-AtoM com erro na geração do instrumento de pesquisa



Fonte: acervo da autora

A Coordenadoria de Informática foi comunicada para verificar o problema. Também foi realizado contato por parte da arquivista com o grupo de usuários do ICA-AtoM, Google. Groups através do Fórum. Neste momento a instituição estava com uma versão desatualizada do ICA-AtoM, a versão 2.2.1 já estava disponível.

As orientações que vieram via e-mail do Dan Gillea²⁰, MAS, MLIS AtoM Program Manager da Artefactual Systems, Inc. do grupo de usuários do ICA-AtoM, foram no sentido de que poderia estar faltando durante o processo de instalação um plug-in e que seria mais aconselhável atualizar a versão do ICA-AtoM. Estas

²⁰ Disponível em: <[https://groups.google.com/forum/?hl=pt-BR#!searchin/ica-atom-users/sandra\\$20schinwelski\\$20maldaner/ica-atom-users/mUISD31o7kE/vPajCsqBEAAJ](https://groups.google.com/forum/?hl=pt-BR#!searchin/ica-atom-users/sandra$20schinwelski$20maldaner/ica-atom-users/mUISD31o7kE/vPajCsqBEAAJ)>.

informações foram repassadas à Coordenadoria de Informática, que verificou a instalação e procedeu a atualização da versão do software, ficando alguns dias indisponível para acesso. No entanto, o problema persistiu. Diante da impossibilidade da Coordenadoria dedicar tempo a estes problemas, devido a uma série de demandas internas na FIDENE, optou-se em editar as descrições em planilhas de excel e word para gerar os instrumentos de pesquisa, e posteriormente, de acordo com a disponibilidade da equipe de Informática, tentar novamente resolver este problema para concluir todas as edições necessárias na plataforma. Atualmente o link está disponível para o pesquisador, o problema relatado é de geração dos instrumentos de pesquisa.

Por fim, os instrumentos de pesquisa produzidos deverão ser inseridos no *ICA-AtoM (AtoM)* em PDF-A, como documentos arquivísticos decorrentes das atividades e funções do arquivo, fazendo constar no Quadro de Arranjo - QA, Plano de Classificação de Documentos – PCD's e Tabela de Temporalidade documental - TTD.

11.5 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO ATRAVÉS DO ICA-ATOM

A Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação, LAI, foi criada com o propósito de regulamentar o direito ao acesso estabelecido na Constituição Federativa do Brasil aos cidadãos quanto as informações públicas, sendo aplicável a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A abrangência da LAI envolve os órgãos e entidades públicas de todos os poderes e de todos os agentes federativos, inclusive entidades privadas sem fins lucrativos que recebem ou receberam recursos públicos.

Preconiza a Lei uma ação democrática no Brasil, com maior participação do cidadão nos processos e prevenção de corrupção e ilegalidades, obrigando indiretamente os governos a um maior controle nas ações, possibilitando o acesso da sociedade às informações públicas e conseqüentemente uma melhor gestão pública. De acordo com a LAI fica evidenciado que a publicidade é o princípio geral e o sigilo a exceção, a informação deve acontecer de forma ágil, transparente, clara e de fácil compreensão e a divulgação de informações de interesse público deve ocorrer independente de solicitações, bem como a gestão da informação deve ser transparente e propiciar o amplo acesso. Isso tudo significa transparência ativa das

informações independente de solicitação, pois parte-se do princípio que a divulgação das informações, a menos que sejam classificadas com grau de sigilo, sejam de por iniciativa própria, utilizando de serviços da internet, independente de pedidos e a com divulgação proativa de ações de interesse público. Conseqüentemente, possibilitaria o acesso e redução de custo com a prestação de serviços.

Isso significa que de acordo com a Lei, o acesso independe do período de vida que o documento se encontra, respeitada a questão do sigilo que a Lei infere, o acesso independe do estágio de tratamento da documentação. Neste sentido, a partir de 2011, a LAI estabelece que o acesso à informação seja dado em até 20 dias, podendo ser prorrogado por mais 10 dias, fora isso, cabe recurso. A Lei vem para corroborar com o acesso e indiretamente esteja dizendo que o arquivo, deve ser tratado desde o momento em que o documento foi criado, sendo classificado, descrito, e disponível ao cidadão, eliminando a restrição de acesso aos arquivos.

Concluindo a questão da difusão e do acesso, o ICA-AtoM caracteriza-se como agente na difusão ativa das informações, tanto para os documentos nato digitais como para representantes digitais provenientes da digitalização, ou até mesmo sem objetos digitais, apenas com as descrições sobre os acervos.

As instituições privadas não são obrigadas a prestar todas as informações, como visto acima, mas em se tratando de Patrimônio, pesquisa e acesso, ao disponibilizar a representação das informações, está agindo pro-ativamente com o acesso à informação, está possibilitando o acesso e sendo transparente. Os arquivos ao difundirem e divulgarem o conteúdo dos seus fundos documentais, estão agindo como forma de garantir o direito de exercício da cidadania, atuando em prol do Patrimônio histórico e cultural da sociedade e a elaboração e disponibilização de seus instrumentos de pesquisa através do ICA-AtoM, oportuniza a difusão do Patrimônio documental arquivístico, aproximando o arquivo do usuário.

Neste capítulo foi apresentado o uso do ICA-AtoM como ambiente de descrição, difusão e acesso, seus requisitos de instalação, a elaboração dos instrumentos de pesquisa, os passos de descrição efetivamente realizados através da plataforma e os problemas encontrados, e o quanto esta ação contribui para a democratização do acesso aos documentos sonoros preservados pelo Museu. No capítulo a seguir são apresentadas as conclusões desta pesquisa.

12 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo geral investigar à luz dos referenciais atuais da identificação tipológica e a consequente inserção dos documentos sonoros no Plano de Classificação, a metodologia e a definição de uma sistemática de arranjo e de preservação para os documentos sonoros gerados a partir da digitalização de fitas cassete do MADP pertencentes ao Arquivo FIDENE, com vistas a construção de um instrumento de pesquisa, produto do mestrado.

O primeiro objetivo desta pesquisa era diagnosticar o acervo sonoro que compõe o Fundo documental FIDENE e elaborar o arranjo documental com base nos referenciais da identificação tipológica e o registro nos Planos de Classificação de Documentos e foi atingido realizando-se primeiramente o diagnóstico do acervo sonoro do Fundo documental FIDENE. O diagnóstico do acervo sonoro foi uma etapa fundamental e essencial, para elaborar o arranjo documental. Os referenciais da identificação tipológica constituíram a metodologia necessária e vital para que se pudesse recuperar o contexto de produção dos documentos, estabelecer a relação orgânica dos conjuntos documentais e a definição dos fundos. O registro nos Planos de Classificação de Documentos dos itens documentais constituídos pelos áudios, proporcionaram uma análise profunda e respaldada nas diretrizes publicadas pelo Conarq. A atual Resolução nº 41 de 09 de dezembro de 2014, foi fundamental para esta análise e entendimento da necessidade e justificativa de inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, e toda e qualquer instituição arquivística, visando a sua preservação e acesso. A proposição e elaboração do arranjo documental para o acervo de documentos sonoros foi necessária para evidenciar e recuperar a relação orgânica dos documentos com o Fundo documental, recuperando a gênese de produção das atividades registradas nas fitas cassete, assim como foi possível identificar a espécie documental dos documentos sonoros e estabelecer a relação hierárquica do fundo documental.

O segundo objetivo desta investigação era identificar e analisar as recomendações de formatos para a digitalização de documentos sonoros e armazenamento dos objetos digitais em um repositório arquivístico digital confiável ou em uma plataforma de acesso e difusão arquivística, normalizada e descrita, foi

atingido plenamente de maneira que a análise possibilitou o entendimento dos requisitos que um RDC-Arq possui ao tratar da preservação digital a longo prazo, quando prevê a normalização dos formatos de arquivos inseridos no repositório para preservação e acesso para os objetos digitais. A análise dos requisitos e políticas do Repositório Arquivístico Digital Confiável – RDC-Arq, Archivemática e do software de descrição, difusão e acesso, ICA-AtoM, possibilitou a identificação de geração de matrizes digitais de preservação para os objetos digitais gerados a partir da digitalização e das derivadas de acesso para o usuário final através do ICA-AtoM. A definição dos formatos implementados está em conformidade com os padrões de políticas de preservação digital através do RDC-Arq.

O terceiro objetivo desta pesquisa era avaliar e implementar a adoção institucional de um repositório arquivístico digital ou plataforma de acesso, difusão e descrição arquivística como forma de viabilizar o acesso de forma on-line ao acervo sonoro à comunidade e pesquisadores e foi alcançado ao evidenciar a necessidade de um repositório para a instituição e também da impossibilidade de implantação desse no momento devido a custos e planejamento, mas com entendimento de que esta é uma ação necessária a curto prazo para dar conta da gestão arquivística da instituição. Diante da impossibilidade de implantação do Repositório Arquivístico Digital Confiável – RDC-Arq, um resultado dessa investigação, adotou uma política de preservação focada às estratégias institucionais de backups, não caracterizando ação de preservação digital implementada através Repositório Arquivístico Digital Confiável – RDC-Arq. Este objetivo teve pleno atingimento quando a adoção institucional da plataforma de acesso e difusão arquivística, normalizada e descrita, com a disponibilização no website institucional e apoio da direção do Museu e Coordenadoria de Informática, e funcionamento.

O quarto objetivo era elaborar como produto do mestrado profissional, um instrumento de pesquisa em um sistema informatizado, estandardizado e on-line para disponibilização à pesquisa, o qual permitiu um olhar mais voltado a normalização da descrição arquivística e o entendimento das normas de descrição nacional e internacional, padronizadas para a elaboração dos instrumentos de pesquisa. Além do mais, a elaboração desses instrumentos caracteriza um marco importante para o Museu, pois o introduzem na normalização arquivística e o vinculam a um ambiente contemporâneo de acesso, difusão e descrição quando da utilização do ICA-AtoM como plano de trabalho e sistema de informação. Nessa

perspectiva, teve pleno atingimento do objetivo na elaboração dos instrumentos de pesquisa, guia, inventário e catálogo, como forma de cumprir a função arquivística de descrição, além de proporcionar a difusão e o acesso ao acervo de forma online com o uso do ICA-AtoM e cumpre a iniciativa de transparência nos arquivos.

Nenhum trabalho arquivístico é completo se o usuário não utiliza o arquivo ou não tem conhecimento do Patrimônio que ali se preserva. Trabalhar com o ICA-AtoM como agente de descrição, difusão e acesso, possibilitou um estudo aprofundado sobre a normalização arquivística e as formas de difusão e acesso. Além de mostrar que este software é apenas um passo para a uma nova realidade na descrição, é uma ferramenta tecnológica que visa facilitar a atividade, mas acima de tudo que abre as portas da instituição a um passo do clique do mouse, independentemente da posição geográfica do usuário.

Sugere-se para pesquisas futuras, a discussão teórica sobre a implantação institucional de RDC-Arq's, a citar o Archivemática ou RODA, no sentido de definição de elementos fundamentais que garantam e façam preservação digital dos documentos arquivísticos e a manutenção da cadeia de custódia no que tange a confiabilidade, autenticidade, integridade dos documentos digitais, bem como um estudo pautado na Diplomática Contemporânea.

Esta pesquisa, bem como a mestranda, está vinculada ao grupo de pesquisa Gestão Eletrônica de Documentos arquivísticos - GED/A da UFSM, no qual são discutidos os Documentos Arquivísticos Digitais e suas problemáticas de gestão, preservação e acesso, relacionadas as Ciências da Informação e a Arquivologia, estuda as estratégias de preservação digital aplicadas em Repositórios Arquivísticos Digitais de acordo com a norma ISO-OAIS e as estruturas de pacotes de submissão (SIP), armazenamento (AIP) e difusão (DIP). Dois sistemas em software livre são objetos muito particulares das investigações, o ICA-AtoM e o Archivemática, ambos com a chancela do Conselho Internacional de Arquivos e contemplando referenciais Arquivísticos.

Por fim, ressalta-se que o ICA-AtoM tem sua utilização centrada na descrição arquivística, acesso e difusão, não realizando preservação digital. Quando interconexo a um Repositório Arquivístico Digital confiável, está realizando preservação digital na sua essência e para as IES, este pode ser um caminho para preservação digital a longo prazo dos documentos arquivísticos digitais.

REFERENCIAS

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. **Recomendaciones para proyectos:** De digitalización de documentos. México, N°3, Colección Guías e instructivos, 2015.

ARELLANO, Miguel Angel Márdero. **Questões práticas sobre preservação digital.** 2010. 81 p. Disponível em < <http://www.slideshare.net/gemireki/questes-prticas-sobre-preservaol-digital>>. Acesso em: 30 out. 2013.

_____. **Preservação de documentos digitais.** *Ci. Inf.*, Brasília, v.3, n.2, p. 15-27, maio/ago. 2004. Disponível <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/305/271>> Acesso em: 15 fev. 2013.

ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. **Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto.** In: I Encontro Memorial do Instituto de Ciências humanas e Sociais – Mariana / MG, 9-12 de novembro de 2004. Disponível em: < www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=62>. Acesso em: 30 jun. 2016.

Arquivo & Administração. V.1, n. 0. Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros. V. ilustr., 1972.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Publicações técnicas; n° 51.

_____. **Memória do mundo:** diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental. Disponível em: < <http://www.portal.arquivonacional.gov.br/Media/Diretrizes%20para%20a%20salvaguarda%20do%20patrim%C3%B4nio%20documental.pdf>>. Acesso em: 16 out. de 2011.

BELLOTTO, H. L. **Uma política de arquivos para a universidade brasileira.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1, 1992, Campinas. Atas. Campinas: UNICAMP, 1992, p. 11-25.

_____. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de Documento de arquivo.** São Paulo: arquivo do estado, imprensa oficial, 2002. 120 p. (projeto como fazer, 8).

_____. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

_____. **Diplomática.** Disponível em < <http://www.paleografia.arquivista.net/o-cbpd/diplomatica/>>. Acesso em 14 dez. 2014.

BLAYA PEREZ, Carlos. **Marketing aplicado aos arquivos.** Universidade Federal de Santa Maria: Material didático Curso de Especialização Gestão em Arquivos, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. (Coleção Saraiva de legislação).

_____. **Lei nº 8.159**, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=48>>. Acesso em: 01 out. 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BUARQUE, Marco Dreer. **Estratégias de preservação de longo prazo em acervos sonoros e audiovisuais**. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL (9:2008; São Leopoldo, RS). Anais. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral; São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2008. 9f.

_____. Para além da digitalização: Cinco obstruções para a preservação de fitas videomagnéticas nos dias atuais, aspectos e desafios da preservação sonora hoje. Revista do Festival Internacional de Cinema de Arquivo, Ano 10, nº 10, Arquivo Nacional, Novembro de 2013 (p. 158-165). Disponível em: <http://www.via78.com/blog/2015/9/28/cincoobstruesparaapreservaodefitasvideomagneticasnosdiasatuais>. Acesso em: 01 jun. 2016

CALDERON, Wilmara Rodrigues. **O arquivo e a informação arquivística**: da literatura científica à prática pedagógica. Marília: 2011. 183f.; 30cm.

CÉ, Graziella. **Política descritiva em ambiente digital para a Universidade Federal de Ciências Médicas da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)**. Santa Maria, 2014, 124f. Relatório de qualificação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

CONRADO, Flavia Helena. **Arranjo, descrição e difusão do patrimônio documental arquivístico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2014, 184 p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE. **Glossário**. 2010.

_____. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **e-ARQ Brasil**: modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. 1.1 versão. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

_____. Câmara técnica de documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros – CTDAIS. **Glossário**. 2014. Disponível em: <http://www.documentosaudiovisuais.arquivonacional.gov.br/media/glossario/glossario_ctdais.pdf>. Acesso em: 10 jan 2015.

_____. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Carta para Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital**. Rio de Janeiro, 2004.

_____. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis – RDC-Arq. 2015**. Disponível em <<http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes**. 2010.

_____. **Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital**. 2005. Preservar para garantir o acesso. Disponível < <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/carta.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

_____. **Recomendações para digitalização de documentos Arquivísticos permanentes**. 2010. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomenda/recomendaes_para_digitalizao.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2013.

CONWAY, Paul. **Preservação no universo digital**. [Tradução José Luiz Pedersoli Júnior, Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva; revisão técnica Mauro Resende de Castro, Ana Virgínia Pinheiro, Dely Bezerra de Miranda Santos; revisão final Cássia Maria Mello da Silva, Lena Brasil]. 2. Ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

Conselho Internacional de Arquivos. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

COOK, Terry. **Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais**: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno. Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062>> Acesso em 01 dez. 2014.

COUTURE, C., ROUSSEAU, J.-Y. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Université de Québec, 1998.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de archivística**. Madri: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Pirámide, 1994.

Declaração do México - 1985. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais. Disponível em:<

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

DIAS, Rafael Cobbe. Weber, Claudiane. **Preservação Digital: uma proposta para Bibliotecas Universitárias**. Resumo. In: XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013.

Dicionário **Michaelis** online. Disponível em:
<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=reprografia>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

DUCHEIN Michel. **O Respeito de Fundos em Arquivo: princípios teóricos e problemas práticos**. 1992. Disponível em:<
http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/11/pdf_b7dd52746d_0019306.pdf>.
Acesso em: 20 de mai. 2015.

DUCHEIN, Michel. **O Respeito aos Fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos**. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro: abril, 1982, p.14-33.

DURANTI, Luciana. **Registros documentais contemporâneos**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.7, n. 13, p. 49-64, 1994.

FARIAS, Juliana Pinheiro. RONCAGLIO, Cynthia. **Aplicação da NOBRADE nos arquivos públicos municipais**. Archeion Online, João Pessoa, v.3, n.1, p. 64-75, jan./jun. 2015. Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/archeion>. ISSN 2318-6186>. Acesso em: 20 mar. 2016.

FERREIRA, M. **Introdução à Preservação Digital: conceitos, estratégias e actuais consensos**. Dissertação (Doutorado em Engenharia de Sistemas e Informática) Universidade do Minho, Vieira do Minho, Portugal, 2006.

FERREIRA, Maria de Lourdes. **Os arquivos da Administração Pública nos municípios do Grande ABC Paulista – A Busca do Fio de Ariadne**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de História, 2005. Disponível <
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-05082005-174441/pt-br.php>>.
Acesso em: 20 nov. 2013.

FISCHER, Martin. **O Comunitário**. Nº 01, p.02 – Suplemento do Jornal Correio Serrano de 1º de Setembro de 1962.

FLORES, Daniel. **Requisitos para um sistema de Gestão Arquivística de Documentos: a confiabilidade e a autenticidade como garantia para a tomada de decisões, de fonte de prova, de direitos e de testemunho de uma ação**. eDOC Porto Alegre, 01 e 02 de Outubro de 2013. Disponível em:
<http://www.edocconsultoria.com.br/wp-content/uploads/2013/10/DANIEL-FLORES_Requisitos-para-um-sistema-deGest%C3%A3o-Arquiv%C3%ADstica-de-Docmentos-a-confiabilidade-e-a-autenticidade-como-garantia-para-a-tomada-de

decis%C3%B5es-de-fonte-de-prova-de-direitos-e-de-tes.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. **Sistemas informatizados de acesso e gestão da preservação em documentos históricos permanentes.** Fórum Permanente: as instituições memória e as tecnologias da informação e comunicação: desafios contemporâneos. Campinas - SP. 61 slides, color, Padrão Slides Google Drive/Docs 4x3. Material elaborado para a Palestra na Unicamp, 12 de abril de 2016. Disponível em: <<http://documentosdigitais.blogspot.com>>. Acesso em: 03 mai. 2016.

_____. **Preservação em arquivos digitais.** I° SINPRED. 1° Seminário Internacional de Preservação Digital. 7 a 9 de maio de 2014 em Brasília. Organizado pela Rede Brasileira de Preservação Digital - Cariniana. Realizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT / MCTI. Disponível em: <http://cariniana.ibict.br/index.php/publicacoes/item/download/117_d689bbc7e2b051083ba33cb42b965c60>. Acesso em: 20 mai. 2014

_____. **Preservação de Documentos Digitais: Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis - RDC-Arq.** Goiânia - GO. 110 slides, color, Padrão Slides Google Drive/Docs 4x3. Material elaborado para a Palestra no CENDOC - Centro de Informação, Documentação e Arquivo (Cidarq), de 23 e 24 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://documentosdigitais.blogspot.com>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2016.

FLORES, Daniel. HEDLUND, Dhion. **Análise e aplicação do ICA-AtOM como Ferramenta para descrição e acesso às Informações do patrimônio documental e Histórico do município de Santa Maria – RS.** 2014. Inf. Inf., Londrina, v. 19, n. 3, p. 86 - 106, set./dez. 2014. Disponível em< <http://www.uel.br/revistas/informacao/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

INNARELLI, Humberto Celeste. **Preservação digital:** a influência da gestão dos documentos digitais na preservação da informação e da cultura. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Campinas, v.8, n. 2, p. 72-87, jan./jun. 2011– ISSN: 1678-765X.

LOPES, Pedro F., CARDOSO, Gustavo, MOREIRA, Maria V. **Preservação de publicações electrónicas na internet; os arquivos imperfeitos.** Cadernos BAD, V.2, p. 33-53, 2002.

SANTOS, Henrique Machado dos. FLORES, Daniel Flores. **Repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos: ponderações sobre a preservação em longo prazo.** Perspectivas em Ciência da Informação, v.20, n.2, p.198-218, abr./jun. 2015. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/pci/v20n2/1413-9936-pci-20-02-00198.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

FONTANA, Fabiana Fagundes et al. **ARCHIVEMATICA COMO FERRAMENTA PARA ACESSO E PRESERVAÇÃO DIGITAL À LONGO PRAZO.** ÁGORA, ISSN 0103-3557, Florianópolis, v. 24, n. 48, p. 62-82, 2014. 72. Disponível em: <<http://archivematica.googlecode.com>>. Acesso em: 20 set. 2015.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Turismo Contexto).

FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO. Museu Antropológico Diretor Pestana. **Projeto de implantação do Sistema de Arquivos da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado**. Ijuí, 1994.

_____. **Relatório e balanço** 1994. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1994.

_____. **Relatório e balanço** 1994. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1994.

Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas. Linete Bartalo e Nádina Aparecida Moreno (org.). Londrina: EDUEL, 2008, 188p.:il.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRÁCIO, José Carlos Abbud; FADEL, Bárbara. **Estratégias de preservação Digital**. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/j4gkh/pdf/valentim-9788579831171-04.pdf>>. Acesso em: 30 out. de 2013.

HEDLUND, Dhion Carlos. **O patrimônio fotográfico de Santa Maria em ambiente digital**. 2014. 221p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

ICA-AtoM: manual do usuário em língua portuguesa-BR. Neiva Pavezi, tradução e adaptação. – Santa Maria: [UFSM, DAG : Departamento de Documentação, GED-A, 2013.

JARDIM, José Maria. Arquivos, Transparência do Estado e Capacidade Governativa na Sociedade da Informação. **Paper elaborado por solicitação da Oficina de Assuntos Culturales da Organização dos Estados Americanos**. 2001. Disponível em: <https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/3350/1/Arquivos_transparencia_do_esta_do_capacidade>. Acesso em: 30 dez. 2015.

INNARELLI, Humberto Celeste. **Preservação de documentos digitais**: confiabilidade de mídias CD-ROM e CD-R. Campinas, SP: [s.n.], 2006.

IPHAN. (Brasil) **Patrimônio imaterial**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=87869F4CCD8A5B3A7A788D52F5BBF4D2?id=10852&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 16 de out. de 2011.

_____. **Patrimônio material**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12297&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 16 de out. de 2011.

KURTZ, Clara Marli Scherer. **Usuário do Arquivo Nacional e seu relacionamento com os serviços oferecidos para a satisfação de suas necessidades de informação.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo:** elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: arquivo do estado, imprensa oficial, 2002. 64 p. (projeto Como Fazer, 6).

LUIGI, Antonella. **Esta destinado el principio de procedencia a seguir siendo la base de nuestra profesión?** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS, 13, 1996, Beijing. *Actes*.

LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares. **Arquivologia:** saberes docentes e discentes. Rosane Suely Alvares Lunardelli, Nelma Camêlo de Araujo, Richele Grenge Vignoli. Londrina: Eduel, 2013.

MÁRDERO ARELLANO, Miguél Ángel. **Critérios para a preservação digital da informação científica.** Brasília: Universidade de Brasília, 2008. Disponível <http://bdttd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4547>. Acesso em: 29 nov. 2013.

_____. **Preservação de documentos digitais. Ci. Inf.**, Brasília, v.3, n.2, p. 15-27, maio/ago. 2004. Disponível <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/305/271>> Acesso em: 15 fev.

MARQUES, Mário Osório. **Museu e História.** Cadernos do Museu nº 11. Ijuí. Editora UNIJUÍ, 1981, 67 páginas.

_____. **Universidade emergente:** o ensino superior brasileiro em Ijuí (RS), de 1957 a 1983. Ijuí: FIDENE, 1984. 309 p.

Microfilmagem de preservação: uma visão geral das decisões administrativas: um guia para bibliotecários e arquivistas. [Editado por Lisa L. Fox; Tradução José Pedersoli Júnior. Revisão técnica Mauro Resende de Castro, Ana Virginia Pinheiro, Dely bezerra de Miranda Santos; revisão final Cássia Maria Melli da Silva, Lena Brasil]. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. (Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos).

MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA: 40 anos de história. Ijuí: Unijuí, 2002. 56p. (Coleção Museu Antropológico Diretor Pestana).

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS – MAST. **Conservação de Acervos.** Organização de: Marcus Granato, Claudia Penha dos santos e Cláudia Regina Alves Rocha. Rio de Janeiro: MAST, 2007. Conservação de acervos eletrônicos. Luis Fernando Sayão. Disponível <http://mast.br/publicacoes_museologia/Mast%20Colloquia%209.pdf#page=182>. Acesso em: 29 nov. 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. Proj. História. São Paulo (10) dez. 1993. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 20 jun. 2016.

NUNES, Janilton Fernandes. **Fundo Comarca de Santa Maria (1910-1946): a digitalização como auxílio ao acesso e a preservação do patrimônio documental**. 2014, 166p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Modelagem e status científico da descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. São Paulo, 2010, 188p. Tese de doutorado (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PADRÓN, Dunia Llanes. VICENTINI, Maria José Jorente. SILVA, Anahí Rocha. SILVA, Talita Cristina da. (2015) **Complexidade da representação da informação arquivística**. In **Desafíos y oportunidades de las Ciencias de la Información y la Documentación en la era digital: actas del VII Encuentro Ibérico EDICIC**. 2015 (Madrid, 16 y 17 de noviembre de 2015). Universidad Complutense de Madrid, Madrid. ISBN 978-84-608-3330-7.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 228 p.

PRADEBON, Daiane Regina Segabinazzi. **Plano de preservação digital: subsídios a partir da análise diplomática do Histórico escolar da UFSM**. Santa Maria, 2014, 102p. Relatório de qualificação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

RAMOS, Ana Sofia da Silva. SILVA, Gilberto Faria da. PRATAS, Maria Conceição Lim. COSTA, Sofia Elisabete Nogueira. SANTOS, Thais Helen do Nascimento (2015). **O uso do AtoM para representação e recuperação de informação em arquivos de família: o caso da Fundação Marques da Silva**. In **Desafíos y oportunidades de las Ciencias de la Información y la Documentación en la era digital: actas del VII Encuentro Ibérico EDICIC 2015** (Madrid, 16 y 17 de noviembre de 2015). Universidad Complutense de Madrid, Madrid. ISBN 978-84-608-3330-7. Disponível em: < http://eprints.sim.ucm.es/34603/1/236-daSilva_AtoM.pdf >. Acesso em 20 mar. 2016.

ROCKEMBACH, Moisés. **Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional**. In: **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan./jun., 2015. Disponível em: < <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/95> >. Acesso em: 10 jan. 2016>.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. **Uma análise da teoria dos arquivos**. 2004, 108 p. Dissertação [(Curso de Pós-Graduação da Escola de Ciência da Informação) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. São Paulo:

Universidade de São Paulo, 2008. (Tese de doutorado). Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3161/2287>> Acesso em 01 dez. 2014.

RONDINELLI, R. C. **O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 280p.

SANT'ANNA, Marcelo Leone. **Os desafios da preservação de documentos públicos digitais**. *Revista IP*, v. 3, n. 2, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.informaticapublica.mg.gov.br/revista0302/ip0302santanna.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2004.

SANTOS, Andréa Gonçalves dos. **Descrevendo o patrimônio documental da FURG: Faculdade de Direito Clóvis Beviláqua (1959-1972)**. 2012, 173 p. (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

SANTOS, Newton Paulo Teixeira dos. **COMUT, reprografia e Direito Autoral**. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, DF, a.35, n.140, out./dez., p. 139-143, 1998.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. INNARELLI, Humberto Celeste. SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento**. 2ª ed.: Distrito Federal: SENAC, 2008.

SAYÃO, Luis Fernando. Conservação de documentos eletrônicos. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia; ROCHA, Claudia. **Conservação de acervos**. Rio de Janeiro: MAST, 2007, p. 181-204.

_____. **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Organizadores Luis Sayão et al. - Salvador: EDUFBA, 2009. 365 p. il.

_____. **Preservação digital no contexto das bibliotecas digitais: uma breve introdução**. In: MARCONDES, Carlos H. et al. (Org.) *Bibliotecas digitais: saberes e práticas*. Salvador: EDUFBA; Brasília: IBICT, 2005. P. 115-146.

_____. **Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital**. 2010. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/12528/19527>>. Acesso em: 24 nov. 2013

SHELLENBERG, T. R. (Theodore R.). **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Tradução de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Sergio Conde de Albite. **Estratégias de preservação de longo prazo em acervos sonoros e Audiovisuais – Relato de pesquisa**. *Arquivística.net* (www.arquivistica.net), Rio de Janeiro, v4, n.2, p 35-58, ago./dez. 2008.

ST. LAURENT, Gilles. **Guarda e manuseio de materiais de registro sonoro.** [tradução de José Luiz Pedersoli Júnior; revisão técnica Clóvis Molinari Júnior, Ana Virginia Pinheiro, Dely Bezerra de Miranda Santos; revisão final Cássia Maria Mello da Silva, Lena Brasil]. – 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. **Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito.** Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p 120-142, ago./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

SOUSA, Ana Paula de Moura et al. **Princípios da descrição arquivística: do suporte convencional ao eletrônico.** Disponível em: <<http://www.arquivistica.net>>. Acesso em: 20 set. 2015.

THOMAZ, K. P.; SOARES, A. J. **A preservação digital e o modelo de referência Open Archival Information System (OAIS).** Data Grama Zero. Revista de Ciência da Informação – v.5, n.1. 2004. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000007749&dd1=d979b>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VAN BOGART, John W.C. **Armazenamento e manuseio de fitas magnéticas: um guia para bibliotecas e arquivos.** tradução de José Luiz Pedersoli Júnior; revisão técnica Clóvis Molinari Júnior, Ana Virginia Pinheiro, Dely Bezerra de Miranda Santos; revisão final Cássia Maria Mello da Silva, Lena Brasil]. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

VIANA, Claudio Muniz. **Identificação de tipologia documental como metodologia para organização de arquivos de arquitetura.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em ciência da informação. UFF: Niterói, 2012.

VIEIRA, João. **O lugar do acervo de arquitetura nas políticas arquivísticas do International Council on Archives.** In: SEMINÁRIO ACERVOS DE ARQUITETURA E URBANISMO: PERSPECTIVA E USOS, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1., 2011, 1 CD-ROM.

WEBER, Claudiane. DIAS, Rafael Cobbe. **Preservação Digital.** III Encontro Nacional de Bibliotecários: Florianópolis, 2012, 64 slides. Apresentação em Powerpoint. Disponível em: <http://www.abecbrasil.org.br/includes/eventos/vii_workshop/palestras/enb/ClaudianeeRafael.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – FICHA DE LEITURA

FICHA DE LEITURA	
Assunto	
Referencia	
Localização do material	
Citação	
Página	

APÊNDICE B – QUADRO DE ARRANJO FUNDO DOCUMENTAL FIDENE

Quadro de arranjo Fundo documental Fidene

linhas em amarelo – fitas que faltam no acervo

xxx T – fitas com transcrição

xxx T – fitas com transcrição incompleta

LA- Lado A

LB – Lado B

- fitas transcritas por bolsistas de iniciação científica (BIC) da Fapergs, para publicação de “História de Ijuí” por Danilo Lazzarotto

Função	Subfunção Atividade	Tipologia Documental	Nº Fita	Produtor	Data
Administração geral					
	Acordos, Ajustes, contratos e convênios Com outras instituições Convênios	Áudio da Cerimônia de assinatura do convênio do PRCT NORS da Unijuí com o Governo do Estado do RS	868	FIDENE	09/03/1990
	Acordos, Ajustes, contratos e convênios Com outras instituições Convênios	Áudio da Cerimônia de assinatura do convênio do PRCT NORS da Unijuí com o Governo do Estado do RS	869	FIDENE	09/03/1990
	Eventos sociais Solenidades, Comemorações e homenagens	Áudio de ato público pró-eleições diretas com participação de representantes partidos políticos, SAAEI, CPERS	399	Diretório Acadêmico de Ciências Humanas FIDENE	24/04/1984
	Eventos sociais Solenidades, Comemorações e homenagens Posse da Presidência da FIDENE	Áudio da posse da presidência da Fidene (AG dá a posse)	145	Assembléia Geral - FIDENE	31/03/1981
	Eventos sociais	Áudio da Posse dos primeiros diretores dos	191	Assembléia	31/03/1982

	Solenidades, Comemorações e homenagens Posse dos primeiros diretores dos Centros Integrados de Ensino Superior de Ijuí	Centros Integrados de Ensino Superior de Ijuí, nomeação dos chefes de Departamentos e coordenadores de Cursos de Graduação		Geral - FIDENE	
	Eventos sociais Solenidades, Comemorações e homenagens Assembléia geral	Áudio de assembleia geral ordinária da FIDENE	432	Assembléia Geral - FIDENE	24/03/1984
	Eventos sociais Solenidades, Comemorações e homenagens Assembléia geral	Áudio de assembleia geral ordinária da FIDENE	433	Assembléia Geral - FIDENE	24/03/1984
	Eventos sociais Solenidades, Comemorações e homenagens Assembléia geral extraordinária - Posse	Áudio de Assembléia geral extraordinária com posse dos eleitos	434	Assembléia Geral - FIDENE	31/03/1984
	Eventos sociais Solenidades, Comemorações e homenagens Assembléia geral extraordinária - Posse	Áudio de Assembléia geral extraordinária com posse dos eleitos	435	Assembléia Geral - FIDENE	31/03/1984
	Eventos sociais Solenidades, Comemorações e homenagens Assembléia de posse	Áudio de assembleia de posse da nova diretoria do Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Ijuí	506	SAAEI	22/06/1985
	Solenidades, Comemorações e homenagens Atividade Comemorações do 15º aniversário de fundação	Áudio de inauguração do 1º módulo do MADP	12 LA	MADP	25/05/1976
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemorações do 15º	Áudio de inauguração do 1º módulo do MADP - continuação	12LB	MADP	25/05/1976

	aniversário de fundação				
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemorações do 15º aniversário de fundação	Áudio de Palestra “Museu hoje”	13	MADP	24/05/1976
	Solenidades, Comemorações e homenagens Semana de inauguração do Museu e laboratórios da FIDENE	Áudio da palestra Problemas ecológicos ligados ao homem	14	MADP	28/05/1976
	Solenidades, Comemorações e homenagens Semana de inauguração do Museu e laboratórios da FIDENE	Áudio da palestra Problemas ecológicos ligados ao homem	15 LA	MADP	28/05/1976
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração aos 20 anos do Ensino Superior em Ijuí	Áudio de comemoração aos 20 anos do Ensino Superior em Ijuí – entrevistas	22	FIDENE	19/03/1977
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração aos 20 anos do Ensino Superior em Ijuí	Áudio do almoço de confraternização da comemoração dos 20 anos do Ensino Superior em Ijuí	23 LA	FIDENE	19/03/1977
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração aos 20 anos do Ensino Superior em Ijuí	Áudio de entrega de títulos de professores honorários durante a comemoração dos 20 anos do Ensino Superior em Ijuí	23 LB	FIDENE	19/03/1977
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração aos 20 anos do Ensino Superior em Ijuí	Áudio de entrega de títulos de professores honorários durante a comemoração dos 20 anos do Ensino Superior em Ijuí - continuação	24 LA	FIDENE	19/03/1977
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração aos 20 anos do Ensino Superior em Ijuí	Áudio de palestra sobre a Universidade à professores da FIDENE	25	FIDENE	23/03/1977
	Solenidades, Comemorações e homenagens	Áudio de palestra sobre a Reforma do Ensino aos estudantes da FIDENE	26	FIDENE	23/03/1977

	Comemoração aos 20 anos do Ensino Superior em Ijuí				
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração aos 20 anos do Ensino Superior em Ijuí	Áudio de palestra sobre o encontro com professores da FIDENE	27	FIDENE	23/03/1977
	Solenidades, Comemorações e homenagens Aula Inaugural	Áudio da Aula inaugural do Curso de Enfermagem	111		19/03/1980
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 20 Anos do MADP	Áudio de comemoração dos 20 Anos do MADP	156 LB	MADP	25/05/1981
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 20 Anos do MADP	Áudio de comemoração dos 20 Anos do MADP	157	MADP	25/05/1981
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 20 Anos do MADP	Áudio de comemoração dos 20 Anos do MADP	158	MADP	25/05/1981
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 20 Anos do MADP	Áudio do Programa Radiofônico Ponto de Encontro da Rádio Progresso de Ijuí em comemoração aos 20 Anos do MADP	159	MADP	25/05/1981
	Solenidades, Comemorações e homenagens Inauguração do II Módulo do MADP	Áudio de Inauguração do II Módulo do MADP	180	MADP	11/10/1981
	Solenidades, Comemorações e homenagens Lançamento da sapata fundamental do prédio n. 4 do campus da Unijuí	Áudio do Lançamento da sapata fundamental do prédio n. 4 do campus da Unijuí	183	FIDENE	19/10/1981
	Solenidades, Comemorações e	Áudio de Criação dos Cursos de Nutrição e	184	FIDENE	03/1979

	homenagens Criação dos Cursos de Nutrição e Enfermagem na FIDENE	Enfermagem na FIDENE			
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos de Ensino Superior na Fidene	Áudio das Comemorações dos 25 Anos de Ensino Superior na FIDENE	188	FIDENE	13/03/1982
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos de Ensino Superior na FIDENE	Áudio das Comemorações dos 25 Anos de Ensino Superior na Fidene	189	FIDENE	13/03/1082
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos de Ensino Superior na FIDENE	Áudio das Comemorações dos 25 Anos de Ensino Superior na FIDENE	190	FIDENE	13/03/1082
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos de Ensino Superior na FIDENE	Áudio da Formatura da última turma de alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – Fafi	192	FIDENE	24/03/1982
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos de Ensino Superior na FIDENE	Áudio da Mesa Redonda sobre os 25 Anos de Ensino Superior em Ijuí	207	FIDENE	02/1982
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos de Ensino Superior na FIDENE	Áudio da Mesa Redonda sobre os 25 Anos de Ensino Superior em Ijuí - continuação	208	FIDENE	02/1982
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos de Ensino Superior na FIDENE	Áudio da Mesa Redonda sobre os 25 Anos de Ensino Superior em Ijuí - continuação	209	FIDENE	02/1982
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos de Ensino Superior na Fidene	Áudio da cerimônia religiosa de Comemoração dos 25 Anos de Ensino Superior em Ijuí	218	FIDENE	14/03/1982

	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos de Ensino Superior na Fidene	Áudio da cerimônia religiosa de Comemoração dos 25 Anos de Ensino Superior em Ijuí - continuação	219LA	FIDENE	14/03/1982
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração à aprovação da carta-consulta da Unijuí	Áudio de Comemoração à aprovação da carta-consulta da Unijuí	246	FIDENE	03/08/1983
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos de Ensino Superior na Fidene	Áudio de entrevistas sobre os 25 Anos de Ensino Superior em Ijuí	280	FIDENE	02/1982
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos de Ensino Superior na Fidene	Áudio de entrevistas sobre os 25 Anos de Ensino Superior em Ijuí - continuação	281	FIDENE	
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração à aprovação da carta-consulta da Unijuí	Áudio de Comemoração da aprovação da carta-consulta da Unijuí	282	FIDENE	23/10/1983
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração à aprovação da carta-consulta da Unijuí	Áudio de Comemoração da aprovação da carta-consulta da Unijuí - continuação	283	FIDENE	23/10/1983
	Solenidades, Comemorações e homenagens Formatura da 1ª turma de Enfermagem	Áudio da Formatura da 1ª turma de Enfermagem	284	FIDENE	10/12/1983
	Solenidades, Comemorações e homenagens Formatura da 1ª turma de Enfermagem	Áudio da Formatura da 1ª turma de Enfermagem	285	FIDENE	10/12/1983
	Solenidades, Comemorações e homenagens Aula inaugural da Escola de	Áudio de aula inaugural da Escola de Enfermagem e obstetrícia de Ijuí – Fidene	308	FIDENE	1980

	Enfermagem e obstetrícia				
	Solenidades, Comemorações e homenagens Ato oficial de entrega da Coleção Martin Fischer ao MADP	Áudio do ato oficial de entrega da Coleção Martin Fischer ao MADP	406	MADP	24/05/1984
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração à aprovação da carta-consulta da Unijuí	Áudio de entrevista sobre a aprovação da carta-consulta da Unijuí no Programa Visão Jovem da Rádio Progresso de Ijuí	509	FIDENE	09/05/1985
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração à aprovação da carta-consulta da Unijuí	Áudio de entrevista sobre a aprovação da carta-consulta da Unijuí no Programa Pontos de Vista e O Assunto É da Rádio Progresso de Ijuí	510	FIDENE	11/05/1985
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração à aprovação da carta-consulta da Unijuí	Áudio de entrevista sobre a aprovação da carta-consulta da Unijuí no Programa Pontos de Vista da Rádio Progresso de Ijuí	511	FIDENE	11/05/1985
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração à aprovação da carta-consulta da Unijuí	Áudio da festa na Praça da República de Aprovação da carta-consulta da Unijuí	512	FIDENE	10/05/1985
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração à aprovação da carta-consulta da Unijuí	Áudio da recepção ao Reitor Adelar Baggio no aeroporto de Ijuí e propaganda nas ruas da aprovação da Carta-consulta da Unijuí –	513	FIDENE	10/05/1985
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração à aprovação da carta-consulta da Unijuí	Áudio do programa especial na Rádio Progresso de Ijuí da Aprovação da carta-consulta da Unijuí	514	FIDENE	10/05/1985
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração à aprovação da carta-consulta da Unijuí	Áudio da propaganda nas ruas da aprovação da carta-consulta da Unijuí	515	FIDENE	10/05/1985
	Solenidades, Comemorações e homenagens	Áudio de Comemoração dos 25 Anos do MADP	565	MADP	25/05/1986

	Comemoração dos 25 Anos do MADP				
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos do MADP	Áudio de Comemoração dos 25 Anos do MADP	566	MADP	25/05/1986
	Solenidades, Comemorações e homenagens Solenidade de instalação oficial da Unijuí	Áudio de solenidade de instalação oficial da Unijuí	580	MADP	20/10/1985
	Solenidades, Comemorações e homenagens Solenidade de instalação oficial da Unijuí	Áudio de solenidade de instalação oficial da Unijuí	581	MADP	20/10/1985
	Solenidades, Comemorações e homenagens Solenidade de instalação oficial da Unijuí	Áudio de solenidade de instalação oficial da Unijuí	582	MADP	20/10/1985
	Solenidades, Comemorações e homenagens Homenagens	Áudio de entrevista sobre homenagem póstuma ao centenário de Martin Fischer	584 LA	MADP	10/02/1987
	Solenidades, Comemorações e homenagens Homenagens	Áudio de entrevista sobre homenagem póstuma ao centenário de Martin Fischer	585	MADP	10/02/1987
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos do MADP	Áudio de homenagem da Comemoração dos 25 anos do MADP	606	MADP	21/04/1987
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos do MADP	Áudio de encerramento da Comemoração dos 25 anos do MADP	607	MADP	25/05/1987
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 anos do	Áudio de Comemoração dos 25 anos do Movimento Comunitário de Base	608		21/05/1986

	Movimento Comunitário de Base				
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 anos do Movimento Comunitário de Base	Áudio de Comemoração dos 25 anos do Movimento Comunitário de Base	609		21/05/1986
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 anos do Movimento Comunitário de Base	Áudio de Comemoração dos 25 anos do Movimento Comunitário de Base	610		21/05/1986
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 anos do Movimento Comunitário de Base	Áudio de Comemoração dos 25 anos do Movimento Comunitário de Base	611		21/05/1986
	Solenidades, Comemorações e homenagens Reconhecimento da Unijuí	Áudio de reconhecimento da Unijuí	617	UNIJUÍ	
	Solenidades, Comemorações e homenagens Reconhecimento da Unijuí	Áudio de reconhecimento da Unijuí	618	UNIJUÍ	
	Solenidades, Comemorações e homenagens Reconhecimento da Unijuí	Áudio de reconhecimento da Unijuí	619	UNIJUÍ	
	Solenidades, Comemorações e homenagens Reconhecimento da Unijuí	Áudio de reconhecimento da Unijuí	620	UNIJUÍ	
	Solenidades, Comemorações e homenagens Reconhecimento da Unijuí	Áudio de reconhecimento da Unijuí	621	UNIJUÍ	
	Solenidades, Comemorações e homenagens Reconhecimento da Unijuí	Áudio de reconhecimento da Unijuí	622	UNIJUÍ	
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos do MADP	Áudio de palestra de abertura do Encontro Regional de Museus	830 T	MADP	17/07/1986

	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos do MADP	Áudio de palestra do Encontro Regional de Museus	831 T	MADP	17/07/1986
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos do MADP	Áudio de palestra do Encontro Regional de Museus	832	MADP	17/07/1986
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos do MADP	Áudio de palestra do Encontro Regional de Museus	833	MADP	17/07/1986
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos do MADP	Áudio de palestra do Encontro Regional de Museus	834	MADP	17/07/1986
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos do MADP	Áudio de palestra do Encontro Regional de Museus	835	MADP	18/07/1986
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos do MADP	Áudio de palestra do Encontro Regional de Museus	836	MADP	18/07/1986
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos do MADP	Áudio de palestra do Encontro Regional de Museus	837	MADP	18/07/1986

	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos do MADP	Áudio de palestra do Encontro Regional de Museus	838	MADP	18/07/1986
	Solenidades, Comemorações e homenagens Comemoração dos 25 Anos de Ensino Superior na Fidene	Áudio de celebração ecumênica dos 25 Anos de Ensino Superior em Ijuí	841	FIDENE	
	Solenidades, Comemorações e homenagens Aula inaugural	Áudio de Aula inaugural do Curso de Direito da Unijuí	870	UNIJUÍ	12/03/1990
	Solenidades, Comemorações e homenagens Aula inaugural	Áudio de Aula inaugural do Curso de Direito da Unijuí	871	UNIJUÍ	12/03/1990
Extensão	Participação em Encontros, palestras, simpósios, congressos e cursos	Áudio do I Simpósio Elementos Culturais do RS	47		23/10/1978
Extensão		Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	471	Fundames – Fisa – Fidene/Unijuí, Câmara de Vereadores de São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo	27/10/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra sobre Realidade Brasileira	52	FAFI	10/11/1970
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra sobre Realidade Brasileira - continuação	53	FAFI	10/11/1970
Extensão	Eventos de extensão	Áudio de palestra sobre Multinacionais,	68 LB		28/05/1979

	Realização de palestras e conferências	Capital Estrangeiro e Energia Nuclear			
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferências	Áudio de palestra sobre Multinacionais, Capital Estrangeiro e Energia Nuclear - continuação	69		28/05/1979
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferências	Áudio de palestra sobre Multinacionais, Capital Estrangeiro e Energia Nuclear - continuação	70		28/05/1979
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferências	Áudio de palestra sobre Multinacionais, Capital Estrangeiro e Energia Nuclear - continuação	73 LA		28/05/1979
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferências	Áudio do 1º Simpósio Ijuicense de Estudos Sócio-Econômicos Regionais	79		08/10/1979
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferências	Áudio do 1º Simpósio Ijuicense de Estudos Sócio-Econômicos Regionais - continuação	80		08/10/1979
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferências	Áudio do 1º Simpósio Ijuicense de Estudos Sócio-Econômicos Regionais - continuação	81		08/10/1979
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferências	Áudio do 1º Simpósio Ijuicense de Estudos Sócio-Econômicos Regionais - continuação	82		09/10/1979
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferências	Áudio do 1º Simpósio Ijuicense de Estudos Sócio-Econômicos Regionais - continuação	83		09/10/1979
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferências	Áudio do 1º Simpósio Ijuicense de Estudos Sócio-Econômicos Regionais - continuação	84		09/10/1979
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferências	Áudio do 1º Simpósio Ijuicense de Estudos Sócio-Econômicos Regionais - continuação	85		10/10/1979
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferências	Áudio do 1º Simpósio Ijuicense de Estudos Sócio-Econômicos Regionais - continuação	86		10/10/1979

Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 1º Simpósio Ijuicense de Estudos Sócio-Econômicos Regionais - continuação	87		10/10/1979
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 1º Simpósio Ijuicense de Estudos Sócio-Econômicos Regionais - continuação	88		10 /10/1979
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 1º Simpósio Ijuicense de Estudos Sócio-Econômicos Regionais - continuação	89		11/10/1979
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 1º Simpósio Ijuicense de Estudos Sócio-Econômicos Regionais - continuação	90		11/10/1979
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 1º Simpósio Ijuicense de Estudos Sócio-Econômicos Regionais - continuação	91		11/10/1979
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 1º Simpósio Ijuicense de Estudos Sócio-Econômicos Regionais - continuação	92		12/10/1979
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 1º Simpósio Ijuicense de Estudos Sócio-Econômicos Regionais - continuação	93		12/10/1979
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 1º Simpósio Ijuicense de Estudos Sócio-Econômicos Regionais - continuação	94		12/10/1979
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 1º Simpósio Ijuicense de Estudos Sócio-Econômicos Regionais - continuação	95		12/10/1979
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias II Ciclo de debates sobre a realidade brasileira	Áudio de painel sobre o Negro na Sociedade Brasileira	109	DCS	16/05/1980
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de painel sobre o Negro na Sociedade Brasileira	110	DCS	16/05/1980

	II Ciclo de debates sobre a realidade brasileira				
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias II Ciclo de debates sobre a realidade brasileira	Áudio de Painel sobre a questão Agrária no Brasil	112	DCS	18/04/1980
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias II Ciclo de debates sobre a realidade brasileira	Áudio de Painel sobre a questão Agrária no Brasil - continuação	113	DCS	18/04/1980
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias II Ciclo de debates sobre a realidade brasileira	Áudio de Painel sobre a questão Agrária no Brasil - continuação	114	DCS	18/04/1980
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias II Ciclo de Debates	Áudio do II Ciclo de Debates	121	DCS	02/06/1980
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias II Ciclo de Debates	Áudio do II Ciclo de Debates	122	DCS	02/06/1980
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias II Ciclo de Debates	Áudio do II Ciclo de Debates	123	DCS	02/06/1980
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias II Ciclo de Debates	Áudio da palestra “Os Yanomami – luta pela sua sobrevivência enquanto povo”	125	DCS	04/09/1980
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e	Áudio da palestra “Os Yanomami – luta pela sua sobrevivência enquanto povo”	126	DCS	04/09/1980

	conferencias II Ciclo de Debates				
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias II Ciclo de Debates	Áudio da palestra “Os Yanomami – luta pela sua sobrevivência enquanto povo” promovido pelo DCS - continuação	127	DCS	04/09/1980
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias II Ciclo de debates sobre a realidade brasileira	Áudio do II Ciclo de Debates sobre a Realidade Brasileira	138 LB	DCS	09/1980
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias II Ciclo de debates sobre a realidade brasileira	Áudio do II Ciclo de Debates sobre a Realidade Brasileira - continuação	139	DCS	07/11/1980
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias II Ciclo de debates sobre a realidade brasileira	Áudio do II Ciclo de Debates sobre a Realidade Brasileira - continuação	140	DCS	07/11/1980
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias II Ciclo de debates sobre a realidade brasileira	Áudio do II Ciclo de Debates sobre a Realidade Brasileira - continuação	141	DCS	07/11/1980
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias II Ciclo de debates sobre a realidade brasileira	Áudio do II Ciclo de Debates sobre a Realidade Brasileira - continuação	142	DCS	07/11/1980
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias Seminário Regional de Saúde	Áudio do Seminário Regional de Saúde	226	CCS	16-17/06/1983

Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias Seminário Regional de Saúde	Áudio do Seminário Regional de Saúde promovido pelo CCS - debate sobre política de saúde no Estado do RS e trabalho das comissões	227	CCS	16-17/06/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias Seminário Regional de Saúde	Áudio do Seminário Regional de Saúde - relato do trabalho das comissões e análise da coordenação pedagógica	228	CCS	17/06/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias Seminário Regional de Saúde	Áudio do Seminário Regional de Saúde - relato do trabalho das comissões e análise da coordenação pedagógica	229	CCS	17/06/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias Seminário Regional de Saúde	Áudio do Seminário Regional de Saúde - relato do trabalho das comissões e análise da coordenação pedagógica	230	CCS	17/06/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias Seminário Regional de Saúde	Áudio do Seminário Regional de Saúde - relato do trabalho das comissões e análise da coordenação pedagógica	231	CCS	17/06/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias Programação Semana do Índio	Áudio de palestra índio pré-histórico e das Missões	235	MADP	15/04/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias Curso processo Arquivar para fotografia Inauguração do laboratório fotográfico da Fidene no MADP	Áudio de Inauguração do laboratório fotográfico da Fidene no MADP	237	MADP	04/05/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias III Encontro de Estudos de	Áudio do III Encontro de Estudos de Enfermagem e Nutrição	257	MADP	01-03/09/1983

	Enfermagem e Nutrição				
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias III Encontro de Estudos de Enfermagem e Nutrição	Áudio do III Encontro de Estudos de Enfermagem e Nutrição	258	MADP	01-03/09/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias III Encontro de Estudos de Enfermagem e Nutrição	Áudio do III Encontro de Estudos de Enfermagem e Nutrição	259	MADP	01-03/09/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias III Encontro de Estudos de Enfermagem e Nutrição	Áudio do III Encontro de Estudos de Enfermagem e Nutrição	260	MADP	01-03/09/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias III Encontro de Estudos de Enfermagem e Nutrição	Áudio do III Encontro de Estudos de Enfermagem e Nutrição	261	MADP	01-03/09/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias III Encontro de Estudos de Enfermagem e Nutrição	Áudio do III Encontro de Estudos de Enfermagem e Nutrição	262	MADP	01-03/09/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias Seminário de Administração e Desenvolvimento Urbano	Áudio do Seminário de Administração e Desenvolvimento Urbano	263	MADP	21-22/09/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias Seminário de Administração e	Áudio do Seminário de Administração e Desenvolvimento Urbano	264	MADP	21-22/09/1983

	Desenvolvimento Urbano				
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias Seminário de Administração e Desenvolvimento Urbano	Áudio do Seminário de Administração e Desenvolvimento Urbano	265	MADP	21/09/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias Seminário de Administração e Desenvolvimento Urbano	Áudio do Seminário de Administração e Desenvolvimento Urbano	266	MADP	21/09/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias Seminário de Administração e Desenvolvimento Urbano	Áudio do Seminário de Administração e Desenvolvimento Urbano	267	MADP	21/09/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias Seminário de Administração e Desenvolvimento Urbano	Áudio do Seminário de Administração e Desenvolvimento Urbano	268	MADP	21/09/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias Seminário de Administração e Desenvolvimento Urbano	Áudio do Seminário de Administração e Desenvolvimento Urbano	269	MADP	21/09/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias Seminário de Administração e Desenvolvimento Urbano	Áudio do Seminário de Administração e Desenvolvimento Urbano	270	MADP	22/09/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias Seminário de Administração e	Áudio do Seminário de Administração e Desenvolvimento Urbano	271	MADP	22/09/1983

	Desenvolvimento Urbano				
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias Seminário de Administração e Desenvolvimento Urbano	Áudio do Seminário de Administração e Desenvolvimento Urbano	272	MADP	22/09/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do Seminário de Capacitação de Recursos Humanos para Programas e Extensão Universitária e Dinamização Cultural	276	OEA/Fidene	01/08/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do Seminário de Capacitação de Recursos Humanos para Programas e Extensão Universitária e Dinamização Cultural	277	OEA/Fidene	05/08/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do Seminário de Capacitação de Recursos Humanos para Programas e Extensão Universitária e Dinamização Cultural	278	OEA/Fidene	05/08/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do Seminário de Capacitação de Recursos Humanos para Programas e Extensão Universitária e Dinamização Cultural	279	OEA/Fidene	05/08/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do seminário de Capacitação de Recursos para Programa de Extensão Universitária e Dinamização Cultural promovido pela OEA/Fidene no Hotel Fonte Ijuí	288	OEA/Fidene	05/08/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra da Mulher	381	DEFLA BC MADP	28/03/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de exposições Exposição Ação Integralista	Áudio de entrevista sobre a Ação Integralista Nacional – Associação de Integração Museu-Comunidade e MADP	383 T	MADP	31/03/1984
Extensão	Eventos de extensão	Áudio de entrevista sobre a Ação Integralista	385 T	MADP	31/03/1984

	Realização de exposições Exposição Ação Integralista	Nacional – Associação de Integração Museu-Comunidade e MADP - continuação			
Extensão	Eventos de extensão Realização de exposições Exposição Ação Integralista	Áudio de entrevista sobre a Ação Integralista Nacional – Associação de Integração Museu-Comunidade e MADP - continuação	386	MADP	31/03/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de exposições Exposição Ação Integralista	Áudio de palestra sobre o integralismo promovida pelo DCS e MADP	387	MADP	06/04/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de exposições Exposição Ação Integralista	Áudio de palestra sobre integralismo promovida pelo DCS e MADP - continuação	388	MADP	06/04/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de debate sobre o Brasil pós 64	393	DEFLA MADP	09/04/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de debate sobre o Brasil pós 64	394	DEFLA MADP	09/04/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de debate sobre o Brasil pós 64	395	DEFLA MADP	09/04/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de debate sobre o Brasil pós 64	396	DEFLA MADP	10/04/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de debate sobre o Brasil pós 64	397	DEFLA MADP	10/04/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra O Índio no Brasil	401	DEFLA MADP	26/04/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra O Índio no Brasil promovida pelo DEFLA e MADP	402	DEFLA MADP	26/04/1984

Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra Palestra Movimento Sindical no Brasil Hoje	404	DCS, DEFLA, 31 ° núcleo CPERS	23/05/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra Palestra Movimento Sindical no Brasil Hoje promovido pelo DCS, DEFLA, 31 ° núcleo CPERS e intersindical na sede do Sindicato dos Comercíarios - continuação	405	DCS, DEFLA, 31 ° núcleo CPERS	23/05/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da palestra do secretário da Saúde e Meio Ambiente durante o Seminário de Administração Hospitalar	409	DCSa	01/06/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da palestra do secretário da Saúde e Meio Ambiente durante o Seminário de Administração Hospitalar	410	DCSa	01/06/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do Seminário de Administração Hospitalar	411	DCSa	01/06/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do Seminário de Administração Hospitalar	412	DCSa	01/06/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do Seminário de Administração Hospitalar	413	DCSa	02/06/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do Seminário de Administração Hospitalar	414	DCSa	02/06/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do Seminário de Administração Hospitalar	415	DCSa	02/06/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do Seminário de Administração Hospitalar	416	DCSa	02/06/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do Seminário de Administração Hospitalar	417	DCSa	02/06/1984

	conferencias				
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do Seminário de Administração Hospitalar	418	DCSa	02/06/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 1º Encontro de Núcleos da Região Missioneira – painel sobre a situação econômica, política, social brasileira	425 T	31º Núcleo do CPERS	23/04/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 1º Encontro de Núcleos da Região Missioneira – painel sobre a situação econômica, política, social brasileira	426 T	31º Núcleo do CPERS	23/04/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 1º Encontro de Núcleos da Região Missioneira – painel sobre educação e autoritarismo	427 T	31º Núcleo do CPERS	23/04/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 1º Encontro de Núcleos da Região Missioneira – painel sobre educação e autoritarismo	428 T	31º Núcleo do CPERS	23/04/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 1º Encontro de Núcleos da Região Missioneira – painel sobre educação e autoritarismo	429 T	31º Núcleo do CPERS	24/04/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 1º Encontro de Núcleos da Região Missioneira – painel sobre educação e autoritarismo	430 T	31º Núcleo do CPERS	24/04/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do I Encontro de Núcleos da Região Missioneira – debate e propostas promovido pelo 31º Núcleo do CPERS	431	31º Núcleo do CPERS	24/04/1983
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de Palestra “Polônia – o partido, a igreja, solidariedade”	439	DEFLA	20/07/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de Palestra “Polônia – o partido, a igreja, solidariedade”	440	DEFLA	20/07/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da palestra Dias Afro-brasileiros sobre o negro no RS	443	DEFLA	20/11/1984
Extensão	Eventos de extensão	Áudio da palestra Dias Afro-brasileiros	444	DEFLA	20/11/1984

	Realização de palestras e conferencias	sobre o negro no RS			
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de Seminário Latino Americano de Administração Rural	445	Fidene, CEDAL, PROCAP/CIDE (Chile) e Inter-AFOCC (França)	22/08/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de Seminário Latino Americano de Administração Rural	446	Fidene, CEDAL, PROCAP/CIDE (Chile) e Inter-AFOCC (França)	23/08/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de Seminário Latino Americano de Administração Rural	447	Fidene, CEDAL, PROCAP/CIDE (Chile) e Inter-AFOCC (França)	23/08/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de Seminário Latino Americano de Administração Rural	448	Fidene, CEDAL, PROCAP/CIDE (Chile) e Inter-AFOCC (França)	23/08/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra Dias Riograndenses sobre história, economia e política	452	DEFLA	24/09/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra Dias Riograndenses sobre história, economia e política	453	DEFLA	24/09/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra Dias Riograndenses sobre teatro, artes plásticas, cinema, música	456	DEFLA	26/09/1984

Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da palestra Dias Riograndenses sobre teatro, artes plásticas, cinema, música	457	DEFLA	26/09/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da palestra Dias Riograndenses sobre teatro, artes plásticas, cinema, música	458	DEFLA	26/09/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da palestra Dias Riograndenses sobre literatura no RS	460	DEFLA	24/09/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da palestra Dias Riograndenses sobre literatura no RS	461	DEFLA	24/09/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da palestra Dias Riograndenses sobre literatura no RS	462	DEFLA	24/09/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra sobre a função do brinquedo na educação da criança	463	MADP	10/10/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra Dias Latino Americanos sobre geopolítica brasileira	465 T	DEFLA	25/10/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra Dias Latino Americanos sobre geopolítica brasileira	466 T	DEFLA	25/10/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra sobre a Coluna Prestes – 60 anos depois	469	Fundames – Fisa – Fidene/Unijuí, Câmara de Vereadores de São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo	27/10/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra sobre a Coluna Prestes – 60 anos depois	470	Fundames – Fisa –	27/10/1984

	conferencias			Fidene/Unijuí , Câmara de Vereadores de São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo	
Extensão	Eventos de extensão Seminário Nacioal “As novas universidade brasileiras: inovação ou repetição Lançameto de livro	Áudio do Lançamento do livro “Universidade Emergente – O Ensino Superior em Ijuí (RS) de 1957 a 1983	492	CIESI Direção de pesquisa e extensão	22/11/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de exposições	Áudio de palestra sobre arte rupestre promovida pelo MADP	502	MADP	17/04/1985
Extensão	Eventos de extensão Realização de exposições	Áudio de palestra sobre arte rupestre promovida pelo MADP - continuação	503	MADP	17/04/1985
Extensão	Eventos de extensão Realização de exposições	Áudio de palestra sobre ser índio hoje no RS promovida pelo MADP	504	MADP	18/04/1985
Extensão	Eventos de extensão Realização de exposições	Áudio de palestra sobre ser índio hoje no RS promovida pelo MADP - continuação	505	MADP	18/04/1985
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da palestra Dias Latino Americanos sobre a educação na América Latina	523	DEFLA	23/05/1985
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da palestra Dias Latino Americanos sobre a educação na América Latina - continuação	524	DEFLA	23/05/1985
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da palestra Dias Latino Americanos sobre a educação na América Latina - continuação	525	DEFLA	23/05/1985
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e	Áudio da palestra Dias Latino Americanos sobre prosa gauchesca no Prata	526	DEFLA	24/05/1985

	conferencias				
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da palestra Dias Latino Americanos sobre prosa gauchesca no Prata - continuação	527	DEFLA	24/05/1985
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da palestra Dias Latino Americanos sobre prosa gauchesca no Prata - continuação	528	DEFLA	24/05/1985
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da palestra Dias Latino Americanos sobre prosa gauchesca no Prata - continuação	529	DEFLA	24/05/1985
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do II Seminário Regional de Saúde e Meio Ambiente	530	DCSa, CISMI, Secretaria de Saúde	05/10/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do II Seminário Regional de Saúde e Meio Ambiente - continuação	531	DCSa, CISMI, Secretaria de Saúde	05/10/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do II Seminário Regional de Saúde e Meio Ambiente - continuação	532	DCSa, CISMI, Secretaria de Saúde	05/10/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do II Seminário Regional de Saúde e Meio Ambiente - continuação	533	DCSa, CISMI, Secretaria de Saúde	05/10/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do II Seminário Regional de Saúde e Meio Ambiente - continuação	534	DCSa, CISMI, Secretaria de Saúde	06/10/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do II Seminário Regional de Saúde e Meio Ambiente - continuação	535	DCSa, CISMI, Secretaria de Saúde	06/10/1984
Extensão	Eventos de extensão	Áudio de Palestra sobre a Coluna Prestes –	536	Fundames –	29/10/1984

	Realização de palestras e conferencias	60 anos		Fisa – Fidene/Unijuí, Câmara de Vereadores de São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo	
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de Palestra sobre a Coluna Prestes – 60 anos - continuação	537	Fundames – Fisa – Fidene/Unijuí, Câmara de Vereadores de São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo	29/10/1984
Extensão	Eventos de extensão Realização de exposições Nome exposição	Áudio de Palestra/depoimento sobre pintura	539	MADP	16/07/1985
Extensão	Eventos de extensão Realização de exposições Nome exposição	Áudio de Palestra/depoimento sobre pintura - continuação	540	MADP	16/07/1985
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da palestra Dias Rio Grandenses sobre história do RS a partir de 1930	541	DEFLA	15/07/1985
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da palestra Dias Rio Grandenses sobre história do RS a partir de 1930 - continuação	542	DEFLA	15/07/1985
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da palestra Dias Rio Grandenses sobre história do RS a partir de 1930 - continuação	543	DEFLA	15/07/1985
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da palestra Dias Rio Grandenses sobre artes plásticas no RS	544	DEFLA	16/07/1985

	conferencias				
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da palestra Dias Rio Grandenses sobre artes plásticas no RS - continuação	545	DEFLA	16/07/1985
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da palestra Dias Rio Grandenses sobre literatura riograndense	546	DEFLA	17/07/1985
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da palestra Dias Rio Grandenses sobre literatura rio-grandense - continuação	547	DEFLA	17/07/1985
Extensão	Eventos de extensão Realização de exposições Programação do índio	Áudio de palestra da Semana do Índio sobre terras indígenas	561	MADP	16/04/1986
Extensão	Eventos de extensão Realização de exposições Programação do índio	Áudio de palestra da Semana do Índio sobre terras indígenas	562	MADP	04/1986
Extensão	Eventos de extensão Realização de exposições Programação do índio	Áudio de palestra da Semana do Índio sobre terras indígenas	563	MADP	04/1986
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio sobre Dias Afro-Brasileiros	567	IFLA/DEFLA	29/05/1986
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio sobre Dias Afro-Brasileiros	568	IFLA/DEFLA	30/05/1986
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio sobre Dias Afro-Brasileiros	569	IFLA/DEFLA	30/05/1986
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio sobre Dias Afro-Brasileiros	570	IFLA/DEFLA	30/05/1986
Extensão	Eventos de extensão Realização de exposições Painel sobre a história da imprensa em Ijuí e exposição	Áudio do painel sobre a história da imprensa em Ijuí	576	MADP	10/09/1986

Extensão	Eventos de extensão Realização de exposições Painel sobre a história da imprensa em Ijuí e exposição	Áudio do painel sobre a história da imprensa em Ijuí	577	MADP	10/09/1986
Extensão	Eventos de extensão Realização de exposições Painel sobre a história da imprensa em Ijuí e exposição	Áudio do painel sobre a história da imprensa em Ijuí	578	MADP	10/09/1986
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do Seminário As Novas Universidades Brasileiras: inovação ou repetição	591	CIESI Direção de pesquisa e extensão	12,13 e 14/11/84
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do Seminário As Novas Universidades Brasileiras: inovação ou repetição	592	CIESI Direção de pesquisa e extensão	12,13 e 14/11/84
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do Seminário As Novas Universidades Brasileiras: inovação ou repetição	593	CIESI Direção de pesquisa e extensão	12,13 e 14/11/84
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do Seminário As Novas Universidades Brasileiras: inovação ou repetição	594	CIESI Direção de pesquisa e extensão	12,13 e 14/11/84
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do Seminário As Novas Universidades Brasileiras: inovação ou repetição	595	CIESI Direção de pesquisa e extensão	12,13 e 14/11/84
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do Seminário As Novas Universidades Brasileiras: inovação ou repetição	596	CIESI Direção de pesquisa e extensão	12,13 e 14/11/84
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do Seminário As Novas Universidades Brasileiras: inovação ou repetição	597	CIESI Direção de pesquisa e	12,13 e 14/11/84

				extensão	
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do Seminário As Novas Universidades Brasileiras: inovação ou repetição	598	CIESI Direção de pesquisa e extensão	12,13 e 14/11/84
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do Seminário As Novas Universidades Brasileiras: inovação ou repetição	599	CIESI Direção de pesquisa e extensão	12,13 e 14/11/84
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra do II Encontro de Museus do Cone Sul	700 T	MADP	11/08/1988
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra do II Encontro de Museus do Cone Sul	701 T	MADP	11/08/1988
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra dos Dias Afro Brasileiros	880		1988
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra dos Dias Afro Brasileiros	881		1988
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra do I Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	889	MADP Unijuí	28/08/1990
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra do I Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	890	MADP Unijuí	28/08/1990
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra do I Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	891	MADP Unijuí	28/08/1990
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra I Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	892	MADP Unijuí	28/08/1990
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra do I Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	893	MADP Unijuí	29/08/1990

	conferencias	História do Cone Sul			
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra do I Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	894	MADP Unijuí	29/08/1990
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra do I Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	895	MADP Unijuí	29/08/1990
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra do I Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	896	MADP Unijuí	29/08/1990
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra do I Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	897	MADP Unijuí	29/08/1990
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra do I Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	898	MADP Unijuí	30/08/1990
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra do I Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	899	MADP Unijuí	30/08/1990
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra do I Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	900	MADP Unijuí	30/08/1990
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da plenária do I Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	901	MADP Unijuí	30/08/1990
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio da plenária do I Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	902	MADP Unijuí	30/08/1990
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de encerramento do I Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	903	MADP Unijuí	30/08/1990
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra abertura do II Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	907 T	MADP	10/12/1991
Extensão	Eventos de extensão	Áudio do II Encontro Latino Americano de	908 T	MADP	10/12/1991

	Realização de palestras e conferências	Museus de Antropologia e História do Cone Sul			
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferências	Áudio do II Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	909 T	MADP	10/12/1991
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferências	Áudio do II Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	910	MADP	10/12/1991
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferências	Áudio do II Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	911	MADP	10/12/1991
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferências	Áudio do II Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	912	MADP	11/12/1991
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferências	Áudio do II Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	913	MADP	11/12/1991
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferências	Áudio do II Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	914	MADP	11/12/1991
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferências	Áudio do II Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	914	MADP	12/1991
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferências	Áudio do II Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	915	MADP	11/12/1991
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferências	Áudio do II Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	915	MADP	12/12/1991
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferências	Áudio do II Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	916	MADP	12/12/1991
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferências	Áudio do II Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	917	MADP	12/12/1991

Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do II Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	918	MADP	12/12/1991
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do II Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul	919	MADP	12/12/1991
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de abertura do 3º Encontro de Museus do Cone Sul	922 T	MADP SEM	24/08/1993
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 3º Encontro de Museus do Cone Sul	923 T	MADP	24/08/1993
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 3º Encontro de Museus do Cone Sul	924 T	MADP	24/08/1993
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 3º Encontro de Museus do Cone Sul	925 T	MADP	24/08/1993
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 3º Encontro de Museus do Cone Sul	926 T	MADP	25/08/1993
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 3º Encontro de Museus do Cone Sul	927 T	MADP	25/08/1993
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 3º Encontro de Museus do Cone Sul	928 T	MADP	25/08/1993
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 3º Encontro de Museus do Cone Sul	929	MADP	26/08/1993
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 3º Encontro de Museus do Cone Sul	930	MADP	26/08/1993
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 3º Encontro de Museus do Cone Sul	931	MADP	26/08/1993

	conferencias				
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 3º Encontro de Museus do Cone Sul	932	MADP	26/08/1993
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 3º Encontro de Museus do Cone Sul	933	MADP	26/08/1993
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 3º Encontro de Museus do Cone Sul	934	MADP	27/08/1993
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 3º Encontro de Museus do Cone Sul	935	MADP	27/08/1993
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 3º Encontro de Museus do Cone Sul	936 T	MADP	27/08/1993
Extensão	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio do 3º Encontro de Museus do Cone Sul	937 T	MADP	27/08/1993
Extensão	Ouvir Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra sobre a Reorganização Partidária e Democracia	62	DCS	30/03/1979
Extensão	Ouvir Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra sobre a Reorganização Partidária e Democracia promovida pelo DCS - continuação	63	DCS	30/03/1979
Extensão	Participação em Encontros, palestras, simpósios, congressos e cursos	Áudio do I Simpósio Elementos Culturais do RS	48		24/10/1978
Extensão	Participação em Encontros, palestras, simpósios, congressos e cursos	Áudio do I Simpósio Elementos Culturais do RS	49		
Extensão	Participação em Encontros, palestras, simpósios, congressos	Áudio do I Simpósio Elementos Culturais do RS	50		25/10/1978

	e cursos				
Extensão	Realização de cursos de extensão	Áudio do Curso de Professores Rurais promovido pela Coordenadoria de Serviços à Região da Fidene	51	Coordenadoria de serviços à região	
Extensão	Realização de encontros, seminários, palestras	Áudio do Painel Painel II Guerra Mundial durante a reunião da AIMIC do MADP	961	MADP AIMC	25/05/1995
Extensão	Realização de encontros, seminários, palestras	Áudio do Painel Painel II Guerra Mundial durante a reunião da AIMIC do MADP	962	MADP AIMC	25/05/1995
Extensão	Realização de encontros, seminários, palestras	Áudio do Painel Painel II Guerra Mundial durante a reunião da AIMIC do MADP	963	MADP AIMC	29/06/1995
Extensão	Realização de encontros, seminários, palestras	Áudio do Painel Painel II Guerra Mundial durante a reunião da AIMIC do MADP	964	MADP AIMC	29/06/1995
Extensão	Realização de encontros, seminários, palestras	Áudio de palestra O Movimento Negro Contemporâneo: perspectivas para os anos 90 – 300 Anos Rito dos Palmares	972	DCS LA Etc.	14/11/1995
Extensão	Realização de encontros, seminários, palestras	Áudio de palestra O Movimento Negro Contemporâneo: perspectivas para os anos 90 – 300 Anos Rito dos Palmares	973	DCS LA Etc.	14/11/1995
Extensão	Realização de exposições, mostras...	Áudio da Mostra Evolução Histórica de Ijuí	131	MADP	14/10/1980
Extensão	Realização de exposições, mostras...	Áudio da Mostra Evolução Histórica de Ijuí	# 132 T	MADP	14/10/1980
Extensão	Realização de exposições, mostras...	Áudio da Mostra Evolução Histórica de Ijuí	# 133 T	MADP	16/10/1980
Extensão	Realização de exposições, mostras... Semana da Criança	Áudio de abertura da Semana da Criança promovido pelo MADP	464	MADP	08/10/1984
Extensão	Realização de exposições, mostras... Programa do Índio	Áudio de palestra Como Vivem os Índios do RS para estudantes do 1º grau	945	MADP	13/04/1994
Extensão	Realização de exposições, mostras... Programa do Índio	Áudio de palestra Como Vivem os Índios do RS para estudantes do 1º grau	946	MADP	13/04/1994
Extensão	Realização de exposições,	Áudio de abertura da Mostra Correio Serrano	951	MADP	16/06/1994

	mostras... Exposição Mostra Correio Serrano – Uma História de Gerações	– Uma História de Gerações com homenagem à Ulrich Löw			
Extensão	Realização de exposições, mostras... Exposição Mostra Correio Serrano – Uma História de Gerações	Áudio de abertura da Mostra Correio Serrano – Uma História de Gerações com homenagem à Ulrich Löw	952	MADP	16/06/1994
Extensão	Realização de exposições, mostras... Exposição “Dunga – O Gigante do Tetra”	Áudio de Música clássica durante a Exposição “Dunga – O Gigante do Tetra”	958	MADP	01/1995

OF	Ouvir Comunicações Comunicação social Relações com a imprensa	Áudio do Spot da festa popular da Fidene na Rádio Progresso de Ijuí	292	FIDENE	13-14/03/1981
Organização e Funcionamento	Concepção, organização e funcionamento Criação da Associação de Integração Museu-Comunidade	Áudio de Reunião de criação da Associação de Integração Museu-Comunidade	256	AIMC	20/08/1983
Organização e Funcionamento	Concepção, organização e funcionamento Criação da Associação de Integração Museu-Comunidade	Áudio da Reunião de criação da Associação de Integração Museu-Comunidade	273	AIMC	20/08/1983
Organização e funcionamento	Concepção, organização e funcionamento Aprovação da carta-consulta da Unijuí	Áudio da Reunião do Conselho Federal de Educação em Brasília para aprovação da carta-consulta da Unijuí	274	FIDENE	02/08/1983
Organização e funcionamento	Concepção, organização e funcionamento Aprovação da carta-consulta da Unijuí	Áudio da Reunião do Conselho Federal de Educação em Brasília para aprovação da carta-consulta da Unijuí - continuação	275	FIDENE	02/08/1983
Organização e	Elaboração de políticas	Áudio do Seminário de Avaliação e	979	MADP	22/09/1999

funcionament o	Elaboração do PDI	Planejamento do MADP			
Organização e funcionament o	Elaboração de políticas Elaboração do PDI	Áudio do Seminário de Avaliação e Planejamento do MADP	980	MADP	22/09/1999
Organização e Funcionament o	Processo de regionalização da Unijuí	Áudio de reunião plenária do Conselho Federal de Educação em Brasília sobre o processo de regionalização da Unijuí	942	Unijuí	04/08/1993
Organização e Funcionament o	Processo de regionalização da Unijuí	Áudio de reunião plenária do Conselho Federal de Educação em Brasília sobre o processo de regionalização da Unijuí	943	Unijuí	04/08/1993
Organização e Funcionament o	Processo de regionalização da Unijuí	Áudio de reunião plenária do Conselho Federal de Educação em Brasília sobre o processo de regionalização da Unijuí	944	Unijuí	04/08/1993

Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio de entrevista sobre artesanato em madeira - Dia da Memória Popular Regional	633 LA T	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio de entrevista sobre remédios caseiros e ervas - Dia da Memória Popular Regional	633 LB T	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio de entrevista sobre remédios caseiros e ervas, instrumento musical – serrote, crenças e superstições no Dia da Memória Popular Regional	634 T	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio sobre crenças e superstições no Dia da Memória Popular Regional	635	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio sobre música, poesia, história de Panambi no Dia da Memória Popular Regional	636	FIDENE	

Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio sobre história de Panambi; tocando serrote no Dia da Memória Popular Regional	637	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio sobre músicas, poesia e trovas no Dia da Memória Popular Regional	638	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio sobre benzimentos e remédios caseiros no Dia da Memória Popular Regional	639	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio sobre história de, músicas, poesia, música, remédios caseiros no Dia da Memória Popular Regional	640	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio de entrevista do Dia da Memória Popular Regional	655	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio de entrevista do Dia da Memória Popular Regional	657	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	658	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio de palestra do Dia da Memória Popular Regional	659	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico	Áudio de palestra do Dia da Memória Popular Regional	660	FIDENE	

	regional				
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	661	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	662	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	663	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	664	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional sobre a Revolução de 1924 e “arrumador de osso”	665	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	666	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	667	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	668	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	669	FIDENE	

	patrimônio histórico e artístico regional				
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	670	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	671	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	672	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	673	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	674	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	675	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	676	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	677	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	678	FIDENE	

	Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional				
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	679	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	680	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	681	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	682	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	683	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	684	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	685	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	686	FIDENE	

Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	687	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	688	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	689	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	690	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	691	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	692	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	693	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	694	FIDENE	
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	695	FIDENE	

	regional				
Pesquisa	25 Anos de Ensino Superior na Fidene Levantamento do patrimônio histórico e artístico regional	Áudio do Dia da Memória Popular Regional	696	FIDENE	
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisas	Áudio de entrevista sobre a cultura riograndense	01 LA	MADP	1971
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisas	Áudio de entrevista sobre a imigração	02	MADP	20/06/1973
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisas	Áudio de entrevista sobre produção e técnicas na agricultura	03 T	MADP	16/05/1975
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisas	Áudio de entrevista sobre a evolução histórica do trabalho	04 T	MADP	23/05/1975
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisas	Áudio de entrevista sobre a comunidade Barreiro	05 T	MADP	26/06/1975
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a Sociedade Italiana da Linha 8	11 LA T	MADP	21/10/1975
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre imigração e Batalha da Ramada	29 T	MADP	20/06/1973
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre imigração	30	MADP	
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história da família Hickembick	124 T	MADP	24/02/1981
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre Ijuí e região	160 LB T	MADP	06/06/1981
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre Ijuí e região - continuação	161 T	MADP	06/06/1981
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história de Vila Jóia, Tupaciretã	162	MADP	09/05/1981
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história de Vila Jóia, Tupaciretã - continuação	163	MADP	09/05/1981
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista com a esposa de Antônio Mastella, fundador da Vila de Jóia	178	MADP	10/08/1981
Pesquisa	Coleta de dados	Áudio de entrevista com o antigo professor	179 T	MADP	03/09/1981

	Realização de pesquisa	de Ijuí residente na Linha 3 Oeste			
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre fotografia	195	MADP	30/05/1982
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história dos letos em Ijuí no MADP	# 210 T	MADP	02/08/1982
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista por Paulo C. Tielet, Paulo Schneider e Leonilda M. Preissler	211	MADP	21/08/1982
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista por Paulo C. Tielet, Paulo Schneider e Leonilda M. Preissler - continuação	212	MADP	21/08/1982
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história da Família Bós e Ijuí	215 T	MADP	23/09/1982
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história da Família Bós e Ijuí - continuação	216 T	MADP	23/09/1982
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história da Família Michaelsen em Ijuí	217 T	MADP	21/12/1982
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a Sociedade Tadeu Kociusko, vida em Ijuí e família	# 220 T	MADP	08/02/1983
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre história de Ijuí e famílias ijuienses	# 221 T	MADP	1977
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre história de Ijuí e famílias ijuienses - continuação	222	MADP	11/11/1977
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre história de Ijuí e famílias ijuienses - continuação	# 223 T	MADP	13/08/1977
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre história de Ijuí e famílias de imigrantes letos e italianos	# 224 T	MADP	19/06/1977
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre história de Ijuí no Laboratório de Solos da Fidene	225	MADP	03/10/1977
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre cooperativismo	232	MADP	25/03/1982
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre cooperativismo - continuação	233	MADP	09/10/1981
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre cooperativismo - continuação	234	MADP	25/03/1982
Pesquisa	Coleta de dados	Áudio de entrevista sobre Ijuí, Alto da União	236 T	MADP	07/03/1983

	Realização de pesquisa	e família Korb			
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história de Ijuí	238 T	MADP	11/05/1983
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história do fotógrafo Augusto Bauken	239	MADP	11/03/1983
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a História de Itaí	248 T	MADP	24/05/1983
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a História de Itaí - continuação	249 T	MADP	15/04/1983
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a História de Itaí - continuação	250 T	MADP	08/04/1983
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a História de Itaí - continuação	251 T	MADP	26/04/1983
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a História de Itaí - continuação	252 T	MADP	28/04/1983
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a História de Itaí - continuação	253 T	MADP	11/08/1983
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a História de Itaí - continuação	254 T	MADP	30/08/1983
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a História e a escola de Itaí	255 T	MADP	30/08/1983
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o processo de fabricação de erva-mate em Coronel Barros	286 T	MADP	29/11/1983
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevistas sobre a história do Itaí	289 T	MADP	27/12/1983
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o processo de fabricação de cachaça	290 T	MADP	26/12/1983
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a fabricação de artefatos de cerâmica, na residência do casal no Bairro Industrial	291	MADP	22/11/1983
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista com imigrante russo	299	MADP	18/01/1984
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista com imigrantes poloneses na E E 1º Grau M. Pio José Busanello de Povoado Santana	403	MADP	28/04/1984

Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevistas com índios Kaingang da Aldeia de Péi-Kãr	449 T	MADP	05/09/1984
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevistas com índios Kaingang da Aldeia de Péi-Kãr	450	MADP	05/09/1984
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevistas com índios Kaingang da Aldeia de Péi-Kãr	451 T	MADP	05/09/1984
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história de Povoado Santana	455	MADP	05/12/1982
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a passagem da Coluna Prestes em Ajuricaba	459 T	MADP	05/10/1984
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o sindicalismo em Ijuí com fundador do mesmo	493 T	MADP	13/02/1985
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o sindicalismo em Ijuí com fundador do mesmo - continuação	494 T	MADP	13/02/1985
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o sindicalismo urbano dos trabalhadores de Ijuí e história do Sindicato dos Metalúrgicos	498 T	MADP	16-17/04/1985
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o sindicalismo urbano dos trabalhadores de Ijuí e história do Sindicato dos Metalúrgicos - continuação	499	MADP	17/04/1985
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história do Sindicato dos Comerciários de Ijuí, com ex-presidente	500 LA	MADP	23/04/1985
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Ijuí	500 LB	MADP	24/04/1985
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Ijuí - continuação	501 LA	MADP	23/04/1985
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história do Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Ijuí	501 LB		07/05/1985
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história do sindicalismo e Círculo Operário de Ijuí,	548	MADP	14/07/1985
Pesquisa	Coleta de dados	Áudio de entrevista sobre a história da	549	MADP	14/08/1985

	Realização de pesquisa	família de fotógrafos			
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista com fotógrafo de Ijuí na Linha 11 Leste	550	MADP	12/12/1985
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista com fotógrafo de Ijuí na Linha 11 Leste - continuação	551	MADP	12/12/1985
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história do coronelismo em Ijuí	552 T	MADP	12/12/1985
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história do coronelismo em Ijuí - continuação	553 LA T	MADP	12/12/1985
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história da União dos Comerciários de Ijuí	553 LB T	MADP	17/06/1986
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história do coronelismo em Ijuí	556 T	MADP	24/01/1986
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história do coronelismo em Ijuí	557 T	MADP	24/01/1986
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história da família de imigrantes holandeses em Augusto Pestana	# 558 T	MADP	13/04/1986
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história da família de imigrantes holandeses em Augusto Pestana	# 559 T	MADP	13/04/1986
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história do coronelismo em Ijuí	560 T	MADP	18/06/1986
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história de Barreiro e do coronelismo em Ijuí	564 T	MADP	23/06/1986
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história do coronelismo em Ijuí	571 T	MADP	25/06/1986
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história do coronelismo em Ijuí	572 T	MADP	25/06/1986
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história da escola do professor Roeber, início da colonização e coronelismo	573 T	MADP	11/06/1986
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história do coronelismo em Ijuí	574 T	MADP	21/07/1986
Pesquisa	Coleta de dados	Áudio de entrevista sobre a história do	575	MADP	21/07/1986

	Realização de pesquisa	coronelismo em Ijuí			
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre futebol e história de Ijuí	587	MADP	26/04/1983
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista com antigo carroceiro entre Campo Novo e Jaguari	588	MADP	01/12/1985
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre Coluna Prestes	589	MADP	
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre artesanato – Cultura Popular	590	MADP	14/11/1985
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre tropeiro e Frigorífico Serrano	# 603 T	MADP	12/01/1988
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre tropeiro e Frigorífico Serrano	# 604 T	MADP	12/01/1988
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história de Santa Lúcia	697 T	MADP	09/11/1988
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevistas com caboclos de Ajuricaba	# 698 T	MADP	21/12/1988
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história de Santa Lúcia	699 T	MADP	22/10/1988
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre caboclos	699 T	MADP	21/12/1988
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre colonização italiana em Ijuí	702 T	MADP	24/08/1988
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre colonização italiana em Ijuí	703 T	MADP	24/08/1988
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o histórico da Comunidade de Santa Lúcia	704 T	MADP	11/12/1975
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre as histórias da família Costa Beber em Santa Lúcia	705 T	MADP	04/09/1988
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre coronelismo em Ijuí	824 T	MADP	04/04/1989
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história política de Ijuí	825 T	MADP	07/04/1989
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história da família Bós e história de Ijuí	# 826 T	MADP	04/1989

Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história da família Bós e história de Ijuí	827	MADP	04/1989
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevistas com idosos de Santa Lúcia	# 828 T	MADP	
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre história de Ijuí	843 T	MADP	05/1989
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o Instituto de Menores de Ijuí	844	MADP	1988
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o Lar Bom Abrigo	845	MADP	1988
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre coronelismo em Ijuí	846 T	MADP	22/05/1989
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre Revolução 1923 e vida social das décadas de 1920 e 1930	847 T	MADP	30/05/1989
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história de Salto e da família Gabbi	# 848 T	MADP	05/1989
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre história e genealogias de Barreio	# 849 T	MADP	14/06/1989
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre história e genealogias de Barreio	850	MADP	14/06/1989
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista a colonização de Barreiro	851	MADP	09/06/1989
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a colonização	852	MADP	
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a colonização	853	MADP	
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre integralismo, fotografia e genealogia	855 T	MADP	21/06/1989
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre integralismo, fotografia e genealogia	856 T	MADP	21/06/1989
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o período do Estado Novo	857 T	MADP	11/07/1989
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre coronelismo em Ijuí	859 T	MADP	11/1989
Pesquisa	Coleta de dados	Áudio de entrevista sobre coronelismo em	860	MADP	12/1989

	Realização de pesquisa	Ijuí e o PRP			
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a vida de Luiz Amaro	861 T	MADP	29/11/1989
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista com moradores de Salto	862	MADP	16/12/1989
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista com moradores de Salto	863	MADP	16/12/1989
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o integralismo em Ijuí	864 T	MADP	11/11/1989
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história da família Moresco e história da Colônia Santo Antônio	865 T	MADP	21/09/1989
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história de Vila Santo Antônio	866	MADP	17/03/1990
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história de Vila Santo Antônio	867	MADP	17/03/1990
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre caboclo	948	MADP	10/02/1994
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre Luiz Amaro	949	MADP	10/12/1991
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre história de Ijuí	969	MADP	02/05/1996
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o Frigorífico Serrano	974	MADP	
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história dos caboclos e de Luis Amaro	975	MADP	1995
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o Posto Florestal de Ijuí – Posto Agropecuário	976	MADP	03/04/1997
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o Posto Florestal de Ijuí – Posto Agropecuário	977	MADP	03/04/1997
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o Frigorífico Serrano	978	MADP	21/08/1996
Pesquisa	Comemoração dos 15 anos do Curso de Direito I Concurso de monografias	Áudio de entrevistas com professores e ex-alunos do Curso de Direito da Unijuí para o concurso de monografias do curso	989	Núcleo de divulgação científica do	[2001]

	jurídicas			DEJ	
Pesquisa	Comemoração dos 15 anos do Curso de Direito I Concurso de monografias jurídicas	Áudio de entrevistas Entrevistas com ex-alunos e professores do Curso de Direito da Unijuí para o concurso de monografias do curso	990	Núcleo de divulgação científica do DEJ	[2001]
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre confecção de artesanato com moradores de Augusto Pestana	44 LB		
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a história da Imasa - Indústria de Máquinas Agrícolas S.A	76	MADP	25/07/1979
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista com zelador do Museu das Ruínas de São Miguel	134		03/1980
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o Colégio Soares de Barros	135		09/1980
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o IMERAB	135		09/1980
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a Cooperativa	135		09/1980
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o Instituto de Menores de Ijuí (primeira parte)	135		09/1980
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o Instituto de Menores de Ijuí (segunda parte)	136		09/1980
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o Colégio Soares de Barros	136		09/1980
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o Colégio Soares de Barros - continuação	137		09/1980
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o Colégio Soares de Barros e Assis Brasil - continuação	137		09/1980
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre o Colégio Soares de Barros e Assis Brasil – continuação - continuação	138 LA		09/1980
Pesquisa	Coleta de dados Realização de pesquisa	Áudio de entrevista sobre a fundação de Augusto Pestana e Ijuí	160 LA T	MADP	30/05/1981
Pesquisa	Realização de projetos de pesquisa	Áudio deouvir pra colocar a descrição correta	953	MADP Sec. Des.	1994

	Projeto Descubra Ijuí			Econ. Ijuí	
--	-----------------------	--	--	------------	--

Pessoal	Aperfeiçoamento e desenvolvimento Participação em Encontros, plaestras, simpósios, congressos e cursos	Áudio de encontro realizado nas Ruínas de São Miguel das Missões sobre a devolução das terras dos índios	34	MADP	
Pessoal	Aperfeiçoamento e desenvolvimento Participação em Encontros, plaestras, simpósios, congressos e cursos	Áudio de encontro realizado nas Ruínas de São Miguel das Missões sobre a devolução das terras dos índios - continuação	35	MADP	
Pessoal	Aperfeiçoamento e desenvolvimento Participação em Encontros, plaestras, simpósios, congressos e cursos	Áudio de encontro realizado nas Ruínas de São Miguel das Missões sobre a devolução das terras dos índios - continuação	36 LA	MADP	
Pessoal	Participação em cursos, seminários e treinamentos	Áudio do Seminário "O Papel do Museu na Universidade"	419	PRORPE MADP	27/06/1984
Pessoal	Participação em cursos, seminários e treinamentos	Áudio do Seminário "O Papel do Museu na Universidade"	420	PRORPE	27/06/1984
Pessoal	Participação em cursos, seminários e treinamentos	Áudio do Seminário "O Papel do Museu na Universidade"	421	PRORPE	27/06/1984
Pessoal	Participação em cursos, seminários e treinamentos	Áudio do Seminário "O Papel do Museu na Universidade"	422	PRORPE	27/06/1984
Pessoal	Participação em eventos	Áudio do primeiro Fórum Ítalo-brasieliro em Caxias do Sul	06	MADP	
Pessoal	Participação em eventos	Áudio do primeiro Fórum Ítalo-brasieliro em Caxias do Sul - continuação	07	MADP	
Pessoal	Participação em eventos	Áudio do primeiro Fórum Ítalo-brasieliro em Caxias do Sul - continuação	08	MADP	
Pessoal	Participação em eventos	Áudio do primeiro Fórum Ítalo-brasieliro em Caxias do Sul - continuação	09	MADP	
Pessoal	Participação em eventos	Áudio do primeiro Fórum Ítalo-brasieliro em	10	MADP	

		Caxias do Sul - continuação			
Pessoal	Participação em eventos	Áudio do primeiro Fórum Ítalo-brasileiro em Caxias do Sul - continuação	11 LB	MADP	
Pessoal	Participação em eventos	Áudio de palestra sobre o eco museu	920	MADP	26/05/1992
Pessoal	Participação em eventos	Áudio de palestra sobre o eco museu	921	MADP	26/05/1992
Pessoal	Participação em eventos	Áudio de palestra A História da Mulher na França – gravação de Ana Maria Colling	947 T	DCS	11/05/1994

APÊNDICE C – LISTA COM ÁUDIOS NÃO IDENTIFICADOS DURANTE O LEVANTAMENTO DOCUMENTAL

Lista com áudios não identificados durante o levantamento documental

Quadro de arranjo

linhas em amarelo – fitas que faltam no acervo

xxx T – fitas com transcrição

xxx T – fitas com transcrição incompleta

LA- Lado A

LB – Lado B

- fitas transcritas por bolsistas de iniciação científica (BIC) da Fapergs, para publicação de “História de Ijuí” por Danilo Lazzarotto

Função	Subfunção Atividade	Tipologia documental	Fita	Produtor	Data
	Não identificado	Áudio de programa religioso e cantos religiosos	01 LB		
		Áudio de palestra sobre a situação do Índio no Brasil	15 LB		26/08/1976
		Áudio de palestra sobre a situação do Índio no Brasil - continuação	16		26/08/1976
		Áudio de palestra sobre a distribuição de Renda no Brasil	17		1976
		Áudio de palestra sobre as multinacionais	18		1976
		Áudio de palestra sobre o gaúcho realizada em Santo Angelo	19		1976
		Áudio sobre a História da FAFI	20		22/10/1976
		Áudio sobre a História da FAFI	21		04/11/1976
	ouvir	Áudio de palestra realizada por Martin Koplas	28		
	ouvir	Áudio do curso de Sindicalismo – organização sindical	31	FIDENE Fundação Gaúcha de Trabalho	19/09/1977

	ouvir	Áudio do II Simpósio de Estudos Missioneiros - palestra "As Reduções Jesuíticas	32		18-22/10/1977
	ouvir	Áudio da palestra "Os Índios Sobreviventes do Sul" do II Simpósio de Estudos Missioneiros em Santa Rosa	33		18-22/10/1977
	ouvir	Áudio do Programa Americanto na Cripta São Geraldo	37		
	ouvir	Áudio de palestra "Situação do Índio e dos Posseiros no Brasil" realizado pelos bispos da Igreja São Geraldo	38	realizado pelos bispos da Igreja São Geraldo	
	ouvir	Áudio da Semana da Cultura conferência "A Literatura na Década de 60"	39		23/07/1978
	ouvir	Áudio da Semana da Cultura - conferência "Função Social da Literatura de Cordel" continuação	40		22/07/1978
	ouvir	Áudio da Semana da Cultura - conferência "Função Social da Literatura de Cordel" continuação	41		22/07/1978
	ouvir	Áudio de palestra sobre a realidade Econômica do Brasil Atual	42		24/08/1978
	ouvir	Áudio de palestra sobre a realidade Econômica do Brasil Atual - continuação	43		24/08/1978
	ouvir	Áudio Vozes da Amazônia – cantos de pássaros e danças de índios	44 LA		
	ouvir Idem 42, 43, 45, 46	Áudio de palestra sobre Realidade Econômica Brasileira para Tecnólogos da Fidene	45		25/08/1978
	ouvir Idem 42, 43, 45, 46	Áudio de palestra sobre Realidade Econômica Brasileira para Tecnólogos da	46		25/08/1978

		Fidene - continuação			
	ouvir	Áudio de entrevista sobre a coleta de dados com os primeiros agricultores em férias e visita ao Porto e Terminal Luis Fogliatto	54		[1971]
	ouvir	Áudio de entrevista sobre a coleta de dados com os primeiros agricultores em férias e visita ao Porto e Terminal Luis Fogliatto - continuação	55		[1971]
	ouvir	Áudio de entrevista sobre a coleta de dados com os primeiros agricultores em férias e visita ao Porto e Terminal Luis Fogliatto - continuação	56 LA		[1971]
	ouvir	Áudio do Cancioneiros do Seminário São Geraldo	56 LB		[1970]
	ouvir	Áudio do Cancioneiros do Seminário São Geraldo - continuação	57		[1970]
	ouvir	Áudio de apresentação de Conjunto Musical Chileno	58	DJFigueiredo	09/1978
	ouvir	Áudio de narração reproduzida de disco de vinil sobre a Revolução Farroupilha	59		
	ouvir	Áudio de palestra/depoimento de índio Kaingang do Posto Nonoai	60		19/02/1979
	ouvir	Áudio de palestra/depoimento de índio Kaingang do Posto Nonoai	61 LA		19/02/1979
	Ouvir Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de debate sobre o Cooperativismo e Relações Humanas	64		27/04/1979
	Ouvir Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de debate sobre o Cooperativismo e Relações Humanas	65		27/04/1979

	Ouvir Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de debate sobre o Cooperativismo e Relações Humanas	66		27/04/1979
	Ouvir Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de debate sobre o Sindicalismo	67	DCS	08/05/1979
	Ouvir Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de debate sobre o Sindicalismo	68 LA	DCS	08/05/1979
	ouvir	Áudio sobre a Conferência “A Nova Face do Mucker” realizado pelo diretor do Instituto Histórico do RS e coronel	71		25/09/1975
	ouvir	Áudio do Painel sobre a Reforma Agrária realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores de Ijuí	72 LA		01/06/1979
	ouvir	Áudio do Painel sobre a Reforma Agrária realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores de Ijuí - continuação	72 LB		01/06/1979
	ouvir	Áudio do Painel sobre a Reforma Agrária realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores de Ijuí - continuação	73 LB		01/06/1979
	ouvir	Áudio de Recital Nativista realizado no CTG Farroupilha	74	AFFI DAJF	25/07/1979
	ouvir	Áudio de Recital Nativista realizado no CTG Farroupilha - continuação	75		25/07/1979
	ouvir	Áudio de debate sobre a Anistia	77	DCS	16/08/1979
	ouvir	Áudio de debate sobre a Anistia	78	DCS	16/08/1979
	ouvir	Áudio do Seminário sobre Perspectivas da Educação na Década de 80	96		06/12/1979

		Áudio do Seminário sobre Perspectivas da Educação na Década de 80 - continuação	97 LA		06/12/1979
		Áudio do Seminário sobre Perspectivas da Educação na Década de 80 - continuação	97 LB		06/12/1979
		Áudio do Seminário sobre Perspectivas da Educação na Década de 80 - continuação	98		06/12/1979
		Áudio do Seminário sobre Perspectivas da Educação na Década de 80 - continuação	99		06/12/1979
		Áudio do Seminário sobre Perspectivas da Educação na Década de 80 - continuação	100		07/12/1979
		Áudio do Seminário sobre Perspectivas da Educação na Década de 80 - continuação	101		
		Áudio do Seminário sobre Perspectivas da Educação na Década de 80 - continuação	102		07/12/1979
		Áudio do Seminário sobre Perspectivas da Educação na Década de 80 - continuação	103		07/12/1979
		Áudio do Seminário sobre Perspectivas da Educação na Década de 80 – continuação e conclusão	104		07/12/1979
	Ouvir	Áudio de palestra sobre a Política Indigenista Brasileira	105		08/02/1980
	ouvir	Áudio de palestra sobre a Política Indigenista Brasileira - continuação	106		08/02/1980
	ouvir	Áudio de debate sobre o programa do PMDB, Multinacionais e Torturas	107		14/02/1980
	ouvir	Áudio de debate sobre o programa do PMDB, Multinacionais e Torturas - continuação	108		14/02/1980
	ouvir	Áudio sobre o Seminário Regional de Administração e Economia Gaúcha	115		13/05/1980
		Áudio sobre o Seminário Regional de Administração e Economia Gaúcha	116		13/05/1980

		promovido			
		Áudio sobre o Seminário Regional de Administração e Economia Gaúcha	117		13/05/1980
		Áudio sobre o Seminário Regional de Administração e Economia Gaúcha	118		13/05/1980
		Áudio sobre o Seminário Regional de Administração e Economia Gaúcha	119		13/05/1980
		Áudio sobre o Seminário Regional de Administração e Economia Gaúcha	120		13/05/1980
	ouvir	Áudio de debate sobre a paralização dos estudantes universitários na Cripta da Igreja São Geraldo	128		12/09/1980
		Áudio de debate sobre a paralização dos estudantes universitários na Cripta da Igreja São Geraldo	129		12/09/1980
		Áudio de debate sobre a paralização dos estudantes universitários na Cripta da Igreja São Geraldo - continuação	130		12/09/1980
	ouvir	Áudio de palestra sobre "Um Quarto de Légua em Quadro e a Prole do Corvo"	143	Depto Letras	02/10/1980
	ouvir	Áudio de palestra sobre "Um Quarto de Légua em Quadro e a Prole do Corvo"	144	Depto Letras	02/10/1980
	ouvir	Áudio da Assembléia dos estudantes na cripta da Matriz São Geraldo	146		09/04/1980
	ouvir	Áudio da Assembléia dos estudantes na cripta da Matriz São Geraldo - continuação	147		09/04/1980
	ouvir	Áudio da I Mostra de Arte Missioneira e Mesa Redonda no salão paroquial de São Luiz Gonzaga	148		02/05/1981
		Áudio da I Mostra de Arte Missioneira e Mesa Redonda	149		02/05/1981
		Áudio da Mesa Redonda sobre Temas	150		02/05/1981

		Missioneiros e Debate sobre o Filme “A República dos Guarani”			
		Áudio da Mesa Redonda sobre Temas Missioneiros e Debate sobre o Filme “A República dos Guarani”	151		02/05/1981
		Áudio da Mesa Redonda sobre Temas Missioneiros e Debate sobre o Filme “A República dos Guarani”	152		02/05/1981
	ouvir	Áudio de palestra sobre a situação da Filosofia no Brasil	153		22/05/1981
		Áudio de palestra sobre a situação da Filosofia no Brasil	154 LA		22/05/1981
	ouvir	Áudio de Encontro de Lula com funcionários da Cotrijuí	154 LB		23/05/1981
		Áudio de Encontro de Lula com funcionários da Cotrijuí	155 LA		23/05/1981
		Áudio de Encontro de Lula com com líderes sindicais de Ijuí	155 LB		23/05/1981
	ouvir	Áudio do comício na praça da república	156 LA		23/05/1981
	ouvir	Áudio do simpósio sobre os Partidos Políticos e Conjuntura Nacional - PT na cripta da Matriz São Geraldo	164		16/07/1981
		Áudio do Simpósio sobre os Partidos Políticos e Conjuntura Nacional – PMDB	165		21/07/1981
		Áudio do Simpósio sobre os Partidos Políticos e Conjuntura Nacional – PMDB	166		21/07/1981
		Áudio do Simpósio sobre os Partidos Políticos e Conjuntura Nacional – PMDB	167 LA		21/07/1981
		Áudio do Simpósio sobre os Partidos	167 LB		23/07/1981

		Políticos e Conjuntura Nacional – PDT			
		Áudio do Simpósio sobre os Partidos Políticos e Conjuntura Nacional – PDT	168		23/07/1981
		Áudio do Simpósio sobre os Partidos Políticos e Conjuntura Nacional – PDT	169		23/07/1981
	ouvir	Áudio do encontro e reivindicações dos Trabalhadores Rurais de Ijuí	170		
		Áudio do encontro e reivindicações dos Trabalhadores Rurais de Ijuí - continuação	171		
		Áudio do encontro e reivindicações dos Trabalhadores Rurais de Ijuí - continuação	172		
		Áudio do encontro e reivindicações dos Trabalhadores Rurais de Ijuí - continuação	173		
	ouvir	Áudio da Assembléia geral dos alunos do regime de férias da FAFI-FIDENE	174		27/07/1981
		Áudio da Assembléia geral dos alunos do regime de férias da FAFI-FIDENE - continuação	175		27/07/1981
	ouvir	Áudio de palestra sobre sociologia do folclore para os alunos da Escola Francisco de Assis	176		17/08/1981
		Áudio de palestra sobre sociologia do folclore para os alunos da Escola Francisco de Assis - continuação	177		18/08/1981
	ouvir	Áudio do Fórum sobre Economia Gaúcha: Impasses e Alternativas no auditório do CEAP	181		13/10/1981
		Áudio do Fórum sobre Economia Gaúcha: Impasses e Alternativas no auditório do CEAP - continuação	182		13/10/1981
	ouvir	Áudio do Ensino no Meio Rural, discussões das publicações e dos departamentos da	185		1981

		Fidene			
	ouvir	Áudio da Semana do histórico da UNE, luta estudantil, UEE/RS na cripta da Matriz São Geraldo s Bixos do regime especial 1982	186		27/01/1982
		Áudio da Semana do histórico da UNE, luta estudantil, UEE/RS na cripta da Matriz São Geraldo s Bixos do regime especial 1982 - continuação	187		27/01/1982
	ouvir	Áudio da Palestra sobre Ronda Alta promovida pelos diretórios acadêmicos na cripta da Matriz São Geraldo	193		02/03/1982
		Áudio da Palestra sobre Ronda Alta promovida pelos diretórios acadêmicos na cripta da Matriz São Geraldo - continuação	194		02/03/1982
	ouvir	Áudio de debate com candidatos pelo PT promovido pela DCS no auditório do CEAP	196	DCS	15/07/1982
		Áudio de debate com candidatos pelo PT	197		15/07/1982
		Áudio de debate com candidatos pelo PT	198		15/07/1982
		Áudio de Debate com candidato a governador do RS pelo PDT	199		20/07/1982
		Áudio de Debate com candidato a governador do RS pelo PDT	200		20/07/1982
		Áudio de Debate com candidato a governador do RS pelo PDT	201		20/07/1982
		Áudio de Debate com candidato a governador do RS pelo PDT	202		22/07/1982
		Áudio de Debate com candidato a governador do RS pelo PDT	203		22/07/1982
		Áudio de Debate com candidato a governador do RS pelo PDT	204		27/07/1982

		Áudio de Debate com candidato a governador do RS pelo PDT	205		27/07/1982
		Áudio de Debate com candidato a governador do RS pelo PDT	206		27/07/1982
	ouvir	Áudio de palestra sobre cooperativas e experiências pelo presidente da Cotrijuc no auditório do CEAP	213		14/09/1982
		Áudio de palestra sobre cooperativas e experiências pelo presidente da Cotrijuc no auditório do CEAP - continuação	214		14/09/1982
	ouvir	Áudio da Palestra "Brasil no Contexto da Crise Mundial"	240		04/11/1982
		Áudio da Palestra "Brasil no Contexto da Crise Mundial" - continuação	241		04/11/1982
	ouvir	Áudio de palestra sobre a Conjuntura do Brasil de 1930-1982	# 242 T		04/11/1982
		Áudio de palestra sobre a Conjuntura do Brasil de 1930-1982 - continuação	243		04/11/1982
	ouvir	Áudio de Painel e debate sobre a Nicarágua na Câmara de Vereadores de Ijuí	244		03/08/1983
		Áudio de Painel e debate sobre a Nicarágua na Câmara de Vereadores de Ijuí - continuação	245		03/08/1983
	ouvir	Áudio de Painel e debate sobre a Nicarágua Hoje, promovido pelo Comitê de Apoio ao Povo da Nicarágua na Câmara de Vereadores de Ijuí	247		23/08/1983
	ouvir	Áudio do pronunciamento sobre o projeto de preservação do patrimônio histórico e cultural do município de Ijuí	# 287 T		28/11/1983
	Ouvir Qual a relação?	Áudio de entrevistas sobre eleições diretas na Fidene à Rádio Progresso de Ijuí	293		18/02/1984

		Áudio de palestra sobre eleições diretas para Presidente da República promovido pelo Comitê Municipal Pró-Eleições Diretas	294		23/02/1984
		Áudio de palestra sobre eleições diretas para Presidente da República promovido pelo Comitê Municipal Pró-Eleições Diretas - continuação	295		17/02/1984
		Áudio de palestra sobre eleições diretas para Presidente da República promovido pelo Comitê Municipal Pró-Eleições Diretas - continuação	296		17/02/1984
		Áudio de palestra sobre eleições diretas para Presidente da República promovido pelo Comitê Municipal Pró-Eleições Diretas - continuação	297		10/02/1984
		Áudio de palestra sobre eleições diretas para Presidente da República promovido pelo Comitê Municipal Pró-Eleições Diretas - continuação	298		10/02/1984
	ouvir	Áudio de abertura do VI Encontro de Tecnólogos em Cooperativismo – abertura	300		28/10/1983
		Áudio de abertura do VI Encontro de Tecnólogos em Cooperativismo – continuação	301		28/10/1983
		Áudio de abertura do VI Encontro de Tecnólogos em Cooperativismo – continuação	302		28/10/1983
		Áudio de abertura do VI Encontro de Tecnólogos em Cooperativismo – continuação	303		28/10/1983
		Áudio de abertura do VI Encontro de Tecnólogos em Cooperativismo –	304		29/10/1983

		continuação		
		Áudio de abertura do VI Encontro de Tecnólogos em Cooperativismo – continuação	305	29/10/1983
		Áudio de abertura do VI Encontro de Tecnólogos em Cooperativismo – continuação	306	29/10/1983
	ouvir	Áudio de entrevista com o Secretário geral do MEC na Rádio Progresso de Ijuí	307	21/01/1984
	ouvir	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular	309	
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular - continuação	310	
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular - continuação	311	
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular - continuação	312	
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular - continuação	313	
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular - continuação	314	
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular - continuação	315	
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular - continuação	316	
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular - continuação	317	
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular - continuação	318	
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular - continuação	319	

	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular - continuação	320		
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular - continuação	321		
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Saltinho	322		1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular - Escola São Miguel	323		1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em São Miguel	324		1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Salto	325		1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular na Linha 11 Leste	326		1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Salto	327		1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Salto - continuação	328		1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Rincão dos Paiva	329		1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Santa Lúcia	330		1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Barro Preto – Ajuricaba	331		1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Santo Augusto	332		1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Monte Alvão – Ajuricaba	333		1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Monte Alvão –	334		1982

	Ajuricaba		
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Rincão da Lage	335	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em São Pedro – Santo Augusto	336	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Salto	337	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em São Valentim	338	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular na Linha 11 Leste	339	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Barro Preto	340	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Santo Augusto	341	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Salto	342	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Santo Augusto	343	1982
	Áudio de entrevista rural sobre a representação da educação popular em Monte Alvão – Ajuricaba	344	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Santa Lúcia	345	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Santa Lúcia	346	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Monte Alvão – Ajuricaba	347	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Ponte Seca	348	1982

		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em São Valentim	349		1982
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Santa Lúcia	350		1982
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Barro Preto – Ajuricaba	351		1982
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Santo Augusto	352		1982
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Ajuricaba	353		1982
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Rincão da Lage	354		1982
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Rincão dos Paiva	355		1982
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Rincão dos Paiva - Santo Augusto	356		1982
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Santa Lúcia	357		1982
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Salto	358		1982
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em São Valentim	359		1982
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Salto	360		1982
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Rincão da Lage	361		1982
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Ajuricaba	362		1982
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Monte Alvão –	363		1982

	Ajuricaba		
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Saltinho	364	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Barro Preto – Ajuricaba	365	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em São Valentim	366	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular na Linha 11 Leste	367	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular	368	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Barro Preto – Ajuricaba	369	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Ponte Seca – Santo Augusto	370	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em São Valentim	371	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Salto	372	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular	373	1982
	Áudio sobre a representação da educação popular em Ponte Seca – Santo Augusto	374	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em São Miguel	375	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Santa Lúcia	376	1982
	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Monte Alvão –	377	1982

		Ajuricaba			
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em São Pedro – Santo Augusto	378		1982
		Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em São Miguel	379		1982
	ouvir	Áudio de entrevista sobre a representação da educação popular em Rincão da Lage	380		1982
	Eventos de extensão Realização de palestras e conferencias	Áudio de palestra da Mulher promovido	382		28/03/1984
		?	384		
	ouvir	Áudio de palestra sobre o Plano Paraná	389	DCSA Depto. Ciências Ad. Cont. Econ.e Jurídicas	07/04/1984
		Áudio de palestra sobre o Plano Paraná	390		07/04/1984
		Áudio de palestra sobre o Plano Paraná	391		07/04/1984
		Áudio de palestra sobre o Plano Paraná	392		07/04/1984
		Áudio de ato público pró-eleições diretas com participação de representantes partidos políticos, SAAEI, CPERS	400		24/04/1984
	ouvir	Áudio de palestra sobre Emenda Figueiredo	407	DCS DACH	08/06/1984
	ouvir	Áudio de palestra sobre Emenda Figueiredo	408		08/06/1984
	ouvir	Áudio de Palestra “A Educação no Atual Momento Brasileiro – estratégias inovadoras na perspectiva de preparação para o trabalho” a disciplina de Filosofia da	423		17/07/1984

		Educação promovido pelo Centro de Educação			
		Áudio de Palestra “A Educação no Atual Momento Brasileiro – estratégias inovadoras na perspectiva de preparação para o trabalho” para alunos do regime especial e lançamento do livro “Posse da Palavra” a disciplina de Filosofia da Educação promovido pelo Centro de Educação - continuação	424		17/07/1984
	ouvir	Áudio do curso de educação sexual	436	DCSA	12-13/05/1984
	ouvir	Áudio do curso de educação sexual	437	DCSA	12-13/05/1984
	ouvir	Áudio do curso de educação sexual	438	DCSA	12-13/05/1984
	ouvir	Áudio do curso sobre a Teoria de Lênin e a Revolução Sandinista promovido pelo Centro Popular de Cultura Oduvaldo Vianna Filho	441		19/07/1984
		Áudio do curso sobre a Teoria de Lênin e a Revolução Sandinista	442		19/07/1984
	OUVIR	Áudio de entrevista sobre a Revolução Farroupilha Departamento de Jornalismo da Rádio Guaíba	454		20/09/1984
	ouvir	Áudio de palestra sobre política agrícola e cooperativismo por representante da Cebran/PUC promovido pela Assembléia Legislativa no Sindicato dos Comerciantes	467		26/10/1984
		Áudio de palestra sobre política agrícola e cooperativismo por representante da Cebran/PUC promovido pela Assembléia Legislativa no Sindicato dos Comerciantes -	468		26/10/1984

		continuação			
	ouvir	Áudio do debate do III Encontro Regional de professores de Geografia e II Encontro de Professores de Geografia Ensino de 1º e 2º Graus	472		19-20/11/1982
		Áudio do debate do III Encontro Regional de professores de Geografia e II Encontro de Professores de Geografia Ensino de 1º e 2º Graus	473		19/11/1982
		Áudio do debate do III Encontro Regional de professores de Geografia e II Encontro de Professores de Geografia Ensino de 1º e 2º Graus	474		19-20/11/1982
		Áudio do debate do III Encontro Regional de professores de Geografia e II Encontro de Professores de Geografia Ensino de 1º e 2º Graus	475		20/11/1982
		Áudio do debate do III Encontro Regional de professores de Geografia e II Encontro de Professores de Geografia Ensino de 1º e 2º Graus	476		20/11/1982
		Áudio do debate do III Encontro Regional de professores de Geografia e II Encontro de Professores de Geografia Ensino de 1º e 2º Graus	477		19/11/1982
	ouvir	Áudio do I Seminário Regional de Avaliação do Sistema de Fiscalização do COREN/RS	478		29/09/1984
		Áudio do I Seminário Regional de Avaliação do Sistema de Fiscalização do COREN/RS - continuação	479		29/09/1984
		Áudio do I Seminário Regional de Avaliação do Sistema de Fiscalização do COREN/RS -	480		29/09/1984

		continuação		
		Áudio do I Seminário Regional de Avaliação do Sistema de Fiscalização do COREN/RS - continuação	481	29/09/1984
	ouvir	Áudio da Carta da antropóloga (de Nova Iorque) aos Kaingang de Péi-Kãr	482	16/10/1984
	ouvir	Áudio da palestra sobre mercado de trabalho/ideologia das escolas de enfermagem promovido pelo DAENI	483	01/11/1984
		Áudio da palestra sobre mercado de trabalho/ideologia das escolas de enfermagem	484	01/11/1984
		Áudio da palestra sobre mercado de trabalho/ideologia das escolas de enfermagem	485	02/11/1984
		Áudio da palestra sobre mercado de trabalho/ideologia das escolas de enfermagem	486	02/11/1984
	ouvir	Áudio do 1º Congresso dos Sem Terra do RS – Erval Seco promovido pelo Comitê de Apoio aos Sem Terra do RS	487	30/11/1984
		Áudio do 1º Congresso dos Sem Terra do RS – Erval Seco	488	30/11/1984
		Áudio do 1º Congresso dos Sem Terra do RS – Erval Seco	489	30/11/1984
		Áudio do 1º Congresso dos Sem Terra do RS – Erval Seco	490	30/11/1984
		Áudio do 1º Congresso dos Sem Terra do RS – Erval Seco	491	30/11/1984
	????	Áudio de abertura da VIII Romaria da Terra 1º a 3º ato em Tenente Portela	495	19/02/1985
		Áudio da VIII Romaria da Terra em Tenente	496	19/02/1985

		Portela			
		Áudio da VIII Romaria da Terra em Tenente Portela - continuação	497		19/02/1985
	ouvir	Áudio de palestra sobre tombamento, com arquiteto da 10ª Delegacia do SPHAN promovida pelo MADP e Jornal da Manhã	507		07/05/1985
	ouvir	Áudio de palestra sobre tombamento, com arquiteto da 10ª Delegacia do SPHAN promovida pelo MADP e Jornal da Manhã - continuação	508		07/05/1985
	ouvir	Áudio da palestra sobre situação econômica e financeira do RS promovida pelo 31º Núcleo do CPERS no Sindicato dos Metalúrgicos	516		20/05/1985
		Áudio da palestra sobre situação econômica e financeira do RS promovida pelo 31º Núcleo do CPERS no Sindicato dos Metalúrgicos - continuação	517		20/05/1985
	ouvir	Áudio de palestra o sistema de educação norte-americano promovida pela Fidene/Unijuí	518		17/07/1985
		Áudio de palestra o sistema de educação norte-americano promovida pela Fidene/Unijuí - continuação	519		17/07/1985
		Áudio de palestra o sistema de educação norte-americano promovida pela Fidene/Unijuí - continuação	520		17/07/1985
		Áudio de palestra sobre a mulher e suas formas de organização promovida pelo 31º Núcleo do CPERS	521		16/08/1985
		Áudio de palestra sobre a mulher e suas formas de organização promovida pelo 31º	522		16/08/1985

		Núcleo do CPERS - continuação			
	ouvir	Áudio de entrevista sobre reforma agrária com presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	538		24/06/1985
	ouvir	Áudio de palestra A Política Cultural	554		23/01/1986
	ouvir	Áudio de palestra A Política Cultural	555		23/01/1986
	ouvir	Áudio de entrevista em língua alemã	579		16 e 19/06/1986
	ouvir	Áudio de entrevista sobre a Coluna Prestes	583 T		30/01/1987
	Ouvir – Correio Serrano?	Áudio de entrevista sobre a imprensa, coleção doada ao Museu, dados pessoais e histórico do MADP	586		05/1976
	ouvir	Áudio da palestra do Ministro da Cultura	600		17/10/1985
	ouvir	Áudio da palestra do Ministro da Cultura	601		17/10/1985
	?????	Áudio de entrevista na Rádio Santo Angelo	602		06/11/1987
	ouvir	Áudio de palestra sobre patrimônio histórico	605		22/10/1987
	ouvir	Áudio de entrevista (incompleto)	612		31/08/1987
	ouvir	Áudio de entrevista no Alto da União	613		15/10/1987
	ouvir	Áudio de palestra sobre a Coluna Prestes	615		23/10/1987
	ouvir	Áudio de palestra sobre a Coluna Prestes	616		25/10/1987
	Ouvir	Áudio de palestra “A Questão Agrária e o Êxodo Rural”	623		05/12/1987
	ouvir	Áudio de entrevista sobre o processo político de 1930-1946	624		09/1988
	ouvir	Áudio sobre entrevista sobre cooperativismo	625		30/08/1984
	ouvir	Áudio sobre entrevista sobre cooperativismo	626		03/09/1984
	ouvir	Áudio sobre entrevista sobre cooperativismo	627		06/11/1984
	ouvir	Áudio sobre entrevista sobre cooperativismo	628		24/09/1984
	ouvir	Áudio sobre entrevista sobre cooperativismo	629		24/09/1984
	ouvir	Áudio sobre entrevista sobre cooperativismo	630		24/09/1984
	ouvir	Áudio de reunião com integrantes do	631		22/08/1984

		“Projeto Kaingang de Péi-Kãr preparam e Constroem sua Escola”			
	ouvir	Áudio do Programa da etnia Kaingang	632		20/08 e 03/09/1988
	ouvir Idem 625	Áudio de entrevista sobre cooperativismo	641		1984
		Áudio de entrevista sobre cooperativismo	642		1984
		Áudio de entrevista sobre cooperativismo	643		1984
		Áudio de entrevista sobre cooperativismo	644		10/1984
		Áudio de entrevista sobre cooperativismo	645		10/1984
		Áudio de entrevista sobre cooperativismo	646		1984
		Áudio de entrevista sobre cooperativismo	647		1984
		Áudio de entrevista sobre cooperativismo	648		03/09/1984
		Áudio de entrevista sobre cooperativismo	649		29/08/1984
		Áudio de entrevista sobre cooperativismo	650		29/08/1984
		Áudio de entrevista sobre cooperativismo	651		
		Áudio de entrevista sobre o processo de industrialização da erva-mate, som do barbaquá	652		
		Áudio de entrevista sobre o processo de industrialização e plantio da erva-mate	653		
	ouvir	Áudio de Entrevista sobre alambique	654		29/08/1983
		Áudio de entrevista do Dia da Memória Popular Regional	656		
	Ouvir?????	Áudio de gravação realizada em Aldeia Kulina e Maronana no Alto Perus, Acre por missionários da IECLB	829		04/1989
	???? ouvir	Áudio do III PICOOP	839		23/05/1985
	ouvir	Áudio de entrevista sobre cooperativismo	840		
	ouvir	Áudio de entrevista sobre a história de Santa Lúcia	842		04/09/1988

????	Áudio do Programa de rádio sobre a etnia Kaingang	854		06/1988
ouvir	Áudio do Programa sobre a cultura indígena no Brasil, aspectos sociais e históricos	858		
ouvir	Áudio de entrevista sobre a história de Condor	872		
ouvir	Áudio de entrevista sobre a história do sindicalismo e do SECI	873		25/05/1989
ouvir	Áudio de entrevista sobre a história do sindicalismo de Ijuí e do STICI	874		02/02/1990
ouvir	Áudio de entrevista sobre a história do sindicalismo e da UECI	875		07/06/1989
ouvir	Áudio de entrevista sobre coronelismo	876		14/04/1990
ouvir	Áudio de entrevista sobre coronelismo	877		14/04/1990
ouvir	Áudio de entrevista sobre a história de Ijuí e Povoado Santana e história da família	878		21/07/1990
ouvir	Áudio de entrevista sobre a história do sindicalismo em Ijuí	879		27/06/1990
ouvir	Áudio de painel sobre etnia alemã, italiana e polonesa	883		26/07/1991
ouvir	Áudio de painel sobre etnia alemã, italiana e polonesa	884		26/07/1991
ouvir	Áudio de entrevista sobre a Coluna Prestes	885		09/1987
ouvir	Áudio de entrevista sobre usos e costumes alemães com moradores de Alto da União	886		14/10/1987
ouvir	Áudio de entrevista sobre usos e costumes alemães com moradores de Alto da União	887		14/10/1987
ouvir	Áudio de entrevista sobre usos e costumes alemães com moradores de Alto da União	888		14/10/1987
ouvir	Áudio de palestra sobre Educação Brasileira – Lei de Diretrizes e Bases	938		14/06/1993

	ouvir	Áudio de palestra sobre Educação Brasileira – Lei de Diretrizes e Bases	939		14/06/1993
	ouvir	Áudio de palestra sobre Educação Brasileira – Lei de Diretrizes e Bases	940		14/06/1993
	ouvir	Áudio de palestra sobre Educação Brasileira – Lei de Diretrizes e Bases	941		14/06/1993
	ouvir	Áudio de entrevista sobre o movimento estudantil de Ijuí na década de 60	950		05/1991
		Audio de ouvir pra colocar a descrição correta	954		1994
	Ouvir	Áudio de entrevista sobre caboclo	955		03/1990
	ouvir	Áudio de entrevista sobre caboclo	956		24/03/1990
	ouvir	Áudio de debate sobre cooperativismo	957		[1980]
		Áudio de palestra Aspectos Culturais dos Kaingang e Guarani do RS para estudantes do 1º grau	959		24/04/1995
	ouvir	Áudio de entrevista sobre a vida de Luis Amaro	960		20/07/1995
	Projeto de Levantamento da cultura popular	Áudio de entrevista sobre cultura popular no Bairro Pindorama	965 T	MADP	08/09/1994
	ouvir	Áudio de debate sobre Kaingangs e Guaranis coordenado por Dulce Matte	966		
	ouvir	Áudio de entrevista sobre a caçada da cobra sucuri de 9,40 m na Fazenda São José – Mato Grosso	967		
	ouvir	Áudio de entrevista sobre o negro com integrante do Grupo Cultural Herdeiros do Zumbi	968		30/07/1996
	ouvir	Áudio de debate sobre escravidão	970		
	ouvir	Áudio de debate sobre escravidão	971		
	ouvir	Áudio do Programa na Rádio Progresso –	981		10/1988

		Fenadi 1988 sobre etnias			
	ouvir	Áudio do Programa na Rádio Progresso – Fenadi 1988 sobre etnias	982		
?	Realização de reuniões para debater temas históricos	Áudio de palestra sobre patrimônio cultural	882	MADP AIMC	10/10/1991
?	Realização de reuniões para debater temas históricos	Áudio de painel sobre a etnia afro-brasileira durante reunião da AIMIC	904	MADP AIMC	30/08/1991
?	Realização de reuniões para debater temas históricos	Áudio de painel sobre a etnia afro-brasileira durante reunião da AIMIC	905	MADP AIMC	30/08/1991
?	Realização de reuniões para debater temas históricos	Áudio de painel sobre a etnia afro-brasileira durante reunião da AIMIC	906	MADP AIMC	30/08/1991

APÊNDICE D – GUIA DO FUNDO ARQUIVO FIDENE DE DOCUMENTOS SONOROS

**FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)
GUIA DE DOCUMENTOS SONOROS**



FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO
E EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE DO SUL



MUSEU ANTROPOLÓGICO
DIRETOR PESTANA

IJUÍ, RS
2016

**FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)
GUIA DE DOCUMENTOS SONOROS**



Ijuí, RS
2016

ADMINISTRAÇÃO GERAL

FIDENE

Presidente
Martinho Luiz Kelm

UNJUI

Reitor
Martinho Luiz Kelm

Vice-reitora de Graduação - VRG

Cátia Maria Nering

Vice-reitor de Administração - VRA

Laerde Sady Gehrke

Vice-reitora de pós-graduação, pesquisa e extensão - VRPGPE

Evelize Moraes Berlezi

MADP

EQUIPE TÉCNICA

Diretora
Stela Mariz Zambiasi de Oliveira

Analista de Projetos

Sandra Denise Felipin Boger

Arquivista

Amanda Keiko Higashi
Sandra Schinwelski Maldaner

Assistente de Pesquisa e Extensão

Fabrizio de Souza
Jaqueline Bussler Michael Krüger
Miriam Bisognin Santi

Auxiliar de Secretaria

Liliane Agertt Reis Blume

Auxiliar de Serviços Gerais

Maria Lúcia dos Santos Teixeira

Educadora

Belair Aparecida Stefanello

Jovem Aprendiz

Juliana de Paula Thomé da Cruz

Museólogo

Éder Ribeiro Oliveira

ELABORAÇÃO E EDITORAÇÃO

Pesquisa Histórica

Sandra Schinwelski Maldaner

Orientação

Prof. Dr. Daniel Flores

Projeto Gráfico

Fabrizio de Souza

Pesquisa de Mestrado vinculada ao
Programa de Pós-Graduação
Profissional em Patrimônio Cultural da
UFSM

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2.1 HISTÓRICO DO MADP	13
2.2 ORIGEM DO MATERIAL RECOLHIDO E SISTEMÁTICA DE RECOLHIMENTO	16
2.3 O HISTÓRICO DO ARQUIVO DA FIDENE	19
2.4 CARACTERÍSTICA DO ACERVO	22
2.5 CONSULTA AO ACERVO	22
2.6 REPRODUÇÃO	23
2.7 EMPRÉSTIMOS	23
2.8 INSTRUMENTOS DE PESQUISA	23
2.9 EQUIPE TÉCNICA DO MADP	23
3 FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)	25

APRESENTAÇÃO

O Museu Antropológico Diretor Pestana - MADP, mantido pela Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado – FIDENE, ao longo de seus 55 anos constituiu um acervo riquíssimo à disposição do público, tendo por finalidade contribuir com a educação e a promoção da cidadania, colaborando para o desenvolvimento local e regional, de forma integrada com a comunidade.

Possui rico e variado acervo cultural, desde as primitivas manifestações dos indígenas que habitavam a região até as produções da sociedade atual. Dispõe de espaço físico amplo e adequado à guarda e conservação do seu acervo, continuamente enriquecido. Possui ainda um ambiente confortável para o trabalho de pesquisadores.

O Museu acolhe também o arquivo de sua mantenedora, a FIDENE, e demais mantidas, a EFA, a UNIJUÍ e a Rádio UNIJUÍ FM, tendo uma preocupação constante com a preservação da memória institucional. É papel fundamental do Museu preservar esta memória, identificando e registrando os testemunhos de cada período, possibilitando o acesso às informações produzidas nas mais diversas Unidades Institucionais.

O arquivo FIDENE serve como fonte de pesquisa, contribuindo com a promoção do desenvolvimento regional, em cumprimento aos objetivos institucionais estabelecidos no Estatuto da FIDENE, inciso V do Art. 2º: “V – reunir, registrar, documentar, sistematizar e divulgar conhecimentos, experiências e manifestações culturais”.

Preocupado com a preservação da documentação produzida não só pelas diferentes unidades da Instituição, nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, mas também pela comunidade local e regional, o Museu tem procurado mecanismos para cumprir com seus objetivos. Entre eles, podemos citar o objeto de pesquisa do trabalho de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, realizado pela arquivista do Museu Sandra Schinwelski Maldaner, voltado a preservação dos acervos sonoros que registram a história oral da FIDENE e região do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

O desenvolvimento da pesquisa resultou na digitalização das fitas cassetes, no armazenamento do acervo sonoro e na disponibilização destes instrumentos de pesquisa via web (<http://atom.unijui.edu.br/>). As versões digitais desses instrumentos de pesquisa foram descritas através do software ICA-AtoM.

Estes instrumentos de pesquisa atingirão diretamente a comunidade, pois visam a preservação do patrimônio arquivístico de documentos sonoros, sob responsabilidade do Museu. Garantindo a preservação destes documentos originais, que podem ser deteriorados pelo tempo ou pelo manuseio, será possível disponibilizar as informações ao público interessado.

Com certeza teremos muitos benefícios culturais no momento que disponibilizarmos à comunidade de forma qualificada o acervo preservado pelo museu levando assim, a conscientização da importância de preservar a memória.

Constantemente buscamos apresentar o Museu como um espaço dinâmico e atraente, capaz de garantir diferentes públicos levando-os a refletir sobre a preservação da história individual e coletiva, sobretudo em relação à região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Esta atividade só obteve êxito pela qualidade da equipe de colaboradores, uma vez que o Museu possui uma política de valorização dos profissionais que atuam na Instituição, no intuito de capacitar e atualizar o conhecimento profissional de seus funcionários, gerar crescimento e mudanças, promovendo com isso serviços de maior qualificação.

Nesse sentido, o retorno ao Museu e conseqüentemente à comunidade onde se insere é visível, uma vez que o conjunto de atividades realizadas, responderá às expectativas e necessidades do pesquisador, pois o acesso à informação é um dos caminhos para se chegar ao desenvolvimento do conhecimento científico.

Com a expectativa de que a sociedade tenha pelo Museu um sentimento de continuidade de vida e de cultura, são trabalhos como este que contribuem para que memórias não se percam, mas sejam respeitadas nestes espaços, pois é no museu que se preservam os testemunhos, os vestígios de um passado que poderá ser visto e interpretado hoje e no futuro.

Por tudo isso, temos a certeza de que vale a pena conhecer a riqueza guardada no Museu e trabalhos como este, que ainda virão, serão construídos com o intuito de preservar o patrimônio cultural e ao mesmo tempo promover o acesso.

Chamamos a atenção para a necessidade de preservação da história atual, para que futuras gerações possam saciar a sede da curiosidade neste manancial, chamado cultura, e aí fica a nossa certeza de que haverá sim história preservada para contar.

Stela Mariz Zambiasi de Oliveira

Diretora do MADP

1 INTRODUÇÃO

O achado de um acervo documental de quase um milhão de fitas k-7 certamente seria motivo de alegria para um pesquisador, de perplexidade para um observador distraído, de preocupação para um arquivista. Qualquer um destes personagens faria umas tantas perguntas: Como e quando estas fitas foram reunidas? Quem as reuniu? Qual o conteúdo das mesmas? Com qual objetivo foram produzidas e posteriormente guardadas? Qual o custo da preservação e guarda deste acervo?

A estas perguntas, de caráter mais genérico, juntam-se outras tantas a revelar a diferença de interesse ou ponto de vista do observador, do pesquisador, do arquivista. Por certo o observador terá curiosidade em saber do conteúdo, e pouco mais que isso. Já o pesquisador interessado no conteúdo se perguntará a respeito do estado de conservação e integridade material das fitas enquanto suporte documental, e mais estará o acervo classificado, catalogado. Acessível à pesquisa, em que condições. Outras serão as perguntas do arquivista preocupado antes de tudo com a conservação e guarda do material documental em seu aspecto físico, mas também interessado em tornar acessível tais documentos não só ao olhar crítico e criterioso do pesquisador, ou ao diletantismo do simples curioso. Sabe o arquivista que seu trabalho realiza-se com êxito quando resulta facilitada possibilidade do acervo posto ao seu cuidado estiver em condições plenas de ser ouvido e visto pelo público. Sabe ele que um acervo documental por belíssimo e rico que seja que esteja “mudo”, será sempre um desperdício.

Coube a Arquivista Sandra Schinwelski Maldaner a parte mais relevante e mais difícil deste trabalho de revelar à luz, para uso e deleite dos pesquisadores e do público em geral, este acervo. Significativo por seu volume e, mais significativo ainda por permitir que se desvelem importantes passagens não só da história institucional mas também de tantos que foram, protagonistas ou testemunhas, de momentos e processos desta mesma história. Com o intuito de colaborar com este esforço procuro responder, em parte, aqueles questionamentos iniciais.

Este acervo não é uma coleção, antes pelo contrário, deve ser reconhecido como um arquivo, um fundo de arquivo para ser mais exato. O que nele está reunido é resultado de uma ação deliberada. A ação de gravar, de registrar as falas, foi

intencional, como intencional foi a decisão de guarda-las, e mais que isso depositá-las junto ao denominado Arquivo Fidene/Unijuí. Quando se decidiu fazer o registro estava claro o intuito de preservar a memória dos fatos para os tempos futuros, uma clara demonstração que estava apreendida a lição primeira de Heródoto quando justifica que vai contar os acontecimentos que ele testemunhou para que fique registrado e as gerações futuras não esqueçam.

Reconstituindo a gênese desse acervo e do Arquivo FIDENE/UNIJUI convém um rápido recorrido por tempos passados. Década de 1950, mais precisamente 1956, sessenta anos passados, é criada a então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, instituída e mantida pelos Frades Capuchinhos. Inicialmente com os cursos de Filosofia e de Pedagogia estava presente a preocupação em formar professores para atuação nas escolas da região. A iniciativa tem a marca do pioneirismo, criar uma escola superior no “meio do mato, junto a lavouras de mandioca ou milho” pareceu uma temeridade para muitos acostumados com o brilho e comodidades do mundo propriamente urbano da capital. Na sequência, revelando o acerto da iniciativa, serão criados novos cursos de licenciatura e posteriormente aqueles no âmbito da administração, da saúde, da agropecuária, das engenharias e da computação. Fruto desta expansão em 1985 ocorre a transformação daquele conjunto de faculdades em universidade, surge então a UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

No correr da expansão e consolidação do ensino superior consolida-se um projeto de autogestão institucional. A mudança ocorre em 1969, a Ordem dos Frades Capuchinhos, até então mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, transfere esse patrimônio para uma fundação. Esta é a FIDENE – Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado. Por conta de seu caráter jurídico, fundacional, o que passa a existir é um patrimônio, físico e acadêmico, posto a serviço da educação e do desenvolvimento regional. Esta fundação é pois uma instituição comunitária de caráter científico-técnico-educativo-cultural, de fins não lucrativos, pessoa jurídica de direito privado e de caráter público não-estatal.

Administrada de forma autogestionária a FIDENE passa a ser a mantenedora daquela que virá posteriormente transformar-se em universidade, na UNIJUI. E juntamente com essa serão mantidas também uma escola de educação básica, a

Rádio Educativa e o Museu Antropológico Diretor Pestana. Todas mantidas, independentes entre si, e subordinadas jurídica e economicamente à mantenedora.

Eis que surge um novo personagem nesta história, o Museu Antropológico Diretor Pestana, criado em 1961, cinco anos após a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí.

Num momento em o Brasil vivia a explosão do novo – a modernização da agricultura regional, a construção de Brasília, a renovação das artes brasileiras; quando toda a sociedade respirava a renovação, a revolução dos costumes, com um olhar para a frente, na euforia da construção do futuro eis que é criado um Museu! Um museu para guardar coisas velhas? Um museu para cristalizar, fossilizar o passado? Por certo que não, o que se pretendia naquele momento em que a sociedade nacional e local ensaiava um voo rumo ao infinito, era mister uma reflexão relativamente ao passado enquanto experiência acumulada, base para um desenvolvimento aís consistente e coerente com a vida socialmente construída ao longo dos anos. (CALLAI, 2002, p. 38²¹)

O Museu então criado consolida-se, expande-se, e está hoje constituído de uma Divisão propriamente Museológica e, a par desta, a Divisão de Documentação e a de Imagem e Som. No interior da Divisão de Documentação encontram-se arrançados vários “Arquivos” – Arquivo Fidene, Arquivo Ijuí, Arquivo Regional, Arquivo Cooperativismo, Arquivo Kaingang, Arquivo Sindicalismo, além de uma biblioteca especializada e uma hemeroteca.

Pode parecer estranho que um museu, que se proclama antropológico, abrigue “arquivos”. O conhecimento da história do Museu e do ensino superior em Ijuí, ambos conduzidos inicialmente pela Faculdade de Filosofia e posteriormente pela FIDENE revela que a preocupação com a preservação da memória é uma dimensão indissociável de todo processo. A dinâmica das atividades do Museu resulta na reunião de peças, objetos, mas também documentos escritos, mapas, fotos, da região, sobre a região. O trabalho pedagógico, de pesquisa, próprio do ensino superior resulta na reunião e na produção de documentos, de estudos, de artigos e livros. Ao avolumar-se a documentação ficou evidente o desafio, onde guardá-los de forma adequada para novos estudos e aprofundamentos? O destino óbvio, consideradas as condições físico materiais disponíveis era o Museu. Logo se percebeu que convinha tratar documentos diferentes, de modo diferente. As peças propriamente museológicas merecem um determinado tipo de tratamento,

²¹ CALLAI, Jaeme Luiz. 40 anos de memória. In: MUSEU ANTROPOLOGICO DIRETOR PESTANA. 40 anos de história. Ijuí: ed. UNIJUI, 2002.

diferenciado daquele que se deva dedicar aos demais documentos razão que explica a existência inicialmente da Divisão museológica e a Divisão de Documentação. Posteriormente implanta-se a Divisão de Imagem e Som pela exigência diferenciada no tratamento destes tipos de suporte documental.

Por certo tanto a mantenedora- a FIDENE, quanto a mantida – a UNIJUÍ, possuem seus arquivos administrativos e acadêmicos em consonância com as determinações de Lei. Os arquivos acadêmicos – matrículas, registros de notas, provas, programas de estudo, atas – tanto ativos quanto inativos encontram-se junto a administração da universidade. Os arquivos administrativos - registros e documentação contábil, patrimonial e de pessoal são de responsabilidade da Fidene. Nestes arquivos impera a observância das exigências legais.

Situação não diversa é o Arquivo FIDENE, que se encontra no Museu Antropológico Diretor Pestana, e que reúne não propriamente a documentação legal mas sim aquela que revela a vontade de memória. Nele está reunido, de forma alegórica, o suor e o sangue, as alegrias e sonhos, a utopia e as realizações de tantos que ao longo dos anos transformaram um desejo coletivo numa realidade palpável, de belos frutos. Percorrer a documentação reunida no Arquivo Fidene é a possibilidade de sentir o pulsar da vida acadêmica e da vida da sociedade regional.

Enquanto os arquivos acadêmicos e administrativos da Fidene/Unijuí parecem ter como intuito a preservação da estrutura institucional, este arquivo, que se abriga no Museu, revela o coração, o espírito da instituição. A vida vivida está aqui registrada, aqui guardada e revela-se na sua vitalidade dinâmica, longe da formalidade burocrática própria de arquivos de viés “napoleônico”.

É no Arquivo Fidene que se encontram as fitas K-7, que são o objeto de estudo neste momento. Este acervo tem por certo o sabor e o charme do momento, da espontaneidade, mesmo quando se trate do registro de alguma solenidade como a formatura. São registros, gravações, sem edição, sem remake, “sem photoshop”. São registros que valem pelo que dizem, e pelo que revelam ao olhar mais atento. Aquele olhar que vê o que por vezes não se pretendeu revelar.

Em boa hora este acervo recebe um tratamento arquivístico adequado, com o que se dá continuidade e mais que isso se revela o reconhecimento do esforço anteriormente realizado na produção e na guarda de documentos de tamanha

importância. Parabéns à Sandra pelo esforço, ao curso pela oportunidade e ao Museu Antropológico por acolher tal iniciativa. A memória e a história agradecem.

Prof. Me. Jaeme Luiz Callai

Ijuí, abril de 2016

2.1 HISTÓRICO DO MADP

O Museu Antropológico Diretor Pestana foi criado em 25 de maio de 1961, pelos Centros de Estudos e Pesquisas Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí.

O contexto de criação do MADP foi marcado por amplos debates sociológicos, econômicos e políticos que marcaram a conjuntura brasileira no final dos anos 50 e início dos anos 60. Em Ijuí a implantação do ensino superior com a fundação da FAFI (1956), o Movimento Comunitário de Base e a criação do MADP, fazem parte de uma estratégia de enfrentamento e adequação ao processo de modernização do país em especial a mecanização da agricultura experimentados a partir dos meados dos anos 50. Se por um lado o mundo moderno se apresentava como promissor, por outro havia a preocupação com a possível perda da identidade face aos avanços tecnológicos, assim a criação de um espaço de salvaguarda dos testemunhos do passado era um empreendimento necessário. De acordo com Mario Osorio Marques a decisão de criação um museu representava:

A ação mais integrada nas dimensões de extensão, ensino e pesquisa e voltada para a dinamização da comunidade local e regional, para que buscava a FAFI, em 1961, voltar-se e armar-se, incluía um esforço de reconstrução do passado e identificação das raízes históricas das situações vividas e dos problemas que deveriam 'ser estudados em profundidade, em pacientes pesquisas capazes de fundamentar soluções reais e eficientes'. (MARQUES, 1984, p.63)

Além da pesquisa, a preocupação com a ação educativa também estava presente:

Tinha-se desde o início, a ideia muito clara de que o Museu deveria servir básica e primordialmente à pesquisa, tornando-se centro de estudos e reflexão [...]. Outra função, de natureza educativa para a população regional e sobretudo de apoio aos programas escolares.²² (MARQUES, 1984, p.64)

O acervo inicial do Museu se constitui a partir de peças arqueológicas da coleção particular do Dr. Martin Fischer, também seu primeiro diretor, e de doações da comunidade, estimuladas a preservar sua memória através do Programa Radiofônico "Nossas Coisas Nossa Gente". As doações mantiveram-se constante

²²MARQUES, Mário Osório. **Universidade emergente; o ensino superior brasileiro em Ijuí (RS), de 1957 a 1983.** Ijuí: FIDENE, 1984.

ao longo dos mais de cinquenta anos de existência do Museu e se constituem na principal forma de entrada de acervo em suas coleções e fundos, exceção feita para o Arquivo FIDENE que se dá através de guias de recolhimento e o acervo indígena que na maioria das vezes é comprado.

O ano de 1969 foi um divisor de águas na história do Museu. A passagem da mantenedora do museu de uma instituição religiosa/comunitária (Sociedade Literária São Boaventura, dos Freis Capuchinhos) para uma instituição laica/comunitária (FIDENE- Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado), provocou a discussão dos rumos da instituição, culminando com o afastamento do diretor, cuja gestão era voltada para a história da imigração dentro de uma visão mais positivista. A nova direção e as que se seguiram implementaram uma nova dinâmica de organização e ação cultural, mais ampla e identificada com conceitos antropológicos, sociológicos e historiográficos da Nova História e do marxismo. Além do intercâmbio e parcerias com outras instituições, novas formas de registro histórico também passam a ser valorizadas, tendo início os trabalhos com a história oral.

De 1967 a 1973 os trabalhos na área de arqueologia se intensificam com o desenvolvimento de pesquisas que resultaram no levantamento de 134 sítios arqueológicos. Destaca-se a localização do sítio da primitiva redução de Candelária do Caçapa-mini (1627-1936), uma redução da primeira fase missioneira.

A partir de 1973, o Museu direciona seu trabalho também para as pesquisas antropológicas, organização do Arquivo Kaingang/Guarani e Xetá, tanto documental textual como fotográfico, intensificando a guarda do acervo em peças dos povos indígenas brasileiros, culminando com a publicação de importantes livros, de autoria da antropóloga Ligia T. L. Simonian, que ainda hoje são referências para os estudos dos povos indígenas no Rio Grande do Sul.

De 1970, data da realização da primeira semana do índio, até 2016 com a exposição “O Trabalho no Contexto dos Povos Indígenas”, foram realizadas em torno de 70 exposições temporárias ou itinerantes, além de cursos, palestras e outros eventos. Todos procurando trazer a discussão da trajetória histórica e cultural dos povos indígenas brasileiros, especialmente do Rio Grande do Sul, contribuindo não apenas para a compreensão da questão indígena, mas também para a formação de uma sociedade mais consciente da sua formação cultural, das diversas

realidades socioculturais e da necessidade de convívio entre elas, e finalmente no reconhecimento do Brasil como um país pluriétnico.

A partir dos anos 80, o Museu passa a empreender esforços à adoção de políticas de gestão dos acervos de acordo com as normas museológicas e arquivísticas.

Além da documentação museológica, passa a receber orientações e recursos da FUNARTE para o processamento técnico do acervo fotográfico, sendo instalado o 1º Laboratório Fotográfico de Processamento Arquivado do Sul do Brasil e um módulo totalmente climatizado com controle de umidade e temperatura. Paralelo ao trabalho com o acervo fotográfico são empreendidos esforços para elaboração dos códigos de classificação dos documentos textuais. Em 1982 foi criado o “Programa de Documentação Sistematizada em Função da Pesquisa” do qual passam a fazer parte os arquivos: Fidene (AF), Ijuí (AI), Regional (AR), Cooperativismo (AC), Sindicalismo (AS), Kaingang/Guarani e Xetá (AK) além do Arquivo Fotográfico.

Intensifica-se também a coleta de acervos e a pesquisa, com destaque para entrevistas gravadas com pessoas ligadas a cultura popular e a história das comunidades que fazem parte do município de Ijuí, especialmente através do projeto “Levantamento Pedagógico da Cultura Popular”, do qual resultaram publicações sobre a história local.

Os anos de 1990 são marcados pela elaboração e execução de projetos visando melhorar a infraestrutura, especialmente a conclusão da sede do Museu. A sede definitiva do Museu foi projetada em módulos, sendo o primeiro inaugurado em 1976, e na medida que entraram recursos foram construídos os demais. O ano de 1997 marca a conclusão da sede e a inauguração da Exposição de Longa Duração, no ano seguinte a inauguração da Sala de Exposições Temporárias. Os investimentos na estrutura física culminaram em 2000 com a climatização dos espaços.

Nas últimas décadas, apesar das históricas limitações orçamentárias, foram mantidos os padrões de trabalho dos anos anteriores e em alguns casos até superados, especialmente em função da ampliação do quadro técnico.

Em 2015, o Museu conclui seu Plano Museológico, que redefiniu sua Missão como sendo “oportunizar conhecimento e reflexão por meio de pesquisa, comunicação, difusão e preservação do acervo, contribuindo no processo

educacional, identitários e cultural, visando o desenvolvimento do Noroeste do RS” e sua Visão de “ser referência museológica e arquivística para os museus do Estado do RS”.

Este importante instrumento de gestão apontou fragilidades, especialmente no que se refere a infraestrutura, falta de espaço físico, acessibilidade, equipamentos e logística, mas também apontou potencialidades com destaque para a qualidade do acervo e o relacionamento com a comunidade, sobretudo a escolar. O plano apresenta também alguns desafios, especialmente na questão de digitalização e informatização do acervo.

Por fim cabe destacar o trabalho que o Museu tem realizado junto à comunidade local e regional, com a promoção de atividades educativo-culturais, dentro e fora do seu espaço, buscando fomentar o debate sobre as diversas maneiras que se constituiu a cultura nos diferentes grupos, tempos e espaços.

Belair Stefanello
Educatora – MADP

2.2 ORIGEM DO MATERIAL RECOLHIDO E SISTEMÁTICA DE RECOLHIMENTO

O livro “Universidade Emergente: o ensino superior brasileiro em Ijuí (RS), de 1957 a 1983”, lançado em novembro de 1984, de autoria do professor de Sociologia da Educação e primeiro presidente da FIDENE, Mario Osorio Marques sintetiza a história do ensino superior na região da Universidade de Ijuí.

Marques (1984) introduz em seu livro o esforço da instituição em relação ao ensino em Ijuí,

coloca-se o presente trabalho numa perspectiva histórica com esforço para captar as peculiaridades de instituição de ensino superior, particular e interiorana, inserida, de forma original e criativa, na dinâmica de uma região em processo de transformações rápidas e profundas. Trata-se da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI), implantada em 1957 como estabelecimento pioneiro do ensino superior no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, à qual sucede, em 1969, a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado²³ (Fidene),

²³ <http://www.unijui.edu.br/fidene/historico>

mantenedora dos Centros Integrados de Ensino Superior de Ijuí, atualmente em processo de transformação para Universidade de Ijuí (Unijuí) MARQUES, 1984, p.).

Para subsidiar a obra, o autor procedeu ao recolhimento e codificação da documentação produzida e/ou recebida pelos setores da instituição para o Museu Antropológico Diretor Pestana, sendo esta a primeira iniciativa de sistematização do arquivo institucional. Depois, de três anos de estudos desses documentos, analisou a memória da instituição, escrevendo, em dez capítulos, a história do ensino superior em Ijuí.

A inexistência de métodos padronizados e gestão documental na FIDENE, foram elementos que evidenciaram a necessidade da estruturação dos arquivos. Primeiramente a partir das ações de Mario Osorio Marques preocupado em preservar a história institucional e posteriormente com o Projeto de Implantação do Sistema de Arquivos da Fidene no ano de 1994, cuja classificação dos documentos é funcional.

As atividades desenvolvidas para a implantação do Sistema de Arquivos Fidene, envolveram um programa de treinamento dos recursos humanos nos arquivos correntes para classificar os documentos e elaborar os respectivos Planos de Classificação de Documentos. Com o projeto os responsáveis pela documentação, em cada órgão/setor da instituição, ou seja, nos arquivos correntes, realizam a classificação recebendo treinamento para tal e a documentação é recolhida ao Museu anualmente.

De acordo com o Projeto de Implantação do Sistema de Arquivos da Fidene (1994), o objetivo era a reorganização do Arquivo FIDENE em função dos problemas que apresentava, entre eles: o congestionamento dos arquivos correntes, o difícil acesso às informações, a constatação de um grande volume documental por ser classificado e a dispersão e má conservação dos documentos da FIDENE. O projeto propunha que a classificação da documentação fosse modificada de estrutural para funcional, “para melhor atender as necessidades do usuário” (FIDENE, Relatório e Balanço 1994, p.113).

A história da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (FIDENE) remete aos anos 50.

A Associação Ijuicense Pró-Ensino Superior, fundada em fevereiro de 1956 sob articulação da Sociedade Literária Boaventura, entidade civil da Ordem dos

Capuchinhos, foi elemento principal para o surgimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI), pioneira no ensino superior da Região Noroeste do Rio Grande do Sul.

Em 1961 foram criados os centros: Centro de Estudos e Pesquisas Filosóficas; Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais; Centro de Estudos e Pesquisas Psicológicas; e o Centro de Estudos e Pesquisas Sociais.

Em julho de 1969 foi fundada a FIDENE, com a finalidade de encaminhar a Universidade Regional e o desenvolvimento do ensino superior no noroeste do Estado.

Como mantenedora, a FIDENE cria em 1970 a Faculdade de Ciências Administrativas, Contábeis e Econômicas de Ijuí (FACACEI). Em 1976 é implantado o Centro de Ciências Agrárias (CeCA) e em 1980, a Escola de Enfermagem de Ijuí (EEI). Em substituição às Faculdades da FIDENE, em 1981 foram criados os Centros Integrados de Ensino Superior de Ijuí que, em 1985, através do reconhecimento da Universidade de Ijuí (UNIJUÍ), consolidaram a estrutura organizacional presente até hoje, com denominação renovada em 1994 para Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Atualmente a estrutura da Fidene, é representada pelas mantidas Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Rádio Unijuí 106.9 FM, EFA – Centro de Educação Básica Francisco de Assis e Museu Antropológico Diretor Pestana - MADP.

No ano de 1993 deu-se início aos estudos de uma nova organização sistemática de organização ao Arquivo Institucional, pois a atual não estava dando conta do volume documental produzido na instituição. Cabe destacar que a classificação e o arranjo só ocorriam quando a documentação era enviada/recolhida ao MADP, ou seja, na fase permanente. Para isso no ano de 1994, após diagnóstico realizado por um grupo de profissionais do curso de Arquivologia da UFSM, foi aprovado o projeto Sistema de Arquivos junto à presidência da Fidene, e deu-se início a uma nova fase de tratamento do acervo documental. A partir deste projeto, foi contratada uma arquivista para iniciar a elaboração do Plano de Classificação do Arquivo Fidene, substituindo o código de classificação criado por Mario Osorio Marques até então. Toda documentação recolhida ao MADP a partir de 1994, passou a seguir a classificação funcional, havendo um corte na organização física e

lógica dos documentos: documentos anteriores a 1994 seguem a classificação número-função-estrutura e a partir de 1994, a classificação funcional implantada com a gestão documental a partir do Sistema de Arquivos Fidene.

A partir dessa data houveram várias iniciativas para consolidar os Sistema de Arquivos Fidene, a citar a preservação da memória fotográfica da Fidene, pois a partir do advento da fotografia digital, novos desafios surgiram. No ano de 2008, com a publicação da Resolução nº 01/2008 da Presidencia da Fidene, cria-se a normatização do registro fotográfico e a preservação das imagens no âmbito da Fidene e suas mantidas.

No ano de 2011 é criado o Projeto de elaboração e implantação da Tabela de Temporalidade Documental da Fidene, coma implantação e criação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Fidene.

No ano de 2014, é criada através da PORTARIA DA DIREÇÃO EXECUTIVA DA FIDENE Nº 01/2014, a Comissão de Estudos sobre a preservação de documentos arquivísticos digitais da Fidene, a fim de discutir políticas e estratégias de preservação digital aos documentos arquivísticos digitais no âmbito da Fidene. Ação esta, promovida pelo Museu.

2.3 O HISTÓRICO DO ARQUIVO DA FIDENE

O Museu Antropológico Diretor Pestana foi criado em 25 de maio de 1961. A sua fundação foi meta da FAFI para instrução e educação dos alunos, futuros cidadãos comprometidos com a sociedade, servindo de meio de instrução científica e moral da Faculdade para fins didáticos e educativos. Servindo ainda de centro cultural à população de Ijuí e municípios vizinhos.

A organização do Museu inicialmente, procurou demonstrar em exposição a vida dos indígenas, dos imigrantes, dos grupos étnicos, havendo uma separação dos objetos de exposição permanente dos que precisavam ser guardados em arquivos.

Após sua fundação iniciou-se uma campanha na imprensa (escrita e falada) sobre a finalidade e as tarefas dessa nova instituição, bem como doação e apoio de documentos antigos e de valor histórico da comunidade, objetos de uso doméstico e

de propriedades particulares. A Prefeitura Municipal de Ijuí também ofereceu vários documentos do período da Colônia Ijuhy e do Município, fotografias de escolas municipais e particulares. Diante de tantas doações, o Museu se deparou com problemas de espaço adequado para as coleções e financiamento, pois as doações ao Museu se acumulavam e aumentavam progressivamente.

Inicialmente o Museu se instalou em espaço alugado na Rua Visconde do Rio Branco. Suas despesas foram subsidiadas pela Faculdade, dispondo de uma verba suficiente para as condições normais, buscando também ajuda e contribuição de voluntários. Com o crescimento das doações, parte do acervo ficou acondicionada na residência particular do Diretor, pela falta de espaço físico.

Em 1965 em decorrência do espaço reduzido, o Museu foi transferido para o prédio da Faculdade de Filosofia, economizando assim em despesas de aluguel, e sendo essa uma solução provisória do problema. Neste novo espaço o Museu dispunha de quatro salas grandes e uma pequena no quarto andar do prédio da Faculdade. A mudança ocorreu no segundo semestre do ano, quando houve a primeira instalação do arquivo, da mapoteca, das coleções dos documentos, jornais, revistas, recortes e fotografias.

Além desses problemas, o Museu também enfrentou dificuldades com pessoal para realizar o trabalho, falta de auxiliares adequados. Todos os trabalhos desde o processamento, exposição e atendimento cabiam ao Diretor do Museu. Mais adiante em 1962, a prefeitura cedeu uma zeladora para auxiliar nas atividades e o funcionamento à comunidade pode ser realizado nos três turnos.

A partir do ano de 1969 o Museu passa a ser subordinado ao Instituto Regional de Documentação (IRDOC), cujo “objetivo destina-se guardar, sistematizar, colocar a serviço da rede e divulgar o acervo bibliográfico, a documentação, os conhecimentos, objetos e experiências realizadas, mantendo, coordenando e superintendendo os seguintes setores: Museu, Biblioteca Central, Encadernação e Almojarifado e Apostilaria” (FIDENE, 1969-71, p. 82).

Percebe-se a partir dos relatórios que o acervo do Museu foi crescendo consideravelmente com o passar dos anos, no entanto nesses relatórios não se faz referência a organização e políticas adotadas quanto ao arquivo.

Os objetivos do Museu a partir de 1975, segundo o Relatório de Atividades da Fidene de 1975 são, “atuar como verdadeiro centro cultural regional, através da

coleta, análise e conservação, em exposição permanente ou arquivo, de objetos e documentos referentes à História e à Geografia da Região, e através de pesquisas no campo das Ciências Sociais, exposições, debates e encontros”.

O acervo era composto de jornais, publicações, apostilas. As atividades relacionadas ao acervo, estavam voltadas a classificação, controle e arquivamento dos jornais e recortes, catalogação de fotografias e documentos, plantas genealógicas, registro de entrada dos documentos, acondicionamento do acervo

Percebe-se uma grande dificuldade nos relatórios do Museu quanto ao espaço físico para os documentos, permanecendo encaixotado desde 1977 e 1978. Como também as atividades estavam muito voltadas para o atendimento, participação em eventos, doações recebidas e o arquivamento de documentos.

A partir do Relatório anual de atividade Fidene de 1981, surgem os primeiros registros de organização da documentação interna da Fidene, sob orientação do professor Mario Osorio Marques. As etapas desse processo inicial foram: transferência da documentação não corrente para um local centralizado como arquivo permanente; elaboração e classificação de um código de 8 registros, os 3 primeiros referentes a estrutura organizacional, os 3 demais referentes a função espelhada nos documentos e os 2 últimos a ano de elaboração dos documentos e o arranjo físico dos documentos. Seria esse o primeiro registro de organização técnica do acervo da Fidene.

No ano de 1986 foram constituídos os Arquivo FIDENE/UNIJUÍ, Sindicalismo, Ijuí, Kaingang, Guarani e Xetá, Cooperativismo.

No ano de 1993 deu-se início aos estudos de uma nova organização sistemática de organização ao Arquivo Institucional, pois a atual não estava dando conta do volume documental produzido na instituição. Cabe destacar que a classificação e o arranjo só ocorriam quando a documentação era enviada/recolhida ao MADP, ou seja, na fase permanente. Para isso no ano de 1994, após diagnóstico realizado por um grupo de profissionais do curso de Arquivologia da UFSM, foi aprovado o projeto Sistema de Arquivos junto à presidência da Fidene, e deu-se início a uma nova fase de tratamento do acervo documental. A partir deste projeto, foi contratada uma arquivista para iniciar a elaboração do Plano de Classificação do Arquivo Fidene, substituindo o código de classificação criado por Mario Osorio Marques até então. Toda documentação recolhida ao MADP a partir de 1994,

passou a seguir a classificação funcional, havendo um corte na organização física e lógica dos documentos: documentos anteriores a 1994 seguem a classificação número-função-estrutura e a partir de 1994, a classificação funcional.

Evidencia-se a partir dos relatos acima, que o Arquivo sempre esteve presente nas práticas dos Museu, institucional ou não. Fato que mesmo dispondo de Regimento próprio, o Arquivo é uma atividade intrínseca do Museu, não dispondo de políticas próprias regulamentadas, mas muito reforçadas a partir das ações de Mario Osorio Marques e quando da efetiva implantação institucional do Sistema de Arquivos Fidene, o que evidenciou de fato a ampla atuação na gestão documental e reforçada anualmente.

2.4 CARACTERÍSTICA DO ACERVO

A Museu Antropológico Diretor Pestana custodia o arquivo da mantenedora, desde a década de 80, documentação produzida e recebida por unidades administrativas da Fidene e Unijuí, e mantidas, responsável pela guarda, preservação e difusão dos documentos de caráter permanente.

O fundo documental Arquivo Fidene é representado por 666,32 metros lineares de documentos textuais e bibliográficos, 1.279 documentos sonoros, 42.781 documentos iconográficos, 394 documentos audiovisuais. O acervo de fitas cassete do Arquivo Fidene compreende 990 fitas cassetes recolhidas ao Arquivo Permanente da Fidene no Museu Antropológico Diretor Pestana.

2.5 CONSULTA AO ACERVO

Devido ao seu caráter histórico a consulta é facultada de forma local, via solicitação de e-mail, através do site institucional www.unijui.edu.br/museu e através do software de descrição ICA-AtoM online.

A consulta ao acervo não tem custos, a menos que o usuário necessite de uma reprodução dos documentos, ao qual será cobra uma taxa pelos serviços de reprodução dos documentos.

A digitalização dos documentos é forma de reprodução ao pesquisador e este deverá preencher um Termo de Cessão de Imagens, no qual deverá informar para

quais fins irá utilizar o documento, comprometendo-se a fazer referência ao Museu como fonte custodiadora do acervo.

Pesquisas também podem ser solicitadas via correio eletrônico arquivofidene@unijui.edu.br ou madppesquisa@uniju.edu.br ao Museu.

2.6 REPRODUÇÃO

As reproduções de documentos serão realizadas através do processo reprográfico de digitalização, e/ou fotografia.

2.7 EMPRÉSTIMOS

O empréstimo para finalidades administrativas é providenciado no prazo de 48 (quarenta e oito horas), devido à climatização do acervo a partir da solicitação, mediante preenchimento de livro de empréstimo.

2.8 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O Museu disponibiliza de forma local, via site institucional os seus diversos índices de pesquisa (www.unijui.edu.br/museu/pesquise), via e-mail (madppesquisa@unijui.edu.br, arquivofidene@unijui.edu.br).

Também podem ser consultadas as descrições do Arquivo Fidene para documentos sonoros no link <http://atom.unijui.edu.br>.

O guia, o inventário e catálogo poderão também ser consultados de forma impressa junto à Divisão de Documentação do Museu ou arquivo digital.

2.9 EQUIPE TÉCNICA DO MADP

Diretora

Stela Mariz Zambiasi de Oliveira

Analista de Projetos

Sandra Denise Felipin Boger

Arquivista

Amanda Keiko Higashi

Sandra Schinwelski Maldaner

Assistente de Pesquisa e Extensão

Fabricio de Souza

Jaqueline Bussler Michael Krüger

Miriam Bisognin Santi

Auxiliar de Secretaria

Liliane Agertt Reis Blume

Auxiliar de Serviços Gerais

Maria Lúcia dos Santos Teixeira

Educadora

Belair Aparecida Stefanello

Jovem Aprendiz

Juliana de Paula Thomé da Cruz

Museólogo

Éder Ribeiro Oliveira

3 FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)

Área de identificação

Código de referência	BR RSMADP AF
Título	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado
Data(s)	1969-2016
Nível de descrição	(1)Fundo
Dimensão e suporte	O fundo documental Fidene é representado por 666,32 metros lineares de documentos textuais e bibliográficos, 1.279 documentos sonoros, 42.781 documentos iconográficos, 394 documentos audiovisuais. O acervo de fitas cassete do Arquivo Fidene compreende 990 fitas cassetes recolhidas ao Arquivo Permanente da Fidene no Museu Antropológico Diretor Pestana.

Área de contexto

Nome do produtor	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (1957-2016)
Entidade detentora	Museu Antropológico Diretor Pestana
História administrativa	O contexto de instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí - FAFI vem da aspiração de uma camada da comunidade que pouco acesso tinha a educação pública, atendida predominantemente pela iniciativa privada, dando origem a um número expressivo de instituições de ensino superior privado no interior do Estado. Em 1953 já havia uma organização chamada Centro de Estudos Pedagógicos Antônio Balbino, um espaço para capacitação de professores onde, através de cursos rápidos e trocas de experiências, buscavam o aperfeiçoamento para seu desempenho profissional. Da Associação Ijuicense Pró-Ensino Superior, fundada em fevereiro de 1956 sob articulação da Sociedade Literária Boaventura, entidade civil da Ordem dos Capuchinhos, surgiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI), pioneira no ensino superior da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. A FAFI foi pioneira na Região Noroeste do

Estado do Rio Grande do Sul. Instalada em 1957, nasceu dos interesses da Ordem dos Frades Menores Franciscanos, os Capuchinhos e das necessidades e anseios da comunidade de Ijuí e região em busca do ensino superior. Essas necessidades e aspirações caracterizam a marca da FAFI, da participação comunitária, acompanhando seus desdobramentos e os anseios do projeto de uma Universidade de Ijuí. Em 1961 foram criados os centros, no sentido de departamentalizar as áreas da FAFI: Centro de Estudos e Pesquisas Filosóficas; Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais; Centro de Estudos e Pesquisas Psicológicas; e o Centro de Estudos e Pesquisas Sociais. A presença marcante da FAFI na região, aguçada pelo Movimento Comunitário de Base, influenciou nas discussões para a criação de uma entidade regional, que fosse aberta e descentralizada, a fim de conduzir e respaldar a expansão do ensino superior da região. Da ordem religiosa dos Capuchinhos para a comunidade regional, surge em julho de 1969 a FIDENE, com esse propósito de encaminhar a Universidade Regional, dando o suporte legal, patrimonial e econômico-financeiro ao desenvolvimento do ensino superior no noroeste do Estado. Como mantenedora, a FIDENE cria em 1970 a Faculdade de Ciências Administrativas, Contábeis e Econômicas de Ijuí (FACACEI). Em 1976 é implantado o Centro de Ciências Agrárias (CeCA) e em 1980, a Escola de Enfermagem de Ijuí (EEI). Com o passar dos anos, cada vez mais as atividades de extensão universitária foram assumindo a forma de programas e projetos específicos. Em substituição às Faculdades da FIDENE, em 1981 foram criados os Centros Integrados de Ensino Superior de Ijuí que, em 1985, através do reconhecimento da Universidade de Ijuí (UNIJUÍ), consolidou a estrutura organizacional presente até hoje, com denominação renovada em 1994 para Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

História arquivística	Documentos acumulados pela Fidene ao longo de sua trajetória institucional e sob custódia do Museu Antropológico Diretor Pestana.
Fonte imediata de aquisição ou transferência /Procedência	A forma de entrada dos documentos no Arquivo se dá pelo recolhimento através do Sistema de Arquivos Fidene ou através de doação registrada em Carta de Doação.
Área de conteúdo e estrutura	O fundo documental Fidene consiste em documentos produzidos e recebidos pela Fundação sonoros relacionados às funções de Administração Geral, Extensão, Pesquisa, Organização e Funcionamento e Administração de Pessoal, Ensino Básico e Técnico no cumprimento das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, assim como funções relacionadas à atividade-meio. Consiste em áudios de cerimônias, acordos, ajustes, contratos e convênios, solenidades, comemorações e homenagens, eventos de extensão, realização de palestras e conferências, realização de exposições, elaboração de políticas, concepção, organização e funcionamento, coleta de dados, realização de pesquisa, aperfeiçoamento e desenvolvimento, atos públicos, posses, inaugurações, palestras, cursos, treinamentos, entrevistas, coleta de dados para a pesquisa, atos de reconhecimento. A totalidade do fundo é composta por documentos textuais, iconográficos, sonoros, cartográficos e bibliográficos.
Âmbito e conteúdo	
Avaliação, seleção e eliminação	Não foram encontrados registros de eliminação.
Ingressos adicionais/incorporações	Este acervo está em processo de organização, e poderão ser incorporados/recolhidos outros documentos ao Museu no decorrer do processo.

Sistema de organização

Na elaboração do arranjo, foram adotados os níveis de fundo, série, subsérie, subsubsérie, dossiê até chegar ao item documental. As séries documentais, estão organização de forma cronológica. A base do arranjo tem objeto a Portaria nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013, e a Portaria nº1.261 de 23 de dezembro de 2013 do Ministério da Educação, bem como a adaptação do Código de Classificação de Documentos da Administração Pública para atividades-meio do CONARQ.

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

Devido ao seu caráter histórico a consulta é facultada de forma local, via solicitação de e-mail e através do software de descrição ICA-AtoM online. O empréstimo para finalidades administrativas é providenciado no prazo de 48 (quarenta e oito horas), devido à climatização do acervo a partir da solicitação. A consulta ao acervo não tem custos, a menos que o usuário necessite de uma reprodução dos documentos, ao qual será cobra uma taxa pelos serviços de reprodução dos documentos. A digitalização dos documentos é forma de reprodução ao pesquisador e este deverá preencher um Termo de Cessão de Imagens, no qual deverá informar para quais fins irá utilizar o documento, comprometendo-se a fazer referência ao Museu como fonte custodiadora do acervo.

Condições de reprodução

Neste momento é desconhecida a restrição de acesso, caso tenha é informado.

As reproduções podem ser solicitadas via e-mail de pesquisa: madppesquisa@unijui.edu.br, arquivofidene@unijui.edu.br ou de forma local. É obrigatório o preenchimento do Termo de Cessão de Imagens do acervo do MADP.

Idioma do material

Português

Características físicas e requisitos técnicos

Pela especificidade dessa tipologia documental, perdas documentais podem ocorrer devidos a causas naturais, acarretando a sua deterioração, bem como da própria obsolescência tecnológica no caso dos documentos sonoros. De modo geral, os documentos apresentam condições regulares de conservação, apresentando sujidades, furos, manchas, esmaecimento, enfraquecimento do suporte, podendo necessitar de pequenos reparos ou equipamentos especiais para o acesso dependendo do suporte documental.

Instrumentos de descrição

Existem índices de pesquisa por assunto, descrição em Termos de Recolhimento e está em processo de elaboração: o guia, inventário e catálogo do Arquivo Fidene para documentos sonoros.

Área de documentação associada

Existência e localização de originais

Documentos originais na sua grande totalidade, recolhidos ao Arquivo Permanente da Fidene localizado no Museu Antropológico Diretor Pestana.

Existência e localização de cópias

Este arquivo é um fundo aberto em atividade, e de acordo com o Sistema de Arquivos Fidene, nas fases corrente e intermediária, documentos estão em atividade ou em prazo precaucional nas unidades administrativas da Fidene, sendo recolhidas ao Museu quando seu destino for a guarda permanente.

Notas sobre publicação

BRUM, Argemiro J. **Universidade Regional do Noroeste do estado do rio Grande do Sul: UNIJUÍ: uma experiência de universidade comunitária: sua história, suas ideias.** 2. ed. rev. e atual. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

MARQUES, Mário Osório. **Universidade emergente: o ensino superior brasileiro em Ijuí (RS) de 1957 a 1983.** Ijuí, FIDENE, 1984.

Área de notas

Notas sobre conservação

Documentos em estado regular de conservação.

Notas gerais

Fundo aberto

Pontos de acesso

Pontos de acesso - Assuntos	Fidene Museu
Pontos de acesso - Locais	Ijuí Museu Antropológico Diretor Pestana
Pontos de acesso - Nomes	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (Produtor) FIDENE Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul Unijuí Museu Antropológico Diretor Pestana MADP

Área de controle da descrição

Identificador da descrição	FIDENE
Identificador da instituição	Museu Antropológico Diretor Pestana
Regras ou convenções utilizadas	Conselho Internacional de Arquivos. ISDIAH: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico/Conselho Internacional de Arquivos; tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Estatuto	Final
Nível de detalhe	Máximo
Datas de criação, revisão, eliminação	20 de novembro de 2015
Línguas e escritas	Português
Fontes	BRUM, Argemiro J. Universidade Regional do Noroeste do estado do rio Grande do Sul: UNIJUÍ: uma experiência de universidade comunitária: sua história, suas ideias. 2. ed. rev. e

atual. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

MARQUES, Mário Osório. **Universidade emergente**: o ensino superior brasileiro em Ijuí (RS) de 1957 a 1983. Ijuí, FIDENE, 1984.

Conselho Internacional de Arquivos. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

Descrição elaborada pela Arquivista Sandra Schinwelski Maldaner, sob orientação do Prof. Dr Daniel Flores, pesquisa vinculada ao Programa de Pós-graduação Profissional do Mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM.

Nota do arquivista

REFERENCIAS

CALLAI, Jaeme Luiz. 40 anos de memória. In: MUSEU ANTROPOLOGICO DIRETOR PESTANA. 40 anos de história. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2002.

FIDENE. Relatório anual de atividades da Fidene. Vol. 1. Ijuí: Ed. Unijuí. 1969 – 2015.

MARQUES, Mário Osório. **Universidade emergente; o ensino superior brasileiro em Ijuí (RS), de 1957 a 1983.** Ijuí: FIDENE, 1984.

APÊNDICE E – INVENTÁRIO DOS DOCUMENTOS
SONOROS

FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)
INVENTÁRIO



BR, RS
2016

FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF) INVENTÁRIO



Ijuí, RS
2016

ADMINISTRAÇÃO GERAL

FIDENE

Presidente

Martinho Luiz Kelm

UNIJUÍ

Reitor

Martinho Luiz Kelm

Vice-reitora de Graduação - VRG

Cátia Maria Nering

Vice-reitor de Administração - VRA

Laerde Sady Gehrke

**Vice-reitora de pós-graduação,
pesquisa e extensão - VRPGPE**

Evelize Moraes Berlezi

MADP

EQUIPE TÉCNICA

Diretora

Stela Mariz Zambiasi de Oliveira

Analista de Projetos

Sandra Denise Felipin Boger

Arquivista

Amanda Keiko Higashi

Sandra Schinwelski Maldaner

Assistente de Pesquisa e Extensão

Fabricao de Souza

Jaqueline Bussler Michael Krüger

Miriam Bisognin Santi

Auxiliar de Secretaria

Liliane Agertt Reis Blume

Auxiliar de Serviços Gerais

Maria Lúcia dos Santos Teixeira

Educadora

Belair Aparecida Stefanello

Jovem Aprendiz

Juliana de Paula Thomé da Cruz

Museólogo

Éder Ribeiro Oliveira

ELABORAÇÃO E EDITORAÇÃO

Pesquisa Histórica

Sandra Schinwelski Maldaner

Orientação

Prof. Dr. Daniel Flores

Projeto Gráfico

Fabricao de Souza

**Pesquisa de Mestrado vinculada ao
Programa de Pós-Graduação
Profissional em Patrimônio Cultural da
UFSM**

**À Fidene e ao Museu Antropológico Diretor Pestana,
que me permitiram e oportunizaram a realização deste trabalho.**

“Somos uma comunidade: nossas vidas se realizam em idênticas condições gerais; respiramos o mesmo ar, vivemos a mesma cultura.

Somos solidários uns dos outros e corresponsáveis.

Todos precisamos de todos”.

Prof. Mario Osório Marques

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	8
3 O HISTÓRICO DO ARQUIVO DA FIDENE	12
FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)	15
FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)	22
SÉRIE ADMINISTRAÇÃO GERAL	22
FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)	26
SÉRIE PESQUISA	26
FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)	30
SÉRIE EXTENSÃO	30
REFERENCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

O Museu Antropológico Diretor Pestana - MADP, mantido pela Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado – FIDENE, ao longo de seus 55 anos constituiu um acervo riquíssimo à disposição do público, tendo por finalidade contribuir com a educação e a promoção da cidadania, colaborando para o desenvolvimento local e regional, de forma integrada com a comunidade.

Possui rico e variado acervo cultural, desde as primitivas manifestações dos indígenas que habitavam a região até as produções da sociedade atual. Dispõe de espaço físico amplo e adequado à guarda e conservação do seu acervo, continuamente enriquecido. Possui ainda um ambiente confortável para o trabalho de pesquisadores.

O Museu acolhe também o arquivo de sua mantenedora, a FIDENE, e demais mantidas, a EFA, a UNIJUÍ e a Rádio UNIJUÍ FM, tendo uma preocupação constante com a preservação da memória institucional. É papel fundamental do Museu preservar esta memória, identificando e registrando os testemunhos de cada período, possibilitando o acesso às informações produzidas nas mais diversas Unidades Institucionais.

O arquivo FIDENE serve como fonte de pesquisa, contribuindo com a promoção do desenvolvimento regional, em cumprimento aos objetivos institucionais estabelecidos no Estatuto da FIDENE, inciso V do Art. 2º: “V – reunir, registrar, documentar, sistematizar e divulgar conhecimentos, experiências e manifestações culturais”.

Preocupado com a preservação da documentação produzida não só pelas diferentes unidades da Instituição, nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, mas também pela comunidade local e regional, o Museu tem procurado mecanismos para cumprir com seus objetivos. Entre eles, podemos citar o objeto de pesquisa do trabalho de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, realizado pela arquivista do Museu Sandra Schinwelski Maldaner, voltado a preservação dos acervos sonoros que registram a história oral da FIDENE e região do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

O desenvolvimento da pesquisa resultou na digitalização das fitas cassetes, no armazenamento do acervo sonoro e na disponibilização destes instrumentos de

pesquisa via web (<http://atom.unijui.edu.br/>). As versões digitais desses instrumentos de pesquisa foram descritas através do software ICA-AtoM (AtoM).

Estes instrumentos de pesquisa atingirão diretamente a comunidade, pois visam a preservação do patrimônio arquivístico de documentos sonoros, sob responsabilidade do Museu. Garantindo a preservação destes documentos originais, que podem ser deteriorados pelo tempo ou pelo manuseio, será possível disponibilizar as informações ao público interessado.

Com certeza teremos muitos benefícios culturais no momento que disponibilizarmos à comunidade de forma qualificada o acervo preservado pelo museu levando assim, a conscientização da importância de preservar a memória.

Constantemente buscamos apresentar o Museu como um espaço dinâmico e atraente, capaz de garantir diferentes públicos levando-os a refletir sobre a preservação da história individual e coletiva, sobretudo em relação à região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Esta atividade só obteve êxito pela qualidade da equipe de colaboradores, uma vez que o Museu possui uma política de valorização dos profissionais que atuam na Instituição, no intuito de capacitar e atualizar o conhecimento profissional de seus funcionários, gerar crescimento e mudanças, promovendo com isso serviços de maior qualificação.

Nesse sentido, o retorno ao Museu e conseqüentemente à comunidade onde se insere é visível, uma vez que o conjunto de atividades realizadas, responderá às expectativas e necessidades do pesquisador, pois o acesso à informação é um dos caminhos para se chegar ao desenvolvimento do conhecimento científico.

Com a expectativa de que a sociedade tenha pelo Museu um sentimento de continuidade de vida e de cultura, são trabalhos como este que contribuem para que memórias não se percam, mas sejam respeitadas nestes espaços, pois é no museu que se preservam os testemunhos, os vestígios de um passado que poderá ser visto e interpretado hoje e no futuro.

Por tudo isso, temos a certeza de que vale a pena conhecer a riqueza guardada no Museu e trabalhos como este, que ainda virão, serão construídos com o intuito de preservar o patrimônio cultural e ao mesmo tempo promover o acesso.

Chamamos a atenção para a necessidade de preservação da história atual, para que futuras gerações possam saciar a sede da curiosidade neste manancial,

chamado cultura, e aí fica a nossa certeza de que haverá sim história preservada para contar.

Stela Mariz Zambiasi de Oliveira
Diretora do MADP

2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Museu Antropológico Diretor Pestana foi criado em 25 de maio de 1961, pelos Centros de Estudos e Pesquisas Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí.

O contexto de criação do MADP foi marcado por amplos debates sociológicos, econômicos e políticos que marcaram a conjuntura brasileira no final dos anos 50 e início dos anos 60. Em Ijuí a implantação do ensino superior com a fundação da FAFI (1956), o Movimento Comunitário de Base e a criação do MADP, fazem parte de uma estratégia de enfrentamento e adequação ao processo de modernização do país em especial a mecanização da agricultura experimentados a partir dos meados dos anos 50. Se por um lado o mundo moderno se apresentava como promissor, por outro havia a preocupação com a possível perda da identidade face aos avanços tecnológicos, assim a criação de um espaço de salvaguarda dos testemunhos do passado era um empreendimento necessário. De acordo com Mario Osorio Marques a decisão de criação um museu representava:

A ação mais integrada nas dimensões de extensão, ensino e pesquisa e voltada para a dinamização da comunidade local e regional, para que buscava a FAFI, em 1961, voltar-se e armar-se, incluía um esforço de reconstrução do passado e identificação das raízes históricas das situações vividas e dos problemas que deveriam 'ser estudados em profundidade, em pacientes pesquisas capazes de fundamentar soluções reais e eficientes'. (MARQUES, 1984, p.63)

Além da pesquisa, a preocupação com a ação educativa também estava presente:

Tinha-se desde o início, a ideia muito clara de que o Museu deveria servir básica e primordialmente à pesquisa, tornando-se centro de estudos e reflexão [...]. Outra função, de natureza educativa para a população regional e sobretudo de apoio aos programas escolares.²⁴ (MARQUES, 1984, p.64)

O acervo inicial do Museu se constitui a partir de peças arqueológicas da coleção particular do Dr. Martin Fischer, também seu primeiro diretor, e de doações da comunidade, estimuladas a preservar sua memória através do Programa Radiofônico "Nossas Coisas Nossa Gente". As doações mantiveram-se constante

²⁴MARQUES, Mário Osório. **Universidade emergente; o ensino superior brasileiro em Ijuí (RS), de 1957 a 1983.** Ijuí: FIDENE, 1984.

ao longo dos mais de cinquenta anos de existência do Museu e se constituem na principal forma de entrada de acervo em suas coleções e fundos, exceção feita para o Arquivo FIDENE que se dá através de guias de recolhimento e o acervo indígena que na maioria das vezes é comprado.

O ano de 1969 foi um divisor de águas na história do Museu. A passagem da mantenedora do museu de uma instituição religiosa/comunitária (Sociedade Literária São Boaventura, dos Freis Capuchinhos) para uma instituição laica/comunitária (FIDENE- Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado), provocou a discussão dos rumos da instituição, culminando com o afastamento do diretor, cuja gestão era voltada para a história da imigração dentro de uma visão mais positivista. A nova direção e as que se seguiram implementaram uma nova dinâmica de organização e ação cultural, mais ampla e identificada com conceitos antropológicos, sociológicos e historiográficos da Nova História e do marxismo. Além do intercâmbio e parcerias com outras instituições, novas formas de registro histórico também passam a ser valorizadas, tendo início os trabalhos com a história oral.

De 1967 a 1973 os trabalhos na área de arqueologia se intensificam com o desenvolvimento de pesquisas que resultaram no levantamento de 134 sítios arqueológicos. Destaca-se a localização do sítio da primitiva redução de Candelária do Caçapa-mini (1627-1936), uma redução da primeira fase missioneira.

A partir de 1973, o Museu direciona seu trabalho também para as pesquisas antropológicas, organização do Arquivo Kaingang/Guarani e Xetá, tanto documental textual como fotográfico, intensificando a guarda do acervo em peças dos povos indígenas brasileiros, culminando com a publicação de importantes livros, de autoria da antropóloga Ligia T. L. Simonian, que ainda hoje são referências para os estudos dos povos indígenas no Rio Grande do Sul.

De 1970, data da realização da primeira semana do índio, até 2016 com a exposição “O Trabalho no Contexto dos Povos Indígenas”, foram realizadas em torno de 70 exposições temporárias ou itinerantes, além de cursos, palestras e outros eventos. Todos procurando trazer a discussão da trajetória histórica e cultural dos povos indígenas brasileiros, especialmente do Rio Grande do Sul, contribuindo não apenas para a compreensão da questão indígena, mas também para a formação de uma sociedade mais consciente da sua formação cultural, das diversas

realidades socioculturais e da necessidade de convívio entre elas, e finalmente no reconhecimento do Brasil como um país pluriétnico.

A partir dos anos 80, o Museu passa a empreender esforços à adoção de políticas de gestão dos acervos de acordo com as normas museológicas e arquivísticas.

Além da documentação museológica, passa a receber orientações e recursos da FUNARTE para o processamento técnico do acervo fotográfico, sendo instalado o 1º Laboratório Fotográfico de Processamento Arquivado do Sul do Brasil e um módulo totalmente climatizado com controle de umidade e temperatura. Paralelo ao trabalho com o acervo fotográfico são empreendidos esforços para elaboração dos códigos de classificação dos documentos textuais. Em 1982 foi criado o “Programa de Documentação Sistematizada em Função da Pesquisa” do qual passam a fazer parte os arquivos: Fidene (AF), Ijuí (AI), Regional (AR), Cooperativismo (AC), Sindicalismo (AS), Kaingang/Guarani e Xetá (AK) além do Arquivo Fotográfico.

Intensifica-se também a coleta de acervos e a pesquisa, com destaque para entrevistas gravadas com pessoas ligadas a cultura popular e a história das comunidades que fazem parte do município de Ijuí, especialmente através do projeto “Levantamento Pedagógico da Cultura Popular”, do qual resultaram publicações sobre a história local.

Os anos de 1990 são marcados pela elaboração e execução de projetos visando melhorar a infraestrutura, especialmente a conclusão da sede do Museu. A sede definitiva do Museu foi projetada em módulos, sendo o primeiro inaugurado em 1976, e na medida que entraram recursos foram construídos os demais. O ano de 1997 marca a conclusão da sede e a inauguração da Exposição de Longa Duração, no ano seguinte a inauguração da Sala de Exposições Temporárias. Os investimentos na estrutura física culminaram em 2000 com a climatização dos espaços.

Nas últimas décadas, apesar das históricas limitações orçamentárias, foram mantidos os padrões de trabalho dos anos anteriores e em alguns casos até superados, especialmente em função da ampliação do quadro técnico.

Em 2015, o Museu conclui seu Plano Museológico, que redefiniu sua Missão como sendo “oportunar conhecimento e reflexão por meio de pesquisa, comunicação, difusão e preservação do acervo, contribuindo no processo

educacional, identitários e cultural, visando o desenvolvimento do Noroeste do RS” e sua Visão de “ser referência museológica e arquivística para os museus do Estado do RS”.

Este importante instrumento de gestão apontou fragilidades, especialmente no que se refere a infraestrutura, falta de espaço físico, acessibilidade, equipamentos e logística, mas também apontou potencialidades com destaque para a qualidade do acervo e o relacionamento com a comunidade, sobretudo a escolar. O plano apresenta também alguns desafios, especialmente na questão de digitalização e informatização do acervo.

Por fim cabe destacar o trabalho que o Museu tem realizado junto à comunidade local e regional, com a promoção de atividades educativo-culturais, dentro e fora do seu espaço, buscando fomentar o debate sobre as diversas maneiras que se constituiu a cultura nos diferentes grupos, tempos e espaços.

Belair Stefanello
Educadora – MADP

3 O HISTÓRICO DO ARQUIVO DA FIDENE

O Museu Antropológico Diretor Pestana foi criado em 25 de maio de 1961. A sua fundação foi meta da FAFI para instrução e educação dos alunos, futuros cidadãos comprometidos com a sociedade, servindo de meio de instrução científica e moral da Faculdade para fins didáticos e educativos. Servindo ainda de centro cultural à população de Ijuí e municípios vizinhos.

A organização do Museu inicialmente, procurou demonstrar em exposição a vida dos indígenas, dos imigrantes, dos grupos étnicos, havendo uma separação dos objetos de exposição permanente dos que precisavam ser guardados em arquivos.

Após sua fundação iniciou-se uma campanha na imprensa (escrita e falada) sobre a finalidade e as tarefas dessa nova instituição, bem como doação e apoio de documentos antigos e de valor histórico da comunidade, objetos de uso doméstico e de propriedades particulares. A Prefeitura Municipal de Ijuí também ofereceu vários documentos do período da Colônia Ijuhy e do Município, fotografias de escolas municipais e particulares. Diante de tantas doações, o Museu se deparou com problemas de espaço adequado para as coleções e financiamento, pois as doações ao Museu se acumulavam e aumentavam progressivamente.

Inicialmente o Museu se instalou em espaço alugado na Rua Visconde do Rio Branco. Suas despesas foram subsidiadas pela Faculdade, dispondo de uma verba suficiente para as condições normais, buscando também ajuda e contribuição de voluntários. Com o crescimento das doações, parte do acervo ficou acondicionada na residência particular do Diretor, pela falta de espaço físico.

Em 1965 em decorrência do espaço reduzido, o Museu foi transferido para o prédio da Faculdade de Filosofia, economizando assim em despesas de aluguel, e sendo essa uma solução provisória do problema. Neste novo espaço o Museu dispunha de quatro salas grandes e uma pequena no quarto andar do prédio da Faculdade. A mudança ocorreu no segundo semestre do ano, quando houve a primeira instalação do arquivo, da mapoteca, das coleções dos documentos, jornais, revistas, recortes e fotografias.

Além desses problemas, o Museu também enfrentou dificuldades com pessoal para realizar o trabalho, falta de auxiliares adequados. Todos os trabalhos

desde o processamento, exposição e atendimento cabiam ao Diretor do Museu. Mais adiante em 1962, a prefeitura cedeu uma zeladora para auxiliar nas atividades e o funcionamento à comunidade pode ser realizado nos três turnos.

A partir do ano de 1969 o Museu passa a ser subordinado ao Instituto Regional de Documentação (IRDOC), cujo “objetivo destina-se guardar, sistematizar, colocar a serviço da rede e divulgar o acervo bibliográfico, a documentação, os conhecimentos, objetos e experiências realizadas, mantendo, coordenando e superintendendo os seguintes setores: Museu, Biblioteca Central, Encadernação e Almoarifado e Apostilaria” (FIDENE, 1969-71, p. 82).

Percebe-se a partir dos relatórios que o acervo do Museu foi crescendo consideravelmente com o passar dos anos, no entanto nesses relatórios não se faz referência a organização e políticas adotadas quanto ao arquivo.

Os objetivos do Museu a partir de 1975, segundo o Relatório de Atividades da Fidene de 1975 são, “atuar como verdadeiro centro cultural regional, através da coleta, análise e conservação, em exposição permanente ou arquivo, de objetos e documentos referentes à História e à Geografia da Região, e através de pesquisas no campo das Ciências Sociais, exposições, debates e encontros”.

O acervo era composto de jornais, publicações, apostilas. As atividades relacionadas ao acervo, estavam voltadas a classificação, controle e arquivamento dos jornais e recortes, catalogação de fotografias e documentos, plantas genealógicas, registro de entrada dos documentos, acondicionamento do acervo

Percebe-se uma grande dificuldade nos relatórios do Museu quanto ao espaço físico para os documentos, permanecendo encaixotado desde 1977 e 1978. Como também as atividades estavam muito voltadas para o atendimento, participação em eventos, doações recebidas e o arquivamento de documentos.

A partir do Relatório anual de atividade Fidene de 1981, surgem os primeiros registros de organização da documentação interna da Fidene, sob orientação do professor Mario Osorio Marques. As etapas desse processo inicial foram: transferência da documentação não corrente para um local centralizado como arquivo permanente; elaboração e classificação de um código de 8 registros, os 3 primeiros referentes a estrutura organizacional, os 3 demais referentes a função espelhada nos documentos e os 2 últimos a ano de elaboração dos documentos e o

arranjo físico dos documentos. Seria esse o primeiro registro de organização técnica do acervo da Fidene.

No ano de 1986 foram constituídos os Arquivo FIDENE/UNIJUÍ, Sindicalismo, Ijuí, Kaingang, Guarani e Xetá, Cooperativismo.

No ano de 1993 deu-se início aos estudos de uma nova organização sistemática de organização ao Arquivo Institucional, pois a atual não estava dando conta do volume documental produzido na instituição. Cabe destacar que a classificação e o arranjo só ocorriam quando a documentação era enviada/recolhida ao MADP, ou seja, na fase permanente. Para isso no ano de 1994, após diagnóstico realizado por um grupo de profissionais do curso de Arquivologia da UFSM, foi aprovado o projeto Sistema de Arquivos junto à presidência da Fidene, e deu-se início a uma nova fase de tratamento do acervo documental. A partir deste projeto, foi contratada uma arquivista para iniciar a elaboração do Plano de Classificação do Arquivo Fidene, substituindo o código de classificação criado por Mario Osorio Marques até então. Toda documentação recolhida ao MADP a partir de 1994, passou a seguir a classificação funcional, havendo um corte na organização física e lógica dos documentos: documentos anteriores a 1994 seguem a classificação número-função-estrutura e a partir de 1994, a classificação funcional.

Evidencia-se a partir dos relatos acima, que o Arquivo sempre esteve presente nas práticas dos Museu, institucional ou não. Fato que mesmo dispondo de Regimento próprio, o Arquivo é uma atividade intrínseca do Museu, não dispondo de políticas próprias regulamentadas, mas muito reforçadas a partir das ações de Mario Osorio Marques e quando da efetiva implantação institucional do Sistema de Arquivos Fidene, o que evidenciou de fato a ampla atuação na gestão documental e reforçada
anualmente.

FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)

Área de identificação

Código de referência	BR RSMADP AF
Título	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado
Data(s)	1969-2016
Nível de descrição	(2)Fundo
Dimensão e suporte	O fundo documental Fidene é representado por 666,32 metros lineares de documentos textuais e bibliográficos, 1.279 documentos sonoros, 42.781 documentos iconográficos, 394 documentos audiovisuais. O acervo de fitas cassete do Arquivo Fidene compreende 990 fitas cassetes recolhidas ao Arquivo Permanente da Fidene no Museu Antropológico Diretor Pestana.

Área de contexto

Nome do produtor	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (1957-2016)
Entidade detentora	Museu Antropológico Diretor Pestana
História administrativa	O contexto de instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí - FAFI vem da aspiração de uma camada da comunidade que pouco acesso tinha a educação pública, atendida predominantemente pela iniciativa privada, dando origem a um número expressivo de instituições de ensino superior privado no interior do Estado. Em 1953 já havia uma organização chamada Centro de Estudos Pedagógicos Antônio Balbino, um espaço para capacitação de professores onde, através de cursos rápidos e trocas de experiências, buscavam o aperfeiçoamento para seu desempenho profissional. Da Associação Ijuicense Pró-Ensino Superior, fundada em fevereiro de 1956 sob articulação da Sociedade Literária Boaventura, entidade civil da Ordem dos Capuchinhos, surgiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI), pioneira no ensino superior da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. A FAFI foi pioneira na Região Noroeste do

Estado do Rio Grande do Sul. Instalada em 1957, nasceu dos interesses da Ordem dos Frades Menores Franciscanos, os Capuchinhos e das necessidades e anseios da comunidade de Ijuí e região em busca do ensino superior. Essas necessidades e aspirações caracterizam a marca da FAFI, da participação comunitária, acompanhando seus desdobramentos e os anseios do projeto de uma Universidade de Ijuí. Em 1961 foram criados os centros, no sentido de departamentalizar as áreas da FAFI: Centro de Estudos e Pesquisas Filosóficas; Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais; Centro de Estudos e Pesquisas Psicológicas; e o Centro de Estudos e Pesquisas Sociais. A presença marcante da FAFI na região, aguçada pelo Movimento Comunitário de Base, influenciou nas discussões para a criação de uma entidade regional, que fosse aberta e descentralizada, a fim de conduzir e respaldar a expansão do ensino superior da região. Da ordem religiosa dos Capuchinhos para a comunidade regional, surge em julho de 1969 a FIDENE, com esse propósito de encaminhar a Universidade Regional, dando o suporte legal, patrimonial e econômico-financeiro ao desenvolvimento do ensino superior no noroeste do Estado. Como mantenedora, a FIDENE cria em 1970 a Faculdade de Ciências Administrativas, Contábeis e Econômicas de Ijuí (FACACEI). Em 1976 é implantado o Centro de Ciências Agrárias (CeCA) e em 1980, a Escola de Enfermagem de Ijuí (EEI). Com o passar dos anos, cada vez mais as atividades de extensão universitária foram assumindo a forma de programas e projetos específicos. Em substituição às Faculdades da FIDENE, em 1981 foram criados os Centros Integrados de Ensino Superior de Ijuí que, em 1985, através do reconhecimento da Universidade de Ijuí (UNIJUÍ), consolidou a estrutura organizacional presente até hoje, com denominação renovada em 1994 para Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

História arquivística	Documentos acumulados pela Fidene ao longo de sua trajetória institucional e sob custódia do Museu Antropológico Diretor Pestana.
Fonte imediata de aquisição ou transferência /Procedência	A forma de entrada dos documentos no Arquivo se dá pelo recolhimento através do Sistema de Arquivos Fidene ou através de doação registrada em Carta de Doação.
Área de conteúdo e estrutura	
Âmbito e conteúdo	O fundo documental Fidene consiste em documentos produzidos e recebidos pela Fundação sonoros relacionados às funções de Administração Geral, Extensão, Pesquisa, Organização e Funcionamento e Administração de Pessoal, Ensino Básico e Técnico no cumprimento das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, assim como funções relacionadas à atividade-meio. Consiste em áudios de cerimônias, acordos, ajustes, contratos e convênios, solenidades, comemorações e homenagens, eventos de extensão, realização de palestras e conferências, realização de exposições, elaboração de políticas, concepção, organização e funcionamento, coleta de dados, realização de pesquisa, aperfeiçoamento e desenvolvimento, atos públicos, posses, inaugurações, palestras, cursos, treinamentos, entrevistas, coleta de dados para a pesquisa, atos de reconhecimento. A totalidade do fundo é composta por documentos textuais, iconográficos, sonoros, cartográficos e bibliográficos.
Avaliação, seleção e eliminação	Não foram encontrados registros de eliminação.
Ingressos adicionais/incorporações	Este acervo está em processo de organização, e poderão ser incorporados/recolhidos outros documentos ao Museu no decorrer do processo.

Sistema de organização	<p>Na elaboração do arranjo, foram adotados os níveis de fundo, série, subsérie, subsubsérie, dossiê até chegar ao item documental. As séries documentais, estão organização de forma cronológica. A base do arranjo tem objeto a Portaria nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013, e a Portaria nº1.261 de 23 de dezembro de 2013 do Ministério da Educação, bem como a adaptação do Código de Classificação de Documentos da Administração Pública para atividades-meio do CONARQ.</p>
Área de condições de acesso e utilização	
Condições de acesso	<p>Devido ao seu caráter histórico a consulta é facultada de forma local, via solicitação de e-mail e através do software de descrição ICA-AtoM online. O empréstimo para finalidades administrativas é providenciado no prazo de 48 (quarenta e oito horas), devido à climatização do acervo a partir da solicitação. A consulta ao acervo não tem custos, a menos que o usuário necessite de uma reprodução dos documentos, ao qual será cobra uma taxa pelos serviços de reprodução dos documentos. A digitalização dos documentos é forma de reprodução ao pesquisador e este deverá preencher um Termo de Cessão de Imagens, no qual deverá informar para quais fins irá utilizar o documento, comprometendo-se a fazer referência ao Museu como fonte custodiadora do acervo.</p> <p>Neste momento é desconhecida a restrição de acesso, caso tenha é informado.</p>
Condições de reprodução	<p>As reproduções podem ser solicitadas via e-mail de pesquisa: madppesquisa@unijui.edu.br, arquivofidene@unijui.edu.br ou de forma local. É obrigatório o preenchimento do Termo de Cessão de Imagens do acervo do MADP.</p>
Idioma do material	Português

Características físicas e requisitos técnicos	<p>Pela especificidade dessa tipologia documental, perdas documentais podem ocorrer devidos a causas naturais, acarretando a sua deterioração, bem como da própria obsolescência tecnológica no caso dos documentos sonoros. De modo geral, os documentos apresentam condições regulares de conservação, apresentando sujidades, furos, manchas, esmaecimento, enfraquecimento do suporte, podendo necessitar de pequenos reparos ou equipamentos especiais para o acesso dependendo do suporte documental.</p>
Instrumentos de descrição	<p>Existem índices de pesquisa por assunto, descrição em Termos de Recolhimento e está em processo de elaboração: o guia, inventário e catálogo do Arquivo Fidene para documentos sonoros.</p>
<p>Área de documentação associada</p>	
Existência e localização de originais	<p>Documentos originais na sua grande totalidade, recolhidos ao Arquivo Permanente da Fidene localizado no Museu Antropológico Diretor Pestana.</p>
Existência e localização de cópias	<p>Este arquivo é um fundo aberto em atividade, e de acordo com o Sistema de Arquivos Fidene, nas fases corrente e intermediária, documentos estão em atividade ou em prazo precaucional nas unidades administrativas da Fidene, sendo recolhidas ao Museu quando seu destino for a guarda permanente.</p>
Notas sobre publicação	<p>BRUM, Argemiro J. Universidade Regional do Noroeste do estado do rio Grande do Sul: UNIJUÍ: uma experiência de universidade comunitária: sua história, suas ideias. 2. ed. rev. e atual. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.</p> <p>MARQUES, Mário Osório. Universidade emergente: o ensino superior brasileiro em Ijuí (RS) de 1957 a 1983. Ijuí, FIDENE, 1984.</p>
<p>Área de notas</p>	
Notas sobre conservação	<p>Documentos em estado regular de conservação.</p>
Notas gerais	<p>Fundo aberto</p>

Pontos de acesso

Pontos de acesso -	Fidene
Assuntos	Museu
Pontos de acesso - Locais	Ijuí Museu Antropológico Diretor Pestana
Pontos de acesso - Nomes	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (Produtor) FIDENE Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul Unijuí Museu Antropológico Diretor Pestana MADP

**Área de controle da
descrição**

Identificador da descrição	FIDENE
Identificador da instituição	Museu Antropológico Diretor Pestana
Regras ou convenções utilizadas	Conselho Internacional de Arquivos. ISDIAH: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico/Conselho Internacional de Arquivos; tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Estatuto	Final
Nível de detalhe	Máximo
Datas de criação, revisão, eliminação	20 de novembro de 2015
Línguas e escritas	Português
Fontes	BRUM, Argemiro J. Universidade Regional do Noroeste do estado do rio Grande do Sul: UNIJUÍ: uma experiência de universidade comunitária: sua história, suas ideias. 2. ed. rev. e

atual. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

MARQUES, Mário Osório. **Universidade emergente**: o ensino superior brasileiro em Ijuí (RS) de 1957 a 1983. Ijuí, FIDENE, 1984.

Conselho Internacional de Arquivos. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

Descrição elaborada pela Arquivista Sandra Schinwelski Maldaner, sob orientação do Prof. Dr Daniel Flores, pesquisa vinculada ao Programa de Pós-graduação Profissional do Mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM.

Nota do arquivista

FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)
SÉRIE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Área de identificação

Código de referência	BR RSMADP AF-000
Título	Administração geral
Data(s)	1976-1990 (Produção)
Nível de descrição	Séries
Dimensão e suporte	Esta série compreende 108 documentos sonoros.

Área de contextualização

Nome do produtor	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (1957) Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul Museu Antropológico Diretor Pestana
------------------	--

Entidade detentora	Museu Antropológico Diretor Pestana
--------------------	-------------------------------------

História administrativa /
biografia

A história da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (FIDENE) tem seu início nos anos 50. Na busca pela qualificação e habilitação legal para o trabalho pedagógico e a atuação no ensino secundário, a Ordem dos Frades Menores Franciscanos (Capuchinhos) e a comunidade de Ijuí e região iniciaram uma mobilização em prol da implantação do ensino superior. Em 1953 já havia uma organização chamada Centro de Estudos Pedagógicos Antônio Balbino, um espaço para capacitação de professores onde, através de cursos rápidos e trocas de experiências, eles buscavam aperfeiçoamento para seu desempenho profissional. Da Associação Ijuicense Pró-Ensino Superior, fundada em fevereiro de 1956 sob articulação da Sociedade Literária Boaventura, entidade civil da Ordem dos Capuchinhos, surgiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI), pioneira no ensino superior da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. A FAFI surgiu dessa articulação regional, da participação da comunidade nos desdobramentos que, mais tarde, consumariam o projeto Universitário. Logo nos seus primeiros anos, uma reestruturação marcou a postura pedagógica da FAFI, que de uma dimensão individual, passou a trabalhar uma dimensão marcada pela preocupação com o social, um espaço de realização coletiva e solidária. Em 1961 foram criados os centros, no sentido de departamentalizar as áreas da FAFI: Centro de Estudos e Pesquisas Filosóficas; Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais; Centro de Estudos e Pesquisas Psicológicas; e o Centro de Estudos e Pesquisas Sociais. A presença marcante da FAFI na região, aguçada pelo Movimento Comunitário de Base, influenciou nas discussões

para a criação de uma entidade regional, que fosse aberta e descentralizada, a fim de conduzir e respaldar a expansão do ensino superior da região. Da ordem religiosa dos Capuchinhos para a comunidade regional. Surge em julho de 1969 a FIDENE, com esse propósito de encaminhar a Universidade Regional, dando o suporte legal, patrimonial e econômico-financeiro ao desenvolvimento do ensino superior no noroeste do Estado.

Como mantenedora, a FIDENE cria em 1970 a Faculdade de Ciências Administrativas, Contábeis e Econômicas de Ijuí (FACACEI). Em 1976 é implantado o Centro de Ciências Agrárias (CeCA) e em 1980, a Escola de Enfermagem de Ijuí (EEI). Com o passar dos anos, cada vez mais as atividades de extensão universitária foram assumindo a forma de programas e projetos específicos. Em substituição às Faculdades da FIDENE, em 1981 foram criados os Centros Integrados de Ensino Superior de Ijuí que, em 1985, através do reconhecimento da Universidade de Ijuí (UNIJUÍ), consolidou a estrutura organizacional presente até hoje, com denominação renovada em 1994 para Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

A natureza da documentação dessa série refere-se ao período de 1970 à 2000, os quais representam um período marcado por comemorações de fundações, entre elas é possível citar: inauguração de prédios, laboratórios, estruturas de trabalho, como o Museu, Biblioteca Central, laboratórios de ensino, comemorações relativas ao Ensino Superior em Ijuí, aulas inaugurais, posses, criação de cursos, aprovação da Carta-consulta da Unijuí, formatura das primeiras turmas, entrega de doações ao Museu e Processo de regionalização da Unijuí. Quanto à documentação de pessoal, refere-se ao aperfeiçoamento e desenvolvimento, Participação em Encontros, palestras, simpósios, congressos e cursos, para desenvolvimento e aprimoramento de pessoal.

História arquivística

Fonte imediata de
aquisição ou transferência
/Procedência

Documentos recolhidos ao Museu Antropológico Diretor Pestana e recebidos por doação.

**Área do conteúdo e
estrutura**

Âmbito e conteúdo

Esta série reflete reflete a história administrativa e jurídica da Fundação, incluindo atividades referentes aos eventos sociais realizados na instituição, como: solenidades, comemorações e homenagens e inaugurações, proclamação do ensino superior na Fidene, à aprovação da carta-consulta da Unijuí, formaturas, aulas inaugurais, atos oficiais, cerimônias de posse, incluindo o processo de reconhecimento da Unijuí e convênios.

Avaliação, seleção e eliminação	Esta série reflete os anos iniciais de atuação da Fidene. Não se tem conhecimento acerca de eliminações.
Ingressos adicionais/incorporações	Poderá haver novas incorporações na medida ainda que há documentos a serem recolhidos das unidades administrativas da Unijuí/Fidene.
Sistema de organização	Poderá haver novas incorporações na medida ainda que há documentos a serem recolhidos das unidades administrativas da Unijuí/Fidene.
Área de condições de acesso e utilização	
Condições de acesso	É permitido a pesquisa.
Condições de reprodução	A reprodução dos documentos seguirá as taxas de prestação de serviços do Museu e poderão ser reproduzidos através de processo reprográfico de digitalização e/ou fotografia.
Idioma do material	Português
Características físicas e requisitos técnicos	Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.
Instrumentos de descrição	Índices de pesquisa numéricos e por assunto. O inventário e o catálogo estão em elaboração.
Área de documentação associada	
Existência e localização de originais	As fitas cassete encontram-se preservadas no Museu Antropológico Diretor Pestana.
Existência e localização de cópias	Os documentos sonoros provenientes da digitalização encontram-se preservados também no Museu Antropológico Diretor Pestana.
Unidades de descrição relacionadas	A subsérie Pessoal e Organização e Funcionamento, estão relacionadas a esta descrição.
Área de notas	
Notas sobre conservação	O estado de conservação é regular, porém há perdas de áudio pelo decorrer dos anos nos suportes.
Pontos de acesso	
Pontos de acesso -	
Assuntos	Administração geral
	Pessoal
	Organização e funcionamento
	Ensino superior

Pontos de acesso - Locais	Ijuí Rio Grande do Sul
Pontos de acesso - Nomes	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (Produtor) FIDENE UNIJUÍ
Área de controle da descrição	MUSEU
Identificador da descrição	BR RSMADP AF
Identificador da instituição	Museu Antropológico Diretor Pestana
Regras ou convenções utilizadas	ARQUIVO NACIONAL. CONARQ. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: CONARQ, 2006. Disponível em: < http://www.CONARQ.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/NOBRADE.pdf >. Acesso em: 16 de dezembro de 2015. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: CONARQ, 2000. Disponível em: < http://www.CONARQ.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf >. Acesso em: 16 de dezembro de 2015.
Estatuto	Final
Nível de detalhe	Máximo
Datas de criação, revisão, eliminação	16 de dezembro de 2015
Línguas e escritas	Português
Fontes	Publicações do CONARQ, Arquivo Nacional, publicações da Fidene. Definição do arranjo e da descrição arquivística foi elaborada pela arquivista Sandra Schinwelski Maldaner, sob orientação do Professor Daniel Flores, pesquisa vinculada ao Programa de Pós-graduação Profissional do Mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM..
Nota do arquivista	

FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)

SÉRIE PESQUISA

Área de identificação

Código de referência	BR RSMADP AF-200
Título	Pesquisa
Data(s)	1971 - [2001]
Nível de descrição	Séries
Dimensão e suporte	195 documentos sonoros

Área de contextualização

Nome do produtor Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (1957)

Museu Antropológico Diretor Pestana (1961)

Entidade detentora

Museu Antropológico Diretor Pestana

História administrativa /
biografia

A história da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (FIDENE) tem seu início nos anos 50. Na busca pela qualificação e habilitação legal para o trabalho pedagógico e a atuação no ensino secundário, a Ordem dos Frades Menores Franciscanos (Capuchinhos) e a comunidade de Ijuí e região iniciaram uma mobilização em prol da implantação do ensino superior. Em 1953 já havia uma organização chamada Centro de Estudos Pedagógicos Antônio Balbino, um espaço para capacitação de professores onde, através de cursos rápidos e trocas de experiências, eles buscavam aperfeiçoamento para seu desempenho profissional. Da Associação Ijuíense Pró-Ensino Superior, fundada em fevereiro de 1956 sob articulação da Sociedade Literária Boaventura, entidade civil da Ordem dos Capuchinhos, surgiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI), pioneira no ensino superior da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. A FAFI surgiu dessa articulação regional, da participação da comunidade nos desdobramentos que, mais tarde, consumariam o projeto Universitário. Logo nos seus primeiros anos, uma reestruturação marcou a postura pedagógica da FAFI, que de uma dimensão individual, passou a trabalhar uma dimensão marcada pela preocupação com o social, um espaço de realização coletiva e solidária. Em 1961 foram criados os centros, no sentido de departamentalizar as áreas da FAFI: Centro de Estudos e Pesquisas Filosóficas; Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais; Centro de Estudos e Pesquisas Psicológicas; e o Centro de Estudos e Pesquisas Sociais.

A presença marcante da FAFI na região, aguçada pelo Movimento Comunitário de Base, influenciou nas discussões para a criação de uma entidade regional, que fosse aberta e descentralizada, a fim de conduzir e respaldar a expansão do

ensino superior da região. Da ordem religiosa dos Capuchinhos para a comunidade regional. Surge em julho de 1969 a FIDENE, com esse propósito de encaminhar a Universidade Regional, dando o suporte legal, patrimonial e econômico-financeiro ao desenvolvimento do ensino superior no noroeste do Estado. Como mantenedora, a FIDENE cria em 1970 a Faculdade de Ciências Administrativas, Contábeis e Econômicas de Ijuí (FACACEI). Em 1976 é implantado o Centro de Ciências Agrárias (CeCA) e em 1980, a Escola de Enfermagem de Ijuí (EEI). Com o passar dos anos, cada vez mais as atividades de extensão universitária foram assumindo a forma de programas e projetos específicos. Em substituição às Faculdades da FIDENE, em 1981 foram criados os Centros Integrados de Ensino Superior de Ijuí que, em 1985, através do reconhecimento da Universidade de Ijuí (UNIJUÍ), consolidou a estrutura organizacional presente até hoje, com denominação renovada em 1994 para Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Esse conjunto documental reflete à concepção, organização e desenvolvimento das ações de pesquisa, bem como normatização, regulamentação, programas de pesquisa e projetos de pesquisa, iniciação científica, transferência e inovação tecnológica, e ética em pesquisa. As atividades de pesquisa evidenciadas nesta série, quanto aos documentos sonoros recolhidos ao MADP, referem-se à coleta de dados e realização de projetos de pesquisa e pesquisas na sua totalidade. Dos quais evidencia-se a realização de entrevistas para coleta de dados sobre a imigração, cultura, produção e técnicas agrícolas, indústria e comércio local, educação, imigrantes, o ensino na Unijuí, cooperativismo, genealogia, levantamento do patrimônio histórico e artístico regional, política, colonização, costumes, processos de fabricação, etc. formas de pesquisa evidenciadas como práticas da Fidene/Unijuí em seus documentos constitutivos legais, bem como do MADP.

Documentos recolhidos ao Museu Antropológico Diretor Pestana e/ recebidos por doação.

História arquivística

Fonte imediata de aquisição ou transferência /Procedência

Área do conteúdo e estrutura

Âmbito e conteúdo

Avaliação, seleção e eliminação

Esta série reflete a prática da realização da pesquisa no âmbito da Fidene e suas mantidas, especialmente do MADP, principalmente no que tange a memória popular da região, quanto a costumes, cultura, processos de trabalho, e educação na região de Ijuí.

Não se tem conhecimento acerca de eliminações.

Ingressos adicionais/incorporações Poderá haver novas incorporações na medida ainda que há documentos a serem recolhidos das unidades administrativas da Unijuí/Fidene.

Sistema de organização Os documentos estão organizados de acordo com as séries estabelecidas pelo Código de Classificação de Documentos de Arquivo relativo às atividades-fim das IFES/IES relativos as atividades-fim. A série Pesquisa, subdivide-se na subsérie Realização de Pesquisa e coleta de dados.

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso Não há restrições.

Condições de reprodução A reprodução dos documentos seguirá as taxas de prestação de serviços do Museu e poderão ser reproduzidos através de processo reprográfico de digitalização e/ou fotografia.

Idioma do material Português

Características físicas e requisitos técnicos Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Instrumentos de descrição Índices de pesquisa numéricos e por assunto. O inventário e o catálogo estão em elaboração.

Área de documentação associada

Existência e localização de originais As fitas cassete encontram-se preservadas no Museu Antropológico Diretor Pestana.

Existência e localização de cópias Os documentos sonoros provenientes da digitalização encontram-se preservados também no Museu Antropológico Diretor Pestana.

Área de notas

Notas sobre conservação O estado de conservação é regular, porém há perdas de áudio pelo decorrer dos anos nos suportes.

Pontos de acesso

Pontos de acesso - Pesquisa
Assuntos

Ensino superior

Pontos de acesso - Locais Ijuí
FIDENE
UNIJUÍ

Pontos de acesso - Nomes FIDENE
UNIJUÍ
MADP

Área de controle da

descrição

Identificador da descrição	BR RSMADP AF
Identificador da instituição	Museu Antropológico Diretor Pestana
Estatuto	Final
Nível de detalhe	Máximo
Datas de criação, revisão, eliminação	16 de dezembro de 2016
Línguas e escritas	Português
Fontes	Publicações do CONARQ, Arquivo Nacional, publicações da Fidene.
Nota do arquivista	Definição do arranjo e da descrição arquivística foi elaborada pela arquivista Sandra Schinwelski Maldaner, sob orientação do Professor Daniel Flores, pesquisa vinculada ao Programa de Pós-graduação Profissional do Mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM..

FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)

SÉRIE EXTENSÃO

Área de identificação

Código de referência	BR RSMADP AF-300
Título	Extensão
Data(s)	[1970] - 1995
Nível de descrição	Séries
Dimensão e suporte	270 documentos sonoros

Área de contextualização

Nome do produtor	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (1957) Museu Antropológico Diretor Pestana (1961)
Entidade detentora	Museu Antropológico Diretor Pestana

História administrativa / biografia

A história da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (FIDENE) tem seu início nos anos 50. Na busca pela qualificação e habilitação legal para o trabalho pedagógico e a atuação no ensino secundário, a Ordem dos Frades Menores Franciscanos (Capuchinhos) e a comunidade de Ijuí e região iniciaram uma mobilização em prol da implantação do ensino superior. Em 1953 já havia uma organização chamada Centro de Estudos Pedagógicos Antônio Balbino, um espaço para capacitação de professores onde, através de cursos rápidos e trocas de experiências, eles buscavam aperfeiçoamento para seu desempenho profissional. Da Associação Ijuicense Pró-Ensino Superior, fundada em fevereiro de 1956 sob articulação da Sociedade Literária Boaventura, entidade civil da Ordem dos Capuchinhos, surgiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI), pioneira no ensino superior da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. A FAFI surgiu dessa articulação regional, da participação da comunidade nos desdobramentos que, mais tarde, consumariam o projeto Universitário. Logo nos seus primeiros anos, uma reestruturação marcou a postura pedagógica da FAFI, que de uma dimensão individual, passou a trabalhar uma dimensão marcada pela preocupação com o social, um espaço de realização coletiva e solidária. Em 1961 foram criados

os centros, no sentido de departamentalizar as áreas da FAFI: Centro de Estudos e Pesquisas Filosóficas; Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais; Centro de Estudos e Pesquisas Psicológicas; e o Centro de Estudos e Pesquisas Sociais. A presença marcante da FAFI na região, aguçada pelo Movimento Comunitário de Base, influenciou nas discussões para a criação de uma entidade regional, que fosse aberta e descentralizada, a fim de conduzir e respaldar a expansão do ensino superior da região. Da ordem religiosa dos Capuchinhos para a comunidade regional. Surge em julho de 1969 a FIDENE, com esse propósito de encaminhar a Universidade Regional, dando o suporte legal, patrimonial e econômico-financeiro ao desenvolvimento do ensino superior no noroeste do Estado. Como mantenedora, a FIDENE cria em 1970 a Faculdade de Ciências Administrativas, Contábeis e Econômicas de Ijuí (FACACEI). Em 1976 é implantado o Centro de Ciências Agrárias (CeCA) e em 1980, a Escola de Enfermagem de Ijuí (EEI). Com o passar dos anos, cada vez mais as atividades de extensão universitária foram assumindo a forma de programas e projetos específicos. Em substituição às Faculdades da FIDENE, em 1981 foram criados os Centros Integrados de Ensino Superior de Ijuí que, em 1985, através do reconhecimento da Universidade de Ijuí (UNIJUÍ), consolidou a estrutura organizacional presente até hoje, com denominação renovada em 1994 para Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Esta série refere-se às atividades de extensão realizadas no âmbito da Fidene e suas mantidas de modo geral quanto à normatização, regulamentação, programas de extensão, projetos de extensão, cursos de extensão, eventos de extensão, prestação de serviço, difusão e divulgação da produção acadêmica, programa institucional de bolsas de extensão e outros assuntos referentes à extensão. As atividades de extensão nesta série quanto aos documentos sonoros, estão relacionadas a Participação em Encontros, palestras, simpósios, congressos e cursos; Realização de cursos de extensão; Eventos de extensão; Realização de exposições, mostras; Realização de encontros, seminários, palestras, no período aproximado de 1970 a 1995.

História arquivística

Fonte imediata de aquisição ou transferência /Procedência Documentos recolhidos ao Museu Antropológico Diretor Pestana e/ou recebidos por doação.

Área do conteúdo e estrutura

Âmbito e conteúdo Os documentos desse momento histórico refletem as ações na área de extensão.

Avaliação, seleção e eliminação Não se tem conhecimento acerca de eliminações.

Ingressos adicionais/incorporações Poderá haver novas incorporações na medida ainda que há documentos a serem recolhidos das unidades administrativas da Unijuí/Fidene.

Sistema de organização Os documentos estão organizados de acordo com as séries estabelecidas pelo Código de Classificação de Documentos de Arquivo relativo às atividades-fim das IFES/IES, que subdivide a série extensão em: normatização, regulamentação; programas de extensão; projetos de extensão; cursos de extensão; eventos de extensão; prestação de serviços; difusão e divulgação da produção acadêmica; programa institucional de bolsa de extensão e outros assuntos referentes à extensão.

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso Não há restrições.

Condições de reprodução A reprodução dos documentos seguirá as taxas de prestação de serviços do Museu e poderão ser reproduzidos através de processo reprográfico de digitalização e/ou fotografia.

Idioma do material Português

Características físicas e requisitos técnicos Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Instrumentos de descrição Índices de pesquisa numéricos e por assunto. O inventário e o catálogo estão em elaboração.

Área de documentação associada

Existência e localização de originais As fitas cassete encontram-se preservadas no Museu

Antropológico Diretor Pestana.

Existência e localização de cópias Os documentos sonoros provenientes da digitalização encontram-se preservados também no Museu Antropológico Diretor Pestana.

Área de notas

Notas sobre conservação O estado de conservação é regular, porém há perdas de áudio pelo decorrer dos anos nos suportes.

Pontos de acesso

Pontos de acesso - Assuntos Extensão
Projetos de extensão
Cursos de extensão

Pontos de acesso - Locais Eventos de extensão
Prestação de serviços

Ijuí
FIDENE
UNIJUÍ
MADP

Pontos de acesso - Nomes FIDENE
UNIJUÍ
MADP

Área de controle da descrição

Identificador da descrição BR RSMADP AF
Identificador da instituição Museu Antropológico Diretor Pestana

Estatuto Final

Nível de detalhe Máximo

Datas de criação, revisão, eliminação 16 de dezembro de 2015

Línguas e escritas Português

Fontes Publicações do CONARQ, Arquivo Nacional, publicações da Fidene.

Nota do arquivista Definição do arranjo e da descrição arquivística foi elaborada pela arquivista Sandra Schinwelski Maldaner, sob orientação do Professor Daniel Flores, pesquisa vinculada ao Programa de Pós-graduação Profissional do Mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM.

REFERENCIAS

CALLAI, Jaeme Luiz. 40 anos de memória. In: MUSEU ANTROPOLOGICO DIRETOR PESTANA. 40 anos de história. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2002.

FIDENE. Relatório anual de atividades da Fidene. Vol. 1. Ijuí: Ed. Unijuí. 1969 – 2015.

MARQUES, Mário Osório. **Universidade emergente; o ensino superior brasileiro em Ijuí (RS), de 1957 a 1983.** Ijuí: FIDENE, 1984.

APÊNDICE F – CATÁLOGO DE DOCUMENTOS SONOROS

FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF) CATÁLOGO



FIDENE
FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO
E EDUCAÇÃO NO NOROESTE DO RIOGRANDE
DO SUL



MUSEU ANTROPOLÓGICO
DIRETOR PESTANA

UJÚ, RS
2016

FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF) CATÁLOGO



Ijuí, RS
2016

ADMINISTRAÇÃO GERAL

FIDENE

Presidente

Martinho Luiz Kelm

UNIJUÍ

Reitor

Martinho Luiz Kelm

Vice-reitora de Graduação - VRG

Cátia Maria Nering

Vice-reitor de Administração - VRA

Laerde Sady Gehrke

Vice-reitora de pós-graduação,
pesquisa e extensão - VRPGPE

Evelize Moraes Berlezi

MADP

EQUIPE TÉCNICA

Diretora

Stela Mariz Zambiasi de Oliveira

Analista de Projetos

Sandra Denise Felipin Boger

Arquivista

Amanda Keiko Higashi

Sandra Schinwelski Maldaner

Assistente de Pesquisa e Extensão

Fabricio de Souza

Jaqueline Bussler Michael Krüger

Miriam Bisognin Santi

Auxiliar de Secretaria

Liliane Agertt Reis Blume

Auxiliar de Serviços Gerais

Maria Lúcia dos Santos Teixeira

Educadora

Belair Aparecida Stefanello

Jovem Aprendiz

Juliana de Paula Thomé da Cruz

Museólogo

Éder Ribeiro Oliveira

ELABORAÇÃO E EDITORAÇÃO

Pesquisa Histórica

Sandra Schinwelski Maldaner

Orientação

Prof. Dr. Daniel Flores

Projeto Gráfico

Fabricio de Souza

Pesquisa de Mestrado vinculada ao
Programa de Pós-Graduação
Profissional em Patrimônio Cultural da
UFSM

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)	5
FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)	12
SÉRIE ADMINISTRAÇÃO GERAL	12
SUBSÉRIE Eventos Sociais	12
SUBSUBSÉRIE Solenidades, Comemorações e homenagens	12
FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)	52
SÉRIE ADMINISTRAÇÃO GERAL	52
SUBSÉRIE Acordos, ajustes, contratos e convênios	52
FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)	53
SÉRIE ADMINISTRAÇÃO GERAL	53
SUBSÉRIE Organização e funcionamento	53
FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)	56
SÉRIE ADMINISTRAÇÃO GERAL	56
SUBSÉRIE Pessoal	56

1 INTRODUÇÃO

Com o objetivo de facilitar o acesso ao acervo de documentos sonoros do Arquivo Fidene custodiado pelo Museu Antropológico Diretor Pestana e como produto da pesquisa de mestrado em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), intitulada Documento sonoro como patrimônio arquivístico documental: um ambiente de descrição, difusão e acesso para o Museu Antropológico Diretor Pestana, este catálogo visa subsidiar as pesquisas e os pesquisadores.

No âmbito dessa pesquisa, foi disponibilizado para pesquisa os representantes digitais provenientes da digitalização de das fitas cassetes, documentos sonoros do Arquivo Fidene, via ambiente eletrônico, através do software ICA-AtoM e suas respectivas descrições do Fundo Arquivo Fidene de documentos sonoros, da série Administração geral, Subsérie Eventos Sociais, Subsubsérie Solenidades, comemorações e homenagens, Subsérie Organização e funcionamento, e Subsérie Pessoal, compreendendo o período de 1971 a 1995.

A institucionalização do software ICA-AtoM para o Museu Antropológico Diretor Pestana representa um canal de pesquisa, descrição, difusão e acesso do acervo à comunidade em geral.

O website para pesquisa está localizado no endereço virtual <http://atom.unijui.edu.br/>.

O Catálogo de documentos sonoros do Arquivo Fidene apresenta inicialmente a descrição do Fundo documental, seguida da Série Administração gela, e logo após é apresentada a descrição dos itens documentais.

FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)

Área de identificação

Código de referência	BR RSMADP AF
Título	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado
Data(s)	1969-2016
Nível de descrição	(3)Fundo
Dimensão e suporte	O fundo documental Fidene é representado por 666,32 metros lineares de documentos textuais e bibliográficos, 1.279 documentos sonoros, 42.781 documentos iconográficos, 394 documentos audiovisuais. O acervo de fitas cassete do Arquivo Fidene compreende 990 fitas cassetes recolhidas ao Arquivo Permanente da Fidene no Museu Antropológico Diretor Pestana.

Área de contexto

Nome do produtor	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (1957-2016)
Entidade detentora	Museu Antropológico Diretor Pestana
História administrativa	O contexto de instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí - FAFI vem da aspiração de uma camada da comunidade que pouco acesso tinha a educação pública, atendida predominantemente pela iniciativa privada, dando origem a um número expressivo de instituições de ensino superior privado no interior do Estado. Em 1953 já havia uma organização chamada Centro de Estudos Pedagógicos Antônio Balbino, um espaço para capacitação de professores onde, através de cursos rápidos e trocas de experiências, buscavam o aperfeiçoamento para seu desempenho profissional. Da Associação Ijuicense Pró-Ensino Superior, fundada em fevereiro de 1956 sob articulação da Sociedade Literária Boaventura, entidade civil da Ordem dos Capuchinhos, surgiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI), pioneira no ensino superior da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. A FAFI foi pioneira na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Instalada em 1957, nasceu dos

interesses da Ordem dos Frades Menores Franciscanos, os Capuchinhos e das necessidades e anseios da comunidade de Ijuí e região em busca do ensino superior. Essas necessidades e aspirações caracterizam a marca da FAFI, da participação comunitária, acompanhando seus desdobramentos e os anseios do projeto de uma Universidade de Ijuí. Em 1961 foram criados os centros, no sentido de departamentalizar as áreas da FAFI: Centro de Estudos e Pesquisas Filosóficas; Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais; Centro de Estudos e Pesquisas Psicológicas; e o Centro de Estudos e Pesquisas Sociais. A presença marcante da FAFI na região, aguçada pelo Movimento Comunitário de Base, influenciou nas discussões para a criação de uma entidade regional, que fosse aberta e descentralizada, a fim de conduzir e respaldar a expansão do ensino superior da região. Da ordem religiosa dos Capuchinhos para a comunidade regional, surge em julho de 1969 a FIDENE, com esse propósito de encaminhar a Universidade Regional, dando o suporte legal, patrimonial e econômico-financeiro ao desenvolvimento do ensino superior no noroeste do Estado. Como mantenedora, a FIDENE cria em 1970 a Faculdade de Ciências Administrativas, Contábeis e Econômicas de Ijuí (FACACEI). Em 1976 é implantado o Centro de Ciências Agrárias (CeCA) e em 1980, a Escola de Enfermagem de Ijuí (EEI). Com o passar dos anos, cada vez mais as atividades de extensão universitária foram assumindo a forma de programas e projetos específicos. Em substituição às Faculdades da FIDENE, em 1981 foram criados os Centros Integrados de Ensino Superior de Ijuí que, em 1985, através do reconhecimento da Universidade de Ijuí (UNIJUÍ), consolidou a estrutura organizacional presente até hoje, com denominação renovada em 1994 para Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Documentos acumulados pela Fidene ao longo de sua trajetória institucional e sob custódia do Museu Antropológico Diretor Pestana.

Fonte imediata de
aquisição
ou transferência
/Procedência

A forma de entrada dos documentos no Arquivo se dá pelo recolhimento através do Sistema de Arquivos Fidene ou através de doação registrada em Carta de Doação.

Área de conteúdo e estrutura

O fundo documental Fidene consiste em documentos produzidos e recebidos pela Fundação sonoros relacionados às funções de Administração Geral, Extensão, Pesquisa, Organização e Funcionamento e Administração de Pessoal, Ensino Básico e Técnico no cumprimento das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, assim como funções relacionadas à atividade-meio. Consiste em áudios de cerimônias, acordos, ajustes, contratos e convênios, solenidades, comemorações e homenagens, eventos de extensão, realização de palestras e conferências, realização de exposições, elaboração de políticas, concepção, organização e funcionamento, coleta de dados, realização de pesquisa, aperfeiçoamento e desenvolvimento, atos públicos, posses, inaugurações, palestras, cursos, treinamentos, entrevistas, coleta de dados para a pesquisa, atos de reconhecimento. A totalidade do fundo é composta por documentos textuais, iconográficos, sonoros, cartográficos e bibliográficos.

Âmbito e conteúdo

Avaliação, seleção e
eliminação

Não foram encontrados registros de eliminação.

Ingressos
adicionais/incorporações

Este acervo está em processo de organização, e poderão ser incorporados/recolhidos outros documentos ao Museu no decorrer do processo.

Sistema de organização

Na elaboração do arranjo, foram adotados os níveis de fundo, série, subsérie, subsubsérie, dossiê até chegar ao item documental. As séries documentais, estão organização de forma cronológica. A base do arranjo tem objeto a Portaria nº 1.224, de

18 de dezembro de 2013, e a Portaria nº1.261 de 23 de dezembro de 2013 do Ministério da Educação, bem como a adaptação do Código de Classificação de Documentos da Administração Pública para atividades-meio do CONARQ.

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso	<p>Devido ao seu caráter histórico a consulta é facultada de forma local, via solicitação de e-mail e através do software de descrição ICA-AtoM online. O empréstimo para finalidades administrativas é providenciado no prazo de 48 (quarenta e oito horas), devido à climatização do acervo a partir da solicitação. A consulta ao acervo não tem custos, a menos que o usuário necessite de uma reprodução dos documentos, ao qual será cobra uma taxa pelos serviços de reprodução dos documentos. A digitalização dos documentos é feita de forma de reprodução ao pesquisador e este deverá preencher um Termo de Cessão de Imagens, no qual deverá informar para quais fins irá utilizar o documento, comprometendo-se a fazer referência ao Museu como fonte custodiadora do acervo.</p>
Condições de reprodução	<p>Neste momento é desconhecida a restrição de acesso, caso tenha é informado.</p> <p>As reproduções podem ser solicitadas via e-mail de pesquisa: madppesquisa@unijui.edu.br, arquivofidene@unijui.edu.br ou de forma local. É obrigatório o preenchimento do Termo de Cessão de Imagens do acervo do MADP.</p>
Idioma do material	Português
Características físicas e requisitos técnicos	<p>Pela especificidade dessa tipologia documental, perdas documentais podem ocorrer devidos a causas naturais, acarretando a sua deterioração, bem como da própria obsolescência tecnológica no caso dos documentos sonoros. De modo geral, os documentos apresentam condições regulares de conservação, apresentando sujidades, furos, manchas,</p>

esmaecimento, enfraquecimento do suporte, podendo necessitar de pequenos reparos ou equipamentos especiais para o acesso dependendo do suporte documental.

Existem índices de pesquisa por assunto, descrição em Termos de Instrumentos de descrição Recolhimento e está em processo de elaboração: o guia, inventário e catálogo do Arquivo Fidene para documentos sonoros.

Área de documentação

associada

Existência e localização de originais Documentos originais na sua grande totalidade, recolhidos ao Arquivo Permanente da Fidene localizado no Museu Antropológico Diretor Pestana.

Existência e localização de cópias Este arquivo é um fundo aberto em atividade, e de acordo com o Sistema de Arquivos Fidene, nas fases corrente e intermediária, documentos estão em atividade ou em prazo precaucional nas unidades administrativas da Fidene, sendo recolhidas ao Museu quando seu destino for a guarda permanente.

Notas sobre publicação BRUM, Argemiro J. **Universidade Regional do Noroeste do estado do rio Grande do Sul: UNIJUÍ: uma experiência de universidade comunitária: sua história, suas ideias.** 2. ed. rev. e atual. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

MARQUES, Mário Osório. **Universidade emergente: o ensino superior brasileiro em Ijuí (RS) de 1957 a 1983.** Ijuí, FIDENE, 1984.

Área de notas

Notas sobre conservação Documentos em estado regular de conservação.

Notas gerais Fundo aberto

Pontos de acesso

Pontos de acesso - Fidene

Assuntos Museu

Pontos de acesso - Locais Ijuí

Museu Antropológico Diretor Pestana

Pontos de acesso - Nomes	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (Produtor) FIDENE Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul Unijuí Museu Antropológico Diretor Pestana MADP
Área de controle da descrição	
Identificador da descrição	FIDENE
Identificador da instituição	Museu Antropológico Diretor Pestana
Regras ou convenções utilizadas	Conselho Internacional de Arquivos. ISDIAH: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico/Conselho Internacional de Arquivos; tradução de Vítor Manoel Marques da Fonseca. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Estatuto	Final
Nível de detalhe	Máximo
Datas de criação, revisão, eliminação	20 de novembro de 2015
Línguas e escritas	Português BRUM, Argemiro J. Universidade Regional do Noroeste do estado do rio Grande do Sul: UNIJUÍ: uma experiência de universidade comunitária: sua história, suas ideias. 2. ed. rev. e atual. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998. MARQUES, Mário Osório. Universidade emergente: o ensino superior brasileiro em Ijuí (RS) de 1957 a 1983. Ijuí, FIDENE, 1984. Conselho Internacional de Arquivos. ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada
Fontes	

pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

Nota do arquivista

Descrição elaborada pela Arquivista Sandra Schinwelski Maldaner, sob orientação do Prof. Dr. Daniel Flores, pesquisa vinculada ao Programa de Pós-graduação Profissional do Mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM.

FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)

SÉRIE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SUBSÉRIE Eventos Sociais

SUBSUBSÉRIE Solenidades, Comemorações e homenagens

Área de identificação

Código de referência	BR RSMADP AF-000-001-001.1-1.1
Título	Áudio de inauguração do 1º módulo do MADP, prédio da Biblioteca Central e Laboratório de Química, Física e Biologia
Data(s)	25/05/1976
Nível de descrição	Item
Dimensão e suporte	01 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência	BR RSMADP AF-000-001-001.1-1.2
Título	Áudio de Palestra Museu hoje
Data(s)	25/05/1976
Nível de descrição	Item
Dimensão e suporte	01 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-2.1

Título

Áudio de comemoração dos 20 anos do Ensino Superior em Ijuí

Data(s)

19/03/1977 (Produção)

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvidos, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-2.2

Título

Áudio do almoço de confraternização da comemoração dos 20 anos do Ensino Superior em Ijuí

Data(s)

19/03/1977 (Produção)

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvidos, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-2.3

Título

Áudio de entrega de títulos de professores honorários durante a comemoração dos 20 anos do Ensino Superior em Ijuí

Data(s)

19/03/1977 (Produção)

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-2.4

Título

Áudio de entrega de títulos de professores honorários durante a comemoração dos 20 anos do Ensino Superior em Ijuí - continuação

Data(s)

19/03/1977 (Produção)

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor	Fundação de Integração, Desenvolvimentos, e Educação do Noroeste do Estado
Área de condições de acesso e utilização	
Condições de acesso	É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.
Área de identificação	
Código de referência	BR RSMADP AF-000-001-001.1-2.5
Título	Áudio de palestra sobre a Universidade aos professores da Fidene
Data(s)	23/03/1977 (Produção)
Nível de descrição	Item documental
Dimensão e suporte	1 documento sonoro
Área de contextualização	
Nome do produtor	Fundação de Integração, Desenvolvimentos, e Educação do Noroeste do Estado
Área de condições de acesso e utilização	
Condições de acesso	É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.
Área de identificação	
Código de referência	BR RSMADP AF-000-001-001.1-2.6
Título	Áudio de palestra sobre a Universidade aos professores da Fidene
Data(s)	23/03/1977 (Produção)
Nível de descrição	Item documental
Dimensão e suporte	1 documento sonoro
Área de contextualização	
Nome do produtor	Fundação de Integração, Desenvolvimentos, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-2.7

Título

Áudio de palestra sobre o encontro com professores da Fidene

Data(s)

23/03/1977 (Produção)

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimentos, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-3.1

Título

Áudio da Aula inaugural do Curso de Enfermagem

Data(s)

19/03/1980 (Produção)

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

[??]

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-3.2

Título

Áudio de aula inaugural da Escola de Enfermagem e obstetrícia de Ijuí

Data(s)

[? /? /1980

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-3.3

Título

Áudio de Aula inaugural do Curso de Direito da Unijuí

Data(s)

12/03/1990

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-3.4

Título

Áudio de Aula inaugural do Curso de Direito da Unijuí

Data(s)

12/03/1990

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-4.1

Título

Áudio da posse da Presidência da Fidene

Data(s)

31/03/1981 (Produção)

Nível de descrição

Dossiê

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Assembléia Geral

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-5.1

Título

Áudio de comemoração dos 20 Anos do MADP

Data(s)

25/05/1981 (Produção)

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-5.2

Título

Áudio de comemoração dos 20 Anos do MADP

Data(s)

25/05/1981 (Produção)

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-5.3

Título

Áudio de comemoração dos 20 Anos do MADP

Data(s)

25/05/1981 (Produção)

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-5.4

Título

Áudio do Programa Radiofônico Ponto de Encontro

Data(s)

25/05/1981 (Produção)

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-6.1

Título

Áudio de Inauguração do II Módulo do MADP

Data(s)

11/10/1981 (Produção)

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-7.1

Título

Áudio do lançamento da sapata fundamental do prédio nº 4 do campus da Unijui

Data(s)

19/10/1981 (Produção)

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-8.1

Título

Áudio de Criação dos Cursos de Nutrição e Enfermagem

Data(s)

[?]/03/1979 (Produção)

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-9.1

Título

Áudio das Comemorações dos 25 Anos de Ensino Superior na Fidene

Data(s)

13/03/1982

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-9.2

Título

Áudio das Comemorações dos 25 Anos de Ensino Superior na Fidene

Data(s)

13/03/1982

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-9.3

Título

Áudio das Comemorações dos 25 Anos de Ensino Superior na Fidene

Data(s)

13/03/1982

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor	Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado
Área de condições de acesso e utilização	
Condições de acesso	É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.
Área de identificação	
Código de referência	BR RSMADP AF-000-001-001.1-9.4
Título	Áudio da Formatura da última turma de alunos da FAFI
Data(s)	24/03/1982
Nível de descrição	Item documental
Dimensão e suporte	1 documento sonoro
Área de contextualização	
Nome do produtor	Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado
Área de condições de acesso e utilização	
Condições de acesso	É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.
Área de identificação	
Código de referência	BR RSMADP AF-000-001-001.1-9.5
Título	Áudio da Mesa Redonda sobre os 25 Anos de Ensino Superior em Ijuí
Data(s)	[?]/02/1982
Nível de descrição	Item documental
Dimensão e suporte	1 documento sonoro
Área de contextualização	
Nome do produtor	Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-9.6

Título

Áudio da Mesa Redonda sobre os 25 Anos de Ensino Superior em Ijuí

Data(s)

[?]/02/1982

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-9.7

Título

Áudio da Mesa Redonda sobre os 25 Anos de Ensino Superior em Ijuí - continuação

Data(s)

[?]/02/1982

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-9.8

Título

Áudio da cerimônia religiosa de Comemoração dos 25 Anos de Ensino Superior em Ijuí

Data(s)

14/03/1982

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-9.9

Título

Áudio da cerimônia religiosa de Comemoração dos 25 Anos de Ensino Superior em Ijuí

Data(s)

14/03/1982

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-9.10

Título

Áudio de entrevistas sobre os 25 Anos de Ensino Superior em Ijuí

Data(s)

[?]/02/1982

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-9.11

Título

Áudio de entrevistas sobre os 25 Anos de Ensino Superior em Ijuí

Data(s)

[02/1982]

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-9.12

Título

Áudio de celebração ecumênica dos 25 Anos de Ensino Superior em Ijuí

Data(s)

[02/1982]

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-10.1

Título

Áudio da Reunião do Conselho Federal de Educação

Data(s)

02/08/1983

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-10.2

Título

Áudio da Reunião do Conselho Federal de Educação - encerramento

Data(s)

03/08/1983

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-10.3

Título

Áudio de Comemoração à aprovação da carta-consulta da Unijuí

Data(s)

03/08/1983

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-10.4

Título

Áudio de Comemoração à aprovação da carta-consulta da Unijui

Data(s)

03/08/1983

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-10.5

Título

Áudio de Comemoração à aprovação da carta-consulta da Unijui

Data(s)

03/08/1983

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-10.6

Título

Áudio de entrevista sobre a aprovação da carta-consulta da Unijuí

Data(s)

09/05/1985

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-10.7

Título

Áudio de entrevista sobre a aprovação da carta-consulta da Unijuí

Data(s)

11/05/1985

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-10.8

Título

Áudio de entrevista sobre a aprovação da carta-consulta da Unijuí

Data(s)

11/05/1985

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-10.9

Título

Áudio da festa na Praça da República

Data(s)

10/05/1985

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-10.10

Título

Áudio da recepção ao Reitor Adelar Baggio no aeroporto de Ijuí e propaganda nas ruas

Data(s)

10/05/1985

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-10.11

Título

Áudio do programa especial na Rádio Progresso

Data(s)

10/05/1985

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-10.12

Título

Áudio da propaganda nas ruas da aprovação da carta-consulta

Data(s)

10/05/1985

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-11.1

Título

Áudio da Formatura da 1ª turma de Enfermagem

Data(s)

10/12/1983

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-11.2

Título

Áudio da Formatura da 1ª turma de Enfermagem

Data(s)

10/12/1983

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Fundação de Integração, Desenvolvimento, e Educação do Noroeste do Estado

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-12.1

Título

Áudio de ato público pró-eleições diretas

Data(s)

24/04/1984

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Diretório Acadêmico de Ciências Humanas

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-12.2

Título

Áudio de ato público pró-eleições diretas

Data(s)

24/04/1984

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Diretório Acadêmico de Ciências Humanas

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-13.1

Título

Áudio do ato oficial de entrega da Coleção Martin Fischer ao MADP

Data(s)

24/05/1984

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Diretório Acadêmico de Ciências Humanas

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-14.1

Título

Áudio de assembleia geral ordinária da Fidene

Data(s)

24/03/1984

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Assembléia geral da Fidene

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-14.2

Título

Áudio de assembleia geral ordinária da Fidene

Data(s)

24/03/1984

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Assembléia geral da Fidene

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-14.3

Título

Áudio de Assembléia geral extraordinária com posse dos eleitos

Data(s)

31/03/1984

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Assembléia geral da Fidene

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-14.4

Título

Áudio de Assembléia geral extraordinária com posse dos eleitos

Data(s)

31/03/1984

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Assembléia geral da Fidene

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-15.1

Título

Áudio de assembleia de posse da nova diretoria do Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Ijuí

Data(s)

22/06/1985

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Ijuí - SAAEI

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-16.1

Título

Áudio de Comemoração dos 25 Anos do MADP

Data(s)

25/05/1986

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-001-001.1-16.2

Título **Áudio de Comemoração dos 25 Anos do MADP**

Data(s) 25/05/1986

Nível de descrição Item documental

Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-001-001.1-16.3

Título **Áudio de palestra de abertura do Encontro Regional de Museus**

Data(s) 17/07/1986

Nível de descrição Item documental

Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso Esta fita cassete não foi localizada no acervo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-001-001.1-16.4

Título **Áudio de palestra de abertura do Encontro Regional de Museus**

Data(s) 17/07/1986

Nível de descrição Item documental

Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso Esta fita cassete não foi localizada no acervo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-001-001.1-16.5

Título **Áudio de palestra de abertura do Encontro Regional de Museus**

Data(s) 17/07/1986

Nível de descrição Item documental

Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso Esta fita cassete não foi localizada no acervo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-001-001.1-16.6

Título	Áudio de palestra de abertura do Encontro Regional de Museus
Data(s)	17/07/1986
Nível de descrição	Item documental
Dimensão e suporte	1 documento sonoro
Área de contextualização	
Nome do produtor	Museu Antropológico Diretor Pestana
Área de condições de acesso e utilização	
Condições de acesso	Esta fita cassete não foi localizada no acervo.
Área de identificação	
Código de referência	BR RSMADP AF-000-001-001.1-16.7
Título	Áudio de palestra de abertura do Encontro Regional de Museus
Data(s)	17/07/1986
Nível de descrição	Item documental
Dimensão e suporte	1 documento sonoro
Área de contextualização	
Nome do produtor	Museu Antropológico Diretor Pestana
Área de condições de acesso e utilização	
Condições de acesso	Esta fita cassete não foi localizada no acervo.
Área de identificação	
Código de referência	BR RSMADP AF-000-001-001.1-16.8
Título	Áudio de palestra de abertura do Encontro Regional de Museus
Data(s)	18/07/1986
Nível de descrição	Item documental
Dimensão e suporte	1 documento sonoro
Área de contextualização	
Nome do produtor	Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso Esta fita cassete não foi localizada no acervo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-001-001.1-16.9
Título **Áudio de palestra de abertura do Encontro Regional de Museus**
Data(s) 18/07/1986
Nível de descrição Item documental
Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso Esta fita cassete não foi localizada no acervo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-001-001.1-16.10
Título **Áudio de palestra de abertura do Encontro Regional de Museus**
Data(s) 18/07/1986
Nível de descrição Item documental
Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso Esta fita cassete não foi localizada no acervo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-001-001.1-16.11
Título **Áudio de palestra de abertura do Encontro Regional de Museus**

Data(s)	18/07/1986
Nível de descrição	Item documental
Dimensão e suporte	1 documento sonoro
Área de contextualização	
Nome do produtor	Museu Antropológico Diretor Pestana
Área de condições de acesso e utilização	
Condições de acesso	Esta fita cassete não foi localizada no acervo.

Área de identificação

Código de referência	BR RSMADP AF-000-001-001.1-16.12
Título	Áudio de homenagem da Comemoração dos 25 anos do MADP
Data(s)	21/04/1987
Nível de descrição	Item documental
Dimensão e suporte	1 documento sonoro
Área de contextualização	
Nome do produtor	Museu Antropológico Diretor Pestana
Área de condições de acesso e utilização	

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência	BR RSMADP AF-000-001-001.1-16.13
Título	Áudio de encerramento da Comemoração dos 25 anos do MADP
Data(s)	25/05/1987
Nível de descrição	Item documental
Dimensão e suporte	1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-001-001.1-17.1

Título

Áudio de homenagem

Data(s)

21/04/1987

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-001-001.1-17.2

Título

Áudio de encerramento

Data(s)

21/04/1987

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-001-001.1-18.1

Título

Áudio de Comemoração dos 25 anos do Movimento Comunitário de Base

Data(s)

21/05/1986

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

“dado não disponível”

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-001-001.1-18.2

Título

Áudio de Comemoração dos 25 anos do Movimento Comunitário de Base

Data(s)

21/05/1986

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

“dado não disponível”

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-18.3

Título

Áudio de Comemoração dos 25 anos do Movimento Comunitário de Base

Data(s)

21/05/1986

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

“dado não disponível”

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-18.4

Título

Áudio de Comemoração dos 25 anos do Movimento Comunitário de Base

Data(s)

21/05/1986

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

“dado não disponível”

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-19.1

Título

Áudio de instruções do assessor do CFE

Data(s)

[? / ? / ?1985]

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-19.2

Título

Áudio de instruções do assessor do CFE

Data(s)

[? / ? / ?1985]

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-19.3

Título

Áudio de instruções do assessor do CFE

Data(s)

[? / ? / ?1985]

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-19.4

Título

Áudio de instruções do assessor do CFE

Data(s)

[? / ? / ?1985]

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-19.5

Título

Áudio de instruções do assessor do CFE

Data(s)

[? / ? / ?1985]

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência

BR RSMADP AF-000-001-001.1-19.6

Título

Áudio de instruções do assessor do CFE

Data(s)

[? / ? / ?1985]

Nível de descrição

Item documental

Dimensão e suporte

1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso

É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)

SÉRIE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SUBSÉRIE Acordos, ajustes, contratos e convênios

Área de identificação

Código de referência	BR RSMADP AF-000-004.1-1
Título	Áudio da Cerimônia de assinatura do convênio do PRCT NORS
Data(s)	09/03/1990
Nível de descrição	Item documental
Dimensão e suporte	1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor	Fundação de Integração, Desenvolvimento, Educação do Noroeste do Estado
------------------	---

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso	Esta fita cassete não foi localizada no acervo.
---------------------	---

Área de identificação

Código de referência	BR RSMADP AF-000-004.1-2
Título	Áudio da Cerimônia de assinatura do convênio do PRCT NORS
Data(s)	09/03/1990
Nível de descrição	Item documental
Dimensão e suporte	1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor	Fundação de Integração, Desenvolvimento, Educação do Noroeste do Estado
------------------	---

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso	Esta fita cassete não foi localizada no acervo.
---------------------	---

FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)

SÉRIE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SUBSÉRIE Organização e funcionamento

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-010.1.1
Título **Áudio de reunião plenária do Conselho Federal de Educação**
Data(s) 04/08/1993
Nível de descrição Item documental
Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor “dado não disponível”

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso A fita cassete 942 não foi localizada no acervo do Processo de regionalização da Unijuí.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-010.1.2
Título **Áudio de reunião plenária do Conselho Federal de Educação**
Data(s) 04/08/1993
Nível de descrição Item documental
Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor “dado não disponível”

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso A fita cassete 943 não foi localizada no acervo do Processo de regionalização da Unijuí.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-010.1.3

Título	Áudio de reunião plenária do Conselho Federal de Educação
Data(s)	04/08/1993
Nível de descrição	Item documental
Dimensão e suporte	1 documento sonoro
Área de contextualização	
Nome do produtor	“dato não disponível”
Área de condições de acesso e utilização	
Condições de acesso	A fita cassete 944 não foi localizada no acervo do Processo de regionalização da Unijuí.

Área de identificação

Código de referência	BR RSMADP AF-000-010.2.1
Título	Áudio do Seminário de Avaliação e Planejamento do MADP
Data(s)	22/09/1999
Nível de descrição	Item documental
Dimensão e suporte	1 documento sonoro
Área de contextualização	
Nome do produtor	“dato não disponível”
Área de condições de acesso e utilização	
Condições de acesso	A fita cassete 979 não foi localizada no acervo do Processo de regionalização da Unijuí.

Área de identificação

Código de referência	BR RSMADP AF-000-010.2.2
Título	Áudio do Seminário de Avaliação e Planejamento do MADP
Data(s)	22/09/1999
Nível de descrição	Item documental
Dimensão e suporte	1 documento sonoro
Área de contextualização	

Nome do produtor "dato não disponível"

**Área de condições de acesso
e utilização**

Condições de acesso A fita cassete 980 não foi localizada no acervo do Processo de regionalização da Unijuí.

FUNDO ARQUIVO FIDENE (AF)
SÉRIE ADMINISTRAÇÃO GERAL
SUBSÉRIE Pessoal

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-020.1.1
Título **Áudio do primeiro Fórum Ítalo-brasileiro**
Data(s) [???]
Nível de descrição Item documental
Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-020.1.2
Título **Áudio do primeiro Fórum Ítalo-brasileiro**
Data(s) [???]
Nível de descrição Item documental
Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-020.1.3
Título **Áudio do primeiro Fórum Ítalo-brasileiro**
Data(s) [????]
Nível de descrição Item documental
Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-020.1.4
Título **Áudio do primeiro Fórum Ítalo-brasileiro**
Data(s) [????]
Nível de descrição Item documental
Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-020.1.5
Título **Áudio do primeiro Fórum Ítalo-brasileiro**
Data(s) [????]
Nível de descrição Item documental
Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-020.1.6
Título **Áudio do primeiro Fórum Ítalo-brasileiro**
Data(s) [????]
Nível de descrição Item documental
Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-020.1.7
Título **Áudio de palestra sobre o eco museu**
Data(s) 26/05/1992
Nível de descrição Item documental
Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso A fita cassete 920 não foi encontrada no acervo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-020.1.8
Título **Áudio de palestra sobre o eco museu**
Data(s) 26/05/1992
Nível de descrição Item documental
Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso A fita cassete 921 não foi encontrada no acervo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-020.1.9
Título **Áudio de palestra sobre o eco museu**

Data(s) 11/05/1994
Nível de descrição Item documental
Dimensão e suporte 1 documento sonoro
Área de contextualização
Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana
Área de condições de acesso e utilização
Condições de acesso A fita cassete 947 não foi encontrada no acervo, mas há uma transcrição sobre o áudio.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-020.2.1
Título **Áudio de encontro sobre a devolução das terras dos índios**
Data(s) [????]
Nível de descrição Item documental
Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-020.2.2
Título **Áudio de encontro sobre a devolução das terras dos índios**
Data(s) [????]
Nível de descrição Item documental
Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-020.2.3

Título **Áudio de encontro sobre a devolução das terras dos índios**

Data(s) [????]

Nível de descrição Item documental

Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-020.3.1

Título **Áudio do Seminário “O Papel do Museu na Universidade”**

Data(s) 27/06/1984

Nível de descrição Item documental

Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão (PRORPE), Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-020.3.2
Título **Áudio do Seminário “O Papel do Museu na Universidade”**
Data(s) 27/06/1984
Nível de descrição Item documental
Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão (PRORPE), Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-020.3.3
Título **Áudio do Seminário “O Papel do Museu na Universidade”**
Data(s) 27/06/1984
Nível de descrição Item documental
Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão (PRORPE), Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

Área de identificação

Código de referência BR RSMADP AF-000-020.3.4
Título **Áudio do Seminário “O Papel do Museu na Universidade”**
Data(s) 27/06/1984
Nível de descrição Item documental
Dimensão e suporte 1 documento sonoro

Área de contextualização

Nome do produtor Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão (PRORPE), Museu Antropológico Diretor Pestana

Área de condições de acesso e utilização

Condições de acesso É permitido a pesquisa. Os documentos estão em estado regular de conservação, porém muitos áudios estão comprometidos pela ação do tempo, possuindo áudio bem reduzido, com chiado, e alguns casos há perda da informação, ou pelo rompimento da fita ou pela ação do tempo.

ANEXOS

ANEXO A - ÍNDICE NUMÉRICO DE FITAS CASSETE

MADP Índice Numérico de Fitas Cassete

linhas em amarelo - fitas que faltam no acervo

xxx T - fitas com transcrição

xxx T - fitas com transcrição incompleta

LA - Lado A

LB - Lado B

- fitas transcritas por bolsistas de iniciação científica (BIC) da Fapergs, para publicação de "História de Ijuí" por Danilo Lazzarotto

FITA	ASSUNTO	ENTREVISTADOS	DATA
01 LA	Entrevista, por Maria Helena Abrahão Schorr, sobre a cultura riograndense a professores de Porto Alegre (para adquirir dados para elaboração do livro História do RS)	Bruno Kieffer (professor de história e música)	1971
		Enio Freitas e Castro (compositor e professor de música)	
		Armando Albuquerque compositor e professor de folclore	
01 LB	Contos religiosos		
02	Entrevista sobre imigração polonesa e italiana por Danilo Lazzarotto	Jovino Alves Venes	20/06/1973
		Joana Megier (polonesa)	
		Vitória Megier (polonesa)	
		---- Burtet (italiana)	
03 T	Entrevista, por Adelino Massarolo, sobre o processo de trabalho e técnicas primitivas de produção e tecnologia moderna empregada na agricultura na comunidade de Barreiro	Agostinho Dezordi e sua mãe	16/05/1975
04 T	Entrevista, por Adelino Massarolo, sobre o evolução histórica e de trabalho e suas implicações sociais	Agostinho Dezordi e sua mãe	23/05/1975
05 T	Entrevista, por Adelino Massarolo sobre as mudanças familiares, relatório da escola e do Instituto de Educação Permanente e problemas de cooperativismo na comunidade de Barreiro	Agostinho Dezordi e sua mãe	26/06/1975

06	Primeiro Fórum Ítalo-Brasileiro em Caxias do Sul - palestras	Dante Laytano	
		Luiz Alberto Deboni	
		Otávio Ianni	
07	Primeiro Fórum Ítalo-Brasileiro em Caxias do Sul - continuação da palestra de Otávio Ianni	Domenico Gardella	
		Santos Neto	
		Otávio Ianni	
		Ciro (prof)	
08	Primeiro Fórum Ítalo-Brasileiro em Caxias do Sul - palestra de Domenico Gardella e José N. Martins (continuação da palestra na fita n. 11)	Domênico Gardella	
		José N. Martins	
09	Primeiro Fórum Ítalo-Brasileiro em Caxias do Sul - continuação das palestras	Lucy Maffei Hutter	
		José N. Martins	
		Eunice Ribeiro Thales de Azevedo	
10	Primeiro Fórum Ítalo-Brasileiro em Caxias do Sul - continuação das palestras	Eunice Ribeiro Thales de Azevedo	
		Loraine (profa.)	
11 LA T	Entrevista sobre a Sociedade Italiana de Mutuo Socorro Principessa Giovanna Margarita, localizada na Linha 8	Cyrillo Guerino da Ros	21/10/1975
11 LB	Primeiro Fórum Ítalo-Brasileiro em Caxias do Sul (continuação da palestra da fita n. 8)	Domenico Gardella	
12 LA	Inauguração do 1º módulo do MADP - discurso	Danilo Lazzarotto	25/05/1976
		Paulo Frizzo	
		Martin Fischer	
12LB	Inauguração do 1º módulo do MADP - continuação do discurso de Martin Fischer	Martin Fischer	25/05/1976
13	Palestra "Museu Hoje"	Maria Helena A. Schorr	24/05/1976
14	Palestra Problemas Ecológicos Ligados ao Homem proferida na semana da inauguração do Museu e dos Laboratórios da Fidene por naturalista da Unisinos	Albano Backes	28/05/1976
15 LA	Palestra Problemas Ecológicos Ligados ao Homem proferida na semana da inauguração do Museu e dos Laboratórios da Fidene	Albano Backes	28/05/1976

ANEXO B – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE TIPO DOCUMENTAL

Ficha de Identificação de Tipo Documental	
Órgão produtor Calil.Con Assessoria Contábil	Função (Serviço) Serviço de pessoal
Espécie Expediente	
Atividade Pagamento de pessoal	
Tipo documental <i>Expediente de pagamento de pessoal</i>	
Objetivo da produção Auxiliar o serviço de pagamento de pessoal e efetuar o controle de funcionários por empresa/departamento.	
Documentos em anexos Folha de pagamento Resumo de folha de pagamento Relatório de recolhimento de FGTS (SEFIP- GEFIP)	
Conteúdo Folha de pagamento: Nome da empresa; período analisado; identificação dos funcionários; código; situação; admissão; função; salário; benefícios; base de cálculo de INSS-IRRF-FGTS; deduções; proventos. Resumo da folha de pagamento: Nome da empresa; período de análise; lançamentos: proventos e descontos; total de funcionários; FGTS E GPS. SEFIP- GEFIP: Nome da empresa; identificação dos funcionários; data; hora; admissão; Depósito de FGTS; base de cálculo de PIS/PASEP/CI.	
Fundamento legal (vigência) Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social: “O direito da seguridade social de cobrar seus créditos constituídos na forma do artigo anterior, <i>prescreve em dez anos.</i> ” (art.349)	
Tramitação As empresas enviam para o escritório o relatório descrevendo as horas extras e descontos sobre mercadorias; os dados são lançados nos programa CONTIMATIC, onde são realizados os cálculos; o escritório envia às empresas os holerites e as guias de pagamento; uma cópia é impressa e arquivada; o SEFIP é enviado para o INSS e para o Ministério do Trabalho.	
Prazo de arquivamento 11 anos (1 ano de vigência + 10 anos de prescrição)	
Destinação Eliminar	
Data limite 2007	Notação: Cx 1/ Pasta 1(vermelha)
Informações complementares O GFIP é uma Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços e Informações à Previdência Social. Este documento é enviado ao Ministério do trabalho e à Receita Previdenciária do INSS, para o qual o prazo de guarda é de 10 anos.	

Fonte: ALMEIDA (2007)